

Abordagens na Linguística Aplicada

# CORPO E *Linguagem*

**Organizadores:**  
**Simone Tiemi Hashiguti**  
**Fabiane Lemes**  
**San Thiago de Araújo e Silva**  
**Giselly Tiago Ribeiro Amado**

 **Pedro & João**  
editores

**Corpo e linguagem:  
abordagens na Linguística Aplicada**





**Simone Tiemi Hashiguti  
Fabiane Lemes  
San Thiago de Araújo e Silva  
Giselly Tiago Ribeiro Amado  
(Organizadores)**

**Corpo e linguagem:  
abordagens na Linguística Aplicada**

**Copyright © Autoras e autores**

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

---

**Simone Tiemi Hashiguti; Fabiane Lemes; San Thiago de Araújo e Silva; Giselly Tiago Ribeiro Amado [Orgs.]**

**Corpo e linguagem: abordagens na Linguística Aplicada.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2022. 339p. 16 x 23 cm.

**ISBN: 978-65-265-0154-2 [Digital]**

**DOI: 10.51795/9786526501542**

1. Corpo e linguagem. 2. Linguagem Aplicada. 3. Abordagens. I. Título.

CDD – 410

---

**Capa:** Petricor Design

**Ficha Catalográfica:** Hélio Márcio Pajeú – CRB - 8-8828

**Diagramação:** Diany Akiko Lee

**Editores:** Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

**Conselho Científico da Pedro & João Editores:**

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Mello (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil); Luís Fernando Soares Zuin (USP/Brasil).



**Pedro & João Editores**

[www.pedroejoaoeditores.com.br](http://www.pedroejoaoeditores.com.br)

13568-878 – São Carlos – SP

2022

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO: O CID CONVIDA A FALAR SOBRE CORPO E LINGUAGEM</b>	<b>7</b>
<b>PARTE 1: RODAS DE CONVERSA</b>	
<b>CORPO E LINGUAGEM NA LINGUÍSTICA APLICADA</b>	<b>25</b>
<b>CATEGORIAS COLONIAIS: RACIALIZAÇÃO</b>	<b>39</b>
<b>RACISMO E LINGUAGEM</b>	<b>67</b>
<b>INTERSECCIONALIDADE</b>	<b>89</b>
<b>CATEGORIAS COLONIAIS: GÊNERO E SEXUALIDADE</b>	<b>107</b>
<b>PERFORMATIVIDADE (DE)COLONIAL DA/NA LÍNGUA</b>	<b>127</b>
<b>PARTE 2: O CORPO NA/PELA LÍNGUA(GEM)</b>	
<b>A OBJETIFICAÇÃO FEMININA ENTRE O VISÍVEL E O ENUNCIÁVEL NUMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA</b>	<b>143</b>
<b>LUA NOVA DEMAIS: A INTERSECCIONALIDADE MATERIALIZADA NO POEMA</b>	<b>165</b>

<b>CORPOS FEMININOS NO INSTAGRAM: ACEITAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE</b>	<b>181</b>
<b>“É PROIBIDO ENVELHECER!”: ANÁLISE DE UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO SOBRE A OPRESSÃO AOS CORPOS FEMININOS</b>	<b>203</b>
<b>ROBÔ-GINOIDE: TECNOLOGIA E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO NA ORDEM DA DISCURSIVIDADE MODERNA</b>	<b>229</b>
<b>O MACHISMO NO DISCURSO POLÍTICO: A REPRESENTAÇÃO COLONIAL DO CORPO FEMININO</b>	<b>249</b>
<b>PRIMEIRO DIA DE AULA DE DOROTHY COUNTS: RETRATOS DA INTERSECCIONALIDADE</b>	<b>267</b>
<b>CORPOS QUE INCOMODAM: O ANTICOTISMO COMO PROPAGANDA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO</b>	<b>283</b>
<b>O CORPO SURDO NA ARTE DE´VIA: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA</b>	<b>307</b>
<b>SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)</b>	<b>323</b>

## APRESENTAÇÃO:

### O CID CONVIDA A FALAR SOBRE CORPO E LINGUAGEM

Simone Tiemi Hashiguti  
Fabiane Lemes  
San Thiago de Araújo e Silva  
Giselly Tiago Ribeiro Amado

O Grupo de Pesquisa O Corpo e a Imagem no Discurso – CID, liderado pela professora Dr<sup>a</sup>. Simone Tiemi Hashiguti e vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2008, é constituído por pesquisadoras(es) que se interessam em investigar a relação corpo e língua(gem) em processos de produção de sentidos relacionados à história, a aspectos sociais, a mecanismos e estratégias de poder. São exemplos de temas de estudo: corpo e educação linguística; corpo e corporalidade em sistemas de inteligência artificial, tecnologias e espaços digitais; identificações de gênero, de sexualidade, de raça, dentre outras, em suas intersecções; corpo, afeto e afetividade, dentre outros. São exemplos de materiais analíticos em nossos estudos: filmes; imagens; obras de arte; ambientes e programas digitais; campanhas publicitárias; textos e produtos de mídia; materiais didáticos, dentre outros. De dentro da Linguística Aplicada, nossos estudos são transdisciplinares e se constituem por diálogos com áreas tais como a Linguística, a Análise do Discurso, a Filosofia, a História, os Estudos Culturais, a Sociologia, a Economia, os Estudos Computacionais, dentre outras, em suas vertentes críticas, e se alinham principalmente a teorias e pensamentos constituídos em movimentos tais como a decolonialidade, a teoria feminista, as filosofias e epistemes periféricas.

No CID, o corpo tem sido conceituado como espessura material significativa (HASHIGUTI, 2015), que funciona tanto biofisiologicamente como suporte do sujeito quanto como materialidade que, na linguagem, se coloca para interpretação em práticas de linguagem. Neste caso, o corpo é interpretado a partir de suas imagens, de seus gestos e movimentos, de suas características físicas, vestes, fala, pelo seu cheiro, pelo seu toque etc., aspectos que são todos remetidos para regiões de sentido que podem ser apreendidas como discursos e formações discursivas na relação com a história. Por sua expressividade, por ser suporte e material significativa, o corpo tem sido objeto primeiro e principal de estratégias de dominação. Além disso, o corpo é sempre nomeado e esquadrinhado pelas diversas disciplinas e nunca é um elemento que pode ser desprezado quando pensamos em processos de produção de sentidos.

É importante destacar que, no CID, não consideramos haver um método ou modelo de análise único que seria aplicável aos materiais selecionados para os corpora em nossos estudos. Entendemos que cada corpus suscita maneiras diferentes de abordagem, diferentes teorias e dispositivos. No caso de imagens, por exemplo, um conceito que pode ser produtivo para alguns estudos é o de ponto de discursividade (HASHIGUTI, 2016, p. 189), que se refere ao funcionamento da imagem como enunciação em meio/junto a um texto escrito e ao fato de que a imagem tem pontos de discursividade, isto é, pontos singulares que convocam o olhar da expectadora, na maneira como ela a olha, e que são por ela interpretadas a partir de suas condições de possibilidade. Analiticamente, trabalhamos com a ideia de que a expectadora, como sujeito de linguagem, é uma posição discursiva. Por sua espessura, entendemos que o corpo pode, então, ser estudado em sua visualidade e dizibilidade, em seus efeitos no sujeito que com ele se encontra. Nesse sentido, as pesquisas podem se pautar no que se sente, no que se vê e se diz/pode-se dizer sobre os corpos em diferentes estratos históricos e contextos socioculturais e políticos. De maneira geral, buscamos trabalhar esses sentidos na relação

com a memória discursiva, tomada como saber de língua(gem), e com discursos, mas sem reduzir a imagem, o corpo ou as sensações que ele faz emergir às possíveis descrições que acontecem nas análises. Cabe apontar que questões de identificação social, opressão, violência e minoritarização relacionadas ao corpo e às desigualdades e injustiças sociais são algumas das que nos movem para a pesquisa.

Dentre nossas formas de discussão, reflexão e produção, geralmente no primeiro semestre do ano, nos reunimos em torno de leituras propostas na disciplina de pós-graduação ministrada pela Profa. Simone. Essas são ocasiões ricas e intensas, quando podemos contar com a participação de mais pessoas da comunidade acadêmica para ampliar e aprofundar as teorizações, quadros interpretativos e analíticos. Sua instigação geralmente nos posiciona a questionar e problematizar conceitos, quadros teóricos, trajetões de leitura.

No ano de 2021, em meio à pandemia de COVID-19 e às experiências que delas trazíamos no contexto caótico que se instaurou no Brasil a partir da necropolítica (MBEMBE, 2018) do governo federal instalado na eleição de 2018, cremos que isso aconteceu de maneira privilegiada na disciplina *Tópicos em Linguística Aplicada: corpo e linguagem*, oferecida no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Uberlândia, pois tivemos intensas participações nas aulas síncronas e nas atividades assíncronas. Pareceu-nos que esse contexto histórico fez aumentar a demanda e a vontade das e dos participantes da disciplina de reflexões sobre temas relacionados ao corpo e como forma de criar alguma inteligibilidade para os fatos trágicos ocorridos e em ocorrência no país. Isso resultou em uma produção escrita densa e robusta. Nessas condições, nos motiva a ideia de dar continuidade e visibilidade para essa produção.

Disso, portanto, provém a organização desta coletânea com o material por nós produzido ao longo da disciplina. Neste trabalho, estão inseridas tanto as discussões realizadas nos fóruns de discussão assíncrona quanto os trabalhos finais, que foram originalmente

apresentados em formato de vídeo na disciplina e posteriormente transformados em artigos científicos para esta publicação.

Entendemos que as discussões levadas a cabo na disciplina são de grande relevância científica e social, por permitirem abordar questões linguageiras e sociais urgentes. Prevemos que os trabalhos e discussões aqui reunidos podem promover reflexões importantes ao público dentro e fora da academia

Dito isso, esta coletânea está dividida em duas partes. Na primeira, intitulada *Rodas de conversa*, estão dispostas as discussões arroladas ao longo da disciplina. Cada roda de conversa incide sobre um tópico que envolve questões relacionadas a corpo e linguagem na relação com discursos, conceitos e categorias que permitem uma mirada crítica a questões identitárias e sociais. Ao todo, são seis rodas de conversas, assim intituladas: 1) Corpo, racialização e nacionalização: Fisicalidade do corpo e processos de produção de sentidos; 2) Racismo epistêmico e estudos da linguagem; 3) Atitude moderno-colonial, raça e língua; 4) Interseccionalidade; 5) Corpo em categorias coloniais: gênero e sexualidade como objetos de saber em diferentes disciplinas; 6) Políticas linguísticas sobre gênero: gênero performado na/pela língua. Todas essas conversas foram propostas com textos, vídeos e outros materiais iniciais motivadores, seguidos por perguntas ou provocações para reflexão. Ao longo das conversas, além dessas referências, cada participante traz ainda outras que lemos na disciplina ou fora dela, estabelecendo suas próprias intertextualidades e ampliando sempre as conexões teóricas.

Na primeira roda de conversa, *Corpo, racialização e nacionalização: fisicalidade do corpo e processos de produção de sentidos*, discutimos sobre o tema Língua, Nação e Corpo no que se refere tanto às categoriais coloniais quanto à cientificidade dos estudos linguísticos em sua tradição moderna e às críticas sobre o lugar ou a vez da relação política-ideologia nos estudos da linguagem. Como fios condutores dessa discussão, foram mobilizados o texto de Pêcheux e Gadet (1977), apresentado num colóquio sobre “Línguas e Nação” com o objetivo de refletir sobre a “situação de

conjunto da pesquisa linguística face às questões 'sócio-político-ideológicas'". Também o texto de Souza (2018), misto de ficção com autobiografia, o qual toca na questão língua e nação de um ponto de vista diferente, trazendo também o corpo como um elemento fundamental nas situações enunciativas descritas. E o texto de Rajagopalan (2007), o qual apresenta uma proposta de Linguística Crítica, dentre outros autores que surgiram à medida que a densidade teórica exigia.

Na segunda roda de conversa, *Racismo epistêmico e estudos da linguagem*, a proposta de antirracismo nos estudos da linguagem de Bonfim (2020) e os conceitos de branquitude e branquidade, como discutidos por Jesus (2012), bem como a palestra de Ryuko Kubota (2020), fundamentaram a discussão sobre a temática. O objetivo aqui foi responder a duas questões acerca da relação entre a branquitude e o contexto educacional, e mais particularmente no ensino de línguas, e o funcionamento do racismo epistêmico acontecendo em conjunto com o racismo antinegro na área dos estudos da linguagem.

Em *Atitude moderno-colonial, raça e língua*, objetivamos refletir acerca do método em pesquisas sobre o corpo e a língua(gem), amparando-nos numa crítica decolonial sobre a ciência moderna. Para tanto, partimos de dois textos motivadores: *Transdisciplinaridade e decolonialidade* (MALDONADO-TORRES, 2016), no qual o autor discorre sobre os sentidos que perpassam os "estudos étnicos", discute as questões do método e da transdisciplinaridade numa injunção decolonial, e propõe uma "atitude moderno-colonial"; e *Looking like a language, sounding like a race* (ROSA, 2019), no qual o autor problematiza o processo de co-naturalização de língua e raça, denominado "*enregisterment of Latinx identity*". Nessa esteira de pensamento, línguas são percebidas como racialmente corporificadas e raças como linguisticamente inteligíveis.

Na roda de conversa intitulada *Interseccionalidade*, buscamos refletir sobre como tal conceito pode corroborar as teorizações que relacionam corpo e linguagem, os processos de produção de sentidos

associados às categorias coloniais de identificação que foram inventadas no colonialismo e discutidas ao longo da disciplina. Funcionando como materiais de apoio, estão os vídeos de Flávia Rios e de Kimberly Crenshaw sobre o conceito em questão, o vídeo de Alexandra Bell sobre formas tendenciosas de noticiar eventos, além do texto de Borba (2014), que retoma a discussão da teórica Judith Butler acerca do inteligível em relação ao gênero. A partir dessa coletânea, algumas questões foram erigidas como ponto de partida, a saber: quais são as relações possíveis entre os textos/vídeos e as discussões anteriores na disciplina? Como esse estudo pode ser incorporado à discussão sobre corpo e linguagem? Como esses conceitos podem ser pensados em relação à crítica de Pêcheux e Gadet sobre o logicismo e o sociologismo e à proposta de Rajagopalan de uma Linguística Crítica?

Na quinta roda de conversa, *Corpo em categorias coloniais: gênero e sexualidade como objetos de saber em diferentes disciplinas*, fundamentaram a discussão os textos de Lerner (2019); Preciado (2017); Wittig (1980; 1982); Grossi (2018); Paiva (1997) e o poema "Eu Não Queria Ser Feminista", de Tawane Theodoro (2019). O objetivo foi refletir acerca das críticas que essas obras nos permitem vislumbrar sobre algumas disciplinas/áreas de saber e mesmo sobre a ciência moderna como um todo, além de tecer uma possível contribuição da teoria feminista para a constituição de um posicionamento crítico frente às epistemes às quais nos filiamos nos estudos sobre linguagem.

Em *Políticas linguísticas sobre gênero: gênero performado na/pela língua*, nos debruçamos sobre a teoria linguística, a partir de considerações sobre políticas linguísticas e a marcação de gênero na estrutura da língua. Nesse intuito, estabelecemos uma correlação entre os textos de Aikhenvald (2018); Guimarães (2020); Pinto (2002), os quais fundamentaram a discussão, conjuntamente a outras mobilizações teóricas à medida que a discussão progrediu. O objetivo aqui foi desnaturalizar as categorias de gênero e de sexo e vislumbrar exercícios epistêmicos que resistiriam às naturalizações.

Na segunda parte desta coletânea, intitulada *O Corpo na/pela língua(gem)*, estão dispostos os trabalhos audiovisuais convertidos em artigos. O intuito de tais trabalhos foi a análise de materiais que viabilizassem a tematização do corpo. Assim, cada autor(a) buscou explorar como o corpo é discursivamente objetivado e/ou esquadrihado em seus elementos estéticos e na relação com a língua, mediante a mobilização de conceitos trabalhados durante a disciplina.

A organização dos artigos foi feita de forma a contemplar afinidades arroladas acerca do objeto estudado, isto é, o corpo como espessura material significante (HASHIGUTI, 2015) numa relação com a língua(gem). As produções versam sobre o corpo feminino, o corpo racializado, o corpo com deficiência e o corpo indígena, intersectados precipuamente como corpos subjugados numa relação de poder com o corpo masculino, branco e heteronormativo, dado como ponto zero de significação sob a injunção colonial.

No artigo intitulado *A objetificação feminina entre o visível e o enunciável numa campanha publicitária de produtos de limpeza*, Rogério de Castro Ângelo, Fabiane Lemes e Mariana Ruiz Nascimento analisam campanhas publicitárias de produtos de limpeza. À luz da Linguística Aplicada enviesada pela Análise do Discurso, os autores problematizam a objetificação e a subjetivação feminina nas materialidades elencadas, das quais, por meio das linguagens verbal e imagética, emergem regularidades cujos sentidos são estabilizados/possíveis pela memória discursiva, a qual (re)atualiza já-ditos, requalificando-os à historicidade do acontecimento discursivo de forma a cristalizá-los. Num batimento entre descrição e interpretação, são perscrutadas as condições de produção que ensejam a constância e emergência do imaginário social responsável por atribuir papéis às categorias homem e mulher, discursivizando-as numa injunção machista. Além disso, os autores recorrem ao pensamento decolonial para compreender a relação entre as construções sociais de gênero e o capitalismo no contexto hodierno.

Em *Lua nova demais: a interseccionalidade materializada no poema*, Isabella Zaiden Zara Fagundes analisa o poema *Lua Nova Demais*, da poeta Elisa Lucinda, o qual faz um recorte temático-reflexivo da

menina que se encontra em situação de rua. A proposta é uma análise que visa a problematizar acerca das materialidades do corpo e da língua, por meio da Análise de Discurso pecheutiana (PÊCHEUX, 1997; 1999; 2006) e foucaultiana (FOUCAULT, 1979; 1987; 2000), a fim de trabalhar conceitos que dizem respeito às relações de poder dadas na/pela língua, no/pelo corpo e que mostram a objetificação da mulher e do corpo feminino. A autora parte da premissa de que há uma constituição e uma manutenção de corpos femininos estigmatizados como corpos objetificados, de que resulta a ideia de que tais corpos podem ser tomados, invadidos, discriminados e oprimidos. O principal conceito mobilizado ao longo do trabalho é o de interseccionalidade, por meio do qual são ponderadas questões de gênero, raça. Ao longo de sua análise, Isabella dá voz ao imaginário cristalizado sobre as condições de (im)possibilidade que deslizam do corpo menina para o corpo da menina-mulher que se encontra sob condições de vulnerabilidade, invisibilidade e desumanidade.

Thais Nunes Xavier dos Santos, em *Corpos femininos no Instagram: aceitação e representatividade*, discute a representação do corpo feminino a partir de fotos e vídeos em perfis da rede social, os quais revelam padrões de beleza e comportamento que consequentemente excluem a diversidade. Concomitantemente, aponta-se para a emergência de perfis que surgem num movimento de resistência a tais idealizações denominado *body positive*, cujas discursividades se baseiam na aceitação, no amor próprio, no autoconhecimento, autocuidado, na autoaceitação, autoestima, liberdade, representatividade, na desconstrução de verdades postas como universais. Nesse contexto, o artigo se propõe a analisar discursos que circulam no *Instagram* e resistem à promoção de ideal de corpo feminino que, sob a lógica capitalista e neoliberal, funciona como vitrine de consumo.

No artigo intitulado “*É Proibido Envelhecer!*”: análise de um acontecimento discursivo sobre a opressão aos corpos femininos, Stella Ferreira Menezes e Wilker Ramos-Soares discutem a aversão social ao corpo feminino envelhecido, especialmente no universo virtual,

onde são julgados, avaliados e preteridos por usuários das redes, atitudes que alimentam a opressão sofrida por esse corpo. Isso posto, a partir da mobilização de epistemologias que problematizam a ideia de corpo como tomada de posição política, incluindo, portanto, a lógica decolonial, o trabalho buscou problematizar reflexões acerca da (im)possibilidade de apresentar sinais de envelhecimento no corpo, que se impõe, muitas vezes e de forma muito agressiva, às mulheres. Para isso, será analisado um acontecimento discursivo ocorrido na internet no início de janeiro de 2019, em que a celebridade Xuxa foi duramente criticada ao postar uma fotografia em sua rede social exibindo um corpo com sinais de envelhecimento.

Fabiene de Oliveira Santos, em seu artigo *Robô-Ginoide: tecnologia e performatividade de gênero na ordem da discursividade moderna*, problematiza a evolução da tecnociência e a produção de robôs humanoides em grande escala com gênero, reconhecidamente, feminino. Tratam-se de artefatos engenhosos que materializam uma forma corpórea, que ainda com base em ferramentas, utiliza de produtos de modo a imitar feições e comportamentos humanos. O estudo propõe uma reflexão analítica sobre as relações entre corpo e máquina, feminino e masculino, dominador/colonizador e dominado/colonizado, assentadas na língua, no corpo e no gênero. Nesse intuito, foram tomadas imagens de humanoides, a partir da busca por “robôs humanoides” no navegador “Google” e da veiculação da notícia intitulada: “Conheça quatro robôs que são quase humanos”, que abarca, tão somente, sobre humanoides na forma ginoide. A autora defende que as imagens de robôs-ginoides trazem à tona um acontecimento discursivo pela historicidade que faz emergir a significação feminina, no quadro colonial-patriarcal. Assim sendo, as noções de “pontos de discursividade” (HASHIGUTI, 2016), de “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1987) e de “performatividade” (BUTLER, 2015) contribuem para esta discussão e para outras reflexões.

Em *O machismo no discurso político: a representação colonial do corpo feminino*, Lucélia Cristina Brant Mariz Sá, João Vítor Sampaio de Moura e Anna Luiza Reis Leal analisam um vídeo com recortes de enunciados proferidos pelo Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, em diferentes situações, das quais emergem sentidos que, numa esteira discursiva, soam como misóginos e machistas. Nessa conjuntura, mobiliza-se a linguagem como uma prática social, cujas regularidades revelam posicionamentos ideológicos do sujeito enunciatador. Dentre as interpretações possíveis, discutem-se a divisão sexual do trabalho e a sexualização do corpo feminino como inerentes ao discurso patriarcal e colonial, responsáveis pela naturalização de intersecções binárias que conferem um estrato hierárquico de superioridade ao masculino em relação ao feminino.

No artigo *Primeiro dia de aula de Dorothy Counts: retratos da interseccionalidade*, Anna Luiza Reis Leal, Lucélia Cristina Brant Mariz Sá e João Vítor Sampaio analisam fotografias do evento que marcou o primeiro dia de aula de Dorothy Counts, primeira estudante negra admitida em uma escola pública americana. A partir de materialidades imagéticas, são problematizados eixos de exclusão ancorados na colonialidade do poder a partir das contribuições teóricas de (QUIJANO, 2005); (KILOMBA, 2008); (GROSGOUEL, 2016); (FREIRE, 1967), dentre outros. A problemática erigida parte da subjetividade identitária do sujeito, a qual o precede historicamente mediante práticas discursivas que o constituem. Nesse bojo, as intersecções de gênero e raça são perscrutadas concomitantemente à discussão da importância de uma educação democrática e libertadora.

Em *Corpos que incomodam: o anticotismo como propaganda de instituições privadas de ensino*, João Vítor Sampaio de Moura, Anna Luiza Reis Leal, Lucélia Cristina Brant Mariz Sá exploram como o conceito de meritocracia vem funcionando na mídia publicitária de modo excludente em relação aos cotistas sociais e raciais, perpetuando e disseminando um preconceito já existente no interior do sistema de cotas, o qual subalterniza os aprovados por

meio desse sistema de seleção. Para tanto, analisa-se como tal ideia tem sido difundida, especificamente por campanha publicitária promovida por determinado colégio privado em *outdoors*. Os autores enfatizam a força do veículo midiático na promoção dessas discursividades, justamente por ser um meio de convencimento e de atração ao público consumidor.

Finalmente, em *O corpo surdo na arte De'VIA: símbolo de resistência*, Leticia de Sousa Leite, Juliano Marques e Maísa Conceição Silva discutem sobre a importância do corpo surdo na arte De'VIA como constituição identitária e cultural do povo surdo. Para tanto, propõem-se a analisar algumas obras de Susan Dupor, uma artista surda da arte De'VIA que busca nessa arte a sua melhor forma de expressão e de resistência às formas estigmatizadas de preconceito ao corpo surdo, o qual enfrenta desafios existenciais, políticos e sociais. Os autores se amparam no conceito de surdez como diferença étnico-linguística (SILVA, 2012), em que se considera a diferença linguística em um corpo surdo como parte da enunciação, refutando-se ideias pré-concebidas que enquadram o sujeito surdo em categorias como incapaz, sem língua e sem cultura.

Com esta coletânea, esperamos fazer visíveis nossas discussões e problematizações sobre corpo e linguagem, registrar nossas inquietações epistêmicas e éticas quando das discussões e, sobretudo, convidar a leitora/o leitor para refletir conosco sobre assuntos urgentes para nossa convivência e existência, enfatizando o papel protagonista da linguagem.

## Referências

AIKHENVALD, A. Y. *How gender shapes the world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BELL, A. Rewriting Racist Headlines. *The New Yorker*. Disponível em: <<https://www.newyorker.com/video/watch/rewriting-racist-headlines>>. Acesso em: 24 Nov. 2021.

BONFIM, M. A.; ALENCAR, C. Por uma Linguística Aplicada antirracista, descolonial e militante: racismo e branquitude no Facebook seus efeitos 35 sociais. In: JESUS, Dánie M.; MELO, G. C. (Orgs.). *Linguística Aplicada e raça: desafios epistêmicos, metodológicos e analíticos na contemporaneidade*. Mato Grosso: Editora da UFMT, 2020.

BONFIM, M. A.; SANTOS, E. S. Decolonizando as humanidades: ciência, língua e racialização da branquitude acadêmica no Ceará. In: Antônio Vieira da Silva Filho... [et al.] (Orgs.). *Ensaaios interdisciplinares em humanidades* [recurso eletrônico] : vol. IV / – Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2020. p. 17- 36. Disponível em: <<https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/Ensaios-Volume-IV.pdf>>. Acesso em maio de 2021.

BORBA, R. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 43, dez, 2014, p. 441-474.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *NQF*. Vol.24, nº2, 2002.

CARNEIRO, S. *Sobrevivente, testemunha e porta-voz*. 2017. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/>> Acesso em: 15 de set. de 2021.

CRENSHAW, K. *The urgency of intersectionality*. Ted.com. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=)>. Acesso em: 24 Nov. 2021.

CRENSHAW, K. A urgência da “interseccionalidade.” *Ted.com*. Disponível em: <[https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt-br)>. Acesso em: 24 Nov. 2021.

CUSICANQUI, S. R. *Sociología de la imagen*. Ensayos. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

- DE LAURETIS, T. *Technologies of gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs. Capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurelio G. Neto e Celia P. Costa. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- FOUCAULT, M. *História da Sexualidade: A vontade de Saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Lúcia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987.
- FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- GUIMARÃES, V. S. Inclusão na língua: as tentativas de neutralidade de gênero no português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 2, p. 1-5, 2 out. 2020.
- GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In: *Revista Sociedade e Estado. Brasília*, v. 31, n. 1, p. 25-49, Abr. 2016. [Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100025](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100025)]
- GROSSI, M. P. O Pensamento de Monique Wittig. In: *Cadernos de Gêneros e Diversidade*. Vol 04, N. 02 - Abr. - Jun., 2018.
- HASHIGUTI, S. T. *Corpo de Memória*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- HASHIGUTI, S. T. Selfies e processos de produção de sentidos na formação discursiva digital. In: HASHIGUTI, S. T.; TAGATA, W. M. (Orgs.). *Corpos, Imagens e Discursos Híbridos*. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 189-211.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução: Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KUBOTA, R. – Abralín ao Vivo: Linguists Online. Abralín ao Vivo: Linguists Online. Disponível em: <<https://aovivo.abralin.org/lives/ryuko-kubota/>>. Acesso em: 24 Nov. 2021.

LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. Sociedade e Estado, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 75-97, abr. 2016.

MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte*. São Paulo: n-1 edições. 2018.

PAIVA, M. S.: Teoria Feminista: O desafio de tornar-se um paradigma. In: R. Bras. Enferm. Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez., 1997.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Linguagem, cidade, política e sociedade: Discurso e política. In: ORLANDI, E. P (Org.). *Laboratórios de Estudos Urbanos/Nudecri*: Campinas, 1977.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 61-161, 1997.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. (org.). *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, p. 49-57, 1999.

PINTO, J. P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. In: *Revista Gênero*, v.3 n.1, p. 101-110, 2002.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: N-1 Edições, 2014. 233 p. Tradução de: Maria Paula Gurgel Ribeiro.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma Linguística Crítica*. São Paulo: Unicamp, 2007.

- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIOS, F. O que é interseccionalidade e qual sua importância para a questão racial? | Nexa Políticas Públicas. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PVO4CQVIPPE>>. Acesso em: 24 Nov. 2021.
- ROSA, J. *Looking like a language, sounding like a race: Raciolinguistic ideologies and the learning of latinidad*. New York: Oxford University Press, 2019.
- SANTOS, B. S. *Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidade en Bolivia*. Quito: Abya-Yala, 2012.
- SANTOS, B. S. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2014.
- SILVA, L. C. A educação superior e o discurso da inclusão: conceitos, utopias, lutas sociais, realidade. In: SILVA, L. C (org). *Inclusão educacional, do discurso a realidade: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais*. Uberlândia: Edufu, 2012.
- SOUZA, Lynn Mario T. Menezes de. *The Goan Patient (or the Impatient Goan)*. São Paulo, 2018.
- WITTIG, M. The category of sex. *Feminist Issues* 2, 63–68, 1982.
- WITTIG, M. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Editorial Egales, 2006. Trad.: Javier Sáez e Paco Vidarte.
- WITTIG, M. A categoria do sexo. In: *The straight mind and other essays* (1992 pp. 1 -8). New York: Beacon Press.). Disponível em: <https://apoiamutua.milharal.org/files/2014/01/a-categoria-de-sexo-leitura.pdf> Acesso em 09 de jun. 2021.
- WITTIG, M. O pensamento hétero. In: *The Straight Mind and other Essays*, Boston: Beacon, 1992 Disponível em: <http://mulheresrebeldes.blogspot.com.br/2010/07/sempre-viva-wittig.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.
- WITTIG, M. The Straight Mind. In: *Feminism Issues*: Summer, 1980



**PARTE 1:**  
**RODAS DE CONVERSA**



## CORPO E LINGUAGEM NA LINGUÍSTICA APLICADA

Simone Tiemi Hashiguti  
Mariana Ruiz Nascimento  
Lavine Rocha Cardoso Ferreira  
Juliana Prudente Santana do Valle  
Stella Ferreira Menezes  
Anna Luiza Reis Leal  
Viviane Rodrigues  
Welton Pereira de Mendonça  
Juliana Afonso de Paula Souza  
San Thiago de Araújo e Silva  
Aline Paula Ribeiro Vasconcelos  
Letícia de Sousa Leite  
Priscila Gabriela Oliveira Sousa  
Bruno Alexandre Scapolan  
Valdilene Elisa da Silva  
Fabiane Lemes  
Tiago Éric de Abreu  
Thaís dos Santos Souza  
Juliano Marques  
Maísa Conceição Silva  
Isabella Zaiden Zara Fagundes  
Thaís Nunes Xavier dos Santos  
Alessandra Ribeiro Queiroz  
Fabiene de Oliveira Santos  
Eliane Mendonça Buiate

Simone Tiemi Hashiguti A proposição do corpo como objeto de investigação na relação com a linguagem encontra, na área de ciências da linguagem, por vezes, questionamentos, pois excede e/ou não se equipara ao estudo da

língua e/ou não se encaixa em quadros teórico-metodológicos que sempre tiveram como objeto único o sistema linguístico. Do interior da Linguística Aplicada, contudo, e refletindo sobre processos de produção de sentidos, me parece impossível desconsiderar o corpo quando ele é um elemento determinante, seja porque ele é olhado e interpretado em sua fisicalidade, seja porque tem um tipo de voz e um sotaque que também marcarão identificações, ou mesmo porque a comunicação acontece com seus gestos e movimentos e ainda porque é o objeto mais elementar sobre o qual o poder, no discurso, se exerce.

Nesta roda de conversa vamos discorrer sobre o tema Língua, Nação e Corpo no que se refere tanto às categorias coloniais que vimos discutindo, quanto à cientificidade dos estudos linguísticos em sua tradição moderna e às críticas sobre o lugar ou a vez da relação política-ideologia nos estudos da linguagem.

Tomaremos como referências para nossa discussões textos de: Pêcheux e Gadet (1977), que foi apresentado num colóquio sobre “Línguas e Nação” e com o objetivo de refletir sobre a “situação de conjunto da pesquisa linguística face às questões 'sócio-político-ideológicas’”; Souza (2019), que é um misto de ficção com autobiografia, e que também toca na relação língua e nação de um ponto de vista diferente, trazendo também o corpo como um elemento fundamental nas situações enunciativas descritas e Rajagopalan (2007), que nos apresenta uma proposta de Linguística Crítica.

- Mariana Ruiz Nascimento Em 1977, Pêcheux e Gadet questionavam a natureza da Linguística enquanto ciência, e afirmavam que ela estava passando por uma situação de crise por estar em luta entre duas vias que aparentavam ser contrárias entre si: a do logicismo e sociologismo. Essa "crise" na Linguística se daria, também, por ser uma ciência em que suas teorias não passam por uma validação. E descartando a possibilidade de um afastamento e neutralidade, as pesquisas linguísticas poderiam ser facilmente direcionadas a inúmeros interesses exteriores.
- Lavine Rocha Cardoso Ferreira Por essa perspectiva o homem é um sujeito específico para a análise do discurso, considerando-se o "sujeito do inconsciente, de linguagem e atravessado pela ideologia e pela linguagem" (PÊCHEUX; GADET, 1998, p.3).
- Juliana Prudente Santana do Valle A língua aparece assim como base comum de processos discursivos diferenciados e não há neutralidade nos nossos discursos. Palavras ditas ou não ditas trazem em si as ideologias nas quais estão inseridas.
- Stella Ferreira Menezes A linguagem assume um caráter que ultrapassa ideais de instrumentalidade e utilitarismo, ou seja, a linguagem está para a ordem da constituição subjetiva do sujeito e é determina sua posição ideológica. Linguagem esta que não se restringe a aspectos exclusivamente linguísticos, mas também abrange os gestos, as expressões, o não-dito, o próprio silêncio e até mesmo o corpo.
- Anna Luiza Reis Leal A partir de Althusser (1980), é possível associar a língua com as formações ideológicas (formações imaginárias, mantidas com condições reais). Para ele, as ideologias são um conjunto de práticas

materiais que reproduzem as relações de produção (materialismo). A língua não é transparente, é política e reproduz aspectos sistêmicos da sociedade.

Viviane Rodrigues      É possível perceber perspectivas discursivas e ideológicas por meio da linguagem e do corpo. O sujeito é interpelado por formações ideológicas performadas pela linguagem que evidenciam práticas coloniais ou decoloniais, mas não só pela expressão linguística, como também pelo corpo, gestos e pelo próprio silêncio: "...o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc, não existe "em si mesma" (Pêcheux, 1977, p.10), (isto é em sua relação transparente à literalidade do significante) mas é determinada pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo social histórico em que as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é reproduzidas).

Welton Pereira de Mendonça      Tomando o corpo como materialidade discursiva, não é possível, para quem debruça o olhar para a fotografia de um corpo, não tê-lo como objeto de significação na construção de significados. Significados esses que consideram, para a análise de discurso peachetiana, as formações discursivas, as formações ideológicas e o "já-dito", o que propicia a instauração do sujeito-autor na construção do significado.

Juliana Afonso de Paula Souza      É importante ressaltarmos que vivemos em um país de diversidades culturais, religiosas, sociais que se manifestam por meio do corpo e da linguagem, nota-se, ainda que talvez, de forma velada, há o exercício do preconceito linguístico, por exemplo, referente aos nordestinos (com seu sotaque peculiar), aos mineiros (que em muitos lugares são

esterificados com a eterna imagem do caipira, do pão de queijo e da galinha caipira), dos quilombolas, indígenas, também em algumas regiões onde estão presentes os venezuelanos, os angolanos que buscam seu lugar ao sol, e se esforçam para comunicarem por meio da língua que chamamos de nossa, em busca de não ficarem à margem da sociedade.

San Thiago de Araújo e Silva      Pensando nas questões, para além das que ocorrem em nosso país, o apartheid foi arquitetado de forma a dividir as nações negras colonizadas da África não apenas geográfica e fisicamente, mas também linguisticamente. Segundo (Noah, 2020, p. 65), "Nas escolas buntu, as crianças só eram ensinadas no idioma nativo. As crianças zulu aprendiam em zulu. As crianças tswana aprendiam em tswana", prática que contribuía para manter a segregação entre os diversos povos.

Aline Paula Ribeiro Vasconcelos      Como a Língua aproxima e afasta ao mesmo tempo, como esse "jogo" linguístico diz de nós e dos outros, e nos coloca nesse e não naquele outro lugar. "A língua traz consigo uma identidade, uma cultura, ou, pelo menos, uma percepção dela. Uma língua compartilhada nos diz que somos iguais. Uma barreira linguística nos diz que somos diferentes", eu pude perceber como essa questão do corpo é forte, como sem dizer uma única palavra, sem usar a Língua.... a linguagem, eu me significo e sou significado.

Mariana Ruiz Nascimento      Além de pensarmos sobre a discursividade do corpo, também é interessante ver como a língua é utilizada como um instrumento de manutenção de poder (no caso, durante o *Apartheid*, para impedir que diferentes grupos se comunicassem e tentassem

criar formas de resistência ao governo). Entretanto, acredito que nem sempre a língua é suficiente para que alguém se insira em um determinado grupo e "compartilhe" a mesma identidade. Mesmo falando a mesma língua, muitas vezes o falante que não é nativo, por exemplo, ainda é visto como um outsider, sendo alvo de preconceitos e violência. Nesses casos, outras categorias entram em jogo, como o corpo e a nacionalidade.

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

Creio também que não seja somente o caso de compreender língua como uma unidade política que poderia ser nacional, porque uma mesma língua pode ter diferentes variedades e mesmo diferentes falantes, como diz Gupta (1997), que transformam ainda as variedades em outra coisa. O problema não estaria somente entre línguas diferentes, mas também em variedades de uma mesma língua.

Letícia de  
Sousa Leite

Gostaria de acrescentar em nossa reflexão sobre a discursividade na produção das Línguas de Sinais, com o enfoque no corpo Surdo a partir do contexto de produção discursiva e levando em conta a ideologia constitutiva dos corpos produtores, compreendo que as narrativas são construídas em Línguas de Sinais, sejam a contação de histórias, as poesias, as piadas; são produzidas pelos sujeitos surdos no cerne da sua comunidade, e são tradições que acompanham a história dos seus corpos. Partindo dessa premissa, o corpo surdo carrega consigo o status de linguístico, político e ideológico das sociedades surdas.

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

É extremamente relevante sua teorização do corpo surdo como tendo o status de linguístico, Letícia. É uma conceituação a ser aprofundada, defendida e disseminada, pois contribui imensamente para a área

dos estudos da linguagem e diminui a limitação teórica de considerar língua somente como o sistema linguístico sem corpo.

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

Retomando algumas reflexões acerca da linguagem, Rajagopalan inicia o texto colocando-se a favor da Linguística Aplicada ser tomada sob o viés crítico, discorre sobre o imbricamento da linguagem como meio de resistir, intervir, tomar parte de, envolver-se, ativamente na/pela sociedade. O autor ainda retoma acerca das discursividades ideológicas em que nós nos inscrevemos, portanto reproduzimos nossos discursos, já reverberados, cristalizados no jogo.

Bruno  
Alexandre  
Scapolan

Ele está criticando “um modo” de se fazer linguística. Na realidade o autor considera a posição do cientista em relação ao seu objeto de pesquisa e critica o seu posicionamento “neutro”, no qual as crenças e convicções precisam ser transpostas e a compreensão dos objetos de pesquisa se torne mais prático.

Valdilene  
Elisa da  
Silva

A neutralidade do pesquisador não é percebida quando tratamos desse modo de abordagem, pois, todo olhar é um olhar a partir de algum lugar sócio historicamente marcado, e assim carregado por conotações ideológicas.

A consciência crítica começa quando se dá conta do fato de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas reivindicações e suas aspirações políticas. Em outras palavras, toma-se consciência de que trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta.

Fabiane  
Lemes

A linguagem se configura como um lugar de intervenção política, pois por meio dela aparecem as injustiças sociais sofridas. A língua(gem),

portanto, constitui-se como instrumento que evoca a existência e a resistência de grupos sociais marginalizados ao longo da história. Nesse sentido, tomar a palavra, apropriar-se de um lugar de fala, fazer-se ouvir é o início de uma consciência crítica que se configura em ato político (RAJAGOPALAN, 2007).

Tiago Éric  
de Abreu

Isto implica uma problematização: tudo o que fazemos, inclusive as ciências, fazemos com a linguagem. Se a língua não se resume a relações sintático-semânticas, pode-se deixar de tratá-la como um objeto apenas, e considerá-la em seus processos e funcionamento. Sem excluir os sujeitos e as práticas com que essa língua funciona deixa-se de considerar a linguagem como algo homogêneo.

Thaís dos  
Santos  
Souza

Sob essa perspectiva, observo que um estudo crítico da linguagem acarreta inúmeras interpretações abrindo portas para diferentes saberes, visto que, a linguagem traz uma identidade própria, uma cultura e até uma perspectiva dela mesma, assim, cada sujeito é constituído por vários saberes e dizeres. Nessa linha, como nós, sujeitos nos constituímos através de vários dizere[s], faz sentido, quando Rajagopalan, nos adverte que “é na própria linguagem que devemos buscar as respostas para uma parte dos enigmas em torno da conduta humano” (2007, p.18).

Juliano  
Marques

A proposta de aproximação da teoria com a prática é justamente o que me atraiu na reflexão de Rajagopalan, a crítica em torno da linguística, pois me levou para um outro ponto de vista onde a linguística pode ser problematizada com uma postura indagadora com questionamentos sobre, por exemplo, qual seria a relevância social da linguística para a sociedade.

- Maísa Conceição Silva O autor acrescenta à ideia de uma "postura reflexiva e indagadora" dos fenômenos estudados a do tipo de relevância que, segundo ele, devem assumidamente ter os estudos linguísticos:  
 “Quando me refiro a uma linguística crítica, quero, antes de mais nada, me referir a uma linguística voltada para questões práticas. Não é a simples aplicação da teoria para fins práticos, mas pensar a própria teoria de forma diferente, nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem que ter alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 12).
- Isabella Zaiden Zara Fagundes [Em se tratando da discursivização do corpo, Souza (2018)] retrata a questão da identidade e da memória, as quais estão imbricadas e se perpassam.
- Alessandra Ribeiro Queiroz O paciente de Goa, Evelyn Waugh, entra no escritório do médico e este quando o vê já faz a leitura do seu corpo, o designando como Indiano, no entanto a esposa do paciente diz que ele é de Goa e do Reino Unido.
- Fabiene de Oliveira Santos Na tríade, “Língua, Nação, Corpo”, há uma relação de “encaixe” ou sobredeterminação do dizer, como memória (pré-construídos) e posicionamentos, em que, seja pelo corpo em sua fisicalidade aparente ou a língua, a voz, com o sotaque e suas nuances, esses “traços”, para uns, são motivos de sobredeterminação histórico-discursiva e marcam, para o outro, o lugar e a posição social.
- Eliane Mendonça Buiate Ocorre uma 'especulação cultural', através do diálogo entre o médico, o paciente (ou impaciente), que sofre de demência e a esposa. Eles conversam sobre as diversas formas de comunicação, sobre

diferenças culturais de um Goan (através da língua/gem), na formação da identidade da pessoa e como nos processos de produção de sentidos.

Isabella  
Zaiden  
Zara  
Fagundes

Ao se dizer de Goa podemos entender que há um sentimento de pertencimento, que se contrapõe quando ele diz que *“as Goan, we are and we aren’t”*, entendo que ao mesmo tempo o ser e o não ser remete a um não-lugar que escapa a esse pertencimento, mas ao mesmo tempo o reforça, o que faz com que a questão territorial seja irrelevante, já que aquelas(es) de Goa estão sempre se (des)(re)territORIZANDO. No que se refere à questão da raça, vemos que a construção da definição como a compreendemos, isto é, como uma ficção é reforçada quando o paciente é visto como branco em países colonizados, e como preto em países colonizadores, as relações de poder e dominação estão constantemente em embate.

Thaís  
Nunes  
Xavier dos  
Santos

Nesse sentido, é impossível pensar em uma comunidade que ocupa um determinado território como uma folha de papel em branco, desprovida de culturas, de conhecimentos e saberes, pronta a ser moldada pelo discurso dominante. O texto de Souza nos faz compreender o funcionamento do colonialismo e o que ele fez com países como Goa e como o nosso, em processos extremamente violentos de epistemicídio, que ainda perduram

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

O intuito de trazer esses 3 textos para leitura e discussão foi o de propiciar discussões e problematizações sobre alguns aspectos teórico-analíticos sobre os quais gostaria de refletir com vocês. 1) Por exemplo, a partir do texto de Pêcheux e Gadet, e concordando com a proposição de que nossas teorias podem pender para o logicismo ou para o sociologismo, ou para o psicologismo, como

mencionei no último encontro síncrono, algumas questões que devem ficar latentes em estudos que foquem o corpo como tema são: em qualquer um dos casos (isto é, tendências logicistas, sociologistas ou psicologistas), o que se analisa sobre o corpo está sendo enquadrado em teorias que aprioristicamente não se referem ao corpo e aos tipos de materialidades sob análise (imagens, vídeos, esculturas etc.)? Isto é, o corpo e as materialidades visuais estão sendo igualadas à língua que as descreve, como se a língua pudesse tudo dizer sobre essas materialidades? Se sim, quais são os efeitos disso para a episteme adotada e para a própria teorização dessas materialidades visuais? Essa única teorização/conceituação é suficiente? Foram considerados outros conceitos de outras teorias e se estabelece relação com eles para sustentar e argumentar a favor da teoria escolhida? Ainda nesse sentido: quando retomamos conceitos de alguma teoria para explicar um objeto (discursivo) e uma materialidade (e.g.: uma fotografia, uma obra de arte, um vídeo etc.), será que ficamos presas(os) ao conceito apenas, sempre a ele retornando e limitando a interpretação da materialidade ao possível no e pelo conceito, ou será que conseguimos expandi-lo? Por fim, será que interpretações exclusivamente logicistas ou sociologistas ou psicologistas não acabam por diluir o que é próprio desses tipos de materialidades de análise, tornando-as apenas itens estruturais, casos sociais ou impressões pessoais, cada qual em separado, que acabam por não explicar o funcionamento da linguagem?

2) Já no que se refere ao texto de Rajagopalan, ele é uma provocação para pensarmos o lugar da

linguística como um exemplar de ciência na história da ciência moderna e racionalizada frente às questões sociais e como parte da formação em humanidades. Já numa reflexão mais alinhada com uma proposta decolonial, as ciências ainda podem ser imaginadas e/ou desejadas neutras? Qual o seu papel para a melhoria da existência humana?

3) Por último, o texto de Souza, em sua característica biográfico-fictícia, pela forma de sua prosa, é um ponto de entrada de sensibilidade, como compreendo, para a reflexão sobre como o corpo em sua fisicalidade, é interpretado, falado, tomado como objeto de saber e enunciado pela palavra do outro que, por sua vez, ao nomeá-lo, escrutina-lo, constitui e reitera identificações sociais, memórias, sentimentos. A pergunta que podemos nos colocar, a partir dessa narrativa de memória é: como será que nós construímos os outros? Com quais palavras? Em quais discursos? O que naturalizamos ou a que sentidos resistimos quando transpomos corpos em palavras.

Essas questões são problematizações gerais que considero terem sido também apontadas e comentadas por vocês [...] [nesta roda de conversa], mas gostaria que ficassem em status de latência para nossas próximas [...] [conversas].

## Referências

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3 ed.

Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

Gupta, A. F. Colonisation, migration and functions of English. In: Edgar W Schneider (ed) *Englishes around the World 1: General Studies*, British Isles, North America Studies in Honour of

- Manfred Görlach. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1997. p. 47-58.
- MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial*. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.
- NOAH, Trevor. *Nascido do crime: histórias da minha infância na África do Sul*. Campinas: Verus, 2020. Tradução de: Fernanda de Castro.
- PÊCHEUX, M.; GADET, F. Linguagem, cidade, política e sociedade: Discurso e política. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Laboratórios de Estudos Urbanos/Nudecri*: Campinas, 1977.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, B. de S. MENESES, M. P. (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística Crítica*. São Paulo: Unicamp, 2007.
- SOUZA, L. M. T. M. de. *The Goan Patient (or the Impatient Goan)*. São Paulo, 2018.



## CATEGORIAS COLONIAIS: RACIALIZAÇÃO

Simone Tiemi Hashiguti  
Mariana Ruiz Nascimento  
San Thiago de Araújo e Silva  
Bruno Alexandre Scapolan  
Rogério de Castro Ângelo  
Letícia Sousa Leite  
Valdilene Elisa Silva  
Stella Ferreira Menezes  
Eliane Buiate  
Lucelia Cristina Brant Mariz Sá  
Giselly Tiago Ribeiro Amado  
Fabiane Lemes  
Fabiene de Oliveira Santos  
Thais Nunes Xavier  
Isabella Zaiden Zara Fagundes  
Anna Luiza Reis Leal  
Juliana Afonso de Paula Souza  
Thaís dos Santos Souza  
Priscila Gabriela Oliveira Sousa  
Juliano Marques  
Tiago Éric de Abreu  
Eliana de Sousa Andrade Ladeira  
Welton Pereira de Mendonça  
Aline Vasconcelos  
Alessandra Ribeiro Queiroz  
Juliana Prudente Santana do Valle  
Viviane Rodrigues  
Lavine Rocha Ferreira  
João Vítor Sampaio de Moura

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

Neste fórum de discussão, partimos do entendimento de que o racismo epistêmico está estritamente relacionado com o racismo antinegro. Trazemos então, para o nosso diálogo, as vozes de Bonfim (2020) e Jesus (2012), que discorrem, respectivamente, sobre uma proposta de antirracismo nos estudos da linguagem e sobre a diferença entre os conceitos de branquitude e branquidade. Além disso, nos apoiaremos também na palestra de Ryuko Kubota (2020) e em algumas imagens extraídas de alguns sites que reportam haver racismo em conteúdos didáticos de materiais usados em escolas. Com base nisso, podemos direcionar nossa discussão a partir das seguintes perguntas iniciais:

1. Como a branquitude funcionaria no contexto educacional, e mais particularmente no ensino de línguas?
2. Como o racismo epistêmico acontece em conjunto com o racismo antinegro na área dos estudos da linguagem?

Mariana  
Ruiz  
Nascimento

De acordo com Jesus (2012), branquitude é a negação do privilégio vivido pelo indivíduo branco, e o reconhecimento da inexistência de direito a uma vantagem estrutural em relação aos negros. Já a branquidade refere-se às práticas de indivíduos brancos que assumem e reafirmam a condição ideal e única de ser humano, portanto, o direito pela manutenção do privilégio perpetuado socialmente. Para Frankenberg (2004), a branquitude é não-marcada e invisível. Além disso, ela é um lugar de vantagem estrutural nas sociedades estruturadas na dominação racial; um 'ponto de vista', em que nos vemos e vemos os outros e as ordens nacionais e

San Thiago  
de Araújo e  
Silva

globais; ela é comumente redenominada ou deslocada dentro das denominações étnicas ou de classe; atravessada por uma gama de outros eixos de privilégio e subordinação relativos; é produto da história (FRANKENBERG, 2004).

A partir dos conceitos elencados pela colega Mariana Ruiz Nascimento, acredito que uma possibilidade de fazer operar a branquitude no contexto educacional – sobretudo no ensino de línguas – seria um posicionamento crítico, por parte da gestão e professorado escolar, na proposição de conteúdos programáticos que visassem a uma valorização constante de atributos vinculados à cultura (marcada como) negra. Ou seja, penso que as temáticas, os aspectos culturais e as realidades sócio-históricas dos povos caracterizados pelo termo “negro” devem ser recorrentemente exploradas nas salas de aula, e não apenas em datas e/ou semanas específicas (tal como alguns projetos educacionais que propõem, por exemplo, “semana da consciência negra”) que são previamente estabelecidas a serem destinadas a essa abordagem, simplesmente para que a escola se sinta em par com suas obrigações sociais antirracismos, mas que acabam por reiterar a cultura negra como a outridade.

Acredito que para pensarmos a branquitude operando socialmente – seja no campo educacional ou em qualquer outro –, é imprescindível que reflitamos, antes, nas estruturas que a tornam possíveis e/ou necessárias. Isso porque, para que determinados saberes emergjam em um dado estrato histórico, há condições – realidades, epistemologias, práticas,

instâncias, etc. – que os possibilitam (FOUCAULT, 1999; 2005).

Bruno  
Alexandre  
Scapolan

A “racialidade do branco” impõe a branquitude nos discursos e nas ações em tempos modernos, mesmo que inconscientes, velados ou disfarçados. Esta é uma herança desde a colonização europeia que foi se estabelecendo como um elemento determinante da modernidade. A arbitrariedade das características raciais constituiu um leque de expansão na modernidade e determinou as diferenciações e valorizações da aparência humana. Deste modo, a branquitude se dá como o prolongamento da brancura social que dita um modo de ser ou uma forma de agir, uma aparência estética aceitável e, particularmente, valores sobre a vida, o trabalho e as hierarquias que atinge as populações não brancas e exige delas a necessidade de se branquearem. Então as formas de vida e os estilos culturais que atravessaram a modernidade capitalista foram infamados no decurso da consolidação moderna. Consequentemente os processos de expansão do capitalismo, em particular, a colonização exigiu o branqueamento cultural e civilizatório em todas as regiões colonizadas. Podemos dizer que houve um branqueamento de hábitos, de estilos de vida, e também um branqueamento corporal visível, como por exemplo, nas classes dominantes e entre os políticos, empresários e artistas, que se escolhem a partir de modelos antropomórficos e sociais (ECHEVERRÍA, 2010).

Rogério de  
Castro  
Ângelo

Essa noção de branquitude me lembra uma frase da filósofa negra Ângela Davis de que “Numa sociedade racista não basta não ser racista, é

preciso ser antirracista”, de forma que a branquitude pode ser encarada como a assunção de uma práxis antirracista.

Uma das questões que mais me interpelaram na fala de Bonfim (2020) foi em relação à necessidade de racializarmos a branquitude, ou seja, de dar visibilidade às situações de privilégio em que eu, por exemplo, professor, branco, heterossexual, me encontro. Isso significa não silenciar diante de situações de racismo nas microrrelações nas quais estou envolvido diuturnamente.

Letícia  
Sousa Leite

Dentre os saberes compartilhados, algo que se fez latente em minha compreensão é o fato óbvio de que corpos brancos têm vantagens raciais como herança colonial. A partir dessa reflexão, as provocações apresentadas pelo Prof. Dr. Bonfim reverberaram em minh’alma de pesquisadora, de mulher acadêmica branca, agora ainda mais consciente do meu privilégio. Com isso, entendo que é preciso ir além da leitura de autores negros e autoras negras, que se performatizam como negros, que se racializam como tal. É preciso ler, aprender e desenvolver práticas de combate estruturais frente ao racismo antinegro que também é estrutural. Como mulher de corpo branco que pretende desenvolver práticas antirracistas, isso demanda assumir essa luta que deve ser nossa, uma vez que enquanto brancos e brancas antirracistas, temos o poder para conversar com outros para se racializar, uma vez que a criação da raça é da branquitude. Para tanto, é preciso abordar essas questões ao falar do racismo na linguagem. A partir dessa concepção, aprendo com o Prof. Dr. Bonfim que enquanto mulher linguista branca devo assumir a

Valdilene  
Elisa Silva

responsabilidade do próprio corpo ao ser situado em uma sociedade racista como a nossa que produz e reproduz o racismo.

Nesse sistema hierárquico onde o corpo negro é sempre objetivado como inferior em relação ao corpo branco inventado como padrão, ele precisa a todo tempo provar que não está nesse nível classificatório. Assistindo à conferência de um professor, homem preto, ele narrou um exemplo que vem de encontro com o que estamos falando. Ele, no início da sua carreira de professor de inglês, ao entrar nas salas pela primeira vez, foi objeto de curiosidade de seus alunos, pois, curiosos sobre o corpo do professor e a língua ensinada, tentavam testá-lo quanto ao conhecimento da língua, principalmente a respeito da pronúncia, falavam com ele em inglês para ver a sua reação, além de fazerem perguntas diretas sobre o assunto. Eu, enquanto professora de inglês, branca, não tive essa experiência, ou seja, para ele não basta ser aprovado em um concurso, ter um título de mestre ou doutor, ele precisa provar que realmente merece estar naquele espaço. Assim, como na narrativa de Bonfim, (2020), entendemos que na visão de algumas pessoas, o corpo negro não performa conhecimento acadêmico\científico, nem tampouco é merecedor dos espaços de poder.

O professor a quem me referi é Gabriel Nascimento, da Universidade Federal do Sul da Bahia, Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade de São Paulo - USP. O livro *Racismo linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo*, 2019, seu último trabalho, nos oportuniza conhecer pontos importantes sobre a origem e

desenvolvimento do racismo epistêmico. Dentre muitos pontos, destaco a questão das políticas linguísticas no Brasil, que são feitas para brancos e pelos brancos, desde a chegada dos colonizadores.

Stella  
Ferreira  
Menezes

O primeiro conceito que venho mobilizar sobre a temática discutida é chamado de “pacto narcísico”, apresentado no artigo de Jesus (2012), que o apresenta como o “o isolamento de brancos em locais de brancos para fortalecer os laços de branquitude, a cumplicidade entre os iguais (brancos) favorecendo uns aos outros, deixando o não-branco à margem, afastado”.

Proponho aqui uma reflexão. 1) Será que nós, como formadores e educadores, não estamos corroborando uma educação que oprime e reforça os laços de branquitude na nossa sociedade? Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* (1987) afirma que a educação que oprime acaba gerando uma invasão cultural, em que o opressor impõe ao oprimido sua verdade e deixa de considerar a realidade cultural do oprimido, bloqueando, dessa forma, a criatividade e a visão diferente da sua.

Eliane  
Buiate

Mesmo que de maneira contrária, já que estamos falando de um poder hegemônico e uma maioria marginalizada, tanto branquitude quanto negritude se direcionam para a construção de uma identidade positiva, embora a negritude já tenha se consolidado como tal. A branquitude caminha no sentido do reconhecimento e negação, por parte do indivíduo branco, da ideia de supremacia branca, através da conscientização transformada em práticas que vão de encontro com a branquidade.

O racismo epistêmico é uma realidade triste, mas presente, e me parece impregnada em nossos corpos colonizados. O ensino de línguas não foge dessa triste realidade. Em várias escolas, principalmente as particulares e/ou as que ficam nos centros urbanos e regiões mais ricas, a maioria dos alunos são “brancos”, os professores e os secretários também.

Lucelia  
Cristina  
Brant Mariz  
Sá

Segundo Bonfim (2020), as atividades linguísticas são racializadas porque as relações raciais estruturam as nossas atividades linguísticas. Por isso, a linguística deve se posicionar política e socialmente compromissada com os assuntos decolonias. Nesse contexto o racismo antinegro no Brasil se apresenta como uma forma de dominação de corpos negros, de uma maneira estrutural, sendo assim, as formas de combate também devem ser estruturais.

Giselly  
Tiago  
Ribeiro  
Amado

Os corpos se constituem performativamente e estabelecem na relação linguística escalas sociolinguísticas, estas escalas de valor e validade são determinadas, segundo Bonfim (2020), pelas hierarquizações verticais pluricêntricas, pois os recursos linguísticos não são distribuídos de forma linear e igualitária como proposto por Saussure, mas enquadram as formas linguísticas em regimes verticais de apreensão, de forma desigual. Processo que promove o racismo epistêmico aliado ao racismo antinegro.

Em concordância com Fanon, que “defendeu o argumento de abolição da raça, [...] preocupado em libertar o branco de sua branquitude e o negro de sua negritude, porque a identidade racial seria um encarceramento que obstaculizava a pessoa de chegar e gozar sua condição humana”

(CARDOSO, 2010, p. 47), considero de suma importância problematizarmos estas questões em todas as oportunidades buscando nomear o funcionamento do racismo antinegro em especial o racismo epistêmico que afeta diretamente a produção do saber, além de promovermos práticas pedagógicas com epistemologias inclusivas, com pluralidade de saberes buscando eliminar a exclusão acadêmica e verticalizada de pedagogias conservadoras.

Fabiane  
Lemes

As práticas languageiras se configuram como episteme colonial e intrinsecamente política na qual se materializa o racismo epistêmico, característica inerente à colonialidade, sendo os signos, portanto, uma arena de lutas. Para contextualizar, saliento três proposições engendradas por Maldonado-Torres (2007) como respectivamente colonialidade do saber, colonialidade do ser e colonialidade do poder: 1) é na/pela língua(gem) que são reproduzidos os regimes de pensamento coloniais, 2) é irrefutável o impacto da colonização na linguagem; 3) há uma inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação.

Tais preceitos instituem o sistema-mundo moderno colonial, responsável pela institucionalização das formas de organização social, econômica e política cujos pilares se baseiam em formas de opressão e exploração, atributos questionados à luz do pensamento decolonial. Assim, o regime colonial permanece incutindo a produção de conhecimentos, formatando saberes e projetos de sujeitos, identidades e corpos.

Fabiene de  
Oliveira  
Santos

Na área dos Estudos da Linguagem, o racismo epistêmico e o antinegro, a inferiorização e o preconceito fundante e estrutural em relação ao negro, podem ser notados pela falta de “visibilidade” de pessoas negras nessa área. E por “visibilidade” entendo aqui a manifestação do poder que torna “inexpressivo” o outro “não-branco”, visto que é o branco que é “tido como ser humano ideal, modelo cultural e normativo” (JESUS, 2012). Essa “visibilidade” está tanto na questão física, a) na presença corporal e na legitimação da fala, expressão e pensamento de negras, negros, negres nessa área (no debate), b) na língua, nas expressões orais e corporais sobre a raça negra, quanto c) na possibilidade de estudo de pensadores negres, na divulgação, apreciação e valorização destes; isso em relação à equiparação do volume e do prestígio dado a estudiosos(as) brancos(as). Nesse ponto, é claro que a questão da intersecção, como de gênero e raça, a interseccionalidade como indica Lugones (2008), é um fator que reforça a marginalização e enfatiza a colonialidade do poder, do ser. Quantas mulheres são memoráveis e estiveram/estão nessa posição de rebaixamento do “ser-saber”. Nomes como Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Alice Walker, Maya Angelou são alguns dos muitos a denunciar essa história e língua do poder colonial-racial.

Thais  
Nunes  
Xavier

Frantz Fanon (2008), em *Pele negra, máscaras brancas*, problematiza a relação entre o negro e o branco, revelando a maneira como um vê o outro, a necessidade instaurada no negro de ser branco, enquanto o branco assume a condição de único

ser humano, mostrando como as identidades raciais acabam por criar limitações para que o indivíduo alcance a condição humana. Os efeitos de sentido produzidos pelo funcionamento dos discursos marcados pelo racismo revelam a hierarquização entre pretos e brancos e a quem se destina a condição humana. Como vemos na notícia, corpos pretos, buscando por seus direitos de cidadãos junto aos órgãos oficiais, são iludidos com promessas de uma democracia racial que não existe - ou se existe, existe mais para uns do que para outros -, são apagados por meio de discursos que revelam descaso, morosidade, erros inexplicáveis, burocracias, ou seja, condições subumanas de existência.

Isabella  
Zaiden Zara  
Fagundes

Apesar de caber à branquitude (JESUS, 2012) o poder de colocar os significados em circulação para desconstruir o racismo e as práticas racistas que são perpetuadas desde sempre, há a fragilidade branca (DiANGELO, 2018) impedindo que essa desconstrução ocorra de forma consistente, já que as(os) brancas(os) privilegiadas(os) tanto pela segregação, como pela desigualdade desenvolvem um senso de superioridade gerando um controle racial da branquitude, o que dificulta tal mudança, uma vez que lhes é confortável esse pseudo-poder. Portanto, a língua(gem) e o corpo são objetos de domínio e são construídos por uma matriz colonial de poder (MIGNOLO, 2016), na qual as brancas(os) querem controlar as(os) negras(os), hierarquizando o conhecimento/saber, o que Mignolo (2017) chama de húbri do ponto zero.

Anna Luiza  
Reis Leal

Conforme elucidada Mignolo (2007), o racismo enquanto sistema é utilizado pelos europeus para

anular todas as outras histórias em prol da sua. Assim sendo, na área dos estudos da linguagem, também há que refletir sobre hierarquia linguística, que acaba por ser mais uma barreira de acesso aos corpos inventados como não brancos àqueles locais que devem, segundo a lógica colonial, serem somente dos brancos.

Como as supostas diferenças foram criadas em situações de dominação, os traços raciais foram associados a posições e hierarquias sociais. Com o passar do tempo, essa associação foi naturalizada e tornou-se parte das relações coloniais, transformando-se em um critério de distribuição de lugar e de poder na sociedade. Dessa forma, a ideia de raça, aliada à identidade social que a representa, estabeleceu-se como um instrumento de classificação social (QUIJANO, 2005, p. 117).

Fabiene de  
Oliveira  
Santos

É irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber. É possível acreditar que pessoas negras não elaborem o mundo? É sobre isso que a escritora Chimamanda Ngozi Adichie alerta ao falar do perigo da história única. O privilégio social resulta no privilégio epistêmico, que deve ser confrontado para que a história não seja contada apenas pelo ponto de vista do poder. É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram. (RIBEIRO, 2019).

A partir do pensamento de Djamila Ribeiro, é possível perceber a presença/persistência histórica do racismo epistêmico, que está imbricado ao racismo antinegro, ou seja, uma exacerbação do poder sobre o ser e o saber do ser.

Juliana Afonso de Paula Souza

Nosso país ainda está entranhado de valores e características coloniais que racializam as pessoas não brancas, as separa em categorias, no entanto, prefere negar que existam práticas preconceituosas, e ainda, quando se trata de “racismo epistêmico” possa ocorrer de maneira velada, o que dificulta a percepção da maioria. Se o preconceito racial demarcado no Brasil é compreendido no critério da aparência, na cor da pele, nele, é possível evidenciar a “desvantagem” da cor, ou de algum atributo associado a ela, como sucesso, instrução, ocupação ou riqueza. Como foi salientado pelo professor Bonfim (2020), “a estrutura racista é pigmentocrática, e isso cria diferenças entre corpos negros”. São variáveis que, talvez, possam atuar promovendo uma espécie de apagamento da cor, que possa ocorrer também durante a trajetória acadêmica.

Thaís dos Santos Souza

Como observados na literatura estudada e em nossas discussões e reflexões sobre a temática, visualizo a proposição de Pêcheux (1997), quando expõe que o estudo da língua ocorre a partir da relação do homem com a história, em que o discurso retrata o eixo central como prática da linguagem. Isto é, a língua está integrada com a ideologia dos sujeitos com a sua história. Posto isto, com um olhar voltado para as problemáticas relacionadas ao racismo epistêmico e sua relação com o racismo antinegro, observo que as práticas sociais de linguagem e o modo como elas funcionam acabam por produzir efeitos de poder e dominação sobre o outro. Diante destas ponderações, observamos que a figura do branco na história, sendo caracterizado como um ser humano ideal, acarreta em colocar

o não-branco (negro e outras raças inventadas) em condições inferiores a ele, o que retrata uma dominação racial. Logo, o branco ao colocar o negro em condições inferiores acaba anulando-o, desqualificando-o de conhecimento, ou seja, colocando-o em indigência cultural (CARNEIRO, 2005).

A partir daí, percebemos que a construção do racismo epistêmico com sujeitos negros é estruturada não só em suas identidades corporais (cor da pele e traços), mas também em suas práticas linguageiras, uma vez que estão ligadas com a sua história, o que, por conseguinte, acaba por construir barreiras para que o sujeito negro alcance a condição humana.

Thais  
Nunes  
Xavier

Na distribuição geográfica das escolas de Uberlândia, Minas Gerais, é possível visualizar os espaços onde os corpos negros “podem” participar e permanecer e onde “não podem”. Nas escolas centrais, há muito mais alunos brancos do que negros, enquanto nas escolas da periferia a presença de alunos negros é muito mais intensa do que de alunos brancos. Ademais, as escolas centrais são consideradas “escolas modelo” da cidade, com qualidade de ensino, espaço físico e recursos melhores, ou seja, escolas em regiões privilegiadas da cidade que atendem uma parcela privilegiada de pessoas.

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

Acerca do racismo epistêmico, Bomfim cita a colonialidade do poder que instaura as estruturas fundacionais do conhecimento. Quem pode produzir conhecimento? Quem, de fato, detém a capacidade cognitiva para tal? Pode o negro ocupar um lugar tão legitimado e demarcado pelo branco? Que lugar é reservado ao corpo

negro? Relaciono tal fala com as imagens trazidas como material pela professora Simone. Elas trazem um material escolar infantil que reproduz por meio da língua(gem) o preconceito racial. É importante que nós enquanto professores de Línguas e pesquisadores de uma universidade pública nos coloquemos dispostos ao projeto que vise o deslocamento em nossos discursos e práticas diante do movimento antinegro tão enraizado na linguagem. Nos atentarmos aos sentidos que evocam e reforçam o lugar que o negro deve ocupar e principalmente o que ele não deve. A essa deslegitimação, inferiorização, Carneiro chama de epistemicídio.

“Para nós, (...), o epistemicídio é, (...) um processo persistente da produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de e de rebaixamento da capacidade cognitiva (...) (CARNEIRO, 2005, p. 97)

Juliano  
Marques

Nogueira (2016) ilustra a nossa reflexão com o ocorrido em 2014 na Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em que a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA) rejeita a participação da atriz negra Camila Pitanga e do ator negro Lázaro Ramos para a apresentação da cerimônia de abertura do referido evento.

A atriz e o ator, ambos negros, foram substituídos, por escolha dos organizadores do evento, por dois atores brancos, Fernanda Lima e Rodrigo Hilbert. Ora, se a FIFA que promove Copas de Futebol em todo mundo seleciona um casal de atores brancos em detrimento de um casal de atores negros, o que podemos esperar da

participação de negros em círculos acadêmicos como nos círculos do estudo da linguagem? Negros discutindo e produzindo conhecimento? Podia-se até pensar que seria completamente diferente do ocorrido na ocasião da Copa do Mundo, mas não é isso que nos conta o Marco Antônio Lima do Bonfim.

Isabella  
Zaiden Zara  
Fagundes

O racismo epistêmico impede que haja acadêmicas(os) negras(os) ocupando um lugar dentro das universidades, o que faz com que o conhecimento produzido por elas(eles) não seja legitimado (epistemicídio). Há uma negação de todo saber/conhecimento produzido por essas(esses) negras(os) que recai em uma política racista antinegro, fazendo com que o saber seja eurocentrado (colonialidade do saber), uma vez que o conhecimento produzido na academia é na sua grande maioria embranquecido e eurocêntrico, pois a produção do conhecimento se dá por meio de uma educação de brancos para brancos, silenciando, apagando a(o) negra(o), tolhendo-lhes a representatividade e impactando em suas vidas.

Rogério de  
Castro  
Ângelo

A falta de representatividade nos quadros docentes dos cursos de graduação e pós me remete à discussão do livro *Memórias da Plantação*, da Grada Kilomba, sobre as situações de não pertencimento que ela relata no contexto da universidade alemã. Além disso, não podemos apagar as condições de se fazer um curso de pós-graduação, com muitas das aulas ocorrendo no período diurno, com uma grande carga de leituras, o que dificulta/inviabiliza a participação por parte daqueles/as que precisam trabalhar concomitantemente à realização do curso de pós.

Acredito que esses, dentre outros fatores, em um momento de corte de bolsas de estudo (além do baixo valor das bolsas, que há anos não são reajustadas) exemplifica o que Bonfim discute sobre o caráter estrutural do racismo no país.

Trazendo a discussão para o ensino de línguas, entendo que é urgente (re)pensarmos, tal como provocam Bonfim e Kubota, nas nossas práticas de citação bem como no que se refere à organização dos nossos currículos, numa busca consciente e constante de reavaliar quais textos estamos selecionando para discutir, uma vez que se não o fizermos, estamos contribuindo para a manutenção dessa estrutura que invisibiliza saberes e corpos não hegemônicos.

Fabiene de  
Oliveira  
Santos

A visibilidade para uns e não para outros é característica da sociedade dual colonial-moderna eurocêntrica capitalista, como também é a forma velada do racismo. Assim, tem-se a invisibilidade do negro, como na área dos Estudos da Linguagem, a) mediante a pouca ocupação de lugares como docentes ou acadêmics negres, como aponta Bonfim (2020) apresentando o censo do INEP de 2016, que abarca dados sobre docentes doutores na pós-graduação, e a área da Linguagem está inserida nesse conjunto, de modo que os dados, como não se contrapõem, também a representam. Ao olhar para essa área ou de dentro dela, é possível perceber a diferença de ocupação, lugar social e *locus* de enunciação entre brancos e não-brancos. No texto de Bonfim, o relato pessoal traduz o exemplo presente do racismo e da branquidade. Sobre b) a visibilidade do racismo na língua, nas expressões orais e corporais, se ofuscada por

“modismos” ou deslocada por novas teorizações, ainda é latente pela distância entre “teoria e prática”, “dizer e fazer”, mesmo no contexto acadêmico, em que há diversidades de histórias, ideologias, memórias e práticas ainda arraigadas, sob a herança e a hierarquia sociorracial. Além da denúncia pela narrativa de Bonfim, ainda não há difusão, por exemplo, do conceito e da prática do “Letramento racial”. E, c) são poucos negres ainda que são indicados e conceituados para leituras, estudos, pesquisas, em relação a brancos.

Fabiane  
Lemes

Esse sistema-mundo é firmado mediante as relações de poder, suscitadas no confronto com o “Outro”, dado por meio processo colonizatório, premissa que estabelece as práticas de dominação e exploração. Institui-se, assim, um mito da violência calcado na transformação do ‘outro’ num objeto vazio, de modo a implementar o conhecimento como um objeto de poder (LEMES; HASHIGUTI, 2021).

Grosfoguel (2016) transpõe para o universo epistêmico as proposições de Maldonado-Torres (2007) acerca da colonialidade e produção de conhecimento, relação cuja indissociabilidade implica a edificação de cânones do pensamento nas universidades ocidentalizadas. Institui-se, assim, um privilégio epistêmico produtor de uma inferioridade epistêmica erigida com base no racismo/sexismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2016).

Lucelia  
Cristina  
Brant Mariz  
Sá

Visando reparar os danos causados em decorrência da raça no campo educacional, em 2012 foram aprovadas as cotas raciais para ingresso nas universidades públicas. Tal ação se

Tiago Éric  
de Abreu

caracteriza como afirmativa para o contexto decolonial. Contudo, segundo Bonfim (2020), os colegiados das graduações e pós-graduações ainda são predominantemente brancos. Para Kilomba, “o centro acadêmico não é um local neutro. Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras” (KILOMBA, 2020, p. 35). Para Jesus (2012), “o branco foi por toda história (auto)representado como o ser humano ideal, o que lhe conferiu ao longo de séculos uma situação de privilégio que é legitimada na sociedade até os dias atuais”.

Um ponto que considero central para a discussão da questão é a pergunta formulada por Kubota (2020): De que forma nossas atividades de pesquisa não reproduzem as desigualdades raciais do conhecimento acadêmico?

A naturalização de processos histórico-políticos, a qualificação da língua dos grupos hegemônicos de maneira exclusivista com relação às línguas outras, bem como a eleição de alguns registros como de prestígio teriam por consequência a marginalização, o apagamento do diferente? (Por exemplo, no interior de um quadro teórico comparativo que dimensiona, de um lado, o Inglês e, de outro as “línguas asiáticas”, no qual o primeiro é apresentado com qualidades positivas enquanto os qualificativos das línguas asiáticas são inferiorizados) (KUBOTA, 2020).

Um dos maiores desafios é não cair no engano de que os fenômenos estudados devem se amoldar a modelos metodológicos ou epistemológicos dados de antemão, sobretudo os paradigmas teóricos das culturas dominantes, que parecem ter maior força pregnante.

Eliana de  
Sousa  
Andrade  
Ladeira

Parafrazeando Jordão (2016), quando os educadores veem o ensino de línguas com visões de mundo bem demarcadas e com domínios de estados-nação, eles acabam por se filiar a línguas e ideologias específicas e caem na armadilha da colonização, esquecendo-se de que as línguas são espaços abertos para a construção de significados e libertadoras das ideologias imperantes. Jesus (2012) diz que, “branquitude, negritude, branquidade e negridade são categorias históricas relacionais que precisam ser combatidas e desenvolvidas cada um ao seu modo” e talvez possamos acrescentar nos contextos educacionais principalmente, em que a maioria é marginalizada. A branquitude enquanto um termo de conscientização que conduz à transformação e formação de uma identidade positiva dos marginalizados, consolidando o lugar que lhes é de direito nos materiais didáticos, nos espaços acadêmicos, na epistemologia, enfim, em todos os espaços sociais.

Welton  
Pereira de  
Mendonça

Lembro-me de uma autora que conheci recentemente enquanto cursava a graduação em Letras: Carolina Maria de Jesus. Conforme publicado pela revista Galileu em 29/03/2019, por ocasião em que, se estivesse viva, completaria 105 anos, o texto destaca que Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, catadora de papel e favelada, foi uma autora improvável. Nasceu em 14 de março de 1914 em Sacramento, Minas Gerais, em uma comunidade rural, filha de pais analfabetos. Foi maltratada durante a infância, mas aos sete anos frequentou a escola — em pouco tempo, aprendeu a ler e escrever e desenvolveu o gosto

pela leitura. Uma de suas obras, a qual me emociona toda vez que leito, *Quarto de despejo – diário de uma favelada*, a autora relata situações de discriminação e sofrimento vividos, praticadas por uma sociedade “branquista”.

As situações apresentadas por Carolina Maria de Jesus se fazem fortes e presentes, de forma nem sempre velada e sutil, no dia a dia das escolas brasileiras, a começar pelo “livro didático”.

Aline  
Vasconcelos

Quero começar dizendo que foi nessa disciplina que ouvi e li pela primeira vez os termos branquitude e negritude, branquidade e negridade. Sou professora das séries iniciais do Ensino Fundamental I há mais de 10 anos e ao ler os textos, assistir aos vídeos e me preparar para responder essa questão fiquei pensando no porquê essas pesquisas não chegam na escola, ou, por que elas não saem da academia... Desinteresse dos professores? Falta de acesso? Linguagem rebuscada? O fato é que elas não chegam!

Portanto, primeiro é preciso que a branquitude saia da academia e dos textos acadêmicos para "posar" no banco da escola. Levando-se em consideração o conceito de branquitude, é através da conscientização transformada em práticas que o anti-racismo ganha força, deveríamos começar essa discussão na base da educação, ou seja, nas séries iniciais; o ensino de línguas começa com a língua materna, é nesse língua que o sujeito se posiciona em relação a uma branquitude crítica ou acrítica, a uma negritude ou a uma negridade.

Alessandra  
Ribeiro  
Queiroz

Segundo Moita Lopes (2012) na aula de línguas por envolver a palavra é possível trabalhar qualquer tipo de tema, por isso é incompreensível observar que alguns professores de línguas não

abordem sobre a vida social em sala de aula no que se refere ao engajamento dos alunos nas questões de raça, gênero e sexualidade, sendo necessário que desenvolva nas aulas de línguas um ensino voltado para a criticidade. Segundo Ferreira (2006), é preciso pensar sobre os cidadãos na sociedade e discutir empoderamentos voltados para ideologias, classe, poder, gênero dentre outros, o que proporciona uma nova direção para o ensino de línguas.

Juliana  
Prudente  
Santana do  
Valle

O espaço de formação influencia diretamente na formação da pessoa, o qual visa, dentre outros objetivos, seu “pleno desenvolvimento”. Ninguém nasce racista, tal atitude é construída no decorrer da vida do ser humano a depender de qual espaço ele se desenvolve, e um desses, já apontado, é a escola, sendo assim tudo que envolve ensino aprendizagem, os discursos proferidos nesse ambiente influenciam diretamente na constituição do ser humano em desenvolvimento.

É evidente, ainda, o quanto o ambiente escolar é sustentado pelas relações de poder e de privilégio que são demarcadas pelo nível de renda e origem social e racial. E é nesse contexto que os discursos, como prática de linguagem, vão sendo reproduzidos e produzindo sentidos, porém inacabados, baseados no lugar de fala dos sujeitos envolvidos. Quando essa representação acontece no ambiente educacional, lugar de aprendizado, acaba por se naturalizar as imagens e dessa forma perpetuar a supremacia branca racializada.

Viviane  
Rodrigues

No ambiente escolar considero que a branquitude pode funcionar de diferentes formas: em momentos de reflexões sobre a conscientização

racial com alunos, nas oportunidades enquanto protagonista para alunos negros, na valorização cultural e na inserção de costumes africanos no cotidiano escolar como exemplos, mas quero pontuar, dentre essas práticas, o Dia da Consciência Negra na escola de educação básica, como um momento em que as ações de branquitude compõem o foco principal das atividades pedagógicas. Dentre as atividades é muito comum escolas realizarem desfiles de beleza negra, em que os corpos negros ganham evidência, são expostos, julgados, ficando o corpo como objeto de investigação e análise. A maneira como esse corpo será olhado, analisado ou admirado vai depender também da filiação do outro a determinados discursos.

Lavine  
Rocha  
Ferreira

Posso dizer que a escola é um lugar de suma importância para a constituição da identidade das pessoas, mas que ainda tem traços de uma herança de uma sociedade construída no racismo assim como outros espaços.

Vejo como sendo muito desafiador pensar em transformações em um espaço onde os negros não são representados, que vivenciam discursos preconceituosos, evasão, todos os tipos de violência, naturalização do fracasso escolar dentre outros.

É importante que o professor, a gestão adote políticas de médio e longo prazo para transcender o espaço físico da escola e reconhecer a estruturação social como o viés racial e por este motivo, faz necessário um movimento revolucionário de discussão do racismo para resgatar uma história que até então legitimou o branco como “o ser humano ideal, o que lhe

conferiu ao longo de séculos uma situação de privilégio que é legitimada na sociedade até os dias atuais” (JESUS, 2002, p.1).

João Vítor  
Sampaio de  
Moura

Há muitas diferenças sociais em nossa educação, mas sabemos que a população negra sofre de forma extrema devido ao preconceito e racismo estruturados em nossa sociedade.

Segundo Henriques (2001), a escolaridade média de um jovem negro com idade aproximada a 25 anos é equivalente a 6,1 anos de estudo, enquanto um jovem branco de idade similar equipara-se a uma média de 8,4 anos. Esse diferencial apresentado pelo referido autor confere com a desigualdade que muitos preferem negar na sociedade brasileira.

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

De maneira geral, creio que a discussão foi bastante densa, com várias retomadas riquíssimas dos textos e conceitos arrolados sobre esse tema, e também na relação com outras referências foram mobilizadas.

Do meu ponto de vista, fomos constituídas(os) como uma sociedade racista, e já passou muito da hora de abordamos o racismo no âmbito dos nossos estudos sobre linguagem e educação linguística. Os relatos e exemplos que vocês trazem sobre o tema também são fundamentais para que tenhamos mais presente a dimensão do nosso cotidiano racista. Nosso engajamento como aqui no grupo na reflexão proposta indica, como vejo, nosso exercício de constituição de um olhar crítico para nossas teorias e práticas acadêmicas e de ensino.

Esse olhar crítico deve ser incansável, deve ser aguçado, refinado a cada leitura e reflexão. É um olhar que deve possibilitar observar, analisar,

questionar sentidos e discursos em seu funcionamento nas palavras, textos, imagens, relações interpessoais, instituições, materiais, práticas discursivas, maneiras de falar.

Achei particularmente importante os questionamentos que nós fomos nos colocando acerca de nossas práticas linguageiras, discursivas dentro e fora da sala de aula, que possibilitam a formulação explícita da seguinte questão: como nós, como profissionais (professoras(es), pesquisadoras(es), sujeitos sociais) estamos reproduzindo e mantendo esse quadro colonial racializado?

É importante ressaltar que cada novo conceito que conhecemos nos permite novos recortes do real e novas lentes para interpretar. Ao abordarmos conceitos como branquitude e branquidade, racismo epistêmico, temos a chance de nos deslocarmos em redes de sentidos, de nos posicionarmos teórica e politicamente e entendermos a necessidade dessa tomada ou explicitação de posição.

## Referências

- BONFIM, M. A.; ALENCAR, C. Por uma Linguística Aplicada antirracista, descolonial e militante: racismo e branquitude no Facebook seus efeitos 35 sociais. In: JESUS, Dánie Marcelo; MELO, Glenda Cristina (Orgs.). *Linguística Aplicada e raça: desafios epistêmicos, metodológicos e analíticos na contemporaneidade*. Mato Grosso: Editora da UFMT, 2020.
- CARDOSO, L. Retrato do branco racista e anti-racista. *Reflexão e Ação*, Universidade de Santa Cruz do Sul, v.18, n. 1, p. 46-76, janeiro-junho, 2010.

CARNEIRO, A.; FISCHMANN, R.. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

DiANGELO, R. J. *White Fragility: Why It's so Hard for White People to Talk About Racism*. Boston: Beacon Press, 2018.

ECHEVERRÍA, B. *Modernidad y Blanquitud*. México: Era, 2010.

FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERREIRA, A. de J. Formação de professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol de práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. *In: Revista Línguas & Letras*, v. 7, n. 12, p. 171-187, 2006..

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. 7 ed. Trad. Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. *As Palavras e as Coisas*. 8 ed. Trad. Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FRANKENBERG, R. A miragem de uma branquidade não-marcada. *In: WARE, Vron (org.). Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 307-338, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GROSFUGUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. Trad. Fernanda Miguens, Maurício Barros de Castro e Rafael Maieiro. *In: Revista Sociedade e Estado*. Vol 31 – n. 1, 2016. p. 25-49.

Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?lang=pt>>,. Acesso em maio de 2021.

HENRIQUES, R. M. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Texto para discussão n. 807. Brasília: IPEA, 2001.

JESUS, C. M. Branquitude X Branquidade: uma análise conceitual do ser branco. *In: Anais do III EBE- Encontro Baiano de Estudos em Cultura*, 2012.

JORDÃO, C. M. Decolonizing identities: English for Internationalization in Brazilian University. *Interfaces Brasil/Canadá*, Revista Brasileira de Estudos Canadenses. Canoas, v.16, n.1, p. 191-209, 2016.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação*: episódios de racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

KUBOTA, R. – Epistemological Racism and Language Studies: Decolonizing Knowledge. *Abralin ao Vivo*: Linguists Online. Disponível em: <<https://aovivo.abralin.org/lives/ryuko-kubota/>>. Acesso em: 21 Feb. 2022.

LEMES, F.; HASHIGUTI, S. T.. “Me disseram que eu não sou...”: o corpo indígena esquadrinhado pelo/no discurso de raça. In: SOARES, T. B.; CRUZ, M. S.; COITO, R. F. *Novas fronteiras em Análise do Discurso: objetos outros*. Campinas, SP : Pontes Editores, p. 123-147, 2021.

LUGONES, M. *Colonialidad y Género*. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, n. 9, julio-diciembre, p. 73-101, 2008.

MALDONADO-TORRES, N. “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, p. 127-167, 2007.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguagem e escola na construção de quem somos. In: FERREIRA, A. de J. (Org.). *Identidades Sociais de Raça, Etnia, Gênero e Sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores/as*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

NOGUERA, R. Sociedades de controle e o grito de Eric Garner: o racismo antinegro do cogito da mercadoria na (através da) filosofia de Deleuze. *TRÁGICA: Estudos de Filosofia da Imanência*, v. 9, n. 1, 2016.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso*. Uma crítica a afirmação do óbvio. 3ª. Ed. Campinas-SP: Pontes, 1997.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, p. 107-30, 2005.

RIBEIRO, D. *Pequeno manual antirracista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. Disponível em:

<<http://www.stiueg.org.br/Documentos/7/582.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2021.

## RACISMO E LINGUAGEM

Simone Tiemi Hashiguti  
Giselly Tiago Ribeiro Amado  
Fabiane Lemes  
Alessandra Ribeiro Queiroz  
Fabiene Oliveira Santos  
Rogério de Castro Ângelo  
Priscila Gabriela Oliveira Sousa  
Mariana Ruiz Nascimento  
Letícia Sousa Leite  
Lucelia Cristina Brant Mariz Sá  
Valdilene Elisa Silva  
Isabella Zaiden Zara Fagundes  
Juliana Afonso de Paula Souza  
Aline Paula Ribeiro Vasconcelos  
Viviane Rodrigues  
Tiago Éric de Abreu  
João Vítor Sampaio de Moura  
Lavine Rocha Ferreira  
Thaís dos Santos Souza  
Thais Nunes Xavier  
Anna Luiza Reis Leal  
Juliana Prudente Santana do Valle  
Bruno Alexandre Scapolan  
San Thiago de Araújo Silva  
Eliane Buiate  
Welton Pereira de Mendonça  
Stella Ferreira Menezes

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

Em *Transdisciplinaridade e decolonialidade* (MALDONADO-TORRES, 2016), Maldonado-Torres discorre sobre diferentes momentos e sentidos atribuídos aos "estudos étnicos" e apresenta uma discussão sobre método e transdisciplinaridade na relação com a decolonialidade, discorrendo sobre o que seria uma "atitude moderno-colonial". Já em *Looking like a language, sounding like a race* (ROSA, 2018), Rosa argumenta que há um processo de "enregisterment of Latinx identity", uma co-naturalização de língua e raça, de forma que línguas são percebidas como racialmente corporificadas e raças como linguisticamente inteligíveis.

A partir da leitura dos dois textos, torna-se importante refletir sobre a crítica de Maldonado-Torres e sobre como Rosa explica a constituição e manutenção de corpos estigmatizados e a co-naturalização língua-raça à qual se refere.

Giselly  
Tiago  
Ribeiro  
Amado

Maldonado Torres nos ajuda a refletir sobre a configuração da ciência ao longo da história e como ela tem funcionado de modo a estabelecer e promover epistemologias cristalizadas com métodos específicos que as constroem com uma cientificidade incontestável ao mesmo tempo em que institui hierarquias disciplinares.

Como temos compreendido, os estudos decoloniais têm promovido a valorização de diferentes epistemologias as quais lidam com várias questões por meio de práticas transdisciplinares, justificando que quadros teóricos fechados são insuficientes para responderem às questões de pesquisa, pois

Fabiane  
Lemes

compreendem que as questões requerem a superação limítrofe das disciplinas.

Como apontado pela Giselly, ao longo de seu texto, Maldonado-Torres (2016) aponta o método como racionalidade científica, portanto característica basilar das universidades ocidentalizadas. Em outras palavras, o método seria um predicado do pensamento canônico, produtor de conhecimento e indissociável das disciplinas acadêmicas. Tal construção, calcada num privilégio epistêmico, reflete uma “linha de cor” delimitadora de colonizado e colonizador.

A transdisciplinaridade decolonial visa à superação dos limites das disciplinas de origem cartesiana, cujas proposições não se dissociam da colonialidade, pois estruturam o poder e a produção dos sentidos. Nessa perspectiva, o autor mobiliza os estudos étnicos como um espaço interdisciplinar com caráter emancipatório ou decolonizador. Torna-se relevante pontuar o sentido atribuído ao termo étnico, referente à concepção de legitimidade/não-legitimidade do sujeito ao reivindicar seus direitos como cidadão. Em outras palavras, a etnicidade produz a inclusão ou exclusão do sujeito, estabelecendo uma linha divisora hierárquica entre grupos étnicos e não étnicos.

Alessandra  
Ribeiro  
Queiroz

Segundo Maldonado-Torres (2016), a consciência decolonial propõe formas de atuar entre áreas sendo o fronteiro do pensamento decolonial que provoca o caráter transdisciplinar que pode orientar as nossas avaliações e investigar a tríade da modernidade, colonialidade e decolonialidade através de uma perspectiva transdisciplinar que transcende. A transdisciplinaridade guia por

pensar, valorizando a simplificação e a complexidade articulada aos saberes e conhecimentos e questiona sobre os paradigmas dominantes e hierarquizantes.

Fabiene  
Oliveira  
Santos

A definição de etnicidade cabe também, como aponta o autor, para raça. Nessa vertente, os estudos étnicos são tomados, não de forma a tratar as questões de raça, por exemplo, “maquiadas”, mas de modo a investigar, desnaturalizar e desmantelar as “dinâmicas de exclusão das formas hegemônicas de poder, ser, e conhecer”, compreendendo, então, questões sociais, de raça, da “linha de cor”, de gênero, e dos demais marcadores da desigualdade hierárquica de poder, da “imbecilidade” como atitude moderno-ocidental. Isto, sobre os estudos étnicos, e, pensando na questão da disciplina e do método, além do mais, a fim de “se apropriar criticamente do uso de múltiplas disciplinas e métodos, sobretudo nas ciências humanas e nas ciências sociais, e a construir novas categorias metodológicas, formas discursivas, práticas pedagógicas e políticas e espaços institucionais que procurem expandir os espaços de emancipação, liberação e decolonização do poder, do ser e do saber” (MALDONADO-TORRES, 2016, p.78).

Rogério de  
Castro  
Ângelo

Maldonado-Torres (2016) argumenta como o étnico acaba funcionando como uma hierarquização em relação ao “outro”, de forma que aqueles que nomeiam pesquisas, pesquisadores, etc. como étnicos, fazem-no colocando-se na posição do “natural” / “normal”, da mesma forma como a racialização acontece, uma vez que a noção de raça já está inscrita em

uma matriz de poder que classifica as pessoas de lugares outros (que não a Europa), a partir de características físicas (num imbricamento entre corpo e linguagem) como seres de segunda categoria.

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

Maldonado-Torres ainda discorre sobre os desafios que os estudos étnicos enfrentam: são vistos “como um campo sem método, mas também como área com cor. Cor, para a consciência moderna, representa não só a ausência de disciplina, senão a falta de capacidade racional” (MALDONADO-TORRES, 2016).

Aqui podemos compreender a existência da deslegitimação dos estudos étnicos, o que significa que esse campo é tido apenas como um mero espaço para o estudante, sobretudo o negro, aprenda sobre sua comunidade, apesar de suas investigações apresentarem grande importância no projeto decolonial, inclusive ao que tange ao racismo epistêmico: “investigam de forma central as dinâmicas de exclusão das formas hegemônicas de poder, ser, e conhecer para o qual usam conceitos de raça, gênero, classe, e outros marcadores da diferença humana hierárquica e naturalizada” (MALDONADO-TORRES, 2016). O autor ainda elucida sobre estudos étnicos serem considerados como menos racionais, como dependentes, e/ ou dispensáveis e passageiros.

Mariana  
Ruiz  
Nascimento

Para Maldonado-Torres (2016), há um racismo epistêmico que faz parte das humanidades e das ciências. Em seu artigo, ele cita os Estudos Étnicos, os quais são espaços emancipatórios interdisciplinares, que surgiram nos Estados Unidos entre 1960 e 1970, e que incluem estudos indígenas, afro-americanos, ágio-americanos e

estudos latinos. O termo “étnico” é empregado para se referir aqueles sujeitos que têm sua identidade questionada: “Em outras palavras, os sujeitos normativos de sociedades tipicamente modernas não se veem como étnicos, senão somente como sujeitos ou sujeitos nacionais. Os étnicos são os outros, e estes outros não estão representados de forma equitativa nem na administração das instituições de poder, nem na cultura ou na produção do conhecimento, entre muitas outras áreas” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 77).

Giselly  
Tiago  
Ribeiro  
Amado

Rosa (2018) adota uma perspectiva raciolinguística para observar como a raça é socialmente construída por meio da linguagem e como a linguagem é socialmente construída por meio da raça, cunhando o conceito de registro raciolinguístico para entender melhor “como e porque as formas linguísticas específicas são construídas como categorias raciais específicas e vice-versa” (ROSA, 2018, p. 7). Além disso, argumenta que “as práticas linguísticas do Latinx são construídas a partir da perspectiva de sujeitos perceptivos brancos hegemonicamente posicionados” nos Estados Unidos (ROSA, 2018, p. 6), o que molda os contextos sociais e escalas institucionais.

Letícia  
Sousa Leite

Concordo com a afirmação da Giselly ao pontuar que “Pela perspectiva raciolinguística, além de abraçar um projeto de descolonização para dismantelar os modos de percepção dos sujeitos posicionados hegemonicamente, também tenta demonstrar que há espaços para a existência de mundos além das fronteiras etnoraciais, geopolíticas e linguísticas.” Urge que essa discussão

se torne em práticas decoloniais no sentido de não se atrelar ao que se encontra historicamente firmado em que línguas são percebidas como racialmente corporificadas e as raças como linguisticamente inteligíveis (ROSA, 2018).

Lucelia  
Cristina  
Brant Mariz  
Sá

Rosa apresenta como os discursos nacionais em torno linguagem e identidade do Latinx<sup>1</sup> vinculam-se à ideologia linguística e política. Argumenta que a co-naturalização de língua e raça molda a vida cotidiana em contextos sociais e escalas institucionais. Para ela, os “esforços para a modificação das práticas linguísticas de indivíduos racialmente minorizados estão enraizados em uma problemática teoria da mudança baseada na acumulação que promove a aquisição de capital cultural e linguístico (ROSA, 2018, p. 6), isso emerge uma constituição colonial de formação de poder que deve ser revista. Tais assuntos provocam discussões sobre a força da co-naturalização de língua e raça, levando ao questionamento sobre como as regras, normas e ações são estruturadas, sustentadas, reguladas e responsabilizadas. Na medida em que a raça e a língua são entendidas como “fenômenos constituído colonialmente”, é possível realizar o processo inverso e buscar meios decoloniais para reconstruir as normas pré-determinadas.

Fabiene  
Oliveira  
Santos

Pelo quadro colonial posto, de um mundo antinegro, e de sujeitos localizados pela cor, a decolonização ainda é um projeto incompleto, em rumo, mas é a atitude que faz sentido e que possibilita sentido à utilização de quaisquer

---

<sup>1</sup> O termo “latinx” surgiu em meados do século 20 para denominar comunidades de migrantes latino-americanos nos Estados Unidos.

disciplinas e métodos. Daí a importância de se pensar na perspectiva raciolinguística (ROSA, 2018) – que analisa as formas como a raça é socialmente construída pela linguagem e, também, como a linguagem é socialmente construída por meio da raça -, e na transdisciplinaridade.

Valdilene  
Elisa Silva

Essa passagem citada pela Fabiene me fez lembrar corpos que necessitam falar três ou mais línguas, refiro-me aqui à necessidade porque são situações político-linguísticas, e na maioria das vezes esses corpos, que refletem na sua identidade a sua língua, são violentados ao serem forçados a não usá-las. Situações de violência são comuns de encontrarmos ao tratar de colonialidade, sendo essas alvo constante da crítica decolonial na busca por "transgredir".

Isabella  
Zaiden  
Zara  
Fagundes

Rosa (2018) dialoga muito bem com o pensamento de Maldonado-Torres. Temos uma provocação já no título do livro em que ele afirma que os sujeitos se parecem com uma língua e soam como uma raça, abrindo uma discussão para que se problematize a respeito de que mesmo que haja uma heterogeneidade linguístico-fenotípica-cultural dos Latinx, eles são homogeneizados por uma ideologia que os racializa e são vistos como os Outros. Há em batimento a dicotomia superioridade/inferioridade, isto é, brancos/Latinx, e no que tange à questão linguística, há uma deslegitimação do falar dos Latinx, cujas práticas linguísticas são vistas como deficientes e estereotipadas pelos brancos, detentores do privilégio.

Juliana  
Afonso de

Diante da realidade apresentada no texto de Rosa (2018) em que demonstra que os povos latinos

- Paula Souza discriminados, marginalizados, racializados, por não serem considerados parte do grupo branco, considerado o “ideal” para a cultura colonial, é notório que “estudos étnicos” discutido no texto de Maldonado tornam-se necessários e urgentes, nos estudos acadêmicos, pois o grupo dos “não brancos”, que ainda fica à margem da sociedade, precisa ganhar força e ter voz, pois estas diferenciações discriminatórias por meio da língua e/ou da raça têm fomentado a xenofobia e os casos de genocídio nos países ainda nomeados de “primeiro mundo”.
- Letícia Sousa Leite A partir da visão de Rosa e Flores (2017), os estudos críticos de língua e os estudos críticos da raça se encontram enviesados na busca de uma compreensão mais robusta dos processos históricos e estruturais que estabelecem os modos de estigmatização de populações étnico-racialmente marginalizadas. A Sociolinguística antiga enquadra essas populações como uma cultura de pobreza (Lewis, 1959) e populações que sofrem de privação verbal (Bereiter e Engelmann, 1966). Rosa e Flores (2017) entendem que tais populações ainda sofrem com essa concepção de déficit linguístico até hoje e que isso contribui para mascarar o racismo estrutural na sociedade.
- Aline Paula Ribeiro Vasconcelos Rosa (2018), ao apresentar realidades adversas entre mexicanos que moram em Chicago, nos Estados Unidos, também aborda a diferença entre a realidade de estudantes em bairros centrais e periféricos, entre escolas particulares e públicas. Nesse caso, o sujeito passa a ser “visto” a partir de sua raça e linguagem, remetendo a ideia de que identidade e língua estão imbricadas. No texto, através de duas situações com jovens mexicanos,

a autora mostra que os discursos demonstram concepções e características estereotipadas que estão ligados a um conjunto de ansiedades e ideologias em torno da raça e da linguagem.

Viviane  
Rodrigues

Entre as pontuações de Rosa (2018) destacam-se a formação da identidade construída pela ideologia linguística e política, a percepção da linguagem como um resultado social relacionado à determinada raça e o papel da linguagem nas diferenças sociais: “esforços para a modificação das práticas linguísticas de indivíduos racialmente minorizados estão enraizados em uma problemática teoria da mudança baseada na acumulação que promove a aquisição de capital cultural e linguístico” (ROSA, 2018, p. 6). Portanto, as questões linguísticas em relação à raça e ao corpo precisam ser repensadas por ações diárias diferentes e que se inserem como decoloniais.

Tiago Éric  
de Abreu

O problema da relação entre identidade e língua em uma comunidade linguística, bem como a questão dos estereótipos na linguagem é que a estigmatização e o preconceito se materializam na fala, na enunciação, constituindo um problema também do ponto de vista de uma ética da língua, ou uma moral do discurso, conforme os estudos de Marie-Anne Paveau (2015). É que existe todo um conjunto de práticas discursivas, reproduzidas e arquivadas, que constroem enunciativamente o racismo e o encenam, legitimando-o, o quem, por fim, tende a naturalizar os processos históricos arbitrários de exclusão, de *bullying*, de etnocentrismo. O mérito de muitos estudos contemporâneos é, a meu ver, o de mostrar como esses processos coloniais estão

implícitos (ou explícitos) na própria fala, nos textos, na prática científica, enfim, nas próprias construções linguísticas, o que é condição dessa naturalização de práticas discursivas genocidas.

João Vítor  
Sampaio de  
Moura

Não podemos esquecer de salientar que Rosa (2018), ao erigir um relato dos processos semióticos envolvidos na formação e incorporação de categorias raciais do Latinx associada a um repertório percebido de variedades de linguagens, tenta reconhecer e desnaturalizar os processos de co-naturalização racial e linguagem ancorados no capitalismo racial que, em sua opinião, molda poderosamente a vida cotidiana em contextos sociais e escalas institucionais nos Estados Unidos.

Lavine  
Rocha  
Ferreira

Boaventura Souza Santos (2007) traz os conceitos Pensamento Abissal e Ecologia dos Saberes. O Pensamento abissal se refere a uma forma de pensamento que se estrutura num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo assim, a característica basilar de pensamento abissal é a impossibilidade de coexistência. Neste caminho, o pensamento moderno é um pensamento abissal, operado pelo pensamento ocidental operante. Hoje, como no período colonial, a criação e ao mesmo a negação do outro fazem parte dos princípios e práticas hegemônicos que se valem de pensamentos e práticas de apropriação e violência aplicados ao lado invisível.

Em contrapartida, o conceito de Ecologia dos Saberes intenta apagar as linhas abissais que separam e invisibilizam os diferentes saberes, formas de existências, culturas e conhecimentos. Neste sentido a compreensão do mundo é muito mais ampla que a compreensão ocidental do

Thaís dos  
Santos  
Souza

mundo, e por isso é importante adentrar nos mundos e olhar o sujeito em sua diversidade.

Rosa (2018) nos adverte que os esforços para modificar as práticas linguísticas dos sujeitos racialmente minorizados estão enraizados em uma problemática teórica que promove a aquisição de capital cultural e linguístico, o que constituiu essa relação de poder colonial. E ainda, nos recorda a definição de atitude decolonial apontada por Maldonado-Torres (2016), em que designa como sendo projetos insurgentes que resistem, questionam e buscam mudar padrões coloniais do ser, do saber e do poder criados e sustentados pela modernidade colonial.

Thais  
Nunes  
Xavier

A questão da nacionalidade da forma como os sujeitos se definem, apontada por Maldonado-Torres, mostra a noção de pertencimento em que, pela hierarquização das raças, pela noção de superioridade, por apresentar características físicas fenotípicas, pela noção (in)consciente de construção de uma sociedade branca e pela hierarquização do poder, pessoas são vistas como pertencentes ou não a um determinado lugar. Kilomba (2019) em análise de um relato sobre uma mulher negra alemã para a qual são direcionadas perguntas sobre o local de onde ela vem, afinal, “você não pode ser alemã” diziam a ela, diz “ser observada e questionada são formas de controle que, certamente, incorporam o poder.” (KILOMBA, 2019. p.75) Ou seja, a ideologia do poder é materializada em forma de julgamentos que definem quem pode ou não pertencer a um espaço, a uma nacionalidade, demonstrando o controle das formas de existência sob a matriz colonial de poder, ser, saber.

- Anna Luiza Reis Leal Os estudos étnicos, conforme discutido, podem ser relacionados com a proposta sobre local e poder de Quijano (2005), que lembra sobre como os traços raciais foram associados a posições e hierarquias sociais a partir das posições dos dominadores e dominados da colonialidade. Logo, pode-se pensar nessas questões associando-as ao racismo epistêmico.
- Thais Nunes Xavier Kilomba (2019) também discorre sobre o sujeito negro visto como inimigo intrusivo e o branco como vítima passiva; o outro sempre como antagonista do EU, que representa as partes cindidas da psique projetadas para fora; o sujeito branco é dividido dentro de si próprio, em que o ego apresenta uma parte boa – o EU – e uma parte ruim – o OUTRO –, dessa maneira o sujeito negro torna-se uma tela de projeção. Ao não se verem como étnicos e relegarem essa definição para os outros, os sujeitos normativos revelam os sentidos da outridade como a personificação de aspectos repressores do “eu” do sujeito branco (KILOMBA, 2019).
- Juliana Prudente Santana do Valle As pontuações, até o momento apresentadas, são muito ricas e pertinentes que nos fazem refletir sobre questões, por vezes, limitadas ao meio acadêmico. Quantas pessoas ainda carregam o estigma de ser inferior por sua raça, termo este inventado pelos colonizadores europeus, demarcando por seus próprios estereótipos quem seria ou não superior, estabelecendo desigualdades a fim de manter seu poder sobre os demais povos colonizados, não reconhecendo os grupos étnicos, seus fatores culturais, suas línguas e tradições. O “fato da desigualdade humana” é uma forma de expressar o convencimento de europeus acerca de seu pertencimento a um

Bruno Alexandre Scapolan	<p>modelo superior de humanidade do qual outros sujeitos e comunidades inferiores não participam (MALDONADO-TORRES,2016, p.84).</p> <p>A decolonialidade não se efetiva unicamente apresentando críticas ao colonialismo ou questionando o sistema, mas questionando a nós mesmos. Pois apresenta que o colonialismo está na subjetividade das pessoas, não apenas na dos outros, mas também, atuando em nós mesmos. Neste sentido, falar de transdisciplinariedade decolonial é refletir sobre as pedagogias desenvolvidas pelos movimentos e organizações étnicos raciais, que se esforçam não apenas para resistir ao sistema de dominação colonial, mas para construir sociedades alternativas e para manter as suas epistemologias vivas.</p>
Isabella Zaiden Zara Fagundes	<p>O pensamento de Maldonado-Torres (2016) me faz refletir sobre o que acontece na pandemia aqui no Brasil, a naturalização da morte, o genocídio que vem sendo cometido e que desliza para um corpo, uma cor e uma classe social. Isto faz com que não seja uma doença democrática, uma vez que a grande maioria das pessoas que perderam suas vidas e que não têm respaldo do governo sejam corpos negros e periféricos. Há em funcionamento uma necropolítica (MBEMBE, 2018), em que se determina quem pode viver e quem deve morrer, indo na contramão da biopolítica (FOUCAULT, 1999), isto é, o fazer viver e o deixar morrer, ambas as práticas políticas de poder se obtém um certo controle populacional.</p>
San Thiago de Araújo e Silva	<p>A citação da Isabella em relação às práticas de poder faz-me lembrar da afirmação de Maldonado-Torres ao dizer que “A zona do ser</p>

colonial é posta como a zona da vida que requer ou implica a morte ou a indiferença diante da morte na zona do não ser” (MALDONADO-TORRES, 2016, p. 92). Esse trecho me fez recordar daquilo que, em *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault (1999) argumenta sobre a existência de uma guerra da sociedade contra ela mesma. Segundo o filósofo, durante a Idade Média e na transição para a Idade Moderna, passou a existir uma estatização das guerras, isto é, o Estado foi centralizando-as. Com isso, as guerras privadas entre indivíduos foram sendo apagadas. Paradoxalmente, emergiu um primeiro discurso histórico-político sobre a sociedade “sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelével de todas as relações e de todas as instituições de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 56). Inicialmente, esse discurso surgiu como um instrumento de luta social em oposição ao poder soberano centralizador monarquista e, em seguida, passou a embasar e cristalizar também normatizações e estruturas como o racismo de Estado e a eugenia, isto é, ideários de purificação da sociedade através da eliminação daquilo que começa a ser discursivizado como abjeto, sub-raça e dissidência. Assim, todos os indivíduos se reconhecem como inseridos em um campo de batalha permanente, de modo que todos nós somos sempre adversários de alguém, perfazendo uma estrutura social binária em que as relações de força atuam em desníveis e constituindo uma “guerra das raças” (FOUCAULT, 1999, p. 70).

Eliane  
Buiate

Todos esses aportes teóricos mobilizados junto à fala do San Thiago me remetem ao ensino de

San Thiago  
de Araújo e  
Silva

Línguas *Queer*. De acordo com (JUNQUEIRA, 2009), significa desconstruir um currículo que se pauta, tanto quanto as relações sociais e humanas, em paradigmas binários. É a prática pedagógica que demarca lugares binários: vigia os limites entre o moderno/colonial, feminino/masculino, rico/pobre, estrangeiro/brasileiro e assim por diante. Conforme (MOITA LOPES, 2002), nesse sentido, a linguagem (re)produz preconceitos e discriminações, uma vez que nela identidades e significados são negociados nas interações discursivas nas quais os sujeitos se engajam. Representa uma nova forma de pensar discursivamente as diferenças, e questiona os binarismos que fundamentam as relações de poder da sociedade moderna ocidental. É a desconstrução da hegemonia do sujeito oriundo de uma visão colonial, dando status de discurso às vozes anteriormente reprimidas ou silenciadas. O que se define por Teoria *Queer* é uma variedade de estudos transdisciplinares de questionamentos às normas sociais e epistêmicas que marcam e cristalizam determinados corpos e existências como abjetos, sujeitando-as às mais variadas formas de violência (LEOPOLDO, 2020). O autor reflete que o *Queer* é rizomático, um sistema aberto e a-centrado, e, como tal, não possui método/metodologia específico, mas utiliza-se de vários, inclusive para problematizá-los. Sendo assim, para o autor, é mais conveniente referir-se ao *Queer* por pensamento do que por teoria, uma vez que as teorias – de uma perspectiva moderno-colonial – necessitam de métodos para assim o serem. Vejo nessas reflexões vários pontos de diálogo direto com o que Maldonado-Torres

(2016) nos afirma em seu artigo. Dentre os quais, um primeiro poderia ser a afirmação de que existem questionamentos em torno dos estudos interdisciplinares justamente devido aos métodos dos quais (não) fazem uso; e um segundo poderia ser o posicionamento questionador e subversivo em relação às tecnologias e estruturas – sociais, políticas, epistemológicas, etc. – que permitem, produzem e cristalizam a opressão de certos sujeitos por outros. Nesse sentido, acredito que a Teoria *Queer* aproxima-se de um pensamento decolonial e os estudos decoloniais podem ser compreendidos como pensamentos *Queer*.

Rogério de  
Castro  
Ângelo

A partir da noção de transdisciplinaridade decolonial, definida por Maldonado-Torres como uma “orientação e suspensão de métodos e disciplinas a partir da decolonização como método e como atitude”, fico pensando na importância de um constante questionamento, enquanto pesquisador dos estudos da linguagem, tanto sobre os objetos de estudo que elencamos para nossos empreendimentos investigativos, sobre a forma como abordamos esses objetos, sobre os espaços (nos programas de graduação, pós-graduação, nas revistas científicas) para estudos que levem em consideração questões que colocam em evidência uma interseccionalidade sujeitos/corpos/linguagem.

Welton  
Pereira de  
Mendonça

Maldonado-Torres diz ser necessário que as academias: “investiguem, de forma central, as dinâmicas de exclusão das formas hegemônicas de poder, ser, e conheçam para o qual”. Ou seja, entendemos que a investigação profunda, independentemente do método utilizado, deve acontecer de forma efetiva no âmbito das

universidades, elucidando e escancarando as dinâmicas de exclusão das formas hegemônicas de poder. Com estudos dessa natureza, formas “sutis” de exclusão virão à tona e serão possíveis de serem discutidas, debatidas, compreendidas e superadas. Portanto, deve haver a ruptura de tabus e expressões enraizadas no cotidiano acadêmico, como “naturais”, mas que reforçam a discriminação devem ser superadas e os conceitos de raça, gênero e classe sejam implantados e naturalizados.

Stella  
Ferreira  
Menezes

A partir do conceito de etnicidade trabalhado por Maldonado-Torres (2016), questiono se os idosos (meu objeto de pesquisa) não compõem uma classe étnica, pois fazem parte de um grupo “excluído” da sociedade ocidental.

Nesse sentido, tanto as escolhas teóricas, muitas vezes questionadas por colegas de pesquisa, quanto meu objeto de análise parecem não ter um lugar na academia. Trabalhar com idosos, para muitos, ainda é algo que não faz sentido, pois não “gera” um resultado eficaz na linguística e no social. Para essa e tantas outras vezes que minha pesquisa é questionada, me apoio nas palavras de Maldonado-Torres (2016): [...], as disciplinas da universidade europeia moderna podiam e podem conviver com e ajudar a produzir a invisibilidade, a marginalização e a patologia de comunidades racializadas e colonizadas, de suas obras e produtos [...]”.

Juliana  
Afonso de  
Paula  
Souza

Dentre os acontecimentos históricos que corroboram a imprescindibilidade de se aprofundar em estudos étnicos, destaco a Revolução Haitiana que representa a essência da “guinada decolonial” que inspirou projetos de

emancipação, momento em que sujeitos negros, submissos à alienação branca, caracterizados como “bestiais”, da escravidão naturalizada, rebelam-se contra esta condição de inferiorização, “autoconscientes do significado revolucionário amplo de seu próprio relevante”. [...] “Quer dizer: trata-se de uma ilustração que tem por objetivo a superação da colonialidade do poder, do conhecer e do ser” (MALDONADO – TORRES, 2016, p. 88).

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

Esses conceitos, como outros anteriormente abordados, têm possibilitado, no interior de nossa disciplina, a constituição de um olhar crítico para as epistemes e para os eventos linguageiros e a construção das realidades que envolvem o corpo e o que se diz sobre ele, que acaba sendo também como ele acaba sendo visto, interpretado num quadro de poder/saber/ser a partir do qual é remetido para (não) lugares que pode habitar/ocupar. O corpo que precisa ser gerido, controlado, é também o corpo que é nomeado como ameaçador em potencial, visto como abjeto. As discussões têm feito possível entendermos como a ciência pode ser um espaço de criação e resistência se assim possibilitarmos e como há necessidade de uma revisão ética sobre quadros teóricos, resultados de pesquisa, métodos e procedimentos que talvez corroborem com a manutenção das desigualdades.

No imbricamento de traços linguísticos e identificações sociais, vimos nos capítulos de Rosa como uma "ideologia raciolinguística" vai interpellando aquele que nomeia e quem é nomeado. As narrativas trazidas pelo autor expõem como o contexto social das gangues nas

escolas se constitui na intersecção de aspectos de gênero, nacionalidade, raça, classe, sexo, com a naturalização de estereótipos binários como o "latino criminoso" e a "latina promíscua". Essas representações também estão presentes e muito frequentemente em vários elementos culturais (vide, por exemplo, as narrativas de filmes hollywoodianos!). É interessante (e triste) acompanhar como a proposta escolar de transformar esses estereótipos imaginados em "Jovens profissionais latinos" mantém a identificação "latino", como se ela devesse sempre ser marcada, o que acaba por provocar o efeito de repetição da diferenciação desses jovens novamente e dentro do mesmo quadro colonial. Será que nunca se consegue sair dele? Qual é o nosso papel na educação para a desconstrução desse tipo de relação?

Acerca do texto de Maldonado-Torres, creio que ele tenha sido extremamente relevante em nossa discussão em direção à ruptura do racismo epistêmico. Concordo com a ponderação do autor sobre a necessidade de leitura de obras que mapeiem o conhecimento acadêmico moderno e abram espaço para outras vozes, e creio ser esta uma das principais propostas desta disciplina também. Considerando que investigar o corpo e a linguagem significa necessariamente, para mim, ampliar as referências, abrir os horizontes das relações entre teorias, conceitos e materiais (artigos científicos, artes, manifestos etc.), creio que encontro nesse texto de Maldonado-Torres uma proposta concreta sobre o que entendo ser uma tomada de posição interessante para

execução de pesquisas que abordem o corpo e /ou temas a ele relacionados e a linguagem.

## Referências

- BEREITER, C. e ENGELMAN, E. (1966) –*Teaching Disadvantaged Child in the Pre-School*, Prentice Hall, London.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R.D. (Org.). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.
- KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- LEOPOLDO, R. *Cartografia do pensamento queer*. Salvador: Devires, 2020.
- LEWIS, O. *Five Families - Mexican Case Studies in the Culture of Poverty*. New York/Toronto: Mentor Book, 1959.
- MALDONADO-TORRES, N. Transdisciplinaridade e decolonialidade. *Revista Sociedade e Estado*. V. 31, N. 1, Janeiro/Abril, 2016.
- MBEMBE, A. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. Rio de Janeiro: N-1 Edições, 2018.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.
- PAVEAU, M. *Linguagem e moral: uma ética das virtudes discursivas*. Trad. Ivone Benedetti. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, p. 107-30, 2005.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: *Novos estudos*. p. 71-94, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/ytPjkXXYbTRxnJ7THFDBrGc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em junho de 2021.

ROSA, J. *Looking like a language, sounding like a race: raciolinguistic ideologies and the learning of latinidad*. New York: Oxford University Press, 2018.

ROSA, J.; FLORES, N. Unsettling race and language: Toward a raciolinguistic perspective. *Language and Society*, 46(5), p. 621-647, 2017.

## INTERSECCIONALIDADE

Simone Tiemi Hashiguti  
Tiago Éric de Abreu  
Rogério de Castro Ângelo  
Priscila Gabriela Oliveira Sousa  
Juliano Marques  
Giselly Amado  
Valdilene Elisa Silva  
Letícia Sousa Leite  
Mariana Ruiz Nascimento  
Thais Nunes Xavier  
Alessandra Ribeiro Queiroz  
Thaís dos Santos Souza  
Stella Ferreira Menezes  
Fabiane Lemes  
Bruno Alexandre Scapolan  
Viviane Rodrigues  
San Thiago de Araújo e Silva  
Eliana Ladeira

Simone  
Hashiguti

A proposta, desta vez, é refletir sobre como esse conceito pode ser incorporado às nossas teorizações sobre a relação corpo e linguagem e em processos de produção de sentidos e na associação com as categorias coloniais que vimos discutindo. Para isso, convido vocês a:

1) assistir os vídeos de Flávia Rios e Kimberly Crenshaw sobre o conceito de interseccionalidade:

<https://youtu.be/PVO4CQVIPPE>

e

<https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU>

2) assistir o vídeo de Alexandra Bell sobre formas tendenciosas de noticiar eventos (no caso deste último vídeo, disponibilizo, em anexo, também a transcrição em pdf):

<https://www.newyorker.com/video/watch/rewriting-racist-headlines>.

3) ler o texto de Borba (2014): "A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais":

Como poderão ver, essa coletânea formada por 1), 2) e 3) é bem diversificada: traz dois conceitos para reflexão que são fundamentais para o campo dos estudos sobre linguagem e sociedade (interseccionalidade e performatividade da linguagem) e traz um vídeo sobre uma artista que se debruça sobre o tema da raça como agenciado no âmbito da mídia mainstream. Depois de analisá-la, peço que vocês participem do fórum, postando considerações acerca da seguinte provocação:

A proposição do conceito de interseccionalidade por Crenshaw foi fundamental para uma nova compreensão e apreensão de eventos da realidade e para uma releitura/reenquadramento jurídico de eventos relacionados a esse conceito. No campo dos estudos sobre a linguagem, é um conceito que nos permite compreender como a discriminação e a opressão vão se realizando no cruzamento de diferentes categorias coloniais. A arte de Alexandra Bell, por sua vez, faz visível como o racismo se manifesta em formas que nem

sempre são facilmente identificáveis e fora de uma prática de leitura crítica dos textos de mídia (o que vem sendo referenciado como "letramento midiático"). Por último, o texto de Borba inicia retomando a discussão de Judith Butler sobre o inteligível no que se refere ao gênero, explicando o corpo como efeito discursivo. Em seu estudo sobre essa coletânea, quais relações você estabeleceu entre os textos/vídeos entre si e com o que já discutimos aqui na disciplina? Como esse estudo se incorpora em nossa discussão sobre corpo e linguagem? Como esses conceitos podem ser pensados em relação à crítica de Pêcheux e Gadet sobre o logicismo e o sociologismo e à proposta de Rajagopalan de uma Linguística Crítica?

Tiago Éric de  
Abreu

Na década de 1980 o conceito de interseccionalidade surge como uma ferramenta de intervenção política, da qual vários movimentos sociais, e até mesmo órgãos como a ONU, se apropriaram com vistas ao enfrentamento das desigualdades. O conceito de interseccionalidade passou mesmo a ser constitutivo para as identidades coletivas e a autonomação de movimentos como o das feministas interseccionais. Pode assim ser uma forma de nomear não só as múltiplas desigualdades, mas as desigualdades múltiplas, as formas de opressão, extermínio e violação de direitos em que se cruzam mais de uma forma de enquadramento das vítimas, sem suprimir nem hierarquizar ou ofuscar as diferenças e disparidades. A combinação de condições de opressão cria desafios únicos. O conceito de interseccionalidade, portanto, busca fornecer

padrões que nos permitam perceber como os problemas sociais impactam todos os membros de um determinado grupo.

Rogério de  
Castro  
Ângelo

A Interseccionalidade refere-se a camadas que se sobrepõem em relação a situações de opressão, as quais, por sua vez, estão inscritas numa matriz colonial de poder, em que o ponto zero, considerado “neutro”, não marcado e positivo, é o europeu, homem, branco, cis, hetero, cristão, sendo que as outras formas de ser-estar no mundo são ora invisibilizadas, ora deslegitimadas - objetificadas como “étnicas”, não racionais, ilógicas.

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

Como mencionado pela professora e pesquisadora Flávia, o termo pode apresentar múltiplos sentidos. Um deles compreende a interseccionalidade como uma ferramenta de intervenção na resolução de problemas sociais como o racismo, o sexismo, a xenofobia, as discriminações sociais e a luta de classes, por exemplo, e para além, esse conceito refere-se ao eixo no qual esses problemas se cruzam, ou seja, na relação que há entre eles.

Juliano  
Marques

Comecei a entender que estamos falando de minorias oprimidas que estão separadas por suas peculiaridades, mas têm seus pontos de convergência que são suas demandas e opressões, contudo essas demandas e opressões serão singulares em cada grupo. Ou seja, na dimensão “mulher” teremos a interseccionalidade das mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres refugiadas, mulheres lésbicas, etc. Mas, todas são mulheres

e são oprimidas, contudo existem demandas próprias da sua dimensão.

Rogério de  
Castro  
Ângelo

Patrícia Hill Collins (2019) também mobiliza esse conceito para pensar nas formas como categorias de raça, gênero, classe, sexualidade e nação se interseccionam de forma que grupos que são enquadrados (no sentido de serem lidos/objetificados em determinada categoria) em grupos minoritários em mais de uma dessas categorias acabam passando por situações de opressão singulares e que, por isso, é necessário pensarmos em formas de resistência que levem em consideração essas situações de opressão interseccionais.

Giselly  
Amado

Na medida em que a interseccionalidade possibilita ações sociais a fim de sanar os problemas existentes, é compreendida como uma ferramenta de intervenção política, que viabiliza o enfrentamento das desigualdades. Sejam estas promovidas por diferenças ligadas à cor, ao gênero, ou à classe social, todas, questões expressas no/pelo corpo.

Nesta perspectiva a interseccionalidade pode ser assumida como identidade coletiva, quando há a apropriação de mais de uma identificação social o que possibilita nomeação como: feminista interseccional (RIOS, 2020). Ademais, a interseccionalidade também pode ser compreendida como formas de percepção das desigualdades múltiplas, quando as experiências podem ser articuladas de modo mútuo, sem encobrir, nem hierarquizar um problema ou outro, pois, a violência decorre de

múltiplas experiências e formas de exploração social.

Valdilene  
Elisa Silva

A definição de Rios de que interseccionalidade é um conceito útil para pensarmos a realidade social com toda a sua variabilidade e diversidade, sem hierarquizar e dividir, nos ajuda a entender que os eixos de opressão não podem ser colocados em caixinhas. Estamos, portanto, em um entrecruzar de fatos que geram as desigualdades entre os grupos sociais.

Não somos todos\todas iguais, nós mulheres, por exemplo, temos marcas identitárias distintas, algumas negras, brancas, não muito brancas, classes econômicas variadas, com religião ou não, mãe solo, casadas, solteiras, dentre outras, e a tentativa de universalizar os corpos invisibiliza as diferenças. A diferença ela não é ruim, isso só ocorre quando ela significa desigualdade, seja de direitos, de acesso, de gênero, econômica ou racial. Nóbrega, 2020, em um dos seus vídeos traz um comentário importante nesse sentido, "mesmo dentro de um grupo de minoria, por exemplo mulheres, você vai ver ali uma pluralidade muito grande de outros recortes, que pode significar mais vantagens o mais desvantagens".

Letícia Sousa  
Leite

Aproveito para me juntar a você em relação ao encantamento frente ao conceito de interseccionalidade cunhado por Kimberlé Crenshaw. Esse conceito me fez refletir de maneira pungente sobre os diferentes preconceitos enfrentados pelas mulheres negras surdas. O fato de serem mulheres, de serem

negras e de serem surdas, triplicam a exclusão por elas sofridas. A interseccionalidade entre raça, gênero e surdez ganha destaque quando se pauta na diferença linguística e no conceito equivocado de incapacidade das mulheres surdas. Observo com Perlin e Vilhalva (2016, s/p) que “Muitas vezes a sociedade continua com a educação colonialista sobre a mulher surda sem noção de sua diferença”. Assim, não existe o reconhecimento da língua e da cultura da mulher surda. Além disso, as mulheres surdas são moldadas pelas práticas coloniais que somam forças ao discurso machista e ao discurso ouvintista.

Temas como esses precisam ser abordados, uma vez que as pesquisas, as leis, os decretos, tratam separadamente o “ser mulher”, o “ser surda”, o “ser negra”, desconsiderando a Interseccionalidade entre gênero, surdez e raça. Em termos legais o surdo é considerado pessoa com deficiência, mas a abordagem proposta aqui considera o surdo para além da perspectiva clínica. Ao contrário, me proponho a considerar a surdez como diferença linguística. Enquanto pesquisadora busco o compromisso de responder a essa demanda social, assim como também me solidarizar com esse grupo vulnerável que por muitas vezes depende de um profissional intérprete de Libras para ter vez e voz frente às suas demandas.

Mariana Ruiz  
Nascimento

Fiquei pensando em como a interseccionalidade funcionaria no ensino de línguas. Além de pensar somente no que significa aprender inglês sendo brasileiros, o que implicaria pensar no falante que é mulher e brasileira? E mulher,

brasileira, negra? E uma mulher, brasileira, negra, lésbica? Certamente conceitos e problematizações diferentes devem ser mobilizados.

Thais Nunes  
Xavier

Rajagopalan (2007) afirma que “a linguagem funciona como algo mais que um simples espelho da mente humana” (p.16). Dessa maneira, ainda segundo o autor, a linguagem é um palco de intervenção política, em que se manifestam as injustiças sociais, em diferentes momentos da história e onde são travadas as constantes lutas.

Alessandra  
Ribeiro  
Queiroz

De acordo com Buchotz (2011), na relação entre linguagem e raça existe a interseccionalidade de três formas, pelo discurso que coloca a raça como um tópico, pelo uso simbólico de formas linguísticas e pelos modos de falar associados a grupos racializados.

Tiago Éric de  
Abreu

Dessa forma, pode-se considerar esta noção nos estudos da linguagem a fim de demonstrar que é um fenômeno distribuído em diversos registros da sociedade, em múltiplas relações e práticas, as quais a linguagem integra, servindo para destrinçar, desta forma, o modo constitutivo com que se associam os sistemas discriminatórios de raça e gênero e as hierarquias sociais, e a fala.

Thaís dos  
Santos Souza

Ao estudarmos sobre corpo e linguagem, vimos que o sujeito emerge por meio dos processos de interação social, não como ponto final, mas como alguém que é (re)constituído através das várias práticas discursivas das quais participam e/ou são inseridos, e os meios de comunicação são uma forte arma para os sujeitos dominantes usarem para (re)constituírem algum indivíduo,

isto é, a mídia passa a ter um lugar estratégico para esses sujeitos.

Stella  
Ferreira  
Menezes

Ao ingressar nos estudos sobre linguagem, principalmente aqueles guiados pela Análise do Discurso, inevitavelmente passamos a olhar para um texto de forma diferente, com um olhar investigativo, para além do puramente linguístico. Esse olhar é que permite com que muitos estudos se dediquem a investigar problemas linguístico-sociais relacionados, por exemplo, a questões de gênero e raça e várias outras questões singulares que se desmembram dessas.

Ao direcionar esse olhar para a linguagem através dos estudos interseccionais, é possível traçar análises que, de certo modo, faça máscaras cair. O que chamo de máscaras aqui está para a ordem de informações muitas vezes expostas para as pessoas de forma implícita, com intuito de mascarar por meio da linguagem ideais racistas, homofóbicos, sexistas, intolerantes, entre tantos outros. Como exemplo disso, no vídeo produzido pelo jornal *The New Yorker*, a artista Alexandra Bell demonstra como sua arte pode ser capaz de explicitar o que para muitos nem se quer é real. A artista trabalha com a linguagem jornalística e, por meio dos artigos e noticiários publicados, sublinha, rabisca, EVIDENCIA a raiz intolerante da sociedade.

Fabiane  
Lemes

A linguagem, assim, configura-se como um espaço de intervenção política, pois por meio dela os corpos são produzidos, significados e ressignificados, sendo, portanto, impossível dissociar corpo e linguagem. Também por meio

dela emergem as injustiças sociais, as formas de opressão e hierarquização desses corpos. Além disso, a linguagem pode ser vislumbrada como instrumento que evoca a existência e resistência dos grupos minorizados. Ter um lugar de fala é, portanto, o princípio de uma consciência crítica que se institui um ato político (RAJAGOPALAN, 2007).

O quadro colonial convoca repensar estruturas coloniais-hierárquico-binárias, responsáveis pela estruturação e perpetuação dos eixos de opressão e discriminação retomados, também, pelas políticas interseccionais aqui discutidas e imbricadas à linguagem.

Bruno  
Alexandre  
Scapolan

Neste sentido que podemos adentrar a reflexão de Borba que apresenta o modo como as linguagens funcionam na hierarquização e determinação do que é normal ou anormal medindo e legitimando a “normalidade” de pessoas em detrimento de outras.

Qualquer categoria identitária seria produto de nossas práticas e ações e não a origem delas. Deste modo a concepção de gênero do indivíduo é afetada, conforme os argumentos iniciais, pela intersecção da cisgeneridade e a heteronormatividade que regulam as ações e entendimento sobre o outro e que se normatizam em nas mais variáveis formas de discurso (BORBA, 2014).

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

O texto de Borba traz os conceitos de performance e performatividade de gênero. O autor traz que: (...) “o sujeito é um produto de suas ações e que o corpo é um efeito discursivo” (...) “ninguém nasce mulher, mas é socialmente forçada a tornar-se uma”. Segundo o autor,

baseado em Butler, a performance ocorre dentro de uma estrutura reguladora, uma discursividade que limita, ou seja, a performance não é livre, mas é regida pelos discursos que a sustentam, portanto por códigos de significação, isto é, pela linguagem que materializa o corpo, enquanto a performatividade é o que “possibilita, potencializa e limita” a performance.

Compreendo a partir da leitura de Borba que é pela linguagem que nos dizemos, nos colocamos, nos constituímos e dizemos, colocamos e constituímos o outro, e é neste sentido que o autor traça uma crítica aos sistemas de significação cristalizados historicamente na/pela linguagem, esses sistemas fortalecem a manutenção do binarismo, das hierarquias e exclusões, apagando todas as “contradições, deslizes, cisões e áreas borradas”. A resposta é: a linguagem importa, pois, é na e pela linguagem que podemos ser e intervir.

O texto de Borba dialoga com M. Pêcheux e F. Gadet, no que toca à materialidade do corpo pelo discurso.

Viviane  
Rodrigues

Ressalta-se que Borba (2014) discute a performatividade da linguagem, a partir das postulações que Judith Butler apresenta sobre gênero, relacionando o corpo como efeito discursivo: “sexualidade (e a identidade) é uma construção sócio-histórica moldada por instituições e discursos” (BORBA, 2014, p. 445), sendo assim as performances de gênero são realizadas no campo do discurso: (...) “o sujeito é um produto de suas ações e que o corpo é um efeito discursivo”; portanto a performance

acontece na discursividade, uma vez que ninguém nasce mulher ou homem, mas torna-se homem ou mulher.

As reflexões que foram tecidas sobre o contexto da interseccionalidade mostram que as opressões em que os corpos são submetidos vem de uma memória colonial e precisam ser repensadas para aprimorar o relacionamento e comportamento entre as pessoas e principalmente para estabelecer o respeito.

San Thiago  
de Araújo

Entender gênero como performativo (BUTLER, 2018), é tomá-lo como um conceito de classificação dos corpos a partir de atos e práticas - citacionais e iterativas - que (somente) são significadas na/pela cultura, sobretudo através da linguagem (BORBA, 2014). Ou seja, a matriz social que promove a inteligibilidade dos corpos é constituída por normatizações e regulações culturalmente cristalizadas que os generificam - tal como textos - conforme as maneiras com que se discursivizam. Por isso, atentar-se à linguagem é prestar atenção nas estruturas sociais que possibilitam e promovem a atribuição de sentidos específicos a cada corpo, ao passo que limitam outros.

Valdilene  
Elisa Silva

A matriz de inteligibilidade de gênero, que Borba 2014 apresenta segundo Buttler, em que os corpos “instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”, pode ser compreendida como uma tentativa de fuga da desigualdade, na tentativa de não ter um enfrentamento social. Pois, o que está padronizado como natural e normal, não traz conflitos, não gera violência e opressão.

- Tiago Éric de Abreu Em minha leitura encontrei que aquilo a que se refere Kimberlé Crenshaw como sendo “padrões” de representação (da linguagem) se associa ao que Borba (2015, p. 445) descreve como “matriz de inteligibilidade de gênero”. Esta matriz constituiria uma gramática prescritiva que “institui como natural, normal e inquestionável a ligação linear e essencial entre sexo biológico, gênero, desejo sexual e subjetividade” (BORBA, 2014, p 445).
- Thais Nunes Xavier Nesse sentido, as teorias Queer, apontadas por Borba (2014), constituem-se sob uma preocupação com a dinâmica de classificação, de construção e de manutenção de binarismos, hierarquias e exclusões. Assim, elas se mantêm sob várias manifestações e múltiplas atividades disciplinares e propõem desenvolver uma analítica da normalização e uma crítica aos processos de legislação não voluntária da identidade.
- É possível estabelecer uma relação fortemente marcada pelo entendimento da língua como uma atividade política de reprodução de ideologias que demarcam a existência política de sujeitos em um determinado espaço de tempo historicamente determinado. A Linguística Crítica, segundo Rajagopalan (2007), apresenta por objetivo “contribuir para a melhoria das condições de vida dos setores menos privilegiados da sociedade”, e “é na própria linguagem que devemos buscar as respostas para os enigmas em torno da conduta humana” (p. 15). Desse modo, a consciência crítica começa quando se dá conta, de fato, de que é intervindo na linguagem que se faz valer suas

Eliana  
Ladeira

reivindicações e suas aspirações políticas. Trabalhar com a linguagem é necessariamente agir politicamente, com toda a responsabilidade ética que isso acarreta (RAJAGOPALAN, 2007). O estudo desta coletânea deixa em evidência como o corpo e a linguagem são significados em uma cultura heterocêntrica, machista e opressora. Os textos dialogam entre si e nos provocam a deslocar de nossa passividade perante estes temas e repensar os limites e a relação ética impostos por uma epistemologia dominante androcêntrica e universalista. Nessa perspectiva, a linguagem é irreduzível à sua instrumentalidade, irreduzível ao seu contexto simples, e inapreensível em sua totalidade (PINTO, 2002). Assim como Judith Butler, os autores Flávia Rios, Alexandra Bell e Rodrigo desmontam epistemes que normatizam normalizam os corpos e a linguagem. Desde modo, problematizar esses conceitos chaves no meio acadêmico, nas escolas e em nossas comunidades se faz urgente para desconstruir as atitudes que dominam e aprisionam as pessoas e grupos em pensamentos cristalizados. O corpo e a linguagem podem e devem ser pensados fora dos padrões já existentes que marginalizam e coisificam os corpos e que coloca a linguagem em um segundo plano ao falar sobre temas e práticas sociais emergentes na modernidade ocidental. Então, em uma perspectiva crítica, trabalhar com a linguagem hoje é intervir na realidade social da qual ela faz parte (RAJAGOPALAN, 2007), é sair da passividade e tomar a palavra do lugar onde está falando. Faz-se necessário, um deslocamento

teórico que confronte o simbólico com o político em um sentido estrito, conforme assegura Pêcheux (1997).

Bruno  
Alexandre  
Scapolan

Considerar todas as diferenças dos seres humanos traz consigo uma consequência fundamental: repensar a individualidade – e repensar, no entanto, a base da cultura ocidental como já estudamos nos estudos decoloniais, neste momento da história. Pensar em individualidade é pensar em identidades que se mostram nos modos de se relacionar com a história, com as comunidades, com as instituições, com as políticas, etc. Identidade não pode se restringir a um gênero, a uma orientação sexual, a uma cor de pele, mas sim mostrar uma totalidade de experiências e de contingências.

A ideia é que não havendo uma individualidade padronizada como certa ou errada, não existirão também categorias de “homem de verdade” ou “mulher de verdade” que tantas vezes se apresentam como mitos sociais. A mulher precisa romper com o que a “padroniza” para mostrar que existem vários modos de ser mulher e, deste mesmo modo, o homem também precisa se libertar dos estereótipos de homem forte e implacável, hétero, branco e bem sucedido para libertar a consciência da humanidade e consequentemente de si mesmo.

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

Os materiais da coletânea para este fórum são, para mim, referências que, com profunda teorização e apresentação de textos do dia-a-dia, de fora da academia, nos fazem entender melhor o conceito de interseccionalidade e sua importância para deslocar nossos estudos. O trabalho de Bell (2018) escancara a

impossibilidade de considerarmos uma suposta neutralidade na mídia e, numa leitura discursiva nossa, faz visível como estratégias estéticas resultam ou se constituem juntamente com a injunção em alguns discursos e não em outros. O texto de Borba (2014), por sua vez, nos permite vislumbrar como as palavras (nossas palavras) performam e constroem as verdades, as categorias, as divisões e, de certa forma, numa relação com o tema ora proposto, com a importância de fazer surgir novos conceitos que promovam novas interpretações e mudanças sociais. Crenshaw (2017) e Rios (2020) são extremamente didáticas em suas explicações. De maneira geral, é possível observar como a leitura dos textos todos que vimos discutindo na disciplina, isto é, os desta coletânea e os de antes também, sobretudo os que expressam perspectivas descoloniais e que foram abordados nos encontros síncronos, têm nos dado uma boa base para um entendimento melhor sobre a relação linguagem e construção discursiva da realidade.

## Referências

- BORBA, R. *A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais*. Cad. Pagu, Campinas, n. 43, dez, p. 441-474, 2014.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 288 p. (Coleção Sujeito e História). Tradução de: Renato Aguiar.
- BUCHOLTZ, M. *White kids. Language, race, styles and youth identity*. USA: Cambridge University Press, 2011.

COLLINS, P. H. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

KIMBERLE CRENSHAW - A URGÊNCIA DA INTERSECCIONALIDADE. [S. l.: s. n.], 2017. (18:53). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vQccQnBGxHU>. Acesso em: 29 nov. 2022.

PÊCHEUX, M., & GADET, F. (1998). *Há uma via para a Linguística fora do logicismo e do sociologismo?* (Escritos, E. P. Orlandi, trad.). Campinas, SP: Labeurb/Unicamp.

PERLIN, G.; VILHALVA, S. *Mulher Surda: elementos ao empoderamento na política afirmativa*. Revista Forum – INES, Rio de Janeiro, n. 33, 2016. Disponível em: <http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=27&idart=453>. Acesso em: 08 jul. 2021

PINTO, J. P. *Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo*. In: Revista Gênero, v.3 n.1, p. 101-110, 2002.

RAJAGOPALAN, K. Por uma lingüística crítica. In: Línguas & Letras, vol. 8 nº 14, 1º sem. p. 13-20, 2007.

RIOS, F. O que é interseccionalidade e qual sua importância para a questão racial? YouTube: Nexo Jornal. Disponível em: <<https://youtu.be/PVO4CQVIPPE>>. Acesso em: 4 jun. de 2021.

THE NEW YORKER. *Rewriting Racist Headlines*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www.newyorker.com/video/watch/rewriting-racist-headlines>. Acesso em: 29 nov. 2022.



## CATEGORIAS COLONIAIS: GÊNERO E SEXUALIDADE

Simone Tiemi Hashiguti  
Giselly Tiago Ribeiro Amado  
Isabella Zaiden Zara Fagundes  
Fabiane Lemes  
Juliana Prudente Santana do Valle  
Juliana Afonso de Paula Souza  
Anna Luiza Reis Leal  
Priscila Gabriela Oliveira Sousa  
Valdilene Elisa Silva  
Maísa Conceição Silva  
Tiago Éric de Abreu  
Thais Nunes Xavier  
Thaís dos Santos Souza  
Aline Vasconcelos  
Mariana Ruiz Nascimento  
Bruno Alexandre Scapolan  
Eliana de Sousa Andrade Ladeira  
San Thiago de Araújo  
Welton Pereira de Mendonça

Simone  
Tiemi  
Hashiguti

Com base em materiais de apoio sobre o pensamento de Wittig e sobre a teoria feminista, respectivamente, e também no poema: "Eu Não Queria Ser Feminista", de Tawane Theodoro (2019), objetivamos refletir sobre as críticas que essas obras nos permitem vislumbrar sobre algumas disciplinas/áreas de saber e mesmo sobre a ciência moderna como um todo, e uma possível contribuição da teoria feminista para a

constituição de um posicionamento crítico frente às epistemes às quais nos filiamos nos estudos sobre linguagem.

Para dar início à discussão, lanço as seguintes provocações:

Wittig causou polêmica entre as feministas no começo da constituição do próprio movimento feminista ao afirmar que "as lésbicas não são mulheres". Preciado (2017), por sua vez, no seu Manifesto Contrassexual, propõe a "equivalência" dos corpos e não sua "igualdade", e aponta que "toda teoria é contrabando". Lerner (2019), no âmbito da História, propõe uma diferenciação entre história e História, com uma nova mirada para o lugar da mulher na construção do saber histórico. Em todos os textos da coletânea deste exercício, são colocados em xeque conceitos e quadros teórico-interpretativos, a relação entre corpo, sexualidade, identificações de gênero. A partir de sua leitura, como você entende essas críticas e como as associa à pesquisa sobre a linguagem e, se possível, à pesquisa na sua área de concentração, mais especificamente?

Os textos de Wittig e Preciado, assim como o poema de Theodoro "Eu Não Queria Ser Feminista", em minha (eu, Simone) leitura, são tecidos de formulações e marcações de resistência. Se o poema narra o dia-a-dia dos corpos oprimidos, numa cadência que a cada momento expande a gravidade da opressão, no caso de Wittig e Preciado, o tom assertivo das proposições é construído com o que seriam subversões ao modelo do texto científico tomado como "neutro" e "objetivo" dentro da tradição da cientificidade positivista moderna e com uma força elocucional

Giselly  
Tiago  
Ribeiro  
Amado

que creio ser a necessária para constituir um lugar de fala e um lugar de escuta (RIBEIRO, 2018). Nesta disciplina, já tivemos oportunidade de ler Fanon e Kilomba, que também trazem traços autorais e igualmente assertivos em suas proposições. Textos como os de Wittig, Preciado, Fanon e Kilomba são acolhidos como referências fundamentais nesta disciplina para a constituição de quadros interpretativos que possibilitam a crítica epistêmica-decolonial e o questionamento entre a relação corpo e linguagem na pesquisa sobre linguagem. Se concorda comigo, em seu entendimento, quais são as estratégias textuais-discursivas que esses textos têm que materializam esse tom de assertividade e esse lugar de fala/escuta que se constitui? Em que partes dos textos? Em relação a quais conceitos e teorias? Em relação a quais aspectos sociais e/ou identitários? Compreendendo os seres humanos como figuras sociais que desempenham papéis pré-estabelecidos, por meio de criação de padrões de comportamentos, regras e valores sociais foi configurado o sistema do patriarcado, que de acordo com Lerner (2019) é datado de mais de 2500 anos. Desde que se tem registros “as mulheres das tribos conquistadas eram escravizadas primeiro, enquanto os homens eram mortos” (LERNER, 2019, p. 351), somente mais tarde é que foi desenvolvida a escravidão de homens. Assim, em termos patriarcais a constituição de classes e sistemas de opressão foram precedidas pela escravização da mulher, o que coloca a classe e o gênero na relação expressa pela opressão.

Ao longo da história a sociedade foi se estabelecendo por acordos econômicos promovidos por arranjos de casamentos, podendo as noivas serem vendidas para saldar as dívidas das famílias, negociações estas, controladas pelos homens, que detinham também o controle da sexualidade, do corpo da mulher. Desta maneira, “as mulheres eram sempre exploradas como trabalhadoras, fornecedoras de serviços sexuais e reprodutoras” (LERNER, 2019, p. 354). Porém, apesar de favorecer o homem, o sistema do patriarcado também é sustentado por mulheres, à medida em que as mulheres são doutrinadas a subserviência sob contrato de subordinação ao homem em todos os campos, o que as moldam a internalizarem a própria inferioridade.

Isabella  
Zaiden  
Zara  
Fagundes

De acordo com Wittig “há sempre o sexo que é oprimido e o sexo que oprime” (1982, p. 64), isto é, considerando o binarismo, o sexo masculino sempre é o que oprimiu e o feminino sempre foi oprimido. Essa opressão é histórica e pudemos observar esse desenrolar pelo texto da Lerner (2019) no qual ela faz um estudo historiográfico da criação do patriarcado e por conseguinte da dominação/opressão da mulher.

A assertividade desses textos se dá, a meu ver, por esses teóricos vivenciarem a opressão, o preconceito, a distinção que se faz entre homens/mulheres, heterossexuais/homossexuais, sempre desqualificando e diminuindo as minorias. É fato que muito já foi feito, em termos de lutas feministas e dos grupos LGBTQIA+, mas há um longo caminho ainda a ser percorrido, pois essa é uma dominância social.

Fabiane Lemes      Entretanto, tendo em vista a heterogeneidade do “ser mulher”, torna-se relevante dar voz a expressões silenciadas do feminismo. Haja vista essa necessidade, as interseccionalidades visam a considerar subjetividades de forma a problematizar a atuação conjunta de poder e dominação, ambos constituintes de estruturas rígidas na sociedade. Em outras palavras, a interseccionalidade permite compreender e desmembrar a opressão sofrida pela mulher em estruturas múltiplas, as quais se articulam promovendo e legitimando a desigualdade entre homens e mulheres que reverbera ao longo dos anos. Nessa conjuntura, o feminismo decolonial problematiza a violência relacionada ao contexto do colonialismo, em que o poder colonial atua concomitantemente ao poder patriarcal.

Juliana Prudente Santana do Valle      Recordando o conceito de interseccionalidade, podemos nos referir ao ser surd@, negr@, homossexual, lésbica, acadêmic@, produtor@ de conhecimento, por exemplo. Contudo, enfrentando, ainda, o ser surdo, pertencente a um grupo minoritário, em um país de predominância ouvinte, em que sua língua e cultura são inferiorizadas. Onde só fato de ser surd@ é motivo de discriminação. Conforme Wittig (1980), “a sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas(os)”. Muitas vezes, essa dominação ocorre pela comunicação ou falta dela.

Há a imposição do aprendizado da língua oficial do país, portuguesa, sem ela esse sujeito não tem

acesso a inúmeras informações, sendo assim, é obrigado a aprender essa língua muitas vezes antes de aprender sua própria língua, sem levar em consideração que” o mundo inteiro é apenas um grande registro onde as mais diversas linguagens surgem” (WITTIG, 1980), ficando claro que “os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a que detêm a força intelectual dominante” (WITTIG, 1982).

Juliana  
Afonso de  
Paula  
Souza

Considero que Theodoro (2019) expõe e representa a dura realidade de muitas mulheres na atualidade, seus conflitos e receios não só pelo fato de serem mulheres, mas também podem estar envolvidas questões raciais, econômicas e sociais. Infelizmente, ainda há mulheres que negam seus sofrimentos, pois são alienadas por discursos concebidos pela sociedade machista que as deixam invisíveis como sujeitos, o que pode ser constatado pelo o que salienta Wittig (1982) “As mulheres não sabem que são totalmente dominadas pelos homens, e quando reconhecem esse fato “mal podem acreditar”. Tal postura, reitera a diferença entre mulheres e homens, visto que os homens “sabem perfeitamente bem que eles dominam as mulheres (...) e eles são treinados para fazê-lo (WITTIG, 1982).

A autora Wittig (1982), em seu texto, esclarece que “Masculino/feminino, macho/fêmea são categorias que servem para ocultar o fato de que as diferenças sociais sempre pertencem a uma ordem econômica, política e ideológica”. Desse modo, Wittig ressalta o erro em considerar

naturalizada a construção de categorias gênero e sexualidade, a partir da matriz heterossexual hegemônica, pois, “ é a opressão que cria o sexo e não o contrário”.

Anna Luiza  
Reis Leal

Os discursos arraigados em ideologias que subalternizam os corpos, especificamente no caso dos corpos femininos, estão infiltrados em vários contextos que fazem parte da vivência histórica-social. Assim sendo, as mulheres se encontram frente à necessidade de resistir, conforme bem explicitado no poema de Thawane Theodoro, ao sistema que as coloca em posições passíveis de dominação e objetificação.

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

As mulheres foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história em toda sociedade conhecida, mas também excluídas da formação de teorias (LERNER, 2019).

Valdilene  
Elisa Silva

Hubbard (1993) apud Paiva, (1997) diz que “toda ciência é derivada da tradição patriarcal, uma vez que, a maior parte dela, foi desenvolvida e controlada por homens brancos e de classes média alta e alta, que compõem o mundo científico, o qual ela denominou de "torre de marfim". Esse primeiro conflito de que toda ciência existente antes do feminismo reflete a dominação masculina e conseqüentemente negligencia a mulher nos leva as perguntas, e quanto a todo o aparato existente para o desenvolvimento de estudos, pesquisas e produções? Eles também foram afetados? Precisamos refletir se os métodos por exemplo, conseguem atender a esses estudos, ou se precisamos questiona lós também.

De acordo com Paiva, (1997, p. 523) “a segunda questão refere-se ao rigor científico, pois o novo conhecimento precisa garantir que os processos utilizados sejam bem fundamentados, irrefutáveis, justificáveis e relevantes”. Diante disso, dizer que a sociedade é patriarcal e que os meios científicos de resistência, por meio da linguagem, também o são, tornou-se uma verdade que precisa ser ressignificada.

Maísa  
Conceição  
Silva

Em *O Pensamento Hétero*, Wittig (1992) nos mostra que sujeitos, como lésbicas, mulheres e homens homossexuais, são oprimidos a partir de uma perspectiva que toma como certo que a base da sociedade, de qualquer sociedade, seja a heterossexualidade. Estes discursos falam sobre esses sujeitos, alegando dizerem a verdade em um campo apolítico, como se qualquer coisa que significa algo pudesse escapar ao político neste momento da história, e como se pudessem existir signos politicamente insignificantes. Esses discursos da heterossexualidade oprimem no sentido em que impedem de se falar, a menos que se fale nos termos deles.

Tiago Éric  
de Abreu

É compreensível, até certo ponto, a escolha de quem prefira trabalhar a linguagem e o discurso desde a perspectiva que não entre em pontos que dizem respeito à “reivindicação” de direitos ou a justiça social, ou que não considere o universo empírico para estabelecer seu constructo teórico. Mas há que se ter em mente que isso constitui uma escolha não apenas metodológica, mas política. Qual o estado de coisas colabora por perpetuar uma teoria da linguagem e do discurso que coloque as outras como “militantes” e a si mesma como “ponderada”, que tem como anteparo o “Conceito” puro, sem

mesclas, e se resguarde atrás de princípios epistêmicos como se não fossem parte da história? Mesmo as mais rigorosas empresas intelectuais não estão imunes à doxa.

Giselly  
Tiago  
Ribeiro  
Amado

Partindo da forma naturalizada que nossa sociedade estabelece a construção das categorias gênero e sexualidade, a partir da matriz heterossexual hegemônica, Wittig propõe uma crítica à ciência linguística quando retoma o início da semiologia, época em que havia a possibilidade desta área lidar com diferentes signos e materialidades de maneira a possibilitar transformações sociais, porém, ela se limitou a ser apenas um ramo fechado à linguagem e subordinado à linguística. A crítica que a autora tece está ligada à falta de compromisso social da semiologia, o que reflete em outras ciências que se fundamentam alheias às questões sociais, implicando na compreensão de que “os seres humanos são dados como invariantes, não tocados pela história e não trabalhados por conflitos de classe, com psiques idênticas porque [são] geneticamente programadas” (WITTIG, 2006, p. 1).

Thais  
Nunes  
Xavier

Sobre o pensamento dominante, Wittig (2006) nos diz que os discursos se encaixam uns nos outros, interpenetram-se, apoiam-se uns aos outros, reforçam-se uns aos outros, auto originam-se e dão origem uns aos outros. O conjunto dos discursos que passam a circular na sociedade, produzem “uma estática confusa a oprimida que faz perder de vista a causa material da sua opressão e a lança numa espécie de vácuo a-histórico”, como se fosse algo natural, que acontece sem que o indivíduo perceba. É como as mulheres se sentem, incapazes de perceber que

são exploradas, tolhidas, invisibilizadas, apagadas, enquanto os homens dominam e controlam seus corpos, como se fosse algo inerente à natureza dos seres humanos.

Fabiane  
Lemes

A linguagem tem o poder de subordinar e excluir as mulheres. Não que a linguagem seja estruturalmente misógina, mas assim o é em sua aplicabilidade. Assim, Wittig compreende a prática de marcação do gênero na/pela linguagem como contingente e dispensável. Bourdieu (2010) argumenta que “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”, portanto o masculino se apresenta como neutro e livre de estigmatizações tanto na percepção social quanto na linguagem.

A emergência ou não de determinado discurso, suas condições de produção, compreendidas como a relação entre as circunstâncias de um discurso e seu processo de produção (PÊCHEUX, 1999), estão imbricadas a questões de ordem política, ideológica e histórica, instituídas transversalmente às relações de poder.

Thaís dos  
Santos  
Souza

Ao pensarmos na relação dos estudos da linguagem e do corpo, observamos que tal dizer conversa com o pensando de Foucault (2020, p.28-29), quando ele diz que “o corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele”. Afinal, tanto a linguagem/discurso e o corpo são interpelado[s] pela história e ideologias. Nessa linha, o discurso dominante frente aos pensamentos da diferença sexual provê uma ordem de pensamentos, discursos e atos que refletem os conflitos e luta de classes entre mulheres e homens.

Aline Vasconcelos Quando Wittig (1980, p. 1) coloca a questão de que lésbicas não são mulheres e principalmente, que "a linguagem relaciona-se com um importante campo político onde o que está em jogo é o poder, ou, mais ainda, uma rede de poderes, uma vez que existe uma multiplicidade de linguagens que constantemente agem sobre a realidade social", ela está resistindo a um pensamento hétero, como ela mesma nomeia; um pensamento que personificado por discursos dominantes "coloniais" nomeia e classifica os corpos, intenta estabelecer "ordens simbólicas" que oprimem as classes vistas como subalternas.

Encontramos em Benveniste (BENVENISTE, 2006, p.222) que "bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver", nessa perspectiva, pela língua, o sujeito assimila a cultura, a perpetua ou a transforma; tudo o que ele conhece do mundo exterior dá-se por meio da palavra do outro. É nesse movimento de resistência a palavra do Outro que Wittig e Tawane Theodoro propõe uma transformação da dominação patriarcal.

Thaís dos Santos Souza Observo uma preocupação em governar os corpos oprimidos, apresentando um desdobramento do exercício do poder da classe dominante acerca do corpo, mantendo sobre ele o olhar atento sobre seu corpo e sobre sua sexualidade. No corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados, como é visível na história da humanidade e até mesmo na bíblia, se formos observar. Ademais, a dominação não envolve somente a linguagem no que se refere ao dizer/discurso, mas também o corpo, essa ideia do que ser mulher, sem direito de falar e até mesmo questionar, reporta a um

Thais Nunes Xavier	corpo que só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2020, p.28-29).
Mariana Ruiz Nascimento	Wittig (1982) nos mostra o sentido da opressão por meio da ideologia da diferença sexual, que vem mascarar naturalizando a oposição social entre mulheres e homens. Essa oposição acontece por meio da opressão que cria o sexo; não há sexo; há sexo que oprime e sexo oprimido. Somente após a insurgência da luta que a realidade violenta das oposições e a natureza política da diferença se tornam evidentes. Antes do conflito não existem categorias de oposição, apenas de diferença. Se não há conflito, não há dialética, não há mudança. Se não existe a luta das mulheres, não existe conflito entre homens e mulheres.
Bruno Alexandre Scapolan	A crítica de Wittig refere-se a esse aparato teórico que passa a ser estabelecido dentro dessas perspectivas de linguagem e inconsciente. Por exemplo, os discursos que oprimem lésbicas e homens homossexuais são os que tomam como certo que a base de qualquer sociedade é a heterossexualidade. Para a autora, os conceitos que circulam na sociedade quanto à identidade hétero revelam categorias que universalizam conceitos que dizem ser aplicáveis a todos os indivíduos com um corpo específico (WITTING, 1982).
	Se refletirmos bem o gênero é uma das categorias mais “normatizadas” dentre todas as impostas aos seres humanos. A mulher no decorrer das civilizações foi sempre subordinada ao homem garantindo-lhe sua descendência e isso desencadeia nas construções de gênero que tornam o homem “o sexo forte”, e a mulher “o sexo frágil” que deve sempre estar subordinada.

As modalidades de dominação patriarcal podem variar de acordo com o espaço e o tempo; em relação às mulheres, elas vão desde a imposição de formas de redução da liberdade dos movimentos feministas até às práticas da vida cotidiana (desigualdade nas condições de trabalho, nas tarefas domésticas, nos estudos, etc), à internalização dos padrões estéticos que impõem uma deformação do corpo (dietas de emagrecimento até anorexia, lipoaspiração, etc). Mas não é só isso: ao lado das figuras tipicamente “femininas”, ou melhor, feminizadas, e das “masculinizadas”, precisamos também lembrar as construções sociais das figuras que estão fora desta típica dicotomia.

Em nossa cultura, os gêneros são atribuídos com base biológica e reduzidos a homens e mulheres heterossexuais, gays ou lésbicas, transexuais ou travestis. De acordo com Wittig (1980, p.4) “dando um significado absoluto a estes conceitos, quando são apenas categorias fundadas sobre a heterossexualidade, ou sobre um pensamento que produz a diferença entre os sexos como um dogma político e filosófico”. Isso evidencia o quanto os modelos de gênero estão presentes e como os indivíduos devem se adaptar a eles. A análise das realidades sociais nos possibilita ver o modo como elas absorvem e refletem estruturas hierárquicas (heterocêntricas) que, conforme o discurso de gênero, são propagadas e naturalizadas. A produção de um determinado espaço social também serve para produzir um certo tipo de “corpo”; um corpo concebido tanto como uma dimensão material da pessoa quanto como um conjunto de conceitos e ideias

socialmente construídas. Ideias e/ou conceitos que nos mostram e legitima o que é “apropriado” (e assim normal/normatizado) para o corpo de um homem e o que é para o corpo de uma mulher (MINCA, 2001). O modo como os corpos são percebidos e concebidos reflete o espelho da construção social, o “lugar” no qual as relações e concepções de gênero se formam.

Os assuntos, dependendo da conformidade ou não com as “regras”, são incluídos ou excluídos da vida pública e na sociedade de modo geral. Um exemplo que podemos ter são os debates que muitas vezes são desencadeados em torno do Orgulho Gay (Parada Gay), vistos como manifestações que contrariam e perturbam o senso comum, são vistos como verdadeiras aberrações, que, ao mostrarem sua não heterossexualidade, automaticamente tornam-se “transgressores” do espaço público (MINCA; BIALASIEWICZ, 2004).

Eliana de  
Sousa  
Andrade  
Ladeira

“O pensamento dominante se recusa a olhar para si mesmo de forma a apreender aquilo que o questiona” (WITTIG, 1982). O meio científico e ciência moderna como um todo ainda continuam presos em um paradigma tradicional positivista-empirista constituído por uma visão dominante com relação ao processo de produção do conhecimento. Neste meio, a mulher ainda é vista de forma tradicional, como aquela que é a responsável pela reprodução da sociedade heterossexual (WITTIG, 1982). Contudo, este sistema de dominação tradicional e patriarcal tem origem histórica de acordo com acadêmicos com uma visão crítica, podendo ser extinto em circunstâncias históricas diferentes.

- San Thiago de Araújo Há ainda autores como Katz (1996) e Eribon (2008) que nos permitem ver como – de forma relativamente recente – os exercícios do desejo passaram a cunhar as identificações de sexualidade. Os autores relatam como, no final do século XIX e início do século XX, as práticas sexuais passaram a constituir sujeitos, isto é, se antes se tratavam de algo que qualquer indivíduo poderia exercer, há cerca de 100 anos tornou-se um atributo intrínseco às pessoas que as identifica como a/o homossexual, o gay, a lésbica, dentre outras identificações.
- Welton Pereira de Mendonça A língua, em sua forma enquanto comunicação, está carregada de ideologias e não ditos, que ao se analisar vocábulos, frases-feitas e locuções utilizadas de forma corriqueira como “normais”, estão abastecidas de preconceitos, subordinação e colocando o “homem branco heterossexual” como o guardião do que pode e não pode ser dito ou feito.
- Valdilene Elisa Silva Os corpos em situação de vulnerabilidade podem encontrar uma razão de estar no mundo, pelo que Wittig, (1980) classifica como pensamento hétero, que são um aglomerado de ideias, teorias e disciplinas que se transformam em leis de opressão do corpo, dito feminino. Muitas instituições corroboram com esse pensamento e o reproduzem com imposição e poder. Compondo esse pensamento hétero a autora destaca os termos homem e mulher como conceitos políticos opostos, e conseqüentemente excludentes e limitados como qualquer outro binarismo. Portanto, ao falar desse conceito excludente de homem e mulher eu não poderia deixar de citar os “corpos falantes” expressão usada por Preciado, (2014) justamente para romper com a divisão

desses corpos, e a construção de grupos, ela, Preciado, retrata esses corpos falantes como produções de performatividades e ainda, que precisamos vê-los a partir das suas micro relações. Os dois textos, de Wittig e Preciado, conversam bem sobre esse ponto.

A propósito, essas críticas apresentadas nos levam a discutir a elaboração do corpo, a partir de gênero, sexo e sexualidade. Como entendemos esses termos é determinante para o contexto social e político de permanência e manutenção de diferentes espaços. A escolha de compreensão ou o não direito de escolha desses conceitos, resulta em conflitos que geram preconceitos, segregações e variadas opressões para com o outro, o diferente.

San Thiago  
de Araújo

Autoras(es) como Laqueur (2001) e Fausto-Sterling (2016) nos permitem perceber como o conceito de sexo se modificou ao longo da história da humanidade. Laqueur (2001) faz uma genealogia desse conceito e conclui que, por mais de mil anos, só se compreendeu a existência de um sexo e as diferenças corporais se tratavam de níveis de (im)perfeição dos corpos, de forma que pessoas com vaginas (traço de imperfeição), por exemplo, ao passo que se portava com louvor, poderia, naturalmente, desenvolver um pênis (traço de perfeição). Anne Fausto-Sterling (2016), por sua vez, aponta uma complexidade nos corpos que impossibilita uma classificação exata de todos eles nas categorias macho e fêmea. Para a bióloga, historiadora e feminista, o discurso médico tem garantido ao sujeito da medicina sustentar uma mitologia normativa que enquadra todos os corpos em uma dessas duas categorias.

No entanto, a autora aponta que essa normatização é social, e não científica. Ou melhor, as ciências e epistemologias que as sustentam, são marcadas por condições históricas e sociais. Segundo Fausto-Sterling (2016), as diferenças corporais (cromossomos, órgãos, hormônios, etc.) são nítidas, mas a escolha de denominá-las como sexuais é política, bem como a limitação de suas combinações a duas únicas possibilidades: homem e mulher.

Fabiane  
Lemes

Lembrei-me de um outro texto que li ainda no mestrado da professora Andrea Nye, intitulado A Teoria Feminista e as Filosofias do Homem. Em um dos trechos, Nye aponta que o complexo da castração, abordado por Lacan, não se baseia em qualquer órgão físico ou questão anatômica, mas decorre de uma construção simbólica portadora de significado. Tal jogo, embora simbólico e predominantemente inconsciente, exigiria um significante dominante, capaz de garantir ao sujeito um lugar. Nesse sentido, o Falo apresentar-se-ia como dominante, portanto símbolo do desejo. A partir dessa linha de raciocínio, as mulheres estariam em desvantagem, pois o significante do seu desejo não estaria em si, mas no corpo de outrem. Essa seria, de certa forma, a justificativa primária da sujeição, conseqüentemente da ausência de identidade, características que se manifestam inclusive na linguagem, quando a marca do masculino é considerada natural/neutra. Em outras palavras, o sujeito feminino teria sempre de pairar no limiar da não-existência.

San Thiago  
de Araújo

Um diálogo possível entre essas autoras diz respeito à forma como mostram a instabilidade de

conceitos que, no geral, tomamos como naturais. E, a partir disso, penso que se tornam mais compreensíveis os apontamentos de Foucault (2020) sobre o sexo ser um discurso e as críticas sociais realizadas por Wittig (1982; 2006) e Preciado (2014), ao apontarem a divisão sexual, advinda do conceito do sexo, cunhada e cristalizada a partir do século XVII, como forma de justificar, pelo corpo, as possibilidades e limitações dos indivíduos.

Nesse sentido, acredito que um dos aspectos revolucionários dos pensamentos de Wittig (1982; 2006) e Preciado (2014) – e que socialmente, ainda hoje, não foi compreendido – refere-se aos aspectos sociais sobre os quais, não só gênero, mas também os conceitos de sexualidade e, sobretudo, sexo foram cunhados. A partir de minhas leituras dessas autoras e autores aqui brevemente elencados, acredito que este último seja, na realidade, uma condição de possibilidade dos outros dois.

## Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 2006.
- BOURDIEU, P. (1930) A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kuhner. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- GROSSI, M. P. O Pensamento de Monique Wittig. In: *Cadernos de Gêneros e Diversidade*. Vol 04, N. 02 - Abr. - Jun., 2018.
- ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Tradução de: Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.
- FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 17-18, p. 9–79, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644553>. Acesso em: 19 mar. 2021.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 10. ed. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2020.

KATZ, J. N. *A invenção da heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996. Prefácio de: Gore Vidal. Tradução de: Clara Fernandes.

LAQUEUR, T. W. Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: *Relume-Dumará*, 2001. Tradução de: Vera Whately.

LERNER, G. A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MINCA, C. Postmoderno e geografia. In: MINCA, C. *Introduzione alla geografia postmoderna*, Padova, Cedam, 2001, pp.1-84.

MINCA, C.; BIALASIEWICZ, L. *Spazio e politica*. Riflessioni di geografia critica, Padova, Cedam, 2004.

PAIVA, M. S. Teoria feminista: O desafio de tornar-se um paradigma. In: *R. Bras. Enferm.* Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez., 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PRECIADO, Paul B. Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: N-1 Edições, 2017.

[Slam da Guilhermina-final 2017] Tawane Theodoro - Poesia - Eu não queria ser feminista. Disponível em: TAWANE THEODORO, 2021. Disponível em: <<https://camasantacasa.com.br/tawane-theodoro/>>. Acesso em 11 de jun. 2021.

WITTIG, M. *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*.

Barcelona. Tradução de: Javier Sáez e Paco Vidarte. Editorial Egales, 2006.

WITTIG, M. The category of sex. *Feminist Issues* 2, 63-68, 1982.

WITTIG, Monique. The Straight Mind. In: *Feminism Issues*: Summer, 1980.



## PERFORMATIVIDADE (DE)COLONIAL DA/NA LÍNGUA

Simone Tiemi Hashiguti  
Isabella Zaiden Zara Fagundes  
Alessandra Ribeiro Queiroz  
Viviane Rodrigues  
Eliane Mendonça Buiate  
Valdilene Elisa da Silva  
Stella Ferreira Menezes  
Lucelia Cristina Brant Mariz Sá  
Juliana Afonso de Paula Souza  
Thaís Nunes Xavier dos Santos  
Eliana de Sousa Andrade Ladeira  
Priscila Gabriela Oliveira Sousa  
Aline Paula Ribeiro Vasconcelos  
Juliano Marques  
Anna Luiza Reis Leal  
Fabiane Lemes  
Lavine Rocha Cardoso Ferreira  
Maísa Conceição Silva  
Thaís dos Santos Souza  
João Vítor Sampaio de Moura  
Bruno Alexandre Scapolan  
Giselly Tiago Ribeiro Amado  
Letícia de Sousa Leite  
Juliana Prudente Santana do Valle  
San Thiago de Araújo e Silva  
Rogério de Castro Ângelo  
Welton Pereira de Mendonça  
Mariana Ruiz Nascimento

- Simone  
Tiemi  
Hashiguti
- Vimos discutindo teorizações sobre raça, gênero e corpo a partir de leituras discursivas, filosóficas, sociais. Nesta roda de conversa, vamos nos debruçar sobre a teoria linguística, a partir de considerações sobre políticas linguísticas e a marcação de gênero na própria estrutura linguística. Como materiais motivadores, gostaria de propor a leitura dos textos de Aikhenvald (2018); Guimarães (2020) e Pinto (2002) e o vídeo Laerte-se (2017), disponível numa das plataformas de streaming, para quem puder assistir.
- Isabella  
Zaiden  
Zara  
Fagundes
- Compreendo que na língua portuguesa ao se fazer o uso do masculino genérico, ou seja, “do gênero gramatical masculino para denotar o gênero humano (isto é, a espécie humana, incluindo homens e/ou mulheres)” (MADER, 2015, p. 17) recai na afirmação de Wittig de que “há sempre o sexo que é oprimido e o sexo que oprime” (1982, p. 64), o que faz com que se tenha ecos na língua(gem). É uma questão a se levar em consideração, uma vez que na maioria das vezes o que é relacionado ao feminino e que tem um equivalente no masculino, no feminino na grande maioria das vezes há um uso pejorativo, que diminui e agride a mulher.
- Alessandra  
Ribeiro  
Queiroz
- Surgem os enunciados sobre o gênero, a partir da construção histórica onde a mulher se caracterizava por ser um sexo frágil que nasceu para trabalhar na cozinha, identidade que se configura a partir do patriarcado, enquanto o homem é forte e que sustenta a casa. Segundo Lerner (2019) com o patriarcado, as mulheres foram as primeiras a se tornarem os grupos subjugados, e a partir dessa hierarquia patriarcal, várias formas de dominação foram criadas. É possível observar que o gênero está

voltado para um conjunto de normas e relações de como as pessoas devem se comportar a partir do que é desejado para o sexo.

- Viviane Rodrigues Nesse processo [...] de hierarquizar [d]o masculino em detrimento ao feminino a língua ao mesmo tempo que coloniza também é colonizada e serve como instrumento que contribui para perpetuar o olhar colonial e patriarcal, pois “a linguagem é parte do lugar social de quem fala” (PINTO, 2002, p. 109). Pensar a relação gênero e linguagem perpassa também por esses questionamentos, por isso é preciso refletir sobre possibilidades de resistências diante desse contexto colonial.
- Eliane Mendonça Buiate Se a linguagem (re)produz preconceitos e discriminações, as aulas de língua se constituem como espaço privilegiado para problematizar questões de sexo, gênero e sexualidade, uma vez que nela identidades e significados são negociados nas interações discursivas nas quais os sujeitos se engajam (MOITA LOPES, 2002).
- Valdilene Elisa da Silva Quanto à questão pejorativa de alguns termos, a sua construção se deve a fatores sociais, que não se dissociam da língua, por isso o conjunto precisa ser considerado. Pois, essa sociedade reflete a colonialidade do poder e do saber. Rezende, Lima, Silva, (2019) apontam para a disciplina de língua portuguesa como responsável pela reprodução das políticas e ideologias linguísticas – denominando como colonialidade da linguagem.
- Stella Ferreira Menezes “Existe um desequilíbrio entre, por exemplo, puto e puta. Enquanto “puto” remete ao significado de estar irritado, a palavra “puta” associa à mulher a

uma profissional do sexo. Podemos citar também a diferença entre boi/vaca, galo/galinha, que relacionam a figura feminina a um significado negativo e a masculina a um significado positivo (que enaltece a sua masculinidade). Os usos de “puto” e “puta” evidenciam que, pela língua, mantemos uma hierarquia binária e sexista de gênero” (GUIMARÃES, 2020, p. 4).

Há expressões que ainda são muito usadas e reforçam tais desigualdades de gêneros, como: “não seja uma mulherzinha” ou “aja como homem”, que mostram como a língua carrega sentidos capazes de reforçar certos comportamentos levando a ideia de que o gênero feminino é mais fraco que o masculino.

Lucelia  
Cristina  
Brant Mariz  
Sá

Concordo que as marcações de gênero contidas na nossa gramática (binária), representam uma ideia preconcebida que coloca as pessoas em determinados grupos rotulados e hierarquizados.

Aikhenvald (2018) apresenta maneiras pelas quais o gênero é refletido na linguagem. Traz o conceito de gênero multifacetado e para ela, gênero é um caminho articulado que molda a sociedade, pessoas diferentes podem dar diferentes significados à palavra gênero. Essa pesquisadora divide o gênero em três classes: gênero linguístico, gênero natural e gênero social, sendo que os dois últimos criam estereótipos nos comportamentos da sociedade.

Juliana  
Afonso de  
Paula  
Souza

Vivemos uma divisão de gêneros biológicos, ou 'naturais', que vai além da dicotomia do masculino e feminino. Há nas sociedades tradicionais e modernas grupos cujo gênero e/ou identidades e representações estão fora das normas socioculturais para mulheres e homens, podendo ser descritos

como "um terceiro sexo" ou um "terceiro gênero (natural).

Thaís  
Nunes  
Xavier dos  
Santos

Considerar as identidades e os sujeitos como estáveis indica maneiras de tentar controlar o imprevisível, de encaixar tudo em seus devidos lugares como se as existências e as subjetividades fossem redutíveis a padrões estáveis de comportamentos. Identificar as pessoas como mulheres ou homens é reduzir o humano ao padrão social de estereótipos que encaixam as identidades em lugares pré-determinados. Esses significados que caracterizam os gêneros são “apelidos que capturam apenas parcialmente os conceitos e categorias que cobrem”, apresentando forte tendência a privilegiar o gênero masculino (AIKHENVALD, 2018).

Eliana de  
Sousa  
Andrade  
Ladeira

Como afirma Wittig (1982), a categoria de sexo é uma categoria totalitária e política que controla toda produção mental não deixando as pessoas saírem de dentro da caixa chamada pensamento heterossexual. A autora propõe destruí-la e começar a pensar para além dela, compreendendo que é uma construção cultural tradicional baseada nas diferenças fisiológicas entre homens e mulheres que pode ser mudada por meio da linguagem. Esta construção normaliza e normatiza os sujeitos controlando seus atos, identidades, comportamentos linguísticos e sociais (PINTO, 2002).

Priscila  
Gabriela  
Oliveira  
Sousa

Assim sendo a concepção atribuída ao sintagma identidade é a de homogeneizar um grupo de pessoas, embasado em suas características físicas, comportamentais, suas unidades psíquicas e sociais, desse modo, “identidade, tal qual é

entendida no modelo tradicional, normatiza sujeitos através do ato que se propõe a descrevê-los, controlando, pela exclusão e pré-definição, comportamentos linguísticos e sociais em geral” (PINTO, 2002 p.108). A autora problematiza essa concepção totalizante, padronizada que busca estabilizar o sujeito: “se não são o que define o sujeito por antecipação?” A partir dessa colocação incluo que identidade não preexiste à linguagem e que a primeira também é performatizada, sendo assim, incontrollável, instável, imprevisível.

Aline Paula Ribeiro Vasconcelos Relacionando esse desejo de ser reconhecido, de dizer de si fora da estereotipagem do corpo, (por isso a reclamação de um novo termo), Pinto (2002) aborda a questão da identidade que entendida no modelo tradicional, normatiza sujeitos através do ato que se propõe a descrevê-los, controlando, pela exclusão e pré-definição, comportamentos linguísticos e sociais em geral. É dessa normatização controladora que se opõem os oprimidos, uma vez que dentro da gramática normativa eles não encontram lugar para dizer quem são.

Juliano Marques Em se tratando de desigualdade e exclusão pela língua de pessoas que se situam em um gênero que não o binário, faz-se mister a discussão sobre gênero e língua e nesse viés é possível constatar que a língua pode ser excludente ou inclusiva, conforme é usada.

Anna Luiza Reis Leal A complexidade da linguagem e as multiplicidades que envolvem o corpo e a fala implicam em questões de identidade, construções e reproduções de discursos. Portanto, o sujeito que enuncia ecoa vozes que reverberam concepções passíveis de

serem prejudiciais para ele mesmo, sem que haja conhecimento disso. O conhecimento pode ser na possibilidade de movimentação dos sentidos e dos significados.

Fabiane Lemes Em *Performatividade radical: ato de fala ou ato do corpo?*, Pinto (2002) problematiza a relação entre linguagem e corpo, pois “O sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a partir dessa relação, o ato de fala é também um ato corporal relação entre linguagem e corpo” (p. 105). Assim, o corpo é regulado por convenções ritualizadas que nele se inscrevem, as quais se dão na/pela língua(gem).

Lavine Rocha Cardoso Ferreira A autora “expõe a impossibilidade de lidar com as condições de ato de fala como uma espécie simples do contexto que pode ter facilmente definidos seus limites de tempo e espaço” (PINTO 2002, p.4).

Maísa Conceição Silva A presença material e simbólica do corpo na ação do ato de fala, produz um efeito linguístico. O corpo, como informação disposta pelas convenções ritualizadas inscritas neles, e performativizado pela ação que faz a sua prévia significação, impede a redução de observação do ato de fala à análise simples das convenções linguísticas, e requer levar em conta a integralidade da materialidade do corpo que produz o ato.

Thaís dos Santos Souza Esta perspectiva de que um ato de fala pode ser caracterizado como sendo performativo, significa dizer que quando proferimos algum enunciado também estamos querendo fazer algo com o que foi dito. Desta forma, o corpo é compreendido como

sendo elemento explicativo das práticas identitárias, assim, os atos de fala repetidos dentro de um quadro normativo constituem as identidades, um exemplo disso são as identidades de gêneros que nos permite compreender os aspectos linguísticos na regulação dos corpos, como bem explana Butler (1990, p. 25): “Performatividade pode ser compreendida como o modo pelo qual desempenhamos atos de identidades como uma série contínua de performances sociais e culturais em vez de expressão de uma identidade anterior”.

João Vítor Sampaio de Moura Entendo que esse debate transformou a linguística em um campo de batalha entre oprimidos e opressores, nos levando à reflexão da importância da língua como uma ferramenta de resistência. A linguagem não é apolítica e neutra. Ela se faz apregoada por ideologias que se estruturam ao redor de uma visão de mundo imposta à sociedade. Assim, nenhuma linguagem se faz ausente do conflito entre opressor e oprimido, tampouco pode ser considerada inclusiva. “Dentre as formas de desigualdade, está a de gênero, estruturada nas distinções sociais e culturais entre homens e mulheres” (GUIMARÃES, 2020. p. 2).

Bruno Alexandre Scapolan “Há a possibilidade de consolidação de um gênero neutro no português brasileiro?”. Schwindt diz que: “Sim, pode existir, pois a língua é muito rica e com muita potência de mudança”. Porém, Guimarães (2020, p. 5) afirma que: “Eu, particularmente, não enxergo no sistema, devido às suas limitações fonológicas, chances de isso acontecer”. Esta afirmação é cabível, pois a linguagem não é um instrumento neutro, pois ela dá forma e voz ao modo como os seres humanos pensam, interpretam

a realidade e agem no mundo, sendo assim, “produzimos efeitos com linguagem e também fazemos coisas para a linguagem” (PINTO, 2002, p. 105).

João Vítor Sampaio de Moura A adoção de uma linguagem gregária, que busque atingir a todos gêneros e identidades, vai além de meramente abarcar uma realidade já existente. Serve de resistência contra a cultura dominante que insiste em normalizar sua visão de mundo como algo natural e imutável, na tentativa de ocultar a politização por trás da linguística tradicional, repleta de ideologias e sempre preocupada em controlar os corpos.

Giselly Tiago Ribeiro Amado Tem havido uma preocupação com a inclusão de todas as pessoas o serem utilizados diferentes símbolos no lugar dos artigos definidos ‘a’ e ‘o’, em uma busca pelo gênero neutro expresso na língua portuguesa. Símbolos como “@, x, e, ile, illus” (GUIMARÃES, 2020, p. 2) em substituição aos artigos que marcam gêneros. O que percebemos é que uma solução eficaz para a inclusão do gênero neutro ainda acarretará muitos estudos, pois atualmente, as(os) pesquisadoras/pesquisadores têm encontrado problemas envolvendo as tentativas de utilização de um gênero neutro. Há problemas ligados à fala, há a impossibilidade de acessibilidade de textos escritos para pessoas cegas, mas independente da dificuldade e da falta de projeção quanto a uma solução para esta questão, o mais importante é dar visibilidade para a existência do problema e possibilitar que ocorram discussões e reflexões sobre a existência da discriminação sexista, como uma demanda social emergente.

Letícia de Sousa Leite      Quanto ao emprego do arroba para marcar a neutralidade de gênero este símbolo é bastante utilizado em Libras. Para exemplificar, apresento a frase em português “Eu gosto de você”, em Libras é sinalizada da seguinte maneira: “(EU) VOCÊ GOSTAR”. Outro exemplo em português, “Eu sou surdo” ou “Eu sou surda”, é grafado em letras maiúsculas na glosa como “(EU) SURD@”. Assim, a minha leitura ou a minha sinalização será marcada pelo gênero a que desejo me referir, não havendo nesse exemplo a marcação do gênero binário. É importante ressaltar que a Libras é uma língua de modalidade visual e gestual, o que a difere da modalidade oral e auditiva da Língua Portuguesa e o fato de a Libras não empregar a marcação de gênero, acredito ser possível trilhar caminhos inclusivos linguísticos para todes no intuito de encontrar alternativas para a desconstrução de gênero como limites impostos pelos discursos dominantes da realidade social.

Juliana Prudente Santana do Valle      A língua não é estável, “ela é viva”, passa por processos de mudanças, evolui e essa atualização deve acontecer e precisa acompanhar o desenvolvimento da sociedade. Podemos citar o exemplo clássico de “vossa mercê, “vossemecê” “vosmecê”. você, ocê, cê’, sendo esses dois últimos usados de maneira informal.

Pela língua se nomeia, classifica, performatiza, identifica, corporifica, produz sentidos por meio de atos de fala, e segundo Pinto (2002, p,105), “o sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo”.

Lucelia Cristina Brant Mariz Sá As relações de gênero foram construídas com base nas diferenças fisiológicas entre os sexos e reproduzidas ao longo da história, com o reforço da ideologia machista e patriarcal. As alterações nas normas da língua são possíveis, apesar de apresentar resistência. Podem ser implementadas desde que haja receptividade no meio sociocultural, a fim que considerar a inclusão como algo necessário para o bem-estar social.

San Thiago de Araújo e Silva "Se o masculino universal e neutro também a incomoda, escolha uma subversão dentro da norma" (DINIZ, 2013, p. 9). Qual norma é essa à qual Diniz nos pede que estejamos [atentos] para promovermos a subversão? A norma linguística do sexo binário? Não é exatamente a essa norma que, ao empregar caracteres como -@ e -x, queremos subverter? Então, reflito, calcando-me em Lorde (1984), que se usarmos a norma para problematizarmos ela mesma, teremos apenas efeitos nos pequenos perímetros de uma mudança, pois, "as ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande".

Nessa mesma linha de pensamento, destaco uma das ponderações finais de Guimarães (2020, p. 5), em que a autora menciona estar ciente que "mudar a língua não vai resolver o preconceito real", ainda que considere que a demanda afetiva e social que constituem a busca por essa mudança linguística deva ser respeitada.

Rogério de Castro Ângelo Considero que sempre há espaço para microrresistências, nas situações diárias pelas quais passamos, de forma que, tendo um posicionamento crítico em relação à utilização do masculino genérico, sempre nos é facultado a escolha da opção

que entendemos ser mais interessante para marcar a resistência a essa materialização do machismo na linguagem.

San Thiago de Araújo e Silva Estamos presos num sistema que, ao ser incomodado, engloba o que lhe reivindica e acaba, com isso, se retroalimentando. Não corremos um risco de que esse sistema, ao qual a língua é constituinte, englobe também, por exemplo, o uso do -e, normatizando-o como próprio de uma terceira categoria de sexo-gênero que não se assimila a homem e mulher?

Quando leio um nome, como o de Débora Diniz ou Veridiana Guimarães, mesmo sem conhecê-las, atribuo-lhes o gênero linguístico feminino, bem como quando me refiro a Michel Foucault ou Nestor Perlonger utilizo o masculino. Isso se faz porque todas as nossas instâncias sociais determinam que o nosso sistema de reconhecimento de corpos seja binário, independentemente da infinidade de possibilidades de se performatizar gêneros.

Welton Pereira de Mendonça Por que as considerações de gênero continuam de forma tão intensa provocando situações de exclusão e discriminação? Se alguém não se “encaixa” nos padrões estabelecidos pela sociedade heteronormativa, torna-se proibido. Porque a pessoa não se identifica com o pronome “senhor” ou “senhora”, não poderia embarcar em um avião, por exemplo há situações, infelizmente corriqueiras em nosso cotidiano e que muitas vezes, não percebemos o quanto são carregadas de ideologias discriminatórias.

Mariana Ruiz Nascimento Retomando os textos bases, percebemos que as três faces de gênero [propostas por Aikhenvald (2018)] interagem entre si, sendo a interação materializada

no que propõe Guimarães (2020). A autora trata mais especificamente sobre como o gênero linguístico pode implicar em exclusão e preconceito e gerar episódios de desigualdade de gênero. Pinto (2002), por sua vez, afirma que o sujeito que fala produz um ato corporalmente, ou seja, o ato de fala exige o corpo. Logo, o corpo tem um papel chave no processo de fala e de se fazer entender na língua(gem), além da construção estritamente linguística. É possível perceber que gênero (considerando as diferentes definições mostradas por Aikhenvald (2018)), língua (GUIMARÃES, 2020) e corpo (PINTO, 2002) se imbricam no momento de enunciação e podem, ao mesmo tempo, privilegiar determinados grupos e desfavorecer outros, gerando desigualdades sociais. Portanto, as discussões levantadas pelas autoras reforçam a importância e a relevância de se considerar o gênero e o corpo nas pesquisas na área da linguagem.

Fabiane Lemes Vale ressaltar que, como sujeitos, somos subjetivados e objetivados na/pela linguagem, ou seja, somos sujeitos de linguagem a qual se configura palco para o exercício das relações de poder que operam histórica, social e culturalmente. Nessa conjuntura, linguagem, sujeito e poder são instâncias indissociáveis.

## Referências

- AIKHENVALD, A. Y. *How gender shapes the world*. Oxford: Oxford University Press, 2018.
- BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge. 1990.

- DINIZ, D. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2. ed. rev. - Brasília: Letras Livres, 2013.
- GUIMARÃES, V. de S. Inclusão na língua: as tentativas de neutralidade de gênero no português brasileiro. *Revista da ABRALIN*, v. 19, n. 2, p. 1-5, 2 out. 2020.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MÄDER, G. R. C. *Masculino genérico e sexismo gramatical*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós Graduação em Linguística. Florianópolis, p. 159. 2015.
- MOITA LOPES, L. P. da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- WITTIG, M. The category of sex. In: *Feminist Issues 2*, 63–68, 1982.
- PINTO, J. P. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. In: *Revista Gênero*, v.3 n.1, p. 101-110, 2002.
- REZENDE, T. F.; Silva, D. M. Desobediência linguística: por uma epistemologia liminar que rasure a normatividade da língua portuguesa. *Revista Porto das Letras*, v. 04, n. 01, 2018 (p. 174-202).

**PARTE 2:**  
**O CORPO NA/PELA**  
**LÍNGUA(GEM)**



## A OBJETIFICAÇÃO FEMININA ENTRE O VISÍVEL E O ENUNCIÁVEL NUMA CAMPANHA PUBLICITÁRIA DE PRODUTOS DE LIMPEZA

Rogério de Castro Ângelo (PPGEL/UFU)

Fabiane Lemes (PPGEL/UFU)

Mariana Ruiz Nascimento (PPGEL/UFU)

**Resumo:** Sob a injunção machista, o anúncio publicitário pode se configurar como um dos diversos cenários de objetificação e subjetivação feminina. Nas campanhas em vídeo, os recursos verbais, visuais e sonoros são apreendidos na superfície discursiva como forma de significar. Sob tal ótica, dessa materialidade emergem regularidades cujos sentidos são estabilizados/possíveis pela memória discursiva, a qual (re)atualiza já-ditos, requalificando-os à historicidade do acontecimento discursivo de forma a cristalizá-los. Assim, neste trabalho objetivamos perscrutar as condições de produção que ensejam a constância e emergência do imaginário social responsável por atribuir papéis às categorias homem e mulher, discursivizando-as. Para tanto, elencamos três peças publicitárias de uma campanha de produtos de limpeza promovidas pela empresa Bombril. A partir delas, intuímos analisar as regularidades enunciativas conjuntamente às estratégias linguísticas e imagéticas das quais emergem efeitos de sentido machistas. Compreendemos ser na/pela língua(gem) que as relações de forças e de sentidos se manifestam, sendo o discurso lugar de articulação dessas relações. Logo, pautamo-nos pelos pressupostos teóricos da Linguística Aplicada, epistemologia interdisciplinar voltada ao estudo de questões sociais dadas na/pela língua(gem), dialogicamente à Análise do Discurso, principalmente nas proposições pecheutianas. Ademais, recorremos ao pensamento decolonial para compreender a relação entre as construções sociais de gênero, no contexto hodierno, e o capitalismo. Em nossa análise, observamos que nos enunciados emergem regularidades que perpetuam estereótipos e papéis sociais atribuídos à mulher, ambos alicerçados em hierarquias de gênero. Verificamos, também, que as três propagandas são

materialidades que reforçam discursos que, por mais que pareçam ser problematizações do papel da mulher, continuam a se reproduzir em uma matriz colonial de poder.

**Palavras-chave:** Anúncio publicitário. Discurso. Objetificação. Papéis sociais.

## Introdução

O corpo feminino tem se configurado ao longo dos séculos como palco de exercício do poder patriarcal (FEDERICI, 2017), instância cujo funcionamento se dá mediante cristalização de paradigmas que subjetivam, objetivam e objetificam a mulher. Nessa mesma injunção, atuam técnicas de controle e manutenção desse corpo, as quais emergem a partir de diferentes materialidades, verbal e não verbal, dentre elas, a língua, compreendida aqui como estrutura em funcionamento na superfície do discurso (PÊCHEUX, 1995-2002).

Com o exponencial crescimento da cultura digital, questões que envolvem gênero (e outras intersecções, como raça) têm ganhado maior visibilidade e conseqüentemente sido mais debatidas, o que ocasionou mudanças no modo de abordar essas temáticas. Com o intuito de promover seus produtos, as empresas têm tentado se adequar discursivamente, utilizando-se de estratégias outras que, sob um olhar descuidado, distanciam-se de construtos patriarcais, como o discurso machista. Em outras palavras, a publicidade tem tentado se adequar ao novo contexto em que o público-alvo parece se posicionar com maior criticidade frente ao que lhe é apresentado.

É nesse *locus* de enunciação que buscam se inscrever as peças publicitárias selecionadas como *corpus* neste trabalho. Entretanto, como veremos na análise que ora mobilizamos, dos enunciados que compõem tais materialidades emergem regularidades que perpetuam estereótipos e papéis sociais atribuídos à mulher, ambos alicerçados em hierarquias de gênero.

Com a finalidade de escrutinar as condições de produção<sup>2</sup> dessas regularidades discursivas, elencamos três peças publicitárias de uma campanha promovida por uma empresa brasileira, vinculada à produção e venda de produtos de limpeza, veiculadas na mídia televisiva e atualmente disponíveis no *YouTube*. Tais campanhas, em formato de vídeo com duração média de trinta segundos cada, intituladas *Adestramento*, *Dona Marisa*, e *Homem das Cavernas* fazem parte da campanha institucional *Mulheres Evoluídas*, a qual possui como enunciado de referência “*Bombril, os produtos que evoluíram com as mulheres*”.

A partir do objetivo supracitado, pautamo-nos na Análise do Discurso de linha francesa (PÊCHEUX, 1995, 2002) conforme praticada no Brasil (ORLANDI, 2007, 2020), cujas proposições alicerçam-nos teoricamente no esforço de problematizar e analisar as relações de poder que imiscuem feminino e masculino e se manifestam no discurso, revelando as formações discursivas dos sujeitos, constituídas a partir de questões de natureza social, cultural, histórica e também a partir de um processo de identificação com posicionamentos ideológicos. Esses posicionamentos são designados como instâncias-sujeitos, uma vez que “quando o sujeito ocupa uma posição de lugar discursivo, lugar social ou ambos, em alteridade, ele instaurará um processo de identificação ou desidentificação desses e nesses lugares” (SANTOS, 2009, p. 85). Sob tal ótica, o discurso é materialidade ideológica que enseja sentidos tomados, não verdades.

Entendemos que nas práticas languageiras reverberam lugares socioideológicos nos quais se inscreve o sujeito que enuncia, isto é, as formações discursivas, estabilizadas por meio de regularidades enunciativas (FOUCAULT, 1987) as quais, por sua vez, incidem na estrutura linguística e nos jogos metafóricos. Consideramos que uma formação discursiva é inevitavelmente enviesada pela

---

<sup>2</sup> Conforme Pêcheux (1999), as condições de produção podem ser compreendidas como a relação entre as circunstâncias de um discurso e o seu processo de produção.

memória discursiva, “algo que fala sempre, antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1995, p. 149), de forma que o enunciado também é da ordem do inconsciente. Desse modo, o sentido escapa ao sujeito, pois há um processo histórico que o antecede e constitui a memória discursiva social.

Além disso, situamos nossa análise na Linguística Aplicada indisciplinar/transdisciplinar e crítica (MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK, 1990, 2006; RAJAGOPALAN, 2003) em uma perspectiva decolonial (MALDONADO-TORRES, 2007; MIGNOLO, 2017). Entendemos que a Linguística Aplicada se aproxima de áreas que focalizam o social, o político e a história, e se intersecciona com outros campos disciplinares para promover uma construção teórico-metodológica que auxilie a compreender as questões que nos confrontam no cotidiano.

Na próxima seção, trataremos de gênero, língua(gem), corpo, subjetivação, e discurso para apresentar a análise dos três vídeos da campanha da Bombril; e, por fim, disponibilizamos nossas considerações finais e elencamos as referências utilizadas neste capítulo.

### **Gênero na/pela língua(gem)**

A questão de gênero é abordada, sob a perspectiva butleriana (BUTLER, 2003), como marca identitária que reflete hierarquias erigidas entre homens e mulheres. Contrariando a ideia de que o gênero estaria relacionado a características de cunho biológico, as correntes feministas nos ajudam na compreensão de como marcas de gênero são infligidas arbitrariamente de modo a favorecer alguns grupos em detrimento de outros. Nessa conjuntura, o saber-fazer masculino se constitui “padrão” e tudo aquilo que foge ao androcentrismo é relegado ao segundo plano, relação que se materializa na/pela língua(gem).

Em *Performatividade radical: ato de fala ou ato do corpo?*, Pinto (2002) problematiza a relação entre linguagem e corpo, pois “O sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de

fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a partir dessa relação, o ato de fala é também um ato corporal relação entre linguagem e corpo” (p. 105). Assim, o corpo é regulado por convenções ritualizadas que nele se inscrevem discursivamente.

Dentre tais convenções, pode-se citar questões contempladas pela discussão epistêmica de gênero. Conforme Butler (2003), o gênero pode ser compreendido como uma identidade instituída historicamente mediante a repetição de gestos e atitudes (performance), o que o caracteriza como gesto performático. Sob tal ótica, os corpos e suas existências se sujeitam ininterruptamente a modos de submissão (FOUCAULT, 2004b).

Dessarte, o gênero, referenciado comumente como traço que seria natural do corpo biológico na lógica reprodutiva, é uma construção política e social que se (re)significa discursivamente ao delinear e restringir os corpos por meio das construções identitárias. O corpo, portanto, configura-se sob e a partir de instâncias políticas calcadas em construções sociais enviesadas pelas práticas discursivas.

Como sujeitos, somos subjetivados e objetivados na/pela linguagem, a qual se configura palco para o exercício das relações de poder que operam histórica, social e culturalmente. Dentre as formas de materialização das relações de poder estão o estabelecimento das dicotomias, por exemplo, masculino e feminino. Para Lauretis,

As concepções culturais de masculino e feminino como duas categorias complementares, mas que se excluem mutuamente, nas quais todos os seres humanos são classificados formam, dentro de cada cultura, um sistema de gênero, um sistema simbólico ou um sistema de significações que relaciona o sexo a conteúdos culturais de acordo com valores e hierarquias sociais. Embora os significados possam variar de uma cultura para outra, qualquer sistema de sexo-gênero está sempre intimamente interligado a fatores políticos e econômicos em cada sociedade. Sob essa ótica, a construção social do sexo em gênero e a assimetria que caracteriza todos os sistemas de

gêneros através das diferentes culturas (embora cada qual de seu modo) são entendidas como sendo “sistematicamente ligadas à organização da desigualdade social” (LAURETIS, 1994, p. 211-212).

Tais sistemas de organização de categorias sociais, culturais e históricas são geridos discursivamente, firmando binarismos hierárquicos. Para Foucault (1996), qualquer discurso se organiza como discurso de ordem, ou seja, de poder, alcançando *status* de verdade. Para que isso se concretize, é imprescindível uma legitimação provinda das instâncias de poder, as quais produzem certos “saberes” e os eternizam mediante já ditos que, por meio da memória discursiva, subjetivam-nos em sujeitos.

Por ser também de origem histórica, os modos de subjetivação do sujeito lhe são exteriores, o que o torna resultado das relações de saber e poder que transpassam a sociedade. De maneira complementar, há os chamados processos de objetivação, que dizem respeito ao modo como o sujeito é posicionado discursivamente como um objeto de conhecimento (FOUCAULT, 2004a). As formas de objetivação do sujeito, aliadas aos pressupostos da AD, subsidiam-nos teoricamente para discutir questões que se materializam na/pela língua(gem), por exemplo, a inferiorização da mulher frente ao homem resultante de discursos sexistas imbricados à noção de gênero.

Foucault (2006) assevera que os processos de subjetivação e objetivação são indissociáveis, pois se interdependem e desenvolvem mutuamente. Como resultado, têm-se os “jogos de verdade”, os quais não definem a verdade em si, mas

as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso. Em suma, a história crítica do pensamento não é uma história das aquisições nem das ocultações da verdade; é a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das “veridicções” entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos: quais foram as condições dessa emergência, o preço com o

qual, de qualquer forma, ela foi paga, seus efeitos no real e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, ela constituiu, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o a priori histórico de uma experiência possível (FOUCAULT, 2006, p. 235).

Em outras palavras, os “jogos de verdade” se interligam à legitimação de determinados discursos estabelecidos socialmente de forma a serem eternizados e propagados por meio das formações discursivas, como é o caso do discurso machista, visível nas regularidades que emergem das campanhas publicitárias analisadas.

Levando-se em consideração que a produção discursiva não é arbitrária, intentamos compreender por que emergem determinados dizeres e não outros. Nesse intuito, erigimos nossa análise com base nas cadeias inter e intradiscursivas dos enunciados presentes nas materialidades mobilizadas com o fito de perscrutar a emergência de determinadas discursividades. Entendemos que tal produção é regulada a partir de técnicas de controle e exclusão, e também por dispositivos que classificam os discursos e os disseminam no contexto social.

O discurso machista que ecoa dos modos de subjetivação e objetivação do sujeito resulta na objetificação da mulher, no sentido de torná-la objeto frente a saberes institucionalizados. Sob essa ótica, o machismo é um efeito discursivo de ordem política. Segundo Fernandes (2007), a indissociabilidade do discurso de questões de ordem linguística não implica o apagamento de posições sociais e ideológicas. Pelo contrário, embora idiossincráticas à linguagem, são imprescindíveis no processo de produção de sentidos.

## **Mulher e capitalismo**

Conforme Federici (2017), a história do capitalismo é determinante na posição social ocupada pelas mulheres ao longo

dos séculos, uma vez que a inserção delas à força de trabalho aconteceu concomitantemente a outros fatores:

i) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho; ii) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens; iii) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novas trabalhadoras (FEDERICI, 2017, p. 6).

Nessa esteira, a ascensão do capitalismo, à luz do patriarcado<sup>3</sup>, impõe ao corpo feminino caráter inquestionavelmente econômico, impingindo a imanência entre gênero e relações de classe. Em outras palavras, o gênero se torna suporte para atribuição das funções de trabalho, incluindo-se nesse bojo o controle não somente das funções produtivas mas também das funções reprodutivas da mulher, técnicas operacionalizadas direta e indiretamente pelo Estado.

Assim, a história da mulher é indissociável da história da luta de classes, tendo a força de trabalho sido definida com base na circunstância biológica. O trabalho doméstico, então entendido como vocação da mulher, foi invisibilizado e, conseqüentemente, desvalorizado, fortalecendo a acumulação masculina de capital no sistema-mundo moderno capitalista. Nesse contexto, a primazia de um destino irrefutavelmente biológico determina a divisão social do trabalho.

---

<sup>3</sup> A organização da sociedade em “civilizações” – assim denominadas pela presença de um governo formal e da escrita – começou há cerca de quatro mil anos antes da era comum (a.e.c), em decorrência do desenvolvimento da agricultura. Nesse mesmo período, grande parte das sociedades agrícolas instituíram novos modos de subalternidade, em que pais e maridos exerciam o pleno domínio sobre as mulheres de suas famílias, sistema cognominado como patriarcal. Devido à pluralidade das civilizações, os hábitos patriarcais foram lapidados e aprofundados de acordo com as crenças e culturas desses mesmos grupos e, posteriormente, adaptados às atividades comerciais, as quais passaram a ditar as relações entre homens e mulheres, além de estabelecer os papéis de ambos (STEARNS, 2007).

Federici (2017, p. 8) ainda argumenta que “[...] as hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só se pode sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daqueles a quem se procura governar”. Sob tal ótica, a hierarquia firmada entre masculino e feminino não é mera casualidade, porém uma forma de controle (baseada na divisão) que se adequa à estrutura social corrente mediante técnicas distintas cada vez mais sutis.

À luz da perspectiva decolonial, é possível problematizar questões atuais, como o patriarcado e seus efeitos, como consequências históricas da colonização sobre os países do sul (colonialismo), uma vez que, no processo colonizatório na Idade Moderna (séc. XIV-XV), os europeus ocuparam novos territórios pelo mundo, num processo que culminava na exploração tanto de recursos naturais quanto da própria força de trabalho das populações que habitavam os territórios onde eles chegavam. Nessa esteira, a organização social e cultural dos povos originários das Américas, por exemplo, eram discursivizadas como atrasadas, inferiores, de maneira que os europeus, além de saquearem os recursos naturais dos territórios onde atracavam, enviavam exploradores para “civilizar” tais povos, impondo sua língua, sua religião e seus costumes. Dessa forma, a história e cultura dos países colonizadores determinavam os saberes dos países colonizados, característica denominada colonialidade.

Desse modo, a independência dos países colonizados tem carga simbólica, pois as marcas deixadas pelo poder colonial perseveram por meio de modelos culturais, econômicos, históricos e sociais, ou seja, as relações coloniais de poder permanecem. No intuito de nos aclarar acerca dessas questões, Maldonado-Torres (2007) pontua três conceitos-chave: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, as quais são definidas respectivamente:

[...] a colonialidade do poder se refere à inter-relação entre formas modernas de exploração e dominação, e a colonialidade do saber tem

a ver com o papel da epistemologia as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução de regimes de pensamento coloniais, a colonialidade do ser se refere, então, à experiência vivida da colonização e seu impacto na linguagem (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 130, tradução nossa).

A partir dessa inferência é possível compreender que países como o Brasil trazem consigo modos de ser e saber determinados pelo colonizador, resultando na normatização e perpetuação de estereótipos sociais coloniais erigidos como estratégias de dominação que ainda vigoram. Dentre tais estratégias cabe a máxima dividir para conquistar, em que novos grupos e categorias são (re)inventados, enfraquecendo as massas.

É transitando por múltiplas categorias, dentre elas a noção de humano/não humano, que são assimiladas e fortalecidas as relações de poder. Para Lugones (2014), o processo de desumanização é oriundo da colonialidade do ser e não se trata apenas da categorização de “povos em termos de poder e gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos” (LUGONES, 2014, p. 939).

Desse contexto suscitam as categorias de sexo e gênero<sup>4</sup>, haja vista a imprescindibilidade de distinção entre colonizador e colonizado, em que aquele é superior a este. Além da criação desses binarismos, ainda há a ideia do ‘ser mulher’, por exemplo (por se tratar do foco deste trabalho), como ser homogêneo. Outros autores, embora não se inscrevam numa episteme decolonial, também buscam a desconstrução dessa ideia de homogeneidade do feminino, por exemplo, Kimberlé Crenshaw, que define o conceito de interseccionalidade como

---

<sup>4</sup> Embora outras categorias sejam elencadas por Lugones (2014), como a ideia de raça, atemo-nos aqui a questões pontuais que categorizam classe social, mas principalmente gênero.

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o [...] patriarcalismo [...] e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres [...] e outras (CRENSHAW, 2002, p. 177).

No caso dos afazeres domésticos que serão discutidos na nossa análise, eles são entendidos, sob o sistema patriarcal, como inerentes à mulher, todavia, se essa relação de gênero é considerada junto à ideia de classe social, esse estereótipo de mulher doméstica não se satisfaz na prática. Assim, as interseccionalidades respeitam subjetividades e problematizam a ação conjunta de poder e dominação, estruturas rígidas da sociedade. Em outras palavras, a interseccionalidade avança rumo à compreensão dos diferentes lugares sociais ocupados pela mulher a partir de estruturas múltiplas, cuja articulação promove e legitima a desigualdade de gênero.

### **Análise do *corpus*: a campanha publicitária**

Os três vídeos aqui analisados fazem parte de uma mesma campanha publicitária de produtos de uma marca brasileira de produtos de limpeza. Consideramos importante salientar essa informação, uma vez que esses textos fazem sentido dentro de um quadro interpretativo relacionado ao gênero “anúncio publicitário”, que coloca em jogo basicamente três elementos: uma campanha publicitária de uma marca brasileira de produtos de limpeza, o produto anunciado e o público-alvo. Nesta análise, mostraremos como a forma em que o texto foi estruturado nos leva a considerar as mulheres como sendo o público-alvo dessa campanha publicitária e, mais importante que isso, demonstraremos qual representação sobre mulher está operacionalizada nesta campanha.

Uma primeira questão que nos chama a atenção na forma como a campanha publicitária está organizada é em relação à

escolha que foi feita na forma de se abordar o produto. Isso porque, o objetivo principal de toda campanha publicitária é vender algum produto ou serviço. Nas campanhas, pode-se tentar alcançar esse objetivo de maneira mais direta (apresentando o produto, descrevendo suas características, etc.) ou de maneira indireta, associando o produto a um estilo de vida, à felicidade, etc. No caso da campanha em questão, foi utilizada essa segunda opção, na medida em que recorreram à mobilização de discursos de outras esferas que não a diretamente relacionada a de produtos de limpeza para anunciar os produtos da marca.

Por se tratar de uma campanha publicitária, há vários elementos que podem ser mobilizados e delineados nessa materialidade para realizar o gesto discursivo de análise. Podemos observar, por exemplo, a roupa que as atrizes usam nessas propagandas. As três mulheres - popularmente conhecidas devido à mídia televisiva nacional - usam terno e gravata: roupas que são tradicionalmente utilizadas por homens. Um possível sentido que podemos depreender daqui é que, para ter autoridade, para ser ouvida, a mulher precisa ser reconhecida, se vestir e se portar como um homem. A seguir, vamos mobilizar os dizeres, inscrevendo-os em memórias discursivas e efeitos que parecem emergir nos três vídeos.

### **Primeira propaganda: adestramento**

A primeira propaganda, intitulada *Adestramento*, compõe-se a partir da seguinte sequência discursiva<sup>5</sup> (SD), enunciada pela atriz Marisa Orth:

---

<sup>5</sup> Courtine trabalha a noção de sequência discursiva (SD), na relação que ele estabelece entre enunciados (E), rede de formulações (R) e formulações (e). Segundo ele, enunciados (E) são os elementos de saber próprios a uma formação discursiva (FD) que representam na linguagem as formações ideológicas que lhes são correspondentes. Os enunciados governam a repetibilidade no seio de uma rede de formulações (R). As formulações (e), por sua vez, são sequências linguísticas (podendo ser constituídas de um segmento de frase, uma frase ou até mesmo conjuntos de frases) que funcionam como reformulações possíveis de um

SD1 Pensa comigo: homem solta pelo, faz xixi no chão e eventualmente até baba, praticamente um cachorro. Por isso, minha amiga, você que é um ser humano superior e evoluído tem que adestrar o seu homem para que ele se comporte direito. Por exemplo, se ele pegar o balde com os produtos da *Bombril* e te ajudar a limpar a casa, o banheiro e ainda lavar as roupas, dá banhinho nele, faz carinho, deixa dormir na sua cama. Agora, pisou na bola é jornalada na fuça que comigo é assim. *Bombril*, os produtos que evoluíram com as mulheres<sup>6</sup>.

Aqui, foi mobilizado o discurso do adestramento de animais, mais especificamente o de adestramento de cachorros. Foi feito um deslocamento/atualização em relação a esse discurso, na medida em que se mobiliza uma representação do homem como alguém que tem os mesmos “defeitos” que um cachorro não adestrado: “Pensa comigo: homem solta pelo, faz xixi no chão... até baba, praticamente um cachorro”. Um dos sentidos produzidos é de que o comportamento do homem pode ser justificado, pois ele é tido como “irracional” (igual a um cachorro), já que, supostamente, precisaria de adestramento.

Após essa enumeração de defeitos para o homem/cachorro, a atriz que está funcionando como a porta-voz da empresa nesse anúncio “vende” a solução para esse problema direcionando-se ao público-alvo ideal da campanha: “Por isso, minha amiga, você, que é um ser humano superior e evoluído, tem que adestrar o seu homem para que ele se comporte direito”.

Em relação às representações de mulher que são imobilizadas, esse anúncio se dirige à ela como um “ser humano superior e evoluído”. Entendemos que colocar a mulher como o público-alvo por excelência de uma campanha publicitária de produtos de

---

enunciado no seio de uma rede de formulações e que marcam a presença de um enunciado (E) no intradiscurso de uma **sequência discursiva (SD)** dominada por uma FD (COURTINE, 2009 p. 99-102).

<sup>6</sup> Campanha institucional - Bombril - Adestramento. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=X\\_820G5F61g](https://www.youtube.com/watch?v=X_820G5F61g). Acesso em julho de 2021.

limpeza acaba por retomar uma memória justamente do discurso machista, no qual o espaço por excelência da mulher é o cuidado com os afazeres domésticos. Podemos também inferir que ela é o público-alvo da propaganda por causa da escolha lexical do anúncio ao se direcionar ao(à) telespectador(a): “minha amiga”. Contudo, não se trata de qualquer mulher, mas de uma mulher que seria cis-heteronormativa e que teria uma figura masculina em sua vida – um marido, namorado, parceiro, a partir da qual ela se se reconheceria superior.

Avancemos um pouco mais na análise sobre como o discurso publicitário, o discurso do adestramento e o discurso machista vão sendo mobilizados em conjunto nessa propaganda: no discurso do adestramento de animais trabalha-se com a ideia de “tratar/moldar” o comportamento indesejado do animal por meio de *feedback* positivo para atitudes desejáveis e *feedback* negativo para as atitudes indesejáveis. Dessa forma, vejamos quais seriam as atitudes desejáveis e indesejáveis mobilizadas na propaganda e o *feedback* correspondente: “Se ele pegar um balde com os produtos da Bombril e ajudar a limpar a casa com um paninho e ainda lavar as roupas: dá um banhinho nele, faz carinho, deixa dormir na sua cama.” Ora, num primeiro momento podemos pensar num discurso feminista fazendo deslocamento em relação ao papel do homem, uma vez que as tarefas do lar estão sendo compartilhadas, porém a utilização do verbo “ajudar” inscreve-se numa discursividade em que na verdade o homem está fazendo um favor para a mulher, oferecendo uma ajuda, e não realizando uma tarefa que lhe compete.

Retomando a ideia do adestramento, ajudar a limpar a casa e “ainda” lavar as roupas (note-se que a utilização do advérbio “ainda” posiciona essa segunda tarefa como algo ainda mais impressionante) seriam atitudes desejáveis para as quais o homem mereceria um “prêmio” – banho, carinho, dormir na cama da “dona”.

Em seguida, há uma mudança na expressão fisionômica da atriz para introduzir o que fazer no caso de comportamento indesejável: “Agora, pisou na bola: é jornalada na fuça, porque

comigo é assim". Nesse momento parece haver um certo retorno no que se refere ao significante homem/cachorro, de maneira que se o homem/cachorro "pisar na bola", ou seja, se comportar mal, deve ser punido fisicamente "jornalada na fuça".

Dessa forma, vemos que apesar de trazer perifericamente uma representação do homem fazendo tarefas domésticas, ao colocar a mulher como o público-alvo ideal de uma campanha de produtos de limpeza, bem como o homem representado como alguém que deve ser premiado se ajudar nos afazeres domésticos, inscreve-se num discurso machista ao rejeitar condições iguais entre os gêneros.

Uma última ponderação em relação a essa primeira propaganda e que consideramos como um dos pontos cruciais em relação à forma como o discurso machista se materializa na campanha refere-se ao enunciado: "Bombрил, os produtos que evoluíram com(o) as mulheres".

Há um efeito de sentido nessa frase final em que a empresa tenta se apropriar da força do discurso feminista. Isso é construído por meio da utilização do verbo "evoluir", que indica um aperfeiçoamento, uma melhoria em relação a um estado anterior. No caso das mulheres, esse estado anterior seria aquele da mulher subalterna, que deveria viver em função do marido, única responsável pelos cuidados com os afazeres domésticos e os cuidados com as pessoas da casa (tanto as crianças, o marido e os/as idosos/as).

A evolução desse estado anterior das coisas pode ser lido como resultado da luta feminista, que reivindica direitos iguais entre homens e mulheres, a possibilidade da participação na vida política (votar e ser votada), bem como a conquista de direitos trabalhistas, por exemplo.

Nesse sentido, a formulação "Bombрил, os produtos que evoluíram com(o) as mulheres" busca encampar para a marca de produtos de limpeza uma evolução na relação estabelecida entre marca e consumidores/as, buscando passar a ideia de que a marca estaria atenta às transformações sociais em relação aos papéis de gênero.

Contudo, uma análise mais aprofundada da campanha revela uma interpretação totalmente equivocada sobre o feminismo, uma vez que nela há uma tentativa de inverter os papéis do homem e da mulher do patriarcado e do machismo, em que a mulher, ao tomar o lugar do homem, se torna tão violenta quanto a figura do homem machista.

O feminismo, então, está sendo discursivizado na campanha apenas como essa troca de papéis possíveis no machismo, sendo a lógica machista - de opressão de um gênero sobre o outro - mantida, porém colocando a mulher como aquela que oprime. Essa relação de opressão chega a seu ápice, no comercial, no trecho final em que a reação da mulher “evoluída” a algum ato do parceiro que considere inadequado seria a “jornalada na fuça”, ou seja, estabelece-se uma relação na qual o corpo do outro é tido como um objeto de dominação.

## **Segunda propaganda: dona Marisa**

A segunda propaganda analisada se intitula *Dona Marisa* e é protagonizada pela atriz e jornalista Mônica Iozzi:

SD2 O movimento de mulheres evoluídas Bombril já recebeu centenas de cartas como essa, da dona Marisa, de São Bernardo, reclamando que depois que o marido largou o emprego fica o dia inteiro em casa, enchendo o saco dela. Dona Marisa, faz o seguinte: pede para sua excelência pegar os produtos da Bombril e ir limpar a casa, as janelas, o banheiro, a louça porque ele até podia ser o cara lá no serviço, mas em casa, pode botar a barbinha de molho que quem manda é a mulher, meu bem. Bombril, os produtos que evoluíram com as mulheres<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Campanha institucional - Bombril - Dona Marisa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fx7GP5FokO4>. Acesso em julho de 2021.

O gênero que foi mobilizado para fazer a composição com o discurso publicitário foi a “carta do leitor”, no qual geralmente as revistas recebem dúvidas em relação a alguma temática da revista e algum “especialista” no assunto traz uma solução para o problema relatado. Dessa forma, a propaganda fala sobre como “o movimento das mulheres evoluídas Bombril” – tema da campanha publicitária – “já recebeu centenas de cartas, como essa, da Dona Marisa, de São Bernardo, reclamando que depois que o marido largou o emprego fica o dia inteiro em casa, enchendo o saco dela”.

Tal como a primeira propaganda, a mulher (público-alvo a quem se direciona a campanha, como discutido na seção anterior) é representada em relação à figura masculina, no caso um marido que largou o emprego. Assim, o problema que nos é apresentado nessa “carta do leitor” é a presença do marido em casa o dia inteiro, atrapalhando a Dona Marisa – o que aponta para uma representação dessa mulher como uma dona de casa que, antes de o marido ter largado o emprego, não tinha esse “problema” – marido – em casa ao longo do dia.

Na sequência, num imbricamento entre o discurso publicitário e o discurso da carta do leitor, apresenta-se a solução: “D. Marisa, faz o seguinte, pede para “sua excelência” pegar os produtos da Bombril e limpar a casa, as janelas, o banheiro, as louças, porque ele até podia ser o cara lá no serviço, mas em casa [...] quem manda é a mulher, meu bem”. Assim, ao mesmo tempo em que se enuncia sobre os produtos da Bombril como parte da solução para o “problema da D. Marisa”, a figura masculina novamente está assentada numa representação sobre aquele a quem compete inserir-se no mercado de trabalho, ao passo que a mulher tem sua autoridade limitada ao ambiente doméstico.

### **Terceira propaganda: homem das cavernas**

A terceira campanha, intitulada *Homem das Cavernas*, é protagonizada pela atriz, humorista e apresentadora popularmente conhecida como Dani Calabresa:

SD 3 Já reparou que se dependesse dos homens a humanidade ainda estaria nas cavernas. - É! Essa caverna tá boa, viu! É, minha filha, porque homem é bom, mas é tosco. Por isso, para deixar sua casa limpinha, cheirosa e brilhando, as mulheres precisam mesmo é da Bombril. Só ela tem mil e uma utilidades e produtos que estão sempre evoluindo. Não é, Zé? Vamos lá, vamos evoluir também! Hoje ele não quer. Bombril, os produtos que evoluíram com as mulheres<sup>8</sup>.

Na terceira propaganda, o anúncio faz um paralelo entre a evolução da figura feminina em comparação à figura masculina. Isso vai sendo construído a partir de uma representação sobre a figura masculina relacionada à estagnação, à imobilidade, à resistência a evoluir. Vejamos: “Já reparou que se dependesse dos homens a humanidade ainda estaria nas cavernas: “É, essa caverna tá boa, viu”. Por oposição, as mulheres são associadas ao novo, ao moderno, à abertura a mudanças, enquanto o homem é representado como algo que “é bom, mas é tosco”. Após essa introdução da figura do homem como da ordem da imobilidade/inutilidade, o anúncio traz – tal como nos outros dois anúncios da campanha – os produtos da Bombril como solução para os problemas da mulher (posicionada como público-alvo da campanha). “Por isso, para deixar sua casa limpinha, cheirosa e brilhando, as mulheres precisam mesmo é da Bombril. Só ela tem 1001 utilidades e produtos que estão sempre evoluindo.”

Algo que chama a atenção é a utilização do advérbio ‘mesmo’ em “As mulheres precisam mesmo é da Bombril”. Ora, essa formulação “precisam *mesmo* é da Bombril”, somada à figura do homem no início do anúncio como um ser da inutilidade pode ser lida como: As mulheres não precisam de um homem (homem = inutilidade), as mulheres precisam mesmo é da Bombril (Bombril = utilidade). Nesse sentido, ao homem não é imposta a utilidade ou

---

<sup>8</sup> Campanha Institucional - Bombril - Homem das Cavernas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5sOQghIgLH0>. Acesso em julho de 2021.

inutilidade em relação aos afazeres domésticos, podendo assumir esse lugar da imobilidade, já a mulher, a quem não é facultado escolher atuar ou não nas tarefas da casa, consegue a sua independência em relação à figura masculina uma vez que tem como companhia os produtos de limpeza da marca Bombril.

### **Considerações finais**

No exercício analítico apresentado, mostramos como possíveis representações sobre a mulher e o homem são operacionalizadas em três propagandas publicitárias. Neles, emergem regularidades que perpetuam estereótipos e papéis sociais atribuídos à mulher, ambos alicerçados em hierarquias de gênero.

À mulher é reforçada a responsabilidade de realizar afazeres domésticos e ter cuidado com a casa ao colocá-la como público-alvo dessa campanha. Enquanto isso, ao homem é dado o lugar secundário nas tarefas domésticas. Um dos sentidos verificados e que é produzido pela materialidade observada é de que o comportamento do homem pode ser justificado, pois ele é tido como “irracional” e precisa de um adestramento. No *corpus*, verificamos que a figura masculina está também assentada numa representação sobre aquele a quem compete inserir-se no mercado de trabalho, ao passo que a mulher tem sua autoridade limitada ao ambiente doméstico.

Há uma representação sobre a figura masculina relacionada à estagnação, à imobilidade, à resistência a evoluir, enquanto as mulheres são associadas ao que é novo e ao moderno. Dito isso, o homem ocupa um espaço de indiferença e inutilidade em relação aos afazeres domésticos, podendo assumir esse lugar da imobilidade; já a mulher, a quem não é possível escolher atuar ou não nas tarefas da casa, consegue a sua independência em relação à figura masculina se adquirir os produtos de limpeza da marca Bombril.

Por fim, percebemos que as três propagandas apresentam algumas semelhanças entre si: elas vendem o mesmo produto, são protagonizadas por mulheres, e colocam o homem em uma posição

inferior à mulher. Os sentidos evocados também são semelhantes entre si: as três propagandas são materialidades que reforçam discursos que, por mais que pareçam ser problematizações do papel da mulher, continuam a se reproduzir em uma matriz colonial de poder.

## Referências

- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EdUFSCar, 2009.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2ª ed. Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta neves. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: *Ditos & Escritos V - Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a.
- FOUCAULT, Michel. (1970) *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. Ed. São Paulo. Edições Loyola. 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Ética, sexualidade, política*. 1926 - 1984 Manuel Barros da Motta (org.). Trad. Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004b.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLANDA, H. B. (org.) *Tendências e Impasses – O feminismo como crítica da cultura – Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 216-241.*

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, 2014. p. 935-952.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (eds.), *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.* Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MIGNOLO, W. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade.* Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 32 n. 94, jun. 2017, p. 1-18.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar.* São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.* Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos.* 13 ed. Campinas: Pontes, 2020.

PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.* 3ª Ed. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes. 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da Memória. In: ACHARD, Pierre et al. *Papel da Memória.* Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.* Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar.* São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

PENNYCOOK, A. Towards a Critical Applied Linguistics for the 1990s. In: *Issues in Applied Linguistics*, vol. 1, issue 1, 1990, UCLA, Department of Applied Linguistics, p. 8-28.

PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. In: *Revista Gênero*, v.3 n.1, p. 101-110, 2002.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.* São Paulo: Parábola, 2003.

SANTOS, João Bôsko Cabral dos. A instância enunciativa  
sujeitucional. *In*: SANTOS, João Bôsko Cabral dos. (Org.) *Sujeito e  
subjetividade: discursividades contemporâneas*. Uberlândia,  
EDUFU, 2009.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. Tradução de  
Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007.

## LUA NOVA DEMAIS: A INTERSECCIONALIDADE MATERIALIZADA NO POEMA

Isabella Zaiden Zara Fagundes (UFU)

**Resumo:** Este artigo traz, como *corpus* de análise, o poema da poeta Elisa Lucinda intitulado *Lua Nova Demais*, o qual lhe foi encomendado em 1995 e que se mostra ainda hoje atual, fazendo um percurso temático-reflexivo a respeito da menina de rua. Propomos, portanto, uma análise que visa problematizar a respeito das materialidades do corpo e da língua, por meio da Análise de Discurso pecheutiana e foucaultiana, com o intuito de trabalharmos conceitos que dizem respeito às relações de poder que se dão na/pela língua, no/pelo corpo e que mostram a objetificação da mulher e do corpo feminino. Consideramos que há uma constituição e uma manutenção de corpos femininos estigmatizados como corpos objetificados, e por isso, acredita-se que podem ser tomados, invadidos sem permissão, discriminando e oprimindo esses corpos. Aliado à Análise de Discurso, mobilizamos o conceito de interseccionalidade, a qual desliza da temática de classe e ecoa nas questões de gênero, raça, etcetera. Compreendemos que há no poema a presença de um corpo de menina-mulher de rua, que é visto como um corpo periférico, invisível, apagado, silenciado e desumanizado. Entendemos que há ainda sobre esse corpo um imaginário a respeito das condições de possibilidades do que é ser mulher, o que se espera de uma mulher e as limitações desse corpo de menina-mulher de rua, inclusive no ato de sonhar e virar adulta, pois é um corpo impossibilitado de sonhos concretos, podendo ser apenas da ordem da ilusão, da utopia, pois o amanhã é incerto. Observamos nesse corpo, ao passo que se transforma de menina para menina-mulher, a constante presença do medo, o qual se intensifica, metamorfoseia-se e nunca desaparece. Além disso, é um corpo que ainda tem que lidar com a menstruação, com a gravidez indesejada e quando se torna mãe não é por escolha, mas pelo infortúnio.

**Palavras-chave:** Corpo; Menina-mulher de rua; Objetificação; Relações de poder.

## Introdução

A poesia nos provoca, sensibiliza-nos, produz movências que podem ser capazes de nos deslocar para um lugar discursivo-reflexivo a respeito das mazelas e dos prazeres da vida. No interior do poema, podemos encontrar um lirismo que nos oportuniza um olhar outro para temas que podem ser distantes da nossa realidade, ou que produzem, a cada verso lido, identificações imediatas, pois é nesta estética poética que podemos encontrar o olhar do outro que se (di)(con)verge do/com o nosso.

O caráter social que pode ser atribuído à poesia lhe permite escancarar a realidade por intermédio da crítica ou da denúncia, dando voz àqueles que são constantemente silenciados e invisibilizados pela sociedade. Por essa razão, com o objetivo de trazer um tema periférico para uma maior problematização, propomos como *corpus* de análise o poema intitulado *Lua Nova Demais*, da poeta Elisa Lucinda, o qual foi escrito em 1995 e se mostra atual ainda hoje.

*Lua Nova Demais* faz um percurso temático-reflexivo a respeito da vulnerabilidade da menina em situação de rua e aqui propomos uma análise a respeito das materialidades do corpo e da língua, por intermédio da Análise de Discurso pecheutiana e foucaultiana, com o intuito de trabalharmos conceitos que dizem respeito às relações de poder, as quais se dão na/pela língua, no/pelo corpo, a fim de mostrarmos a objetificação da mulher e do corpo feminino. Compreendemos que há uma manutenção de corpos femininos que são estigmatizados como corpo objetificado, discriminando e oprimindo tais corpos, e por isso, acredita-se que podem ser tomados, invadidos.

Aliado à Análise de Discurso, mobilizamos o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW, 1991; CARASTATHIS, 2016; COLLINS; BILGE, 2016; ROMERO, 2018; AKOTIRENE, 2019), visto que a interseccionalidade desliza da temática de classe e ecoa nas questões de gênero, raça, etcetera. Compreendemos que esse

corpo de menina/menina-mulher de rua é visto como um corpo periférico, apagado e desumanizado. Entendemos que há ainda sobre esse corpo um imaginário a respeito do que é ser mulher e o que se espera de uma mulher, além das limitações que recaem sobre esse corpo de menina-mulher de rua.

### **Interseccionalidade: uma ferramenta decolonial**

O termo interseccionalidade foi cunhado por Crenshaw (1989) ao observar que as questões sociais voltadas para os grupos minorizados deveriam ser respeitadas na individualidade de cada uma(um) a fim de que se diminuísse o impacto da discriminação e da opressão na vida de todas(os), uma vez que as lutas que tra(va)vam eram/são múltiplas. Portando, a jurista compreendeu que ao se lidar com as intersecções era possível respeitar o ponto de partida de cada uma(um), o lugar social que cada pessoa ocupava e a sua vivência, para que à vista disso fosse possível tentar encontrar um equilíbrio e uma equidade entre as pessoas, principalmente no que tange à mulher-negra, uma vez que “mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (AKOTIRENE, 2019, p. 14), o que quer dizer que a mulher negra é perpassada simultaneamente por pelo menos duas intersecções, a de gênero e a de raça, podendo também ser intersectada pela questão de classe, o que a torna mais vulnerável em termos de preconceito, discriminação, invisibilidade. Ao deitarmos um olhar para a questão da interseccionalidade podemos observar os *eixos da subordinação, de poder e da identidade* (CRENSHAW, 2002), os quais se intersectam e vão atingindo as minorias periféricas oprimindo-as e aumentando as disparidades.

O eixo da subordinação interseccional refere-se, sobretudo, a questões de subordinação racial e de gênero, possibilitando observar como algumas mulheres estão mais propensas a certos tipos de discriminação e abusos que outras. Já os eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe, “constituem as avenidas que

estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. É através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem [e] [...] são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes” (CRENSHAW, 2002, p. 177), ou seja, não se pode, por exemplo, colocar o racismo no mesmo patamar da opressão de classe, pois tratam de coisas diferentes. Por fim, o eixo da identidade diz respeito, principalmente, à raça, à cor, à etnia, colaborando para aumentar a vulnerabilidade. Portanto, ao aplicarmos a interseccionalidade há uma sobreposição e um cruzamento entre esses aparatos coloniais formando intersecções complexas que tendem a diminuir essas desigualdades, rejeitando o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002).

O pacto narcísico “implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais” (BENTO, 2002, p. 7). Tais privilégios e interesses são voltados e perpetuados para/pela branquitude, que não quer perdê-los, perdurando as desigualdades. Essa aparente noção de poder pelo branco, oprime e segrega o negro, criando representações que são difíceis de serem desfeitas a respeito do que é ser branco e do que é ser negro, em que o branco é visto como o colonizador/opressor e por isso detentor de privilégios, e o negro como o colonizado/oprimido sempre subalternizado.

Quando voltamos a atenção às mulheres em situação de rua, entendemos que a raça, a qual compreendemos como “uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos [...] mais genuínos” (MBEMBE, 2018, p. 28-29), fortifica o pacto narcísico e pode ou não se intersectar com o gênero e a classe.

De acordo com o Decreto nº 7.053, o qual institui a política nacional para a população em situação de rua e seu comitê intersetorial de acompanhamento e monitoramento, considera-se população em situação de rua aquela que engloba um:

[...] grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou

fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009).

Embora a definição abranja um grupo “heterogêneo”, compreendemos que as vulnerabilidades referentes às mulheres são mais problemáticas e complexas, visto que entram em jogo também as relações de poder, em que os corpos estão submetidos a um controle social e revelam identidades. Esse poder “sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 1979, p. 45), sobretudo se nos referimos às mulheres em situação de rua, em cujo corpo recaem relações hierárquicas de âmbito social, racial, de classe, de gênero. Essas relações podem ser observadas no nosso *corpus* em que a mulher e esse corpo lido como feminino são mostrados em um crescente que transita pelo corpo de menina até habitar o corpo de menina-mulher de rua.

A interseccionalidade dialoga com a temática decolonial dado que ambas englobam atos de resistência à modernidade/colonialidade. Resistência, pois vai de encontro ao pensamento que silencia, que subalterniza, que apaga o sujeito, seja em termos de uma colonialidade oriunda *do poder* (MIGNOLO, 2010; QUIJANO, 2000), *do ser* (MIGNOLO, 2003; MALDONADO-TORRES, 2007) ambos controlando em especial o gênero, a sexualidade, a subjetividade; e *do saber* (MIGNOLO, 2003), que recai sobre o domínio do conhecimento.

Ao provocar uma abertura discursiva para a emergência da resistência, o conceito de interseccionalidade pode possibilitar um lugar de fala (RIBEIRO, 2017) às minorias, à medida em que elas passam a ser respeitadas dentro de sua individualidade, fazendo com que se diminua, sobremaneira, as implicações geradas e agravadas pelos pontos que as intersectam.

No poema analisado, a interseccionalidade se dá em um contexto social, sendo perpassado por questões de gênero e de classe, revelando a opressão sofrida pela menina/menina-mulher em situação de rua, trazendo à baila representações de um corpo sujeito à vulnerabilidade e, conseqüentemente, à violência.

### **Lua nova demais<sup>1</sup>: o corpo no *corpus***

No poema *Lua Nova Demais*, a poeta, escritora, atriz, cantora, artista negra, Elisa Lucinda, faz um relato lírico tocante e intenso ao retratar a menina em situação de rua. A interseccionalidade se faz presente, pois é possível compreender que as mazelas e as misérias de meninas de rua se diferem daquelas de meninos que se encontram na mesma situação de vulnerabilidade. À vista disso, nosso recorte recai sobre o corpo da menina/menina-mulher que vive às margens da sociedade e que de modo geral é um corpo apagado. Nosso gesto de interpretação se dá no batimento entre descrição e interpretação (PÊCHEUX, 2006), para compreendermos que corpo é esse retratado no poema.

Dorme tensa a pequena  
sozinha como que suspensa  
no céu

Vira mulher sem saber  
sem brinco, sem pulseira,  
sem anel  
sem espelho, sem conselho,  
laço de cabelo, bambolê

Sem mãe perto,  
sem pai certo  
sem cama certa,  
sem coberta,

vira mulher com medo,  
vira mulher sempre cedo.

Menina de enredo triste,  
dedo em riste,  
contra o que não sabe  
quanto ao que ninguém lhe  
disse.

A malandragem, a  
molequice  
se misturam aos peitinhos  
novos

---

<sup>1</sup> *Lua Nova Demais*, poema encomendado em 1995 (LUCINDA, 1999).

furando a roupa de garoto  
que lhe dão  
dentro da qual menstruará  
sempre com a mesma  
calcinha,  
sem absorvente, sem escova  
de dente,  
sem pano quente, sem O.B.  
Tudo é nojo, medo,  
misturação de “cadês.”  
E a cólica,  
a dor de cabeça,  
é sempre a mesma merda,  
a mesma dor,  
de não ter colo,  
parque  
pracinha,  
penteadeira,  
pátria.  
Ela lua pequenininha  
não tem batom, planeta,  
caneta,  
diário, hemisfério,  
Sem entender seu mistério,  
ela luta até dormir  
mas é menina ainda;  
chupa o dedo.

E tem medo  
de ser estuprada  
pelos bêbados mendigos do  
Aterro  
tem medo de ser  
machucada, medo.

Depois menstrua e muda de  
medo  
o de ser engravidada,  
emprenhada,  
na noite do mesmo Aterro.  
Tem medo do pai desse  
filho ser preso,  
tem medo, medo

Ela que nunca pode ser ela  
direito,  
ela que nem ensaiou o jeito  
com a boneca  
vai ter que ser mãe depressa  
na calçada  
ter filho sem pensar, ter  
filho por azar  
ser mãe e vítima  
Ter filho pra doer,  
pra bater,  
pra abandonar.

Se dorme, dorme nada,  
é o corpo que se larga, que  
se rende  
ao cansaço da fome, da  
miséria,  
da mágoa deslavada  
dorme de boca fechada,  
olhos abertos,  
vagina trancada.  
Ser ela assim na rua  
é estar sempre por ser  
atropelada  
pelo pau sem dono

dos outros meninos-  
homens sofridos,  
do louco varrido,  
pela polícia mascarada.

sempre exposta, pobre lua  
É ser menina-mulher com  
frio  
mas sempre nua.

Fosse ela cuidada,  
tivesse abrigo onde dormir,  
caminho onde ir,  
roupa lavada, escola,  
manicure, máquina de  
costura, bordado,  
dança, pintura, teatro,  
abraço, casaco de lã  
podia borralheira  
acordar um dia  
cidadã.

Sonha quem cante pra ela:  
“Se essa Lua, se essa Lua  
fosse minha...”

Sonha em ser amada,  
ter Natal, filhos felizes,  
marido, vestido,  
pagode sábado no quintal.

Sonha e acorda mal  
porque menina na rua,  
é muito nova  
é lua pequena demais  
é ser só cratera, só buracos,  
sem pele, desprotegida,  
destratada  
pela vida crua  
É estar sozinha, cheia de  
perguntas  
sem resposta

No poema, o corpo é marcado, em especial, pelo medo cujo efeito de sentido ressoa nas palavras “tensa”, “estuprada”, “machucada”, “engravidada”, “emprenhada”, “fome”, “miséria”, “prisão”. São vários os medos que abarcam esse corpo e ao passo que a menina vira menina-mulher eles se transformam e se intensificam, sem jamais abandonar esse corpo. No decorrer do poema, a repetição por nove vezes da palavra “medo” reforça o sentido de regularidade, de frequência. Ao enunciar “medo” de modo anafórico, essa palavra não é esquecida, ela é marcada, há a intenção de rememorar a todo o instante esse sentimento que habita esse corpo vulnerável e ao compartilhar essa sensação com a(o) leitora(leitor), busca-se um olhar empático para com esse corpo que é invisibilizado, silenciado e desumanizado.

Um dos medos retratados e que pertence a *toda* mulher é o de ser estuprada, violentada, invadida. No caso da mulher em situação de rua, esse medo é ainda mais intensificado, pois em um paralelo com a lua ela se encontra ao relento, desprotegida. Há uma constituição e uma manutenção de corpos femininos objetificados, e por essa razão são corpos oprimidos, apossados.

O estupro é um medo congênito que geralmente vem acompanhado da culpa. A culpabilização também recai sobre esse corpo, dado que a mulher além de vítima é frequentemente culpabilizada pelo crime contra ela, pois compreende-se que “a violação cometida contra elas não configura estupro ou crime sexual, mas um crime de propriedade contra o senhor, que é dono delas” (LERNER, 2019, p. 180), o qual pode ser lido como o pai, marido, companheiro. Esse pensamento nos faz refletir a respeito do regime patriarcal (SAFFIOTI, 2004; LERNER, 2019), o qual ajuda a reforçar a questão da culpa, uma vez que são homens que dominam e exploram as mulheres, “o patriarcado mantém e sustenta a dominação masculina, baseando-se em instituições como a família, as religiões, a escola e as leis” (LERNER, 2019, p. 25), pois dessa maneira se hierarquizam as relações de poder e as mulheres são inferiorizadas, desnaturalizadas, deslegitimadas. O estupro “é uma prática incorporada e essencial à estrutura das

instituições patriarcais, e delas inseparável” (LERNER, 2019, p. 152), visto que para tal regime o corpo da mulher não pertence a ela, nesse sentido, é um corpo que pode ser subjugado.

No poema, o corpo vai sendo construído junto a um imaginário a respeito do que é ser mulher e o que se espera de uma mulher, o que ressoa nos substantivos “brinco”, “pulseira”, “anel”, “espelho”, “laço de cabelo”, “bambolê”, “penteadeira”, “batom”, “manicure”, “máquina de costura”, “bordado”, “filhos”, “marido”, “vestido”, mesmo que em alguns momentos venham acompanhados da preposição “sem”, o que dá o efeito de ausência, de privação, de falta. Há nessa representação imaginária um contexto historiográfico tradicional de associar a mulher à beleza, à vaidade, à delicadeza, à futilidade, ao artesanato, à maternidade, ao casamento, condições essas que se acredita serem desejadas por valorizar o feminino, mas compreendemos que há a presença, materializada do patriarcado, que espera que a mulher se enquadre nas características de ‘bela, recatada e do lar’, fazendo desse corpo um corpo dócil, útil e domesticado (FOUCAULT, 1999).

No que se refere ao corpo da mulher em situação de rua, é um corpo que ainda tem que lidar com a menstruação, “sempre com a mesma calcinha”, “sem absorvente”, “sem pano quente, sem O.B.”. Essa constância que se perpetua e recai ao advérbio “sempre”, associada à privação, indicada no advérbio “sem”, determina a pobreza menstrual<sup>1</sup>, uma vez que a mulher em situação de rua não tem acesso a produtos de higiene íntima, a uma infraestrutura mínima e a informações. Esse corpo é ferido também em sua dignidade.

Com a menstruação, outro medo vem à superfície: “o de ser engravidada, emprenhada”, “medo do pai desse filho ser preso”. Essa gravidez que pode ser indesejada, compreendida na estrutura dos verbos ‘ir + ter’ no enunciado “**vai ter** que ser mãe depressa na calçada”, indica uma obrigatoriedade, um dever, o que torna essa mulher mãe não por escolha, mas pelo infortúnio, pela violência, o

---

<sup>1</sup> Pobreza menstrual “se refere a inúmeros desafios de acesso a direitos e insumos de saúde” (UNFPA; UNICEF, 2021, p. 4)

que faz desse corpo negligenciado, maltratado, abandonado, violentado.

Além disso, por intermédio dos enunciados “vira mulher sem saber”, “vira mulher com medo, vira mulher sempre cedo”, podemos recuperar pela memória discursiva (PÊCHEUX, 1999; 2006; ORLANDI, 1999; GREGOLIN, 2003) o sentido que é evocado e atravessado pelo dizer “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967, p. 9), em que no verbo “virar” ecoa o efeito de sentido de “tornar-se”, que também pode nos remeter à noção de um devir-mulher (DELEUZE; GUATTARI, 1997), no sentido de transformação, de experimentação. Esse dizer se sobrepõe e produz sentidos outros exteriores que nos permitem atualizá-lo no momento em que é enunciado na poesia. Compreendemos que para se tornar algo se leva tempo e os advérbios “sem”, “com”, “sempre” reforçam a desumanidade a que esse corpo é submetido, o qual não tem tempo suficiente de se preparar, pois esse ‘virar mulher’ ocorre de modo abrupto e inesperado.

Esse corpo pode também ser compreendido pelo olhar do outro como um corpo de possibilidades, “fosse ela cuidada”, “tivesse ela abrigo”, momento em que passa de um corpo socialmente invisível a um corpo possível, porém as marcas linguísticas encontradas nesse corpo possível recaem na conjunção subordinativa condicional “se”, bem como no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo o que dá um efeito de sentido de incerteza e de dependência, visto que para essa ação se realizar precisa obedecer a outros fatores.

Desse corpo possível há um deslocamento para um corpo da resistência, mesmo que de modo limitado e fugaz, no momento em que é um corpo que se permite sonhar, “sonha quem cante pra ela”, “sonha em ser amada, ter Natal, filhos felizes, marido, vestido, pagode sábado no quintal”, todavia as condições de possibilidades (FOUCAULT, 2000) referentes ao ato de sonhar não extrapolam o básico, o convencional, o tradicional, não cabe sonhar em ser cientista, médica, professora, etcetera. É um corpo que até os

sonhos têm interdições, sendo da ordem da ilusão, da utopia e não da realização porque “sonha e acorda mal”.

Durante a leitura do poema, é possível observar como o corpo dessa menina/menina-mulher pode significar de várias maneiras, visto que

o corpo é atravessado por diferentes sentidos na história, significando pelo e para o sujeito no jogo interconstitutivo de suas dimensões e de seus efeitos enquanto materialidade simbólico-histórica no discurso. Não tem como ser um corpo de identidade única e fechada (HASHIGUTI, 2015, p. 58).

Na identidade de menina/menina-mulher de rua, o corpo (re)significa (o) medo, (a) solidão, (a) ausência, (a) desinformação, é um corpo exposto, cansado, incompleto, solitário, interdito, objetificado, violentado.

### **Considerações finais**

A escolha por fazer a análise com um olhar voltado para o corpo é por compreendermos o corpo como uma materialidade no/do discurso que permite construções de representações sociais, identitárias, políticas, históricas, etcetera, pois ele é atravessado por inúmeros discursos que se perpetuam e se atualizam sócio-histórico-ideologicamente. No poema *Lua Nova Demais*, essas representações a respeito do corpo se dão ora pela menina de rua, ora pela menina-mulher de rua, que se desenvolvem de forma a reforçar o poder do regime patriarcal que ao desumanizar esse corpo o objetifica, subjuga-o.

A representação do corpo no poema é compreendida pela falta, pelo medo, pela solidão. É um corpo invadido, interdito, todavia é também um corpo que resiste. É um corpo de menina/menina-mulher de rua intersectado por questões sociais, de gênero, de classe, que vão se intensificando ao se desenvolver,

ao se transformar de menina a menina-mulher, cujas transformações são impostas, forçadas.

Esse corpo é um corpo habitado simbolicamente tanto pela menina quanto pela menina-mulher de rua, dado que é um corpo que não lhes pertence de fato, elas são apenas inquilinas, uma vez que são constantemente invadidas “pelo pau sem dono dos outros meninos-homens sofridos, do louco varrido, pela polícia mascarada”.

Esse homem invasor, que subjuga e violenta o corpo da mulher, é retratado como o semelhante, o patológico, o hipócrita, o que nos faz problematizar que o controle desse corpo da mulher parte das relações de poder socio-historicamente construídas e que são perpetuadas com o intuito de deslegitimar e diminuir a mulher por meio do medo infligindo a violência.

## Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- BENTO, M. A. da S. *Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo: a experiência da vida*. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BRASIL. *Decreto nº 7.053*, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.
- CARASTATHIS, A. *Intersectionality: origins, contestations, horizons*. Nebraska: University of Nebraska Press, 2016.
- COLLINS, P. H; BILGE, S. *Intersectionality*. Cambridge: Polity, 2016.

- CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. In: *University of Chicago Legal Forum*, v. 1989, issue 1, article 8, p. 139-167, 1989.
- CRENSHAW, K. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. In: *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: *Estudos feministas*, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GREGOLIN, M. R. V. Análise do Discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (orgs.). *Teorias Linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: EDUFU, p. 21-34, 2003.
- HASHIGUTI, S. T. *Corpo de memória*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LUCINDA, E. Lua nova demais. In: LUCINDA, E. *Euteamo e suas estréias*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MALDONADO-TORRES, N. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto", In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUÉL, R. (Orgs.) *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales

Contemporâneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, logica de la colonialidad y gramatica de la descolonialidad*. Argentina: Ediciones del signo, 2010.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da “ciência”: colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-versalidade epistémica. In: SOUZA SANTOS, B. (Ed.) *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ‘ciências’ revistado* (p. 631-671). Lisboa: Edições Afrontamento. 2003.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimento*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. (org.). *Papel da Memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, p. 49-57, 1999.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of world-systems research*, v., n. 2, p. 342-386. 2000.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROMERO, M. *Introducing intersectionality*. Cambridge: Polity, 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

UNFPA (População das Nações Unidas); UNICEF (o Fundo das Nações Unidas para a Infância). *Pobreza menstrual no brasil: desigualdades e violações de direitos*. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual\\_relatorio-unicef-unfpa\\_mai2021.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/14456/file/dignidade-menstrual_relatorio-unicef-unfpa_mai2021.pdf). Acesso em: 19 set. 2021.



## CORPOS FEMININOS NO INSTAGRAM: ACEITAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE

Thais Nunes Xavier dos Santos (UFU)

**Resumo:** A rede social de compartilhamento de fotos e vídeos, *Instagram*, tem mostrado corpos femininos em perfis que apresentam um padrão de corpo idealizado pelo discurso dominante. Perfis esses que revelam padrões, tamanhos, cores de pele, comportamentos e atitudes, juventude, modelos de beleza inalcançável, excluindo a diversidade, reduzindo a mulher à sexualidade, ao corpo, à beleza idealizada. Em contrapartida, a mesma rede social tem revelado um movimento de resistência ao discurso dominante por meio de perfis que propõem a desconstrução de padrões de beleza, implementando o movimento “*body positive*”. A exemplo disso, os perfis “Dona Dirce”; “alexandrismos”; “letticia.munniz”; “gabriellacamello”; “paulateles8”; os quais apresentam mulheres que veem seus corpos como materialidades de resistência e luta contra um sistema opressor que dita padrões de comportamento e beleza relacionados ao corpo feminino. Esses perfis, compreendidos como materialidades desses discursos foram analisados a partir dos teóricos HASHIGUTI (2019); TAGATA e HASHIGUTI (2016); WITTIG (1982); LERNER GERDA (2019); AKOTIRENE (2019); DARDOT e LAVAL (2016); SANTOS (2010); PÊCHEUX (1995); para problematizar a impossibilidade de transparência da língua que significa a partir da ideologia, da historicidade, da contradição, do conflito. Apesar do movimento de resistência e de representatividade mobilizado por esses e outros perfis, há outras possibilidades de sentido significando pelo que não é dito no que é dito, materializado nos discursos de aceitação, revelando a opacidade da língua. Para além do discurso de auto aceitação comum nos perfis em análise, a lógica capitalista e neoliberal se faz presente na estrutura desses discursos por meio de vendas de produtos digitais ou físicos, e parcerias com grandes marcas.

**Palavras-chave:** Discurso. Gênero. Redes sociais

## Introdução

As redes sociais tornaram-se, ao longo do tempo, uma extensão da vida humana em muitas especificidades, ditando comportamentos, padrões, moda e maneiras particulares de enxergar o mundo. Elas oferecem um espaço de interação em que sujeitos se conectam por vários tipos de relações, compartilhando valores e objetivos comuns. Em especial, o *Instagram* configura-se como uma rede social *on-line* de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários, com fins lucrativos em sua maioria, para divulgação e propaganda de produtos variados, dentre outros objetivos. Por exemplo, algumas marcas de produtos tentam se associar a usuárias(os) da rede que tenham um número de seguidores significativo para poder vender mais.

O site de pesquisa Forrester afirma que o *Instagram* é a mídia social que mais promove o engajamento dos consumidores com marcas, a uma taxa de 4,21%. Isso significa que, no *Instagram*, a interação dos consumidores presentes na mídia com as marcas é 58 vezes maior que no *Facebook* e 120 vezes maior que no *Twitter*, por exemplo. Esses números representam forte impacto nas oportunidades empresariais dentro do *Instagram* (BÔTO PAZ ARAGÃO; GOMES FARIAS; DE OLIVEIRA MOTA; FERREIRA DE FREITAS, 2016).

Segundo os pesquisadores:

O modelo *honeycomb* do *Instagram* situa-o enquanto mídia social por meio de suas características mais marcantes e, ainda que haja combos com pouca ou nenhuma participação, o *Instagram* segue no topo das mídias sociais mais influentes. Conforme pesquisa da Global Web Index (MARDER, 2014), o *Instagram* cresceu 23% somente na metade de 2013, desbancando de longe outras redes, como *LinkedIn*, *Reddit* e *Twitter*. A mesma pesquisa aponta queda de 3% no crescimento de redes como *You Tube* e *Facebook*. Diante do visível crescimento do *Instagram*, cada vez mais empresas congregam clientes ao redor de sua marca, tornando-a palpável através de imagens, atraindo o consumidor para seu universo.

(BÔTO PAZ ARAGÃO; GOMES FARIAS; DE OLIVEIRA MOTA; FERREIRA DE FREITAS, 2016, p.139).

Conforme pesquisa de 2009, as mídias sociais são consistentes com atividades de comunicação e marketing das empresas. A utilização das mídias sociais como plataforma de comunicação com os consumidores e a participação das mídias sociais na comunicação e no marketing possibilita trocas e interações entre os consumidores de forma ampla. Dessa maneira, a tecnologia contribui para diminuir as barreiras de espaço e tempo e para interconectar consumidores. (MANGOLD; FAULDS, 2009)

O *Instagram* é comumente utilizado como rede social para vendas em um mercado lucrativo, incentivado pelo fluxo de pessoas que têm acesso às imagens e aos vídeos em grande circulação. O mercado que pede um corpo que vende, encontra maneiras muito eficazes de vender seus produtos por meio de trabalhos com parcerias e divulgação, atrelados às pessoas que tenham um número de seguidores significativo. Esse meio se torna excludente ao passo que evidencia o caráter sexualizado de determinado tipo de corpo feminino na sociedade.

Nesse contexto que pode ser bastante mercadológico, o *Instagram* aparece como uma vitrine de modelos de corpos e, em muitos casos, dos corpos que vão se discursivizando como padrão de beleza imposto. Além disso, no caso do corpo da mulher, em muitas imagens da rede, sua imagem acaba sendo fortemente sexualizada, reduzida ao corpo como materialização de seus atributos de beleza e presença social. Nesse caso, ele tende a aparecer em fotografias com poses e vestes de maneira padronizada, que condizem com o ideal de beleza e jovialidade atual e com o desejo de homogeneização de modos de existência, de culturas, de saberes e de compreensão do mundo.

Ao observarmos perfis da rede social em questão, vemos um padrão de corpo aceitável sendo promovido por meio de fotos e vídeos de corpos que discursivizam a homogeneidade do discurso dominante em corpos brancos, jovens, magros e de performances

heterossexuais. Essa padronização de corpos diz respeito à lógica dominante que exclui determinado tipo de corpo feminino e enaltece outros.

O presente trabalho se propõe a analisar discursos que circulam no *Instagram* em relação ao corpo da mulher. Nesse sentido, enunciados que sugerem o discurso da aceitação, exemplificado por dizeres como “seja sua melhor versão”<sup>1</sup>, ou “você pode sempre melhorar”, ou pelo movimento do “*Body Positive*”, revelam uma lógica que, ao mesmo tempo que resistem à padronização, também tornam o corpo como vitrine do capitalismo. Para tanto, foram selecionados perfis de cinco mulheres que promovem sua auto imagem como corpos femininos ditos fora do padrão de corpo aceitável pela sociedade do consumo, conforme o “*Body Positive*”, que advoga que a beleza está em todos os corpos, em quaisquer formas, tamanhos e idades. São perfis de mulheres gordas, idosas, negras que usam esses espaços on-line para resistir e reexistir.

Apesar do movimento de resistência e de representatividade mobilizado por esses e outros perfis, há outras possibilidades de sentido significando pelo que não é dito no que é dito, materializado nos discursos de aceitação, revelando a opacidade da língua. Como veremos, para além do discurso de auto aceitação comum nos perfis em análise, a lógica capitalista e neoliberal se faz presente na estrutura desses discursos por meio de vendas de produtos digitais ou físicos, e parcerias com grandes marcas. Isso nos leva à reflexão do corpo como objeto do e para o capitalismo e o neoliberalismo.

---

<sup>1</sup> No perfil *sejasuamelhorversaoofc* (<https://www.instagram.com/sejasuamelhorversaoofc/>) observamos na capa de perfil as frases “Especialmente para mulheres!!!”, “Seja sua melhor versão.” e “Sobre autoestima e amor próprio”; No perfil *movimentocorpolivre* (<https://www.instagram.com/movimentocorpolivre/>) lemos em sua biografia as frases “Inspirações diárias para sua jornada de autoaceitação e “Amar seu corpo é um ato revolucionário!”

## O corpo replicado em *selfies* no Instagram: corpo produtivo no discurso neoliberal

Segundo Márcia Tiburi (2019), o capitalismo precisa de que as pessoas estejam em consonância com a ideologia dominante, que elas sejam influenciadas e convencidas de que a lógica econômica e social que domina as formas de existência é a única possível. Tudo se torna tão natural na sociedade que as pessoas se posicionam violentamente contra o diferente, o que foge ao padrão em todos os sentidos. Assim, corpos que não se encaixam no padrão, crenças e valores que não condizem com a cultura dominante, saberes que não estão na lista dos saberes relevantes são relegados, julgados e dominados.

Nesse sentido, o que fica subentendido nesses discursos de aceitação do próprio corpo, de ser feliz com o próprio corpo, da diversidade, é que as mulheres precisarão adquirir, comprar algum produto para que o seu ideal de felicidade seja alcançado. Que seja um livro de auto ajuda, um curso de *coach*, roupas em vários tamanhos, para vários tipos de corpos, e outros produtos em geral.

Entretanto, o sistema capitalista encontra brechas para vigorar e a partir dessa identificação e representatividade por parte de muitas mulheres consideradas fora do padrão de beleza, criam-se outros produtos, que atendem a esse público, a esses outros corpos. Sobre o neoliberalismo Dardot e Laval (2016) chamam a atenção para a racionalidade neoliberal, que age na generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.

A liberdade, nesse sistema, é vista como condição de possibilidade em que governar pela liberdade passa a ser uma estratégia de dominação e controle, disfarçadas em discursos de amor próprio, auto aceitação, ser empreendedor de si mesmo, ser a melhor versão de si mesmo. O que se pretende com isso é agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas, como uma ilusão de liberdade. (DARDOT; LAVAL, 2016)

Por meio dessa luta de resistência à opressão dos corpos, vemos, também, um corpo a serviço do neoliberalismo, que vive pela lógica da concorrência e da competição, sob a qual os sujeitos são levados a competirem consigo mesmos em uma busca constante de sempre melhorar, sempre se tornar uma versão melhor de si mesmo. Agora não é só um tipo de corpo padrão alvo do capitalismo, mas também outros corpos, resultando em mais pessoas comprando produtos específicos e gerando mais lucro às empresas.

Nesse sentido, as pessoas devem seguir um padrão de comportamento que as obriga a consumir, a produzir, a aprender, a gerar lucro, a ganhar, a vencer, a agir, a reinventar-se, sem que tenham consciência disso. O neoliberalismo destrói regras, instituições e direitos, produz certas maneiras de viver, relacionar, e certas subjetividades. Assim, o que está em jogo é a forma de nossa existência, a forma de nos comportarmos e de nos relacionarmos com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo reformula formas de vida que se dizem condizentes com sociedades ocidentais e com a modernidade por meio de pressupostos como: competição generalizada; luta econômica uns contra os outros; ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado; obriga a justificar injustiças cada vez mais profundas; muda o indivíduo: ele concebe-se e comporta-se como uma empresa (DARDOT; LAVAL, 2016).

O neoliberalismo pode ser compreendido, segundo Dardot e Laval (2016), como conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência em todos os âmbitos da vida.

Essa estrutura é materializada de muitas formas em nossas vidas e intensificada pelas mídias, pelas redes sociais, pelos modelos de comportamento das pessoas. No *Instagram*, vemos incansavelmente exemplos dessa lógica que sugere o consumismo exagerado, o lucro, a competitividade, a associação da felicidade aos padrões inalcançáveis. Um mundo virtual excessivamente feliz, com pessoas muito parecidas fisicamente, resilientes, fortes, que não se abalam, nem com uma pandemia, que se reinventam. Influenciadores que

compartilham suas vidas, sua rotina, na maior parte do tempo, felizes, reinventando-se, trabalhando com divulgação de marcas e produtos, conquistando mais clientes, empreendendo, buscando por mais seguidores e pelo crescimento de seu perfil.

Sobre o neoliberalismo, Safatle, Silva Junior e Dunker (2020) argumentam sobre a mudança dos corações e mentes para que os indivíduos começassem a ver a si mesmos como “empreendedores de si”, isso até o momento em que eles internalizassem a racionalidade econômica como a única forma de racionalidade possível. Na verdade, o que o neoliberalismo pregava eram intervenções diretas na configuração dos conflitos sociais e na estrutura psíquica dos indivíduos.

Os autores Safatle, Silva Júnior e Dunker (2020) dizem que o neoliberalismo se trata de um

profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. Dessa forma, a empresa poderia nascer no coração e na mente dos indivíduos. (SAFATLE, SILVA JUNIOR E DUNKER, 2020, p. 11).

Ainda conforme os autores:

a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresários de si mesmos” que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional” e otimização de suas competências afetivas. (SAFATLE, SILVA JUNIOR E DUNKER, 2020, p. 12).

Nesse sentido, os indivíduos deveriam conduzir suas vidas por meio da competitividade, do empreendedorismo, da

objetividade, do modelo empresarial, da ideia de gerar lucro a qualquer custo. O indivíduo que foge a essas regras é fraco e sente-se culpado por sua subjetividade, por seu sentimentalismo diante de situações em que “deveria” ser resiliente. Contudo, outras discursividades têm feito possível a problematização dessa demanda de produtividade, tal como o discurso feminista.

### **O corpo da mulher no discurso feminista: uma possibilidade de resistência**

No movimento de interação entre milhões de usuários do *Instagram*, o corpo das mulheres aparece como materialização de discursos dominantes homogeneizando corpos para uma idealização de beleza. O que vemos é uma série de perfis que enaltecem mulheres com corpos magros, com pele branca, cisgênero, jovens, classe média/alta, revelando modos de existir condizentes com o capitalismo e a lógica neoliberal.

Como entendemos, o surgimento desses perfis no *Instagram*, enaltecendo corpos outros, ora apagados pela ideologia dominante, tem relação com a discursividade do pensamento feminista. Sob um outro olhar para a sociedade, para além do pensamento hétero colonizador, é possível expandir o entendimento de modos de existência para além do patriarcado e dos efeitos de coisificação do corpo da mulher. Para entendermos a relação entre patriarcado e a visibilidade e a visualidade (HASHIGUTI, 2019) do corpo da mulher, também da teoria feminista advêm as explicações.

Por exemplo, Wittig (1982), ao discutir sobre a categoria de sexo e pensamento hétero, chama a atenção para a doutrinação das mulheres através da reprodução compulsória da espécie, impondo uma lógica de exploração por meio da reprodução. Dessa maneira, o trabalho feminino é apropriado pelos homens, visando imposição e controle sobre os corpos. As mulheres são sujeitas à sociedade patriarcal, por meio do serviço sexual forçado comparado ao

serviço militar. As mulheres são visíveis como seres sexuais e invisíveis como seres sociais.

Segundo Lerner (2019), o patriarcado, instaurado na sociedade por meio de ideologias que compreendem as mulheres como sujeitos naturalmente inferiores aos homens, doutrina-nas de modo que elas acreditam que são inferiores. Assim, o patriarcado teve/tem um papel preponderante na instauração e manutenção das relações desiguais entre homens e mulheres. Logo, a ideologia do patriarcado impõe às mulheres, como forma de cooperação na sociedade, questões relacionadas ao corpo, à reprodução e à sexualidade. Essa imposição contribui para que as mulheres vivam de forma a se considerarem inferiores, insatisfeitas com seus corpos, em busca de alcançar um padrão de beleza universal minimamente impossível de ser atingido e dispostas a expor seus corpos em fotografias que são produzidas para o olhar patriarcal.

Sobre patriarcado, Lerner considera-o como

manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder (LERNER, 2019, p. 390).

A esse respeito, podemos observar como a mulher, por meio do patriarcado tem sido relegada, a ocupar espaços muito mais relacionados ao corpo e à sexualidade do que espaços de poder na sociedade. Essa situação vem mudando como resultado da luta feminista, haja vista as tantas funções sociais e áreas do conhecimento que as mulheres dominam, mas ainda precisa de resistência.

Os espaços de poder ocupados majoritariamente por homens ao longo da história e a associação da mulher à sua função maternal, doméstica e sexual revelam como o sexo é compreendido como uma construção social (PAIVA, 1997). Isso faz com que os sentidos construídos em torno dos papéis de homens e mulheres

nos espaços sociais sejam entendidos como espaços de dominação, poder e controle social.

Ao longo da história, portanto, a invisibilidade da mulher como sujeito/objeto do conhecimento esteve associada ao poder masculino de dominação, associando a mulher a aspectos sexuais e relativos ao corpo. A esse respeito, Foucault indica que “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2004, p. 126). Dessa maneira, o corpo é visto como alvo e objeto do poder, incorporando nele características de docilidade. Assim, torna-se dócil “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado” (FOUCAULT, 2004, p. 126). Nesse sentido, o patriarcado exerce o controle e o poder sobre os corpos femininos, docilizando-os para controlá-los, domesticá-los e submetê-los a formas de apagamento, violências, agressões, exclusões. Esse mecanismo de poder posto em funcionamento por meio do patriarcado mantém o controle e a supremacia masculina sobre os corpos femininos, materializados pelas formas abomináveis com que muitas mulheres são tratadas, como inúmeros casos de violência doméstica, física, psicológica, moral. (FOUCAULT, 2004)

### **O corpo analisável no âmbito dos estudos da linguagem: *selfies* e produção de sentidos**

Conforme Hashiguti (2019), o dizível e o visível se fundem como ponto de poder, que pode ser observado nas imagens e vídeos. Como observamos, no *Instagram*, o, enquadramento e a pose em várias *selfies* de mulheres sugerem a exposição do corpo semi-nu, com o uso de biquínis, por exemplo, em posições que sugerem empoderamento, e, na maioria dos casos, com sorrisos. São corpos muitas vezes musculosos e com pouca gordura e de formas resultantes de cirurgias estéticas. Segundo Hashiguti (2019), as *selfies* fazem parte de narrativas digitais de si que são construídas

como narrativas híbridas, pois o dizer e o ver se fundem a todo momento. Nesse funcionamento das redes, as *selfies* se transformam em dizer na relação entre diferentes sujeitos em uma rede. Muitas dessas fotos são pensadas com enfoque em certas partes do corpo como barriga, quadril, seios, glúteos e rosto. Conforme a teorização de Hashiguti (2019), então, esses poderiam ser considerados pontos de poder feitos visíveis nas fotos e dizem de uma fragmentação do corpo em pedaços que significam mais ou menos, em um discurso estético, o corpo imaginado como sendo da mulher. Esse discurso tem estreita relação com o discurso patriarcal discutido nas linhas anteriores e a transformação da mulher como objeto para o olhar do homem.

O enfoque nessas partes do corpo sugere, por outro lado, que sejam partes problemáticas para as mulheres que se sentem fora desse padrão de beleza. O corpo que circula no *Instagram* que serve como modelo de beleza, exclui outras formas, outros tamanhos, outras cores e impõe uma idealização de perfeição massacrante. A imposição de como devem ser os corpos, mina as subjetividades, pois não os considera em suas particularidades, em seus formatos e tamanhos, como se fosse possível igualá-los a um padrão de corpo aceitável. Nesse sentido, as fotos que aparecem nos perfis em análise são discursivizadas e se transformam em dizeres de luta e resistência contra o sistema opressor dominante. Assim, o dizível junto ao visível constroem sentidos de forma que um significa com o outro, um afeta o outro e cada um mantém suas especificidades materiais (HASHIGUTI, 2019, p. 55).

As imagens nesses perfis são pensadas de forma a expor a pele das mulheres, mostrando o que passou a ser considerado como imperfeições. Peles com manchas, estrias, em variados tons, com pelos, com celulite, olheiras, cicatrizes e rugas unem-se aos enunciados significando a luta por mostrar corpos naturais e reais nas redes sociais, em nome da resistência.

Em vista disso, os sentidos desse movimento de luta são construídos por meio do dizível e do visível que significam juntos à máxima de que todos os corpos importam, todos os corpos

existem, e que o normal é a diferença existente em cada corpo, único por excelência. O dizível e o visível, em seu conjunto, nesse movimento de resistência que dá voz às mulheres relegadas ao apagamento pela sociedade por não se encaixarem no suposto corpo perfeito faz possíveis e visíveis na rede os corpos que não se enquadram nas padronizações dos corpos tidos como perfeitos.

Hashiguti e Tagata (2016), ao discorrerem sobre corpos, imagens e discursos híbridos, nos apresentam a condição de inseparabilidade da língua e das visualidades, como os corpos e as imagens. A produção de sentidos se dá pelos corpos afetados pelas diferentes materialidades ou afetando-as por sua visibilidade. Esse hibridismo do discurso indica o movimento de resistência à ideologia dominante do padrão de corpo e a desestabilização de sentidos cristalizados na sociedade pode acontecer quando observamos os perfis selecionados neste estudo.

Por meio da materialidade discursiva presente nos perfis em análise, observamos a inseparabilidade da língua e das visualidades - corpos e imagens. A produção de sentidos se dá, seja porque os corpos e as imagens que olhamos são também descritos, e discutidos pela língua já ordenada pelo discurso, seja porque perscrutamos essas materialidades da forma como aparecem em meio ao verbal, seja porque nossos corpos estão sempre lá, no momento da interpretação, sendo afetados pelas diferentes materialidades ou afetando-as por sua visibilidade. (HASHIGUTI; TAGATA, 2016).

### **Análise dos perfis selecionados: corpos outros como materialidades discursivas**

“Todo sofrimento está interceptado pelas estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 24). Akotirene, acertadamente, traduz o sofrimento de quem é oprimido, injustiçado e violentado por meio de um conjunto de fatores que se interceptam e representam a complexidade do sistema colonial opressor. Desta feita, as mulheres sofrem diferentes tipos de violências e apagamentos que

estão relacionados a gênero, raça, classe, idade, funcionando discursivamente nas estruturas de poder da sociedade.

Para esta análise foram selecionados os perfis “donadirceferreira”; “alexandrismos”; “letticia.munniz”; “gabriellacamello”; “paulateles8”, todos eles localizados na rede social *Instagram*. A escolha desses cinco perfis se deu por serem bastante visitados por navegadores, uma vez que têm quantidades significativas de seguidores. Por exemplo o perfil “alexandrismos” possui um milhão deles<sup>2</sup>.

Além disso, para esta proposta de análise, os perfis escolhidos mostram corpos femininos os quais desestabilizam os modelos de corpo que estamos habituados a ver como divulgadores de marcas e produtos, e por serem também representações materiais do movimento que dá voz a corpos outros, representando a valorização de todos os tipos de corpos femininos, mas que também diz sobre a lógica de mercado e sobre o neoliberalismo, em que a individualidade e a venda de produtos são primordiais.

Passemos às suas descrições.

O perfil “donadirceferreira”, de Dirce, com 307 mil seguidores<sup>3</sup>, sugere a quebra de padrões por meio da representatividade de mulheres idosas. Dirce se auto denomina “digital idosa”, e, ao observar seus conteúdos (imagens e vídeos), verificamos um apelo humorísticos, provocando a desestabilização de sentidos cristalizados, com ênfase na exposição do corpo da mulher idosa vestida com roupas e biquínis variados, os quais comumente não seriam expostos por uma idosa. Nesse perfil, são problematizadas questões como tamanho e tipo adequado de roupa para corpos em relação à idade.

Outro perfil analisado foi o “alexandrismos”, de Alexandra Gurgel, com um milhão de seguidores<sup>4</sup>, o qual discute sobre temas relacionados à libertação dos corpos. Alexandra promove a

---

<sup>2</sup> Acesso ao perfil em 11 de agosto de 2022, contabilizando 1 milhão de seguidores.

<sup>3</sup> Acesso ao perfil em 11 de agosto de 2022, contabilizando 307 mil seguidores.

<sup>4</sup> Acesso ao perfil em 11 de agosto de 2022, contabilizando 1 milhão de seguidores.

discussão de várias temáticas em seu perfil por meio de vídeos, posts, fotos, *lives*, como por exemplo a gordofobia, além de compartilhar partes de sua rotina pessoal e profissional. A digital influencer é fundadora do Movimento Corpo livre, também com um perfil no *Instagram*, o qual promove a hashtag #CorpoLivre<sup>5</sup> e traz como descrição de sua capa de perfil as frases de identificação “Inspirações diárias para sua jornada de autoaceitação” e “Amar seu corpo é um ato revolucionário!”<sup>6</sup>

O perfil de Lettícia Muniz, “letticia.muniz”, com 812 mil seguidores<sup>7</sup>, apresenta a rotina pessoal e profissional da modelo *plus size* que se denomina como *influencer*, feminista e ativista do corpo. Uma das propostas da modelo é tornar o mercado da moda inclusivo, nesse intento ela promove uma discussão sobre a desconstrução de padrões relacionados aos tamanhos e medidas de roupas, ampliando a moda para todos os corpos. Na capa de seu perfil, Lettícia traz a frase “amor próprio é o novo sexy”, cuja mensagem resume o seu trabalho no *Instagram*.

Gabriela Camello, tem o perfil “gabriellacamello”, com 108 mil seguidores<sup>8</sup>, no qual ela se denomina como “des-influenciadora de paranoias do corpo”. Gabriela problematiza aspectos do corpo considerados como imperfeições, a saber: estrias, flacidez, manchas, celulite, excesso de pele, gordura localizada – para que as pessoas desenvolvam o amor próprio, autoconhecimento e desestabilize os sentidos instaurados na sociedade sobre a necessidade de esconder o corpo que apresenta tais imperfeições.

O perfil de Paula Teles, “paulateles8”, tem 133 mil seguidores<sup>9</sup>, apresenta discussões sobre auto amor e valorização do corpo real. Paula traz o seu conteúdo digital por meio de vídeos, fotos e posts sobre moda, maquiagem, cabelos, unhas e vida pessoal com o objetivo de levar a mensagem de que os padrões de beleza devem ser

---

<sup>5</sup> <https://www.instagram.com/explore/tags/corpolivre/> Acesso em 11 ago 2022.

<sup>6</sup> <https://www.instagram.com/movimentocorpolivre/> Acesso em 08 de ago 2022.

<sup>7</sup> Acesso ao perfil em 11 de agosto de 2022, contabilizando 812 mil seguidores.

<sup>8</sup> Acesso ao perfil em 11 de agosto de 2022, contabilizando 108 mil seguidores.

<sup>9</sup> Acesso ao perfil em 11 de agosto de 2022, contabilizando 133 mil seguidores.

desconstruídos e todas as pessoas, com todos os formatos de corpos devem se preocupar em se cuidar, se amar, se aceitar.

Nos cinco perfis em análise, o corpo feminino está em evidência de forma a dar voz a outros tipos de corpos, invisibilizados pelo discurso dominante de modelo de beleza universal. As consequências desses discursos de padrão de beleza aceitável são desastrosas, no sentido de que se criou entre as pessoas um sentimento de rejeição e ódio pelo próprio corpo, gerando vergonha, medo de expor-se e ser rejeitado, desejo incessante por uma perfeição impossível, adoção de medidas extremas para conseguir seus objetivos com o corpo perfeito, como cirurgias e procedimentos estéticos mais invasivos.

De acordo com Akotirene, “a interseccionalidade permite às feministas criticidade política a fim de compreenderem a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e às opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (2019, p. 24). Por esse viés, podemos compreender que as injustiças e opressões não são atribuídas a um único fator, mas a um conjunto de fatores que se intersectam, resultando em um sistema colonial opressor.

Além disso, Akotirene acrescenta

Recomenda-se, pela interseccionalidade, a articulação das clivagens identitárias, repetidas vezes reposicionadas pelos negros, mulheres, deficientes, para finalmente defender a identidade política contra a matriz de opressão colonialista, que sobrevive graças às engrenagens do racismo cisheteropatriarcal capitalista. (AKOTIRENE, 2019, p. 24)

Alexandra Gurgel, do perfil “alexandrismos”, conta em seus vídeos e posts como sua vida foi acometida por transtornos de diversas naturezas, relacionados, principalmente, ao peso e ao seu corpo gordo e à sua sexualidade. Em seu perfil, a *digital influencer* mostra como foi o seu árduo processo de aceitação do seu próprio corpo e a descoberta de sua sexualidade.

Em seu perfil, “paulateles8”, Paula mostra suas fotos e vídeos, compartilhando sua vida e sua rotina de *influencer*, exibindo seu corpo gordo, seu cabelo afro, e sua pele negra. Ao promover sua mensagem de auto amor, Paula influencia seus seguidores a olhar para todos os corpos com menos julgamentos e violências.

Gabriela Camello, divulgando seu conteúdo sobre auto aceitação, mostra fotos e vídeos de seu corpo, evidenciando a gordura corporal, estrias, flacidez, assim como suas limitações e “imperfeições”. Ela evidencia as dificuldades enfrentadas para conseguir enxergar seus potenciais, mesmo distante do padrão de corpo considerado ideal. Assim como no perfil de Lettícia Munniz, o excesso de peso, o corpo gordo mostra o movimento de resistência e reexistência em meio aos preconceitos e violências da sociedade de matriz colonial. Ela é uma modelo e apresentadora *plus size*, trabalha fazendo campanhas e divulgações para grandes marcas de vários segmentos, fato que confere visibilidade aos corpos de mulheres gordas e sugere aceitação e auto amor.

Dona Dirce também representa o movimento de luta e resistência contra o apagamento dos corpos de mulheres idosas, divulgando suas fotos e vídeos em seu perfil. A mensagem transmitida em seu conteúdo revela uma maneira de dar voz às mulheres idosas, mostrando sua importância e seu potencial.

Em todos os perfis analisados, observamos cinco mulheres violentadas por terem corpos que não se encaixam nos padrões, mas que conseguiram resistir e reexistir. Corpos que são silenciados de maneira violenta, por não serem magros o bastante, brancos, com cabelos lisos, com performances heterossexuais, jovens e de classe social privilegiada.

Observamos o discurso permeado pela interseccionalidade, já que são mulheres vítimas do sistema colonial opressor no qual vários fatores de opressão se intersectam, apagando esses corpos. A materialização dessa opressão resulta em pessoas com problemas psicológicos, transtornos mentais, sujeição a procedimentos estéticos, dietas, medicamentos, problemas com a idade, tratamentos vários. A sociedade revela, então, corpos em

sofrimento por fatores que se interceptam e constituem a matriz ideológica de nossa sociedade.

Nesses perfis, ao analisar as imagens e dizeres postados, compreendemos haver algumas regularidades enunciativas, isto é, sentidos que se repetem entre os perfis, os quais, no plano de significação corroboram o conceito de língua como acontecimento discursivo em que o visível e o dizível significam junto. Essas regularidades podem ser expressas nos seguintes termos:

- a) discurso da aceitação;
- b) amor próprio;
- c) auto amor;
- d) autoconhecimento;
- e) autocuidado;
- f) auto aceitação;
- g) auto estima;
- h) liberdade;
- i) representatividade;
- j) diversidade;
- k) superação de limites pessoais.

Esses termos materializam a discursividade de resistência que está sendo praticada nesses perfis. Reconhecemos neles a legitimidade da luta de resistência dessas mulheres contra os padrões de corpo aceitável e a importância desse movimento de representatividade na sociedade. Por meio desses perfis, que despertam o interesse de milhares de seguidores, questões sobre o corpo feminino são elucidadas de modo que se discutam paradigmas que antes não eram sequer mencionados. Assim, outros corpos passaram a ser mostrados, com ênfase nas partes que representam problemas para a maioria das pessoas, bem como suas adversidades. Certamente, o perfis promovem a luta pela desconstrução de modelos e valores vigentes, dão voz e espaço para outros corpos que por ora foram invisibilizados em nome da lógica do capital.

No entanto, o que fica subentendido na opacidade dos sentidos dos discursos desses perfis em análise é a lógica neoliberal

presente na objetificação dos corpos. O neoliberalismo transforma os corpos e as subjetividades em manuais, dicas, propagandas, vitrines, meios de gerar competição entre os sujeitos, competição consigo mesmo. Em todos os perfis analisados, há a intenção de venda de produtos, por meio de propaganda e publicidade de marcas ou da própria marca. Apesar das mensagens que transmitem aceitação e valorização de corpos diversos e resistência aos formatos padronizados de corpos e comportamentos, a lógica neoliberal se faz presente nesses discursos quando observamos esses mesmos perfis trabalhando na venda de produtos, divulgando marcas e utilizando seus corpos para influenciarem seus seguidores a consumirem tais produtos.

Há uma preocupação, em todos os perfis analisados, de promover a auto aceitação dos corpos, ao mesmo tempo, que o indivíduo empreendedor de si busca a sua melhor versão, por meio de uma lógica competitiva e individualista. A lógica é lucrar a qualquer custo com a qual o indivíduo tem que aprender a empreender, mesmo que seja atuando nas fragilidades do seu público.

As mídias são utilizadas para promover a imagem do indivíduo, o qual as transforma em portfólio pessoal para transmitir valores do tipo: “seja sua melhor versão”, “se eu posso, você também pode”, “é simples, basta tentar”, “empreenda”, “trabalhe de casa”, “faça seus horários”, e tantos outros exemplos. Nesse cenário frágil, as redes sociais se configuram como formas de gestão de si sob a lógica empreendedora para vender algo, sejam livros, cursos, roupas, comidas, ou imagens de sucesso associadas a marcas.

Nos perfis “donadirce”, “paulatelles8” e “letticia.muniz” vemos as subjetividades sendo forjadas e moldadas dentro da lógica neoliberal da competitividade e do lucro a qualquer custo. As três mulheres fazem propagandas para marcas diversas de produtos de variados segmentos, influenciando milhares de seguidores a consumirem os produtos. Desde marcas de produtos de beleza a produtos alimentícios, as *influencers* fazem parcerias com empresas para a divulgação dos seus produtos e, conseqüentemente, vender e lucrar. Há uma associação das

subjetividades à compra de determinado produto, como se o sucesso, a felicidade e o amor próprio fossem efeitos da posse, da compra de tal produto.

Os perfis “alexandrismos” e “gabicamello”, além de fazerem propagandas e parcerias com marcas diversas, Alexandra e Gabriella são empresárias e desenvolveram suas próprias marcas de produtos a serem vendidos por meio do seu trabalho no *Instagram*. Alexandra escreveu o seu livro “Pare de se odiar” a partir de suas experiências em relação às questões de aceitação do corpo e utiliza o seu perfil para promover as suas ideias e o seu livro. Gabriella tem a sua própria marca de roupas de praia “Bem me Quero”, a qual foi desenvolvida para atender a todos os tipos, formatos e tamanhos de corpos, e também escreveu o e-book “Bem me quero”. É através do trabalho no *Instagram* que Gabriella promove a propaganda e as vendas de seus produtos para os seus milhares de seguidores.

Nesses perfis, portanto, apesar de seu apelo para a resistência às padronizações corporais, funciona a lógica de mercado com a divulgação, a propaganda e a influência sobre os seguidores para que comprem os produtos, aconteça de forma natural, incluindo esse tipo de trabalho em suas rotinas diárias. Inconscientemente, os seguidores se veem adquirindo os produtos divulgados, comprando as ideias, alterando suas opiniões, seus gostos, seus modos de viver.

É dessa maneira que os sentidos são produzidos, reforçados ou resistidos. Por meio da linguagem opaca, de forma conflituosa, os sentidos estão sempre em embate, em disputa na sociedade. A imagem diz muito da relação sujeito, sociedade, língua, ideologia, historicidade quando provoca efeitos de sentido que remetem a conhecimentos e saberes que estão presentes em nosso inconsciente e logo vêm à tona quando acionados pela nossa maneira de ler, compreender, interpretar e fazer significar o mundo.

## Considerações finais

Em síntese, as discussões propostas neste artigo mostram como os sentidos vão se constituindo na sociedade, atravessados pela historicidade, pelas ideologias, impondo modos de existência, classificando sujeitos, determinando padrões. Desse modo, os sentidos não estão estabilizados de modo aparente, mas estão em movimento, constituindo-se nas brechas, sujeitos ao deslize, ao equívoco.

Essa proposta de análise mostra que apesar do movimento de luta demarcado pelos perfis que dão visibilidade aos corpos fora do padrão aceitável de beleza, há também o discurso do capitalismo que pretende lucrar a qualquer custo. O neoliberalismo, travestido de enunciados que sugerem o sujeito empreendedor de si mesmo, também se faz presente nas práticas sociais em que a venda e a aquisição de produtos estão associadas à realização dos sujeitos, aos moldes de felicidade e amor próprio.

Os perfis em análise mostram que a língua não é transparente e que os sentidos não se constituem apenas pelo que está aparente no discurso. Aos sujeitos cabe a leitura crítica dos enunciados, desconfiando das palavras, dos sentidos, do visível e do dizível, instaurados em formações discursivas específicas.

Diante disso, as redes sociais compreendidas como uma extensão da vida humana, controlando comportamentos, padrões, moda e modos de compreender o mundo, precisam ser vistas para além dos sentidos aparentes, no entremeio dos sentidos entre o dizível e o visível. É necessário que, parafraseando Menezes de Sousa (2011), nos atentemos ao movimento de ler-se-lendo, sob a ótica crítica de estabilização e desestabilização de sentidos para que práticas que disseminam o ódio, a aversão, a intolerância e o preconceito sejam desconstruídas e os olhares sejam amplificados para a diversidade.

## Referências

- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.
- BÔTO PAZ ARAGÃO, F.; GOMES FARIAS, F.; DE OLIVEIRA MOTA, M.; FERREIRA DE FREITAS, A. A. *Curtiu, comentou, comprou. A mídia social digital Instagram e o consumo*. Revista Ciências Administrativas, v. 22, n. 1, p. 130-161, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 29. ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- HASHIGUTI, S. T. Prefácio: Gêneros híbridos e(m) discurso. In: HASHIGUTI, S. T. (Org.). *O Corpo e a Imagem no Discurso: Gêneros Híbridos*. 1 ed. Uberlândia: EDUFU, v. 1, p. 9-20, 2019.
- HASHIGUTI, S. T.; TAGATA, W. M. (Orgs.). *Corpos, Imagens e Discursos Híbridos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016, p. 9-17.
- LERNER, G. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix, 2019.
- MANGOLD, W. G.; FAULDS, D. J. *Social media: the new hybrid element of the promotion mix*. *Business Horizons*, Indiana, v. 52, n. 4, p. 357-365, Jul./Aug. 2009.
- MENEZES DE SOUZA, L. M. T. Para uma redefinição de Letramento Crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, R. F.; ARAÚJO, V. de A. (Orgs.) *Formação de Professores de Línguas: ampliando perspectivas*. São Paulo: Paco Editorial, 2011. p.128-140.
- ORLANDI, E.. Michel Pêcheux e a Análise do Discurso. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista. n.1, p. 9-13, 2005.
- ORLANDI, E.. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 13.ed. Pontes Editores, Campinas, SP. 2020.
- PAIVA, M. S. *Teoria feminista: O desafio de tornar-se um paradigma*. In: *R. Bras. Enferm.* Brasília, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez., 1997.

- SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N. da; DUNKER, C. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- TIBURI, M. *Neoliberalismo: o capitalismo como terrorismo*. *Cult.* 27 nov. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-capitalismo-como-terrorismo/>. Acesso em: 24 jun. 2021.
- WITTIG, M. The category of sex. In: WITTIG, M. *Feminist Issues* 2, p. 63–68, 1982.

**“É PROIBIDO ENVELHECER!”:  
ANÁLISE DE UM ACONTECIMENTO DISCURSIVO SOBRE  
A OPRESSÃO AOS CORPOS FEMININOS**

Stella Ferreira Menezes (PPGEL/UFU/CAPES)  
Wilker Ramos-Soares (PPG-IELT/UEG/FAPEG)

**Resumo:** O Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de cirurgias plásticas em jovens, esse fato aponta para uma temática cada vez mais presente em nossa sociedade: a aversão ao corpo envelhecido. Os efeitos dessa repulsa ao corpo velho emergem nos mais diversos contextos sociais brasileiros, especialmente no mundo virtual e, principalmente, com o público feminino. Esses corpos são avaliados, analisados e investigados em cada detalhe por críticos e juízes que se escondem atrás de uma conta em redes sociais. A presença de tais julgamentos alimenta ainda mais a opressão sobre os corpos femininos, reforçando a ideia de que “É proibido envelhecer!”. Nesse sentido, este trabalho é fruto de inquietações desencadeadas pela observação de agressões sofridas por celebridades brasileiras, rechaçadas por exporem seus corpos velhos na internet. O objetivo principal é problematizar reflexões acerca da (im)possibilidade de apresentar sinais de envelhecimento no corpo, que se impõe, muitas vezes e de forma muito agressiva, às mulheres. Para isso, foi analisado um acontecimento discursivo ocorrido na internet no início de janeiro de 2019, em que a celebridade Xuxa foi duramente criticada ao postar uma fotografia em sua rede social exibindo um corpo em envelhecimento. Para essa investigação foram mobilizados mo(vi)mentos de análise sob o viés da Linguística Aplicada Crítica (Pennycook, 1998; Moita Lopes, 2006, 2013; Cavalcanti, 2013) e epistemologias que problematizam a ideia de corpo como tomada de posição política, incluindo, portanto, a lógica decolonial (Maldonado-Torres, 2016) e os estudos sobre opressões dos corpos velhos femininos (Beauvoir, 1970; Wittig, 1982; Butler, 2000). Tal análise revela a opressão sofrida pelos corpos femininos e reforça a necessidade de problematizar a ideia de que é proibido envelhecer na sociedade capitalista contemporânea.

**Palavras-chave:** Discurso. Envelhecimento. Mídia.

## Algumas considerações iniciais

Millôr Fernandes, renomado artista brasileiro, disse certa vez que *qualquer idiota consegue ser jovem. É preciso muito talento para envelhecer*. Muito mais que talento, é preciso coragem para enfrentar o envelhecimento, ainda mais quando se trata de mulheres na sociedade ocidental contemporânea. Por mais que todas/os nós saibamos que, numa vida longa, a velhice se tornará uma condição real, esse período é carregado de tabus e de resistências. Então, qual é a condição de velhice que queremos alcançar? Pode haver várias divergências de respostas, mas algo parece ser comum para a maioria das pessoas: a velhice que deixa marcas no corpo não é bem-vinda na sociedade atual.

Os efeitos dessa repulsa ao corpo negativamente qualificado como velho emergem nos mais diversos contextos sociais brasileiros, especialmente no mundo virtual. Corpos femininos são avaliados, analisados e investigados em cada detalhe por críticos e juízes que se escondem atrás de contas em redes sociais. A presença de tais julgamentos alimenta ainda mais a opressão sobre os corpos femininos, reforçando a ideia de que “*É proibido envelhecer!*”. Desse modo, neste trabalho, nos propomos a refletir sobre o tema no âmbito dos estudos da linguagem. Nosso recorte temático é a prática de agressões virtuais dirigidas a celebridades brasileiras que, ao exporem ou terem seus corpos expostos publicamente, são taxadas pejorativamente de “velhas”. Para isso, tomamos como objeto de análise um acontecimento discursivo<sup>1</sup> ocorrido na internet no início de janeiro de 2019, em que a celebridade Xuxa Meneghel realizou a postagem de uma *selfie* em sua página no Instagram. O que deveria ser um acontecimento comum e sem

---

<sup>1</sup> Consideramos *acontecimento discursivo* como uma forma de se referir aos enunciados analisados. Esse conceito é pautado na teoria de Michel Foucault (2013, p. 97-98), o qual considera o enunciado como sendo “sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem de fato esgotar”; e que surgem a partir de um “conjunto de condições que regem, em um momento dado e em uma sociedade determinada, [...] sua conservação [...]”.

grande destaque, gerou notórios debates, pois nessa fotografia Xuxa exibe sua aparência física sem *photoshop*, maquiagem ou filtro. Com 56 anos à época, a celebridade deixou visíveis traços inerentes de seu envelhecimento, tais como rugas, manchas na pele e cabelos embranquecidos. A partir disso, a cantora, modelo, atriz e apresentadora foi duramente criticada em comentários nessa publicação com acusações do que teria sido um suposto desleixo de sua parte com a aparência na foto. Nosso objetivo, então, é apresentar reflexões a respeito da pressão social sobre o corpo feminino, com ênfase na (im)possibilidade de mostrar sinais de envelhecimento e ser socialmente aceita/o partindo desse acontecimento discursivo.

Cabe mencionar que nosso interesse pelo tema foi desencadeado em trabalhos anteriores sobre o corpo. Por exemplo, em suas pesquisas, Stella Menezes (2015; 2017) teve a oportunidade de investigar questões relacionadas ao ensino-aprendizagem de línguas para pessoas com idade acima de 60 anos. Já Wilker Ramos-Soares (2019; 2020) se voltou para quais problematizações em relação a corpos – em especial o corpo gordo – compunham o escopo da Linguística Aplicada em nosso país. A partir dessas pesquisas, compreendemos a importância de se discutir, cada vez mais, as violências e opressões que os corpos passam diariamente por apresentarem marcas, formatos e aparências fora do padrão estético vigente na sociedade. Concordando com Dione Costa-Silva (2022, p. 65) que “a depender do contexto (local), da classe social, da raça, entre outros fatores sociais, o envelhecer será diferente para cada uma/um”, entendemos que a velhice não deve ser significada como algo negativo, mas sim como parte da trajetória de estar viva/o.

Assumindo uma empreitada decolonial (MALDONADO-TORRES, 2016), percebemos que, na sociedade ocidental contemporânea, as pessoas tidas como velhas constituem uma categoria minorizada, pois, muitas vezes, ficam à margem dos espaços sociais e políticos. Elas pertencem a uma classe étnica que, em muitos contextos, é excluída da sociedade, podendo ser

percebidas/os como dissidentes<sup>2</sup>. Sob esse viés, problematizamos, então, um acontecimento discursivo que faz visível a intersecção de duas categorias de identificações que são objetos constantes de qualificações negativas e opressão. São elas a categoria de mulher e a categoria de pessoa velha na sociedade capitalista ocidental.

Para explorar essa problemática, apresentamos, primeiramente, o lugar dos estudos sobre o corpo na Linguística Aplicada (LA) e na Linguística Aplicada Crítica (LAC), que nos permitiu elaborar a análise em torno de questões do corpo, gênero e envelhecimento, assumindo uma postura político-crítica. Em seguida, temos a primeira parte da análise no que tange ao acontecimento discursivo imagético da fotografia postada pela referida celebridade. Posteriormente, situamos nossas discussões em torno dos comentários que a fotografia recebeu na rede social e, por fim, encerramos com reflexões acerca das discursividades analisadas como efeito de conclusão.

### **(Re)pensando o corpo na/da LA**

Pensar sobre linguagem e o tema da opressão ao corpo da mulher é possível dentro dos estudos em LA com o entendimento de que ela é um amplo campo de estudos e uma forma inter/trans/disciplinar que permite investigar questões relacionadas à linguagem (MOITA LOPES, 2013). Marilda Cavalcanti (2013) entende que a LA trabalha com:

[...] recortes multidisciplinares, isto é, com o auxílio de resultados de pesquisa em outras áreas de investigações. Em seu percurso, a pesquisa em LA reforça procedimentos sistemáticos que vão

---

<sup>2</sup> Conforme proposto por Wilker Ramos-Soares em projeto de pesquisa em andamento, intitulado “*Alpendre como um fazer pedagógico outro: corporificando vivências na formação de professoras/es de língua(gen)s*”, consideramos que corpos dissidentes são aqueles que possuem as marcas do desinteresse ou, ainda, que são resultado de uma lógica de consumo que subalterniza existências.

consolidando sua área de atuação e seus métodos específicos de trabalho (CAVALCANTI, 2013, p. 2).

Entender a LA com enfoque nas “interações em comunicação social que envolve interações dentro de relações” (CAVALCANTI, 2013), no contexto atual, indica, cada vez mais a necessidade e a proliferação de trabalhos dessa área de pesquisa que se aproximam de agendas políticas como a proposta neste estudo. Pensando na inter/trans/disciplinaridade da LA, cria-se possibilidade de fuga das visões preestabelecidas em pesquisas, nos permitindo problematizar que é “a partir das representações que uma sociedade tem sobre o corpo, [que se revelam] as hierarquias e as relações de poder que o circunscrevem” (CARVALHO, 2018, p. 27).

Para além da sua característica inter/transdisciplinar, autores como Luiz Paulo da Moita Lopes (2006) e Alastair Pennycook (2006) apontam que a LA tem uma natureza indisciplinar ou anti-disciplinar na sua forma de produzir conhecimento, já que se volta para os dilemas do mundo atual. Nesse contexto, os autores argumentam que não há um território fixo, ou mesmo de um campo de estudos único e específico na contemporaneidade para se produzir ciência. Sendo assim, a LA, em vertentes mais críticas como esta, é uma articulação de conhecimentos multidisciplinares com vistas a elucidar reflexões referentes a conhecimentos linguísticos, com uma preocupação em intervenções sociais. Logo, ao se pensar na LA do ponto de vista dos “atravessamentos identitários de classe social, raça, etnia, gênero, sexualidade, nacionalidade” e idade (MOITA LOPES, 2006, p. 25), cria-se um cenário para o tema deste artigo, problematizações no que tange atravessamentos identitários que o corpo feminino envelhecido passa. Ademais, para Alastair Pennycook (2006) trata-se da LAC, que ele define como sendo:

[...] uma abordagem mutável e dinâmica para as questões da linguagem, em contextos múltiplos, em vez de como um método, uma série de técnica, ou um corpo fixo de conhecimento. Em vez de

ver a LAC como uma nova forma de conhecimento interdisciplinar, prefiro compreendê-la como [...] um conhecimento transgressivo, como um modo de pensar e fazer sempre problematizador (PENNYCOOK, 2006, p.67).

Corroborando com essas definições de LA e LAC, entendemos a importância de assumirmos uma postura política-crítica em nossas pesquisas e localizamos o presente estudo como acontecendo em alinhamento ou no interior da LAC. Compreendemos e enfatizamos ainda a urgência de reconhecermos as relações desiguais de poder que operam em nossa sociedade (MOITA LOPES, 2013; 2006; PENNYCOOK, 1998; 2001), sobretudo os atravessamentos de gênero e de idade no corpo.

Acerca desse tema, cabe explicitar que, no momento em que escrevemos este texto, em pleno século XXI, temos presenciado uma ditadura da beleza na qual pessoas adultas e adolescentes se esforçam sobremaneira para atingir um inatingível padrão de beleza imposto pela mídia – e seria ingênuo pensar que isso não atingiria ainda mais fortemente as mulheres. Por estarmos inseridos em uma cultura ocidental do *sistema mundo moderno/colonial*<sup>3</sup> e capitalista, nosso maior contato – e às vezes único – continua sendo com os padrões estéticos hegemônicos construídos nessa sociedade. Dentro do padrão estético hegemônico vigente<sup>4</sup>, posiciona-se o corpo magro, malhado e

---

<sup>3</sup> Discussão amplamente provocada pelo Grupo Modernidade/Colonialidade que ao refletir a geopolítica do conhecimento, os/as pesquisadores/as procuram estabelecer uma episteme fundada na pluriversalidade. O GM/C é integrado por Aníbal Quijano (Peru), Walter Dignolo (Argentina), Enrique Dussel (Argentina), Catherine Walsh (Equador), Nelson Maldonado-Torres (Porto Rico), Daniel Mato (Venezuela), Fernando Coronil (Venezuela), Edgardo Lander (Venezuela), Arturo Escobar (Colômbia), Santiago Castro-Gómez (Colômbia) e outros/as.

<sup>4</sup> Temos consciência que esses padrões não são fixos e estão em constante mudança, ainda sim compreendemos que eles “não perdem seu poder de excluir, inferiorizar e ocultar determinados corpos em detrimento de outros” (GOFFMAN, 1988, p 35).

jovem como “belo”. À margem disso, é posto o corpo velho, como sinônimo de “descuido” e “feiura”.

Mesmo em uma sociedade democrática, as mulheres tornam-se diariamente escravas da indústria da beleza, tão difundida pelos meios de comunicação, em uma incansável busca por uma suposta *perfeição*. Em um país que liderou o *ranking* mundial de cirurgias plásticas por dois anos consecutivos (2018 e 2019) e que, em uma pesquisa mais recente de 2020, só ficou atrás dos Estados Unidos<sup>5</sup>, a aversão ao corpo envelhecido se torna cada vez mais presente e essa é uma ideia amplamente difundida pela mídia – convencional ou digital – que alimenta fortemente o capitalismo (SILVESTRE, RAMOS-SOARES, SABOTA, 2020). Segundo Zygmunt Bauman (2010, p. 84) a cultura está inserida em um contexto de capitalismo parasitário, que se hospeda em nós e nos destrói. O autor alerta que os “olhares dessa sociedade estão voltados para o corpo” e há uma constante tentativa de “fechar as fronteiras ou limitar ao mínimo a entrada de corpos estranhos”. Por isso, esses corpos marginalizados acabam sofrendo uma morte social<sup>6</sup>, pois além de serem olhados, analisados e julgados, também são apagados em muitos contextos sociais. Acreditamos que o corpo velho integra essa categoria carregada de preconceitos e ocupante de um lugar marginalizado socialmente. Diante disso, apostamos no fato de que o corpo tem diferentes dimensões que se entrelaçam na produção de sentidos. Conforme Vasconcelos, Sudo e Sudo (2004, p. 8), o corpo é:

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis na reportagem publicada pelo site G1: <<https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/07/03/mamas-rinoplastia-e-lipo-brasil-esta-entre-paises-que-mais-fazem-cirurgias-plasticas-veja-lista-e-ranking.ghtml>>

<sup>6</sup> Costa-Silva (2022) afirma em seu livro que o termo morte social pode ser associado à velhice pois:

a morte social no contexto de pessoas velhas está diretamente ligada à (in)utilidade da velhice e do corpo velho – por vezes, as pessoas velhas não ocupam certos espaços públicos por concordarem com e reafirmarem o discurso de que ‘estou velho/a demais para ir em tal lugar...’. Portanto, a meu ver, considerar o sujeito velho “morrendo” ou com o “pé na cova” já é evidenciar uma morte social do sujeito velho. (p. 93)

[...] um objeto privilegiado de se entenderem as conexões presentes entre a ordem social e biológica, expressando as relações existentes entre o indivíduo e a sociedade. O corpo pode, deste modo, desempenhar diferentes funções, variando de acordo com a cultura (VASCONCELOS; SUDO; SUDO, 2004, p. 8).

Compreender o papel constitutivo da linguagem na vida social e na construção e circulação de discursos sobre corpos dissidentes nos permite questionar como esses corpos são discursivamente (re)construídos e reiterados via linguagem (SILVESTRE; RAMOS-SOARES; SABOTA, 2020). O referencial hegemônico de corpo cria um abismo entre práticas de re-existências<sup>7</sup>, excluindo, inferiorizando, ridicularizando alguns corpos em detrimento de outros. Esse processo está entrelaçado com as relações de poder via linguagem, hierarquizando em diferentes escalas de valoração social, o que nos faz perceber o potencial também da linguagem de desconstrução desses valores através de problematizações situadas e contextuais (FRANK, 2019). Levando em conta o papel da linguagem de desconstrução de uma certa memória discursiva, principalmente aquela que reforça a noção de corpo *perfeito* na nossa sociedade, este estudo surge como uma tentativa de problematizar e discutir o discurso opressivo sobre os corpos femininos, que são disseminados, em grande parte, pelas redes sociais, amparado pelos pressupostos epistemológicos da LAC.

## **Um olhar para o corpo velho**

O ano era de 2019. A celebridade Xuxa Meneghel postou em seu Instagram uma fotografia cuja legenda escolhida pela artista

---

<sup>7</sup> Usamos ao longo do texto o termo re-existência inspirada e inspirado pela ideia de linguagens de reexistências de Ana Lúcia Silva Souza (2016), cuja professora-pesquisadora entende linguagem de reexistência como poder de intervenção política protagonizados por corpos nas margens com seus saberes e vozes. E percebemos que, quando olhamos para corpos subalternizados/dissidentes reivindicando uma existência, há um poder de intervenção política de resistir para existir de forma plena.

nos faz interpretar que sua intenção era mostrar a paisagem da praia onde estava passando alguns dias de férias, pois na legenda a artista chama a atenção para a linda cor da água que está logo atrás de si na fotografia. Esse simples ato gerou muitas discussões na internet e colocou a sociedade à frente de uma velhice 'inesperada'. É a partir desse acontecimento discursivo que iremos problematizar a opressão sobre corpos femininos e a violência sofrida por muitas mulheres ao re-existir às exigências de um corpo feminino sempre jovem.

Inicialmente, é preciso levar em consideração alguns fatores prévios em relação ao sujeito em questão. Maria das Graças Meneghel, popularmente conhecida como Xuxa, é uma mulher cisgênero, branca, heterossexual, de classe social privilegiada, magra, uma figura pública<sup>8</sup>, que já foi considerada um símbolo sexual no Brasil no qual muitas mulheres já se espelharam um dia. Ela tem características físicas que se encaixam dentro dos padrões de privilégios na sociedade brasileira e sempre gozou desses privilégios em sua carreira. Xuxa sempre apareceu nos meios midiáticos exibindo um corpo "esbelto" e uma aparência jovem. Contudo, aos 56 anos de idade, ao exibir a foto na Figura 1 em sua rede social, ela recebeu grande quantidade de comentários negativos sobre sua aparência, que após uma análise extensa dos comentários, concluímos que partiram quase em sua totalidade do público feminino. Apesar de ainda não ter alcançado os 60 anos, idade estipulada pelo Estatuto do Idoso para ser considerada idosa, o peso da opressão sofrida por ela ao exibir seus traços de envelhecimento nos chama muita atenção. Nesse sentido, corroboramos com Sibilia (2011, p. 84) ao afirmar que "não é fácil ser velho no mundo contemporâneo - ser velha, então, pior ainda!". Vejamos a foto.

---

<sup>8</sup> Salientamos que as marcações sociais que construímos nesse fragmento para localizar a 'pessoa' Xuxa no mundo foram baseadas em falas e posicionamentos da artista em diversos espaços midiáticos e programas televisivos.

Figura 1 - Postagem presente no Instagram da Xuxa



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Nessa fotografia, Xuxa aparece usando biquíni, embora seu corpo não seja mostrado, e com a seguinte legenda: “*Olha a cor dessa água! Lindo né?!?*”. O que Xuxa não esperava era que a cor da água seria o elemento menos notado na composição de sua foto. Antes de explorar os comentários recebidos por Xuxa em sua foto, discussão que faremos na próxima seção, é importante lembrar que mesmo sem uma produção linguageira, o corpo é, por si só, um elemento de tomada de posição política. Diante disso, a materialidade do corpo não pode ser pensada de forma separada da materialização da norma que a regula (BUTLER, 2000). Por isso,

ao postar uma foto sem maquiagem, *photoshop* ou filtros, Xuxa parece sustentar sua condição de estar envelhecendo através do ato performativo do corpo. Segundo Pinto (2002),

[o] sujeito de fala é aquele que produz um ato corporalmente; o ato de fala exige o corpo. O agir no ato de fala é o agir do corpo, e definir esse agir é justamente discutir a relação entre linguagem e corpo. (PINTO, 2002, p. 105)

Com isso, “a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito linguístico” uma vez que o discurso se “materializa pelo enunciado performativo que o opera, e também pelo efeito do movimento do corpo que executa [esse] enunciado” (PINTO, 2009, p. 10). Portanto, acreditamos que ao expor sua foto sem filtros e maquiagens, Xuxa sustenta um ato de resistência – consciente ou inconscientemente – contra a opressão sofrida por muitas mulheres para aparentarem sempre uma beleza associada à jovialidade. Essa ação se confirma ainda mais como um ato de resistência quando olhamos para os índices de cirurgias plásticas e nos deparamos com o Brasil como um dos líderes mundiais no ranking de cirurgias plásticas. O alto índice de mulheres que buscam atenuar traços da velhice e, ao mesmo tempo, se enquadrar em um padrão de corpo magro e jovem pode reforçar a rejeição ao envelhecimento. Expor uma foto em que esses traços estão aparentes, sem filtros e procedimentos estéticos, faz com que o ato de Xuxa seja reconhecido como resistência à ditadura do corpo jovem. Embora a celebridade em questão não verbalize essa resistência, acreditamos que a postagem da foto se configura como um furo, ou seja, uma quebra de expectativa diante da Xuxa que, sim, está envelhecendo e não parece querer se esquivar disso. Nesse sentido, Pinto (2002) afirma que

[...] o que faz do ato de fala uma ação está redobrado pela força da ilocução e pela força do agir do corpo que executa a ilocução. Assim, a presença material e simbólica do corpo na execução do ato é uma marca que se impõe no efeito linguístico. (PINTO, 2002, p. 106).

Assim, reafirmamos a capacidade que um ato discursivo tem de influenciar não apenas a construção do sujeito em si, mas também o modo como esse sujeito irá afetar e influenciar os outros indivíduos a seu redor e a comunidade na qual está inserido. O clique de Xuxa, juntamente com a enxurrada de comentários pejorativos que surgiram, repercutiu grandemente nas redes sociais, acarretando que diversos movimentos que serão explorados mais à frente. Na foto em questão - que hoje já ultrapassa mais de um milhão de curtidas e mais de oitenta mil comentários - de forma aparentemente desprezível, Xuxa escancara uma relação que ainda está muito atrelada à construção da sociedade, sobretudo brasileira: é proibido envelhecer!

As marcas da idade, principalmente para mulheres – ainda mais em destaque celebridades que tem a ‘vida pública’<sup>10</sup> – não devem/podem representar orgulho, pois “na sociedade em que vivemos, pensar a velhice traz, diversas vezes, sentimentos negativos e necessidade de negação” (LIMA, 2008, p. 14). Salientamos, atrelada a essa ideia, a possibilidade de uma associação da pessoa velha como inútil, portanto, desprezível e não obstante de atenção. Lógica essa impregnada em um contexto de capitalismo parasitário, como discutido anteriormente, caracterizada por uma “sociedade de consumidores[as]” (BAUMAN, 2010, p. 33). Logo, nesse sistema de consumo, tanto os bens materiais, quanto imateriais são [palavra], por isso “é importante desejar para consumir, portanto sempre haverá modelos inatingíveis a serem alcançados e modos vendáveis de se chegar até eles” (SILVESTRE, RAMOS-SOARES, SABOTA, 2020, p. X). Ainda na esteira dessas autoras e autor, em diálogo com as percepções de Bauman (2010), esse sistema parasitário nos corrói e nos enreda de modo a ser impossível escapar. Nessa perspectiva, Sibilia (2011) chama de “moral da pele lisa” a ideia que é reforçada por muitas pessoas de que envelhecer parece ser algo vergonhoso e, portanto, não deve ser mostrado. De acordo com a autora:

[...] meio século após movimentos de libertação sexual e em plena reivindicação da subjetividade encarnada, com a expectativa de vida aumentando sem cessar - novos tabus e pudores converteram a velhice nu estado corporal vergonhoso. [...] Assim como acontece com todas as outras “imperfeições” e “impurezas” que o envelhecimento cinzela nos corpos humanos, as rugas constituem uma afronta à tirania da pele lisa sob qual vivemos (SIBILIA, 2011, p. 83).

Viviane Silvestre, Wilker Ramos-Soares e Barbra Sabota (2020, p. 448) discutem sobre a relação dos ‘cuidados’ com o corpo, que - segundo as autoras e o autor - “independentemente da posição ideológica que um indivíduo se encontre, sempre haverá um produto e/ou um ideal para ser consumido”. Sob esse viés, entendemos que ao postar essa fotografia, Xuxa parece encarar tal afronta à ditadura da pele lisa e qualquer ideal de beleza a ser consumido, marcando sua posição político-crítica diante de tanta exigência em sempre estar com a aparência jovial como sinônimo de cuidado e beleza. Ainda que seja aparente a chuva de comentários elogiativos referente a aparência da Xuxa, em crítica aos comentários negativos, tal postagem se configura ainda mais como um ato de re-existência ao olharmos para o teor de alguns comentários que Xuxa recebeu anteriormente a esse contramovimento. Passemos, então, ao mo(vi)mento de análise dessas manifestações no tópico seguinte.

### **A violência e as re-existências nos dizeres**

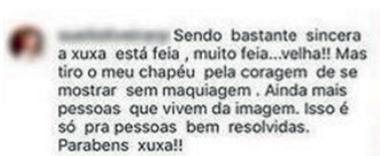
Simone de Beauvoir, em 1970, publicou uma obra intitulada “A velhice” denunciando o silenciamento da sociedade em relação a essa etapa da vida. A autora apresenta o tema como sendo, muitas vezes, um tabu na sociedade, pois muitas pessoas não se veem confortáveis em falar sobre o processo de envelhecimento. Em um texto clássico, mas ao mesmo tempo atual, percebemos como essas ideias sobre a velhice ainda não foram desconstruídas:

Para a sociedade, a velhice aparece como uma espécie de segredo vergonhoso, do qual é indecente falar. [...] Quando eu digo que trabalho num ensaio sobre a velhice, quase sempre as pessoas exclamam: “Que ideia!..., mas você não é velha!... Que tema triste...”. Aí está justamente por que escrevo este livro: para quebrar a conspiração do silêncio.” (BEAUVOIR, [1970/2018], p. 7).

Diante dos comentários que foram feitos na postagem da foto de Xuxa, percebemos que, além de configurar-se como um tema tabu na sociedade, a velhice gera ataques e ofensas. Com a popularização das redes sociais, temos diariamente, outros corpos ocupando espaços com alcance maior, uma possibilidade de notarmos com mais rigor a pluralidade de corpos e identidades existentes. Esse é um movimento cada vez mais forte, porém, constantemente atacado na grande mídia que insiste em (re)produzir imagens estereotipadas e estigmatizadas desses corpos (SILVESTRE; RAMOS-SOARES; SABOTA, 2020), o que transforma a relação de ocupação desses espaços como uma possibilidade de re-existências. Corpos velhos são julgados e, muitas vezes, relacionados diretamente com adjetivos de sentido negativos, como feiura e descuido.

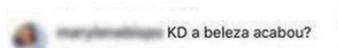
Diante disso, partimos para algumas regularidades que podem ser observadas nos comentários sobre a foto postada por Xuxa. Primeiramente, há uma relação entre beleza e jovialidade expressa nos comentários das figuras 2 e 3 como se jovem fosse sinônimo de bela; e velha sinônimo de feia.

Figura 2 - Comentários presentes no Instagram



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Figura 3 - Comentários presentes no Instagram



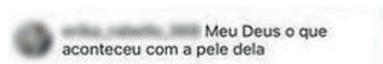
Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Beauvoir (1970/2018) pondera que em uma certa cultura indígena é usada a mesma palavra para dizer “jovem e bonito” e “velho e feio”. Não nos parece ser diferente na cultura ocidental contemporânea, visto que, com facilidade, podemos encontrar anúncios publicitários relacionando beleza à jovialidade, vendendo produtos que prometem deixar a pessoa linda e bela. A associação de feio e velho acontece até mesmo no senso comum, pois, infelizmente, nos flagramos o tempo todo relacionando coisas e pessoas velhas à feiura. Essa aproximação de sentidos entre as palavras feia e velha é ainda mais evidente quando se trata de mulheres, pois a elas é esperado que estejam sempre belas e jovens. Logo, a opressão está relacionada diretamente à categoria do gênero, pois às mulheres são impostos certos modos de comportamento e lugares na sociedade pelo gênero opressor, no caso, os homens. Para sustentar essa afirmação, nos pautamos nas teorizações de Wittig (1982), em que a pesquisadora afirma que o pensamento de dominação está tão presente nos discursos de senso comum, que muitas vezes nem percebemos. Por isso, as próprias mulheres acabam sendo afetadas por essas ideias e sustentam tais pensamentos opressores, sendo assim,

[esse] pensamento é o pensamento de dominação, o pensamento que impregna todos os discursos, inclusive discursos de senso comum [...]. Esse conjunto de discursos é constantemente reforçado em todos os níveis da realidade social e oculta a realidade política da subjugação de um [gênero] por outro, o caráter compulsório da própria categoria (o que constitui a primeira definição de ser social no status civil). A categoria de [gênero] não existe a priori, antes de qualquer sociedade. E como uma categoria de dominação ela não pode ser um produto da dominação natural, mas da dominação social das mulheres por homens, porque só existe dominação social (WITTIG, 1982, p. 3).

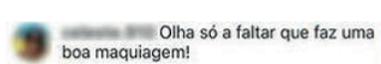
Outra regularidade discursiva nos comentários é a expectativa por uma pele com aparência jovial e, conseqüentemente, pelo uso de maquiagem, como pode ser visto nas figuras 4 e 5.

Figura 4 - Comentários presentes no Instagram



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Figura 5 - Comentários presentes no Instagram



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Esses comentários reforçam a ideia de que é esperado que a mulher esteja sempre com a aparência jovem, sem imperfeições, rugas, e outras marcas que, para grande parte das pessoas, indicam desleixo com a imagem de si e falta de cuidados. Além disso, a noção de que a mulher deve estar sempre com a aparência “bela” e maquiada, sustenta a objetificação do corpo feminino. Tanto o fato da associação dos significantes feia e velha, quanto a expectativa pelo uso da maquiagem, aponta para uma certa opressão sofrida pelas mulheres. Para Wittig (1982):

[onde] quer que estejam, o que quer que façam (inclusive trabalho no setor público) elas são vistas como (e tornadas) disponíveis sexualmente para os homens e seus seios, bundas e roupas devem ser visíveis. Elas devem usar sua estrela amarela, seu sorriso constante, dia e noite. Pode-se considerar que toda mulher, casada ou não, tem um período de serviço sexual forçado, um serviço sexual que poderíamos comparar ao serviço militar, e que pode durar um dia, um ano, vinte cinco anos ou mais. (WITTIG, 1982, p. 4)

Acreditamos que a exigência relacionada à beleza da mulher é uma herança das imposições descritas por Wittig (1982) e que, cada vez mais, têm colocado a mulher nesse lugar de jovialidade e beleza impostos pela sociedade ocidental. Coadunamos com o pensamento de Wittig (1982) quando ela afirma que as mulheres vivem em um processo de escravidão da identificação ao sexo feminino, bem como os negros sofrem com o racismo estrutural. Reforçamos essa problematização com possíveis reflexões sobre *como*

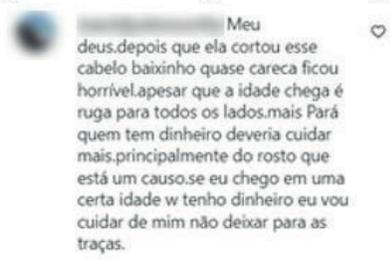
[a] categoria de [gênero] é a categoria que institui a escravidão para mulheres. Como acontecia para negros escravizados, ela funciona

através de uma operação de redução, ao tomar a parte pelo todo – uma parte (cor, sexo) através da qual todo o grupo humano tem que ser esquadrinhada. Note que em assuntos civis a cor tanto quanto o sexo ainda devem ser “declarados”. Entretanto, por causa da abolição da escravidão, a “declaração” da “cor” é agora considerada discriminatória. Mas isso não é verdade para a “declaração” do “sexo” que nem mesmo as mulheres sonham em abolir. Eu digo: já é tempo de fazê-lo (WITTIG, 1982, p. 5).

Por isso, compreendemos que o gênero funciona como uma das categorias que permite aos membros de uma comunidade entender e estruturar suas práticas sociais e se o mesmo faz parte de todas as relações e atividades sociais, não se pode afirmar que as práticas sociais são neutras, mas sim que estas são de fato marcadas pelo gênero (LAZAR, 2005). E, é importante perceber que ainda que Xuxa siga com falas e comportamentos muito políticos em suas redes sociais e mantendo sua carreira já consolidada de apresentadora, é o corpo e suas marcas da idade que são alvos de destaque, ataques e opiniões. Em nossa análise, destacamos apenas alguns dos comentários que foram feitos repetidas vezes e direcionados à Xuxa, no entanto, tiveram uma grande quantidade de comentários semelhantes na postagem, o que nos indica o constante movimento de opressão sobre os corpos femininos, reforçando a ideia de que, para muitas pessoas, *é proibido envelhecer* na sociedade contemporânea capitalista.

Quando nos debruçamos sobre a figura 6 as escolhas linguísticas da construção dos comentários nos chamam a atenção.

Figura 6 - Comentários presentes no Instagram



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Ao se criar uma relação direta entre 'dinheiro'/'jovialidade'/'beleza'/'cuidar de si', observamos, mais uma vez, a manutenção da lógica da nossa sociedade que vincula a pessoa velha a um contexto economicamente inferior, pois é preciso considerar que o envelhecimento pode acontecer de modos distintos a depender da condição econômica em que a pessoa está inserida. Sabemos que, muitas pessoas velhas as quais tiveram que se submeter a trabalhos com poucas condições de garantia da manutenção da saúde física e psicológica, podem carregar traços mais evidentes de um envelhecimento no corpo. Esse fato reforça ainda mais a expectativa de muitos fãs em relação à celebridade Xuxa que viveu grande parte da sua vida como uma celebridade, usufruindo de todos os privilégios que essa posição parece possuir. Fãs estes que foram frustrados ao perceberem que os traços do envelhecimento estão presentes na imagem de todos nós, inclusive de Xuxa, embora haja tantas alternativas de mascará-los com procedimentos cirúrgicos, filtros e até mesmo a maquiagem.

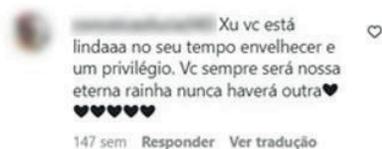
Ao apontar para a questão econômica, ressaltamos, mais uma vez, a problemática do envelhecimento no atual cenário capitalista. Para esse modelo econômico, a produtividade é o que garante que o sistema funcione e, para que isso aconteça, a mão de obra humana deve produzir. Nesse sentido, o corpo produtivo é associado ao corpo jovem, ao passo que o corpo velho tende a cair sua produtividade. Beauvoir (1970/2018) já afirmava a em seu ensaio que

Para aumentar o lucro, o capitalismo procura a todo custo aumentar a produtividade. À medida que os produtos se tornam mais abundantes, o sistema exige uma alta de rendimento. Os velhos trabalhadores não são capazes de se adaptar aos ritmos impostos aos operários. Ficam reduzidos ao desemprego, e a sociedade os trata como párias. (BEAUVOIR, [1970/2018], p. 257)

O corpo velho, grande parte das vezes, não consegue mais conquistar seu espaço no mercado de trabalho. Isso pode apontar para o desemprego e, com sorte, uma aposentadoria. Em ambos os casos a sociedade marginaliza essas pessoas, reforçando ainda mais a imposição de quem *é proibido envelhecer* nessa sociedade capitalista.

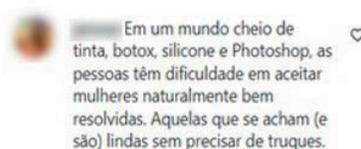
No entanto, mesmo diante de tantos julgamentos e ideias opressoras relacionadas ao envelhecimento, após a grande viralização do post da foto no Instagram da Xuxa, perfis feministas, em suas redes sociais, levantasse uma discussão textualizado em suas legendas em "*deixe as mulheres envelhecerem em paz*", um certo lembrete que reforça a agressividade de expor corpos envelhecidos, sobretudo de mulheres, sem vergonha ou receio. Juntamente com as campanhas de empoderamento feminino sobre a pressão sobre os corpos das mulheres, houve diversas influenciadoras, artistas e fãs que foram até a postagem mandar mensagens positivas e ressaltar a beleza 'natural' de Xuxa, na contramão dos diversos comentários negativos que havia recebido. Podemos perceber, ressaltado nos comentários das figs. 7 e 8, por exemplo, que o envelhecimento é encarado em uma outra perspectiva dos comentários que analisamos anteriormente.

Figura 7 - Comentários presentes no Instagram



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Figura 8 - Comentários presentes no Instagram



Fonte: Instagram público da artista Xuxa

Ao postar – e alguns meses depois repostar<sup>9</sup> – um clique em que é evidenciado seu envelhecimento, Xuxa escancaram seu posicionamento em frente as leituras de seu corpo em um potente ato discursivo. Com as reverberações desse mo(vi)mento, compreendemos a capacidade que um ato discursivo tem de influenciar não apenas a construção do sujeito em si, mas também o modo como esse sujeito irá afetar e influenciar os outros indivíduos a seu redor e a comunidade na qual está inserido, como podemos observar nas figuras 8 e 9, tal como nos milhares de comentários semelhantes que surgiram após a repercussão. Notamos, no teor dos comentários das figs. 8 e 9, uma contextualização do momento histórico-social que vivemos - com a alta procura por procedimentos estéticos em prol de prolongar uma juventude, o uso compulsório por filtros, maquiagem e *photoshop* etc. - e que ir na contramão disso, no entendimento desses dois comentários, é um ato de re-existência.

Ao debruçarmos sobre essas análises e percorrer pelos seus caminhos discursivos, ressaltamos que: sim 'é proibido envelhecer', mas não deveria ser. Com isso, considerar a linguagem como um discurso performativo nos impulsiona a entender que ao dizermos algo, realizamos ações que vão além do simples *dizeres* das palavras, pois "dizer é fazer" (PINTO, 2012, p. 75). Refletir sobre

---

<sup>9</sup> Alguns meses depois da grande polêmica que envolveu sua publicação, Xuxa reposta o print da sua postagem, destacando o número de curtidas e comentários, para divulgar que seu livro – que contaria com mais imagens 'reais' do seu corpo – estava prestes a ser lançado.

isso nos mostra a importância desses debates, reflexões e problematizações ganhar cada vez mais espaço nas mídias e nos estudos em linguagem, principalmente na LAC, pois a escolha política por esses estudos surge por entender que a “linguagem não ocorre em um vácuo social e, que, portanto, os [saberes] não têm sentido em si mesmos” (ROJO; MOITA LOPES, 2004, p. 37-38), pois o saber é sempre construído por um *alguém*, que é situado no mundo social e carrega consigo seus valores, projetos políticos, histórias e desejos, que são a base para a construção dos seus significados para agir na vida social.

### **Algumas considerações finais**

Mesmo sabendo que a velhice é a única categoria social a qual todas/os pertencemos ou pertenceremos em algum momento para termos uma vida longa, percebemos que envelhecer *envelhecendo* não é visto com bons olhos na sociedade atual. Com essa relação estigmatizada e opressora sobre esse processo natural da vida, a violência sobre o corpo da pessoa velha – sobretudo da mulher – irá continuar sendo (re)produzida e sustentada pelo discurso da beleza e produtividade. Sendo assim, envelhecer nessa sociedade é um ato de re-existência.

Desta forma, neste trabalho discutimos os efeitos da repulsa ao corpo velho presente na sociedade brasileira, especialmente no mundo virtual. E, após apresentarmos as reflexões a respeito da pressão social sobre corpos femininos, partindo de um evento comunicativo que envolveu a celebridade Xuxa Meneghel em 2019, vislumbramos com este trabalho que mais pesquisadoras/es em linguagem possam perceber a potencialidade do corpo como tomada de posição política na sociedade brasileira, e possam engajar-se a problematizar as relações de estigma no envelhecimento, sobretudo com a relevância social do tema para a área.

Em 1970 Simone de Beauvoir escrevia em busca da quebra de uma conspiração do silêncio sobre o envelhecimento, em 2021 nós escrevemos este texto com o mesmo intento. Esperamos que esse

mo(vi)mento possa contribuir para olharmos de forma sensível para essas pessoas e que possamos construir uma ideia de envelhecer que se paute em ideais críticos, éticos e dignos.

## Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Capitalismo parasitário*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BEAUVOIR, Simone. [1970] *A Velhice*. (Tradução Maria Helena Franco Martins) – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-166.
- CARVALHO, Alexandra Bittencourt de; et al. Uma análise discursiva sobre identidades de resistência de mulheres gordas em blogs: desconstruindo processos identitários da moda e da biomedicina/A discursive analysis on resistance identities of fat women in blogs: deconstructing identity processes of. *Guavira Letras*, v. 14, n. 28, 2018. Disponível em: <http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/723>. Acesso em: 17 set. 2021.
- CAVALCANTI, Marilda do Couto. Educação linguística na formação de professores de línguas: intercompreensão e práticas translíngues. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 2011-226.
- COSTA-SILVA, Dione Uester. *Movimentos de giro no olhar sobre tornar-se velho/a: uma experiência de formação sobre o ensino de língua inglesa para/com pessoas 60+*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- FOUCAULT, Michel. "Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia". In. *Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento (Ditos & Escritos II)*. Organização e seleção de

textos Manoel Barros da Motta; tradução Elisa Monteiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 85-123.

FRANK, Hélivio. De/Colonização, gênero e educação linguística. In: Márcio Evaristo Beltrão; Solange Maria de Barros. (Org.).

*Transgressão como prática de resistência: um olhar crítico sobre os estudos queer e a socioeducação*. 1ed. Cuiabá: Edufmt, 2019, v. 1, p. 17-30.

GOFFMAN, Erving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LAZAR, Michelle (Ed.). *Feminist critical discourse analysis: Gender, power and ideology in discourse*. Springer, 2005.

LIMA, Priscilla Melo Ribeiro de. *A arte de envelhecer: um estudo sobre história de vida e envelhecimento*. 2008. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MALDONADO-TORRES, Nelson. *Transdisciplinaridade e decolonialidade*. In: Revista Sociedade e Estado. V. 3, n. 1, jan-abril, 2016.

MENEZES, Stella Ferreira. *Oralidade na sala de aula de língua inglesa para a Terceira Idade: um desafio a ser cumprido*. Revista de Estudos Acadêmicos de Letras, v. 01, p. 198-215, 2015.

MENEZES, Stella Ferreira. *(Im)possibilidades de Tomada da Palavra em Línguas Inglesa por alunos na Terceira Idade*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Gênero, sexualidade, raça em contexto de letramentos escolares. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo, Parábola Editorial, 2013. p.227-247.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 85-108.

PENNYCOOK, Alastair. A linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês;

CAVALCANTI, Marilda do Couto. (Org.). *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 23-49.

PENNYCOOK, Alastair . Critical moments in a TESOL praxicum. In: NORTON, Bonny; TOOHEY, K. (Ed.). *Critical pedagogies and language learning*. Cambridge, England: Cambridge University Press, p. 327-345, 2001.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

PINTO, Joana Plaza. *Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo*. In: Revista Gênero, v.3 n.1, p. 101-110, 2002.

PINTO, Joana Plaza . *O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala*. Cadernos Pagu, Campinas, v. 33, p.117-138, jul.-dez. 2009.

RAMOS-SOARES, Wilker. *Onde estão os corpos gordos? Um levantamento de estudos na Linguística Aplicada*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2019.

RAMOS-SOARES, Wilker. *Papo de Menin@s: gordofobia nas escolas – Como tem sido (re)construído as identidades corporais plurais no contexto educacional?*. Webinar apresentado por Wilker Ramos Soares [Anápolis: YouTube. 05/08/2020], 2020. 1 vídeo (1h 31min 42 seg). Online. Publicado pelo canal Papo de Escola. Português. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8qoidIiviL0>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROJO, Roxane Helena Rodrigues; MOITA LOPES, Luiz Paulo. Linguagens, códigos e suas tecnologias. In: SEB/MEC (org.), *Orientações Curriculares do Ensino Médio*. 1ª ed., Brasília, MEC/SEB, p. 14-59, 2004.

RUFINO, Luiz. *Performances Afro-Diaspóricas de Descolonialidade: o saber corporal a partir de Exu e as suas Encruzilhadas*. ANTROPOLÍTICA: REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA, v. 40, p. 54, 2017.

SIBILIA, Paula. A moral da pele lisa e a censura midiática da velhice: o corpo velho como uma imagem com falhas. In: GOLDENBERG, M. *Corpo, envelhecimento e felicidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. p. 83- 108

SILVESTRE, Viviane Pires Viana; RAMOS-SOARES, Wilker; SABOTA, Barbra. *Corpos gordos (in)visibilizados na linguística aplicada*. RAÍDO (ONLINE), v. 14, p. 444-464, 2020.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Linguagem e letramentos de reexistências: exercícios para reeducação das relações raciais na escola*. Linguagem em foco. V.8, n.2, 2016, p. 67-76.

VASCONCELOS, Naumi A de; SUDO, Iana; SUDO, Nara. Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. *Revista Subjetividades*, v. 4, n. 1, p. 65-93, 2004. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/1495>. Acesso em: 17 set. 2021.

WITTIG, Monique. *The category of sex*. In: *Feminist Issues* 2, 63–68, 1982



## ROBÔ-GINOIDE: TECNOLOGIA E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO NA ORDEM DA DISCURSIVIDADE MODERNA

Fabiene de Oliveira Santos (UFU)

**Resumo:** Este estudo, parte da *Disciplina Tópicos em Linguística Aplicada: corpo e linguagem*, é resultado de observações da sociedade ocidental moderna com a evolução da tecnociência e a produção de robôs humanoides em grande escala com gênero, reconhecidamente, feminino. Tratam-se de artefatos engenhosos que materializam uma forma corpórea, que ainda com base em ferramentas, utiliza de produtos de modo a imitar feições e comportamentos humanos. E é pela crescente produção e circulação na mídia acerca de humanoides, principalmente, sob a forma ginoide, em um estrato histórico marcado por sistemas como a colonialidade de poder (QUIJANO, 2009), o patriarcado e o neoliberalismo, e cravado de dualidades como: corpo e máquina, feminino e masculino, dominador/colonizador e dominado/colonizado, que este estudo propõe uma reflexão analítica sobre essas relações, assentadas na língua, no corpo e no gênero. Para tanto, foram tomadas imagem de humanoides, a partir da busca por “robôs humanoides” no navegador “Google” e da veiculação, dentre outras, da notícia intitulada: “Conheça quatro robôs que são quase humanos”, que abarca, tão somente, sobre humanoides na forma ginoide. As imagens de robôs-ginoides trazem à tona um acontecimento discursivo pela historicidade que faz emergir a significação feminina, no quadro colonial-patriarcal. Assim sendo, as noções de “pontos de discursividade” (HASHIGUTI, 2016), de “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1987, tradução nossa) e de “performatividade” (BUTLER, 2016, 2018), contribuem para esta discussão e para outras reflexões. Afinal, é importante atentar para a projeção inteligente de humanoides, mediante um pensamento na perspectiva da decolonialidade do poder e do ser; para o criar e o fazer em virtude de uma ontologia pela ética, para a liberdade e para a equidade.

**Palavras-chave:** Discurso. Gênero. Decolonialidade. Robô-ginoide.

## Introdução

Este texto é fruto de observações de certa prática da sociedade ocidental na modernidade – contemporânea: a criação de robôs humanoides em grande escala com gênero reconhecidamente feminino. São criações e criaturas que, na sua maioria, apresentam um “corpo” (ainda que de ferramentas), que materializa a forma conhecida como feminina. Trata-se de um engenho que busca se mover, “falar”, ou seja, é um artefato como um corpo de linguagem (mesmo de códigos programados com algoritmos computacionais por inscrições *de* e *em* códigos sociais), pois constrói significados e significa em meio à sociedade histórica e contemporânea.

O robô humanoide, intento da engenharia robótica, das ciências computacionais, projetado como artefato sintético para funcionar com aparência e comportamento como de humanos, mediante a (r)evolução da Inteligência Artificial<sup>1</sup>, é um invento para atuar “com” e “para” (servir de companhia/companheira ou a outro determinado desejo/uso) os humanos. Ele é uma ferramenta que tem sua motivação no pensamento da cultura ocidental, que prima pela evolução humana através do progresso científico e tecnológico.

Trata-se de uma criação do mundo moderno que carrega contradições da constituição humana com fundações históricas e anseios de produções futurísticas. Ou seja, constrói-se a partir da história da robótica, que faz emergir o célebre nome de Issac Asimov, por suas histórias de ficção, bem como pela elaboração das três leis da robótica,<sup>2</sup> que sobrepõem a ficção. As histórias de Asimov possibilitam interpretações com metáforas ou analogias da realidade. Como aponta Seiffert (2018, p. 380-390) acerca da leitura de alguns críticos, tais histórias podem retratar a servidão, a escravidão na América, a posição político-econômica de destaque de um país no cenário mundial, como Estados Unidos, como

---

<sup>1</sup> Conforme Pêcheux e Gadet (1998) esta “[...] combina a análise algorítmica com a adaptação de sistemas comportamentais em um ambiente [...]”.

<sup>2</sup> A esse respeito ver ASIMOV. Eu, robô, 2014.

também trazer à tona discussões sobre preconceito, discriminação e machismo. São narrativas que evocam o colonialismo e a colonialidade. Esta que fica do colonialismo na modernidade – nesta que, de acordo com Quijano (2005, p. 117, grifo do autor), tem a América “como a primeira *id-entidade*”

Assim, o(a) robô, palavra que indica “trabalho forçado”<sup>3</sup>, é construído e está na base de um pensamento sócio-histórico de dominação e diferenças (implicando na matéria, em posses e domínios dos seres, lugares, objetos, conhecimentos), de relações de poder que atravessam os tempos. Os humanoides compreendem uma imagem recortada da sociedade ocidental, uma máquina engenhosa que reflete na contemporaneidade a colonialidade de poder (QUIJANO, 2009). Esta colonialidade que procede do colonialismo e se encontra instituída mundialmente junto ao sistema capitalista de dominação ainda na modernidade, sendo apoiada pela ideia de raça e o que se segue como domínios sociais de poder (como, por exemplo, gênero e subjetividade).

Como indica Mignolo (2017, p. 2), a colonialidade é “constitutiva da modernidade”, é “a pauta oculta” dela. Modernidade que, pelo discurso, “é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a ‘colonialidade’” (MIGNOLO, 2017, p. 2). Logo, é mediante esse contexto que os robôs humanoides são construídos - nessa colonialidade/modernidade emaranhada a outros sistemas de poder como o capitalismo neoliberal e o patriarcado. De acordo com Lerner (2019), o sistema patriarcal é histórico e teve como núcleo estrutural básico a família patriarcal e as regras expressadas por essa ordem familiar. Esses sistemas de poder estão arraigados na sociedade como modos de perpetuar o exercício de controle e dominação.

Assim, sob a aliança desses sistemas, a prática neoliberal incita a concorrência e a expressão do poder-saber científico é buscada para a

---

<sup>3</sup> De acordo com a matéria disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/sobre-palavras/robo-ate-a-palavra-foi-criada-em-laboratorio/>>. Acesso em: 23 jul. 2022.

projeção da(o) robô com maior capacidade, conduta e característica humana, isto é, o robô mais próximo da realidade de se parecer e portar como um humano ou passar-se por um. Nessa esteira, desenvolvedores desses robôs, a tecnociência e a indústria robótica parecem ter avançado, especialmente, em um tipo-padrão de robôs, os ginoides, ou seja, robôs engendrados e antropomorfizados com a forma do corpo reconhecida como feminina.

Desse modo, em um batimento de análise e interpretação acerca de questões que compõem a dicotomia histórica-social como as dualidades que emergem nas relações de poder corpo e máquina, feminino e masculino, dominador/colonizador e dominado/colonizado, este estudo propõe uma reflexão sobre essas relações, assentadas na língua, no corpo e no gênero, neste estrato histórico entranhado pela colonialidade de poder, pelo patriarcado e pelo capital neoliberal. Para tanto, tomamos a imagem de corpos fabricados, humanoides, a partir da busca por “robôs humanoides” no navegador “Google” e da veiculação, dentre outras, da notícia intitulada: “Conheça quatro robôs que são quase humanos<sup>4</sup>”, que abarca, tão somente, sobre humanoides sob a forma ginóide.

A respeito das ginoides que aparecem na supracitada reportagem, a primeira é “Ava”, uma *chatbot* da empresa americana “Autodesk” que recebe, pela imagem, um rosto com olhos azuis vibrantes que se destacam; pele morena clara; traços, notadamente, contornados no nariz e na boca; e sobrancelha, ligeiramente, grossa e bem delineada. A segunda robô é chamada Sophia. É uma humanoide que integra a empresa “Hanson Robotics”. Como propagado, ela foi modelada com traços em homenagem à atriz “Audrey Hepburn”. Sophia apresenta rosto de pele clara, traços bem desenhados, sobrancelha definida, um sorriso que expressa gentileza, amabilidade e olhos que parecem ter um fundo “mel-esverdeado”. Sophia até já possui cidadania saudita. Ela deve poder realizar atividades como a de ensinar e atender a clientes,

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.simi.org.br/noticia/Conheca-quatro-robos-que-sao-quase-humanos>>. Acesso em 29 jun. 2021.

por exemplo. A próxima humanoide, conhecida por Erica, conforme veiculação de notícias<sup>5</sup>, foi criada pelos cientistas japoneses Hiroshi Ishiguro e Kohei Ogawa, e poderia ser âncora de jornal<sup>6</sup> e, até mesmo, estrelar no cinema como protagonista de um filme<sup>7</sup>. Essa robô aparece com a pele clara, cabelo castanho e liso e traços bem desenhados. A outra ginoide, que surge dentre as imagens, foi denominada de Harmony. Esta é uma boneca robô de silicone do tipo “RealDolls” do projeto da “Realbotix”, que trabalha com robôs sexuais. Na imagem, Harmony se mostra com cabelo liso e loiro, rosto com pele clara, olhos acastanhados e sobrancelha desenhada. A ginoide aparece com certa maquiagem, ressaltando o brilho nos lábios e nos olhos, estes que se sobressaem pelo recebimento de alguma sombra e pelos cílios que parecem ganhar destaque por uma espécie de rímel.

Ademais da aparência, as quatro humanoides representadas recebem um nome reconhecidamente feminino, que reforça o intento da personificação e o desejo de uma identificação e, até, da construção de uma identidade. As imagens dessas humanoides expressas evidenciam os rostos, mas deixam perceber que as quatro estariam vestidas e, pela visibilidade dos rostos, sugere-se ou imagina-se que as mesmas possuem corpos que seriam mais magros, em conformidade com o padrão de um corpo delgado, o que pode ser associado a um arquétipo de beleza como a de modelos humanas e a figura que teria menos força física, já que, apesar de serem robôs, seu processo de generificação inclui a manutenção do imaginário de maior fragilidade e docilidade da mulher objetivada na relação com o homem, na lógica heterocentrada e patriarcal. Ainda, cabe salientar que, de uma

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2020/06/robo-com-inteligencia-artificial-e-escalada-como-protagonista-de-filme-com-orcamento-de-mais-de-r-370-milhoes.html>. Acesso em 29 jun. 2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/conheca-erica-o-primeiro-robo-a-virar-ancora-de-telejornal/>. Acesso em 03 jul. 2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2020/06/25/noticias/filme-com-orcamento-milionario-tera-robo-como-atriz-principal/>. Acesso em 03 jul. 2021.

forma ou outra, cada uma abriga certa característica que se pode filiar ao padrão eurocentrado, como olho claro, cabelo loiro, pele clara, ou seja, há um traço europeu que extravasa, entranha, “prende” e incita a prevalência e dominância ocidental. Afinal, o que parece físico, fixo e neutro, carrega história e cultura, transbordando; e, assim, captura, subjetiva, evoca e cria memória/lembrança e imagem.

Na mídia, além dessas ginoides, podemos encontrar informações a respeito da elaboração de outras robôs “femininas”, como a robô nomeada “Aiko”, do desenvolvedor Lu Trug, confeccionada por empresa japonesa de bonecas<sup>8</sup>. Outra humanoide foi desenvolvida pela empresa “Al-Atech” e ficou conhecida como “Emma”<sup>9</sup>. Dentre as robôs-ginoides, na Internet, também é possível ver o “androide com feições femininas” denominado HRP-4C, do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia do Japão (AIST)<sup>10</sup>. “EverR-1”, nome de outra ginoide, em que o início remete ao nome bíblico “Eva” em combinação com letra e número para a área da robótica, foi desenvolvida por cientistas sul-coreanos que basearam o rosto da robô no de duas atrizes coreanas e o corpo no de uma modelo<sup>11</sup>. “Otonaroid” e “Kodomoroid”<sup>12</sup> são os nomes de mais robôs ginoides, sendo a última, com aparência mais juvenil. Elas foram desenvolvidas pelo

---

<sup>8</sup> Sobre isso ver a notícia disponível em: <http://uplab.cc/future-sight/uma-breve-historia-dos-homens-que-criam-robos-femininos>. Acesso em 03 jul. 2021.

<sup>9</sup> A esse respeito, dentre informações na Internet, ver sobre robô sexual disponível em: <https://www.techtodo.com.br/noticias/2020/01/robo-sexual-relembre-cinco-modelos-curiosos-lancados-em-2019.ghtml>. Acesso em 02 jul. 2021.

<sup>10</sup> Para mais, pode-se ver disponível em: <https://www.epochtimes.com.br/robos-humanoides-parecem-cada-vez-mais-com-pessoas-novo-modelo-japones-surpreendente-video/>. Acesso em 04 jul. 2021.

<sup>11</sup> A esse respeito ver na internet, e disponível em: <http://uplab.cc/future-sight/uma-breve-historia-dos-homens-que-criam-robos-femininos>. Acesso em 03 jul. 2021.

<sup>12</sup> Mais a esse respeito pode ser observado também disponível em: <https://epoca.negocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/01/o-deus-dos-robos.html>. Acesso em 04 jul. 2021.

engenheiro de robótica “Hiroshi Ishiguro”, que tem apresentado muitos trabalhos no ramo, e podem funcionar como apresentadoras de programa televisivo. Estas humanoides-ginoides são mais exemplos dentre outras que surgiram e estão surgindo mais e mais.

Vale ressaltar que, da posição de gênero feminino, se trata o feminino ou o masculino não por alguma teoria feminista ou por uma militância, mas por uma visão política e socio-histórico-discursiva da sociedade moderna-contemporânea.

As imagens de robôs-ginoides trazem à tona um acontecimento discursivo pela historicidade que faz emergir a significação feminina, no quadro colonial-patriarcal, posta pela (re)produção de criatura fabricada, dependente, comandada, cativa. Nesse aspecto, as noções de “pontos de discursividade” (HASHIGUTI, 2016), de “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1987, tradução nossa) e de “performatividade” (BUTLER, 2016, 2018), contribuem para esta discussão e para reflexões sobre.

### **Humanoides: tecnologia de gênero e de subjetivação**

A presença de humanoides e a circulação de imagens dessas criaturas, com gênero definidamente reconhecido, podem ser pensadas sob a ótica de De Lauretis (1987) como uma ultramaterialização das tecnologias de gênero. Elas se apresentam como produto de uma tecnologia científica-robótica que, sob o efeito do discursivo, fixam o gênero feminino pela via da diferença sexual (da biologia ou do social, para mais, dos efeitos discursivos, o político), dicotomizam e separam em duas classes categóricas, assimétricas e opostas, homens e mulheres, posicionando a sociedade como binária e desigual pela relação estrutural hegemônica patriarcal ou dos homens sobre as mulheres. Com efeito, essas humanoides, em imagens, podem ser identificadas como um modo de compreender o mundo e a sociedade atual.

Nesse sentido, temos o gênero feminino empreendido em humanoides, inclusive em robôs sexuais, como uma

“autorrepresentação” da sociedade machista, patriarcal, neoliberal, bem como uma autorrepresentação da indústria científica de robôs e dos desenvolvedores, de seus desejos, convicções e ideologias. A finalidade histórica primeira de um robô é servir, e à mulher, há tempos, destina-se esse papel em relação ao primado do homem na sociedade ocidental, que subjuga e inferioriza o que está fora da norma dominada pelo masculino heterossexual, isto é, o que excede à heteronormatividade, e conserva o sistema sociopolítico do heteropatriarcado. E, na modernidade-contemporânea, entendemos que, como apontam Dardot e Laval (2016, p. 7), “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida”. Este sistema, agora, infiltra-se na realidade social também por via da produção de humanoides. Ele conclama o desejo de superação, sobretudo de superar cientificamente, e este não é simplesmente um desejo como (se fosse) individual, pessoal, ou mesmo social, mas é um desejo, primeiramente, imputado pelo capitalismo, um desejo colonial. O capitalismo neoliberal submete os sujeitos não somente a terem a mercadoria (como o desejo de possuir uma robô), mas a serem uma mercadoria (incita a criar mais e melhores robôs), assim objetificam na modernidade de modo a naturalizar esse jugo, esse vínculo de submissão e obediência ao sistema capital.

A partir da discussão de De Lauretis (1987) que abarca o aparato cinematográfico como uma tecnologia de gênero, pode-se traçar um paralelo com a tecnologia dos humanoides como tecnologia de gênero em que não somente há construção da representação de gênero, mas, pela discursividade, observa-se como ela pode subjetivar, como é possível identificar, no caso dessas(es) robôs, com a estética criada, a beleza configurada, o corpo desenhado, as feições atribuídas, a voz acionada, a postura condicionada. Assim sendo, nota-se a reprodução de estereótipos na construção dessa tecnologia gênero, robô-ginoide, como um sistema físico, um objeto semiótico e simbólico, que se faz em um

dispositivo estrategista no simbólico e no político para a história do corpo feminino. Um dispositivo ou uma tecnologia de poder, na acepção foucaultiana, como técnica e/ou teoria que vai circular e fazer circular e perpetuar o quadro colonial-patriarcal-neoliberal na discursivização da realidade social, imprimindo uma consequência política em relação a gênero.

Desse modo, tais robôs advêm de uma ficção que se realiza e que, para além de científica, é política, como a história e a linguagem são, já que traduzem práticas sociais e culturais construídas e arraigadas nos sujeitos, nos corpos. Logo, deve-se atentar a uma ética, tanto a se pensar o artefato (na confecção e ação na funcionalidade dele), quanto para os sujeitos em “interação<sup>13</sup>” com a(o) robô; e não simplesmente pensar em estética, como simples beleza para universalizar padrões – tal o europeu – e promover estereótipos.

### **As robôs-ginoides em imagens como pontos de discursividade e objetificação**

As imagens das robôs-ginoides, e suas projeções, podem ser analisadas mediante a noção de “ponto de discursividade”, a partir de Hashiguti (2016, p. 190), tendo em vista a observação das imagens, os efeitos discursivos delas e repercussão das criações (o ver e dizer sobre). E, considerando que: “Toda análise discursiva da imagem é apenas um momento de discursivização da imagem e não a descoberta de um conteúdo ou essência de significação” (HASHIGUTI, 2016, p. 207). Isto vale para a imagem como também para as observações de dizeres e afetos e efeitos de que tratam. Aqui, o termo imagem se manifesta em triplo sentido: 1) imagens como reprodução do retrato (como a fotografia) de humanoides

---

<sup>13</sup> As aspas em “interação” simbolizam a concepção de que não se trata de uma interação entre humanos, mas uma relação entre humanos e máquinas ou uma interação entre corpos humanos (e/ou objetificados) e corpos objetos, apesar de detrás destas se encontrar humanos na programação e de estas máquinas serem antropomorfizadas e personificadas para se aproximarem *a e de* humanos.

construídas(os) e propagadas na mídia como meio que as(os) torna visível ou de conhecimento para muitas pessoas; 2) como imagem ou representação/realização de um ser humano artificialmente construído por ferramentas e, aqui, notadamente, personificado com gênero reconhecido enquanto feminino; 3) imagem como afeto e efeito, seja imaginário, criativo, sentimental ou outro.

A percepção de humanoides de feição reconhecida como feminina acende o debate acerca da objetificação feminina. Na mídia, já é possível encontrar abordagens que indicam que isso, realmente, torna-se um *ponto de discursividade*. O assunto sobre robôs realistas com imagens femininas aponta a objetificação da mulher em construções à imagem de mulheres. Primeiro, pois, pela elaboração técnica e estratégica a partir das características existentes em uma mulher como celebridades, tal pode ser notado com a criação da robô “Sophia” e “EveR-1” inspiradas em atrizes/modelo, como outras ginoides à imagem de celebridades, de pessoas que, por mais que possam parecer “públicas”, são únicas. Além de serem modos de objetificação dos corpos, também são mecanismos de subjetivar nesses “modelos”, ideais desejosos de outrem.

Segundo, pelo próprio fato de se produzir uma máquina com gênero conhecido como feminino, em um quadro binário, a partir, principalmente, da visão e manipulação masculina, de desenvolvedores e empresas dirigidas por homens, pois, como aduz Zuin (2018, n.p.)<sup>14</sup>, “a indústria da robótica é principalmente composta por homens”. Por conseguinte, aludindo, essas robôs podem ser percebidas, conforme De Lauretis (1987) indica, como tecnologia social de gênero concebida por homens, ou seja, além de serem seres humanos demandando essas construções sociais, ainda, são concepções da dominação patriarcal, masculina. Esse quadro traz à tona o imaginário construído e discursivizado na história da mulher “assistente”, da mulher de inteligência e capacidade inferior ao

---

<sup>14</sup> A esse respeito, disponível em: <https://medium.com/up-future-sight/para-hiroshi-ishiguro-criar-rob%C3%B4s-nos-ajuda-a-entender-melhor-a-n%C3%B3s-mesmos-af1f9b526350>. Acesso em: 4 jul. 2021.

homem, da mulher visualizada como “frágil”, “comandada”, “bela”, mais “fácil de lidar” e de ter aceitação.

Outrossim, essa discursividade abarca a questão da servilidade, do trabalho que também divide e categoriza homens e mulheres na colonialidade patriarcal de poder, quais papéis, que lugares nesse quadro podem ser ocupados pelas mulheres. Estas que são vistas na sociedade pelos séculos e discursivizadas como a do lar que cuida da família, a dona de casa, como a que ensina os filhos, ou trabalha como secretária de outro, ou seja, pelo discurso da servilidade, como uma “máquina” de servir. E daí a objetificação mais literal, a ginoide sexual para servir ao desejo dos criadores e do mercado dominado pelo poder-saber do masculino na colonialidade. Essa construção discursiva da relação trabalho-mulher na história tem se reproduzido com as robôs, como indica a reportagem de Lewis (2015, n.p., tradução nossa)<sup>15</sup> ao abarcar a visão de um cientista sugerindo que uma justificativa para a escolha da produção de robôs como ginoides possa ser porque “essas máquinas tendem a realizar tarefas que tradicionalmente são associadas às mulheres”, funcionando como “empregadas domésticas”, “assistentes pessoais”. A isto pode ser agregado, como convergência, o que Penny (2016, n.p., tradução nossa)<sup>16</sup> exprime acerca da projeção aumentada de IA (Inteligência Artificial) com gênero, notadamente, feminino:

À medida que avançamos para uma nova era de automação, a tecnologia que estamos criando diz muito sobre a forma como a sociedade entende as mulheres e o trabalho. [...] a noção de que as mulheres são menos humanas do que os homens tem sido usada desde a época de Aristóteles para justificar a privação de seus direitos básicos.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.livescience.com/49882-why-robots-female.html>. Acesso em: 5 jul. 2021.

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.newstatesman.com/politics/feminism/2016/04/why-do-we-give-robots-female-names-because-we-dont-want-consider-their>. Acesso em: 5 jul. 2021.

É o sobre-exceder patriarcal e uma forma de afirmar e realçar a inferiorização impelida e/ou inculcida na mulher. É o reflexo histórico com a tecnologia no “condicionamento” do corpo feminino – autômato, mecânico, como um utensílio a regular ou como certa distração. Isso afirma o propalar de discursos que significam o homem como o ser dotado de inteligência superior, a expressão de poder-saber, negando isto à mulher. Nessa ideologia colonial-patriarcal, a visão que se tem é de uma sociedade binária de posições-sociais desiguais, em que caberia ao homem, por exemplo, a posição de chefe, como um regime androcêntrico, e à mulher posições de subordinação ou sujeição ao homem.

Conforme Lira (2019) aponta em matéria online<sup>17</sup>, pela hipótese de estranheza de humanos em relação a humanoides, e a fim de obter empatia para aceitação destes, os humanoides surgem mediante a identificação de características com as humanas, que se podem associar com “beleza”, “desamparo”, “confiabilidade”, e, exemplificando, a introdução de “curvas suaves” seria uma dentre essas características relacionadas. Dessa forma, os desenvolvedores os projetam com tais traços, que são postos como mais “simpáticos”, e que se ligam, nesse quadro histórico, ao feminino, podendo justificar a produção maior de ginoides.

Logo, cabe explicitar que, em razão da predominância do discurso patriarcal, do machismo e da representação imaginária da mulher sempre na relação minorizada com o homem, o que se observa são justamente os traços que respondem à qualidade *ginoide*.

Analogamente, nessa discursividade, pode-se observar a matéria de Zuin (2018), que traz dizeres do desenvolvedor Ishiguro, indicando que as robôs com aparências de atrizes, de modelos, com funcionalidade para serem apresentadora de TV e, inclusive, com possibilidade de protagonizar filmes, como

---

<sup>17</sup> Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/01/o-deus-dos-robos.html>. Acesso em: 4 jul. 2021.

anúncios sobre a robô Erica<sup>18</sup>, poderiam substituir uma humana por ser corpo-máquina-ginoide bem desenhado, pela “aparência e performance infalíveis”. Isto, além de atribuir um ideal de “mulher perfeita” a uma criação artificial feminizada, põe em jogo tanto a ocupação de cargos assentados como, principalmente, de mulheres (pois, provavelmente, não são cargos de chefias ou considerados de ocupação particularmente por homens, visto que, se assim fossem, de certo não criariam robôs para se destituírem), quanto é um modo de reduzir, ainda mais, o lugar de escolha feminina no mercado de trabalho. Logo, se torna uma realidade e realização que pode ser socialmente fragmentária, e aí residiria a fragilidade, mas “frágil” em outra discursividade.

Observando esse cenário da tecnociência que pode perpetuar a lógica colonial, patriarcal e neoliberal vigente, é interessante analisar a visão de desenvolvedores de ginoídes, e, em reportagem, Zuin (2018, n.p.) comenta a fala e visão de Ishiguro sobre a demanda por humanoides de feições conhecidamente femininas:

O roboticista respondeu que, de fato, assim como a maioria das vozes robóticas são femininas, também os robôs realistas são majoritariamente femininos porque, como apontam as pesquisas, tanto adultos quanto crianças se sentem mais à vontade ao interagir com mulheres adultas do que com homens. Fora isso, é a partir da criação de uma máquina bela e agradável aos olhos que elas performarão o mesmo que seus símiles humanos já o fazem por conta de sua aparência, ou seja, seguindo a mesma lógica dos antigos manequins de loja.

Nessa linha segue a sociedade das bonecas “barbies”, de corpos idealizados a subjetivar crianças, as bonecas sexuais e os robôs ginoídes, como espelho circular de sistemas que operam, de forma contraditória, na regressão social e redução de sujeitos à dominação e

---

<sup>18</sup> Sobre isso ver matéria disponível em: <https://revistamonet.globo.com/Filmes/noticia/2020/06/robo-com-inteligencia-artificial-e-escalada-como-protagonista-de-filme-com-orcamento-de-mais-de-r-370-milhoes.html>. Acesso em: 4 jul. 2021.

permanência de normas como a heteronormatividade e os ideias do paradigma eurocêntrico. Como afirma Preciado (2014, p. 28):

A tecnologia social heteronormativa (esse conjunto de instituições tanto linguísticas como médicas ou domésticas que produzem constantemente corpos-homem e corpos-mulher) pode ser caracterizada como uma máquina de produção ontológica que funciona mediante a invocação performativa do sujeito como corpo sexuado.

Nessa direção, a tecnologia com essas robôs pode ser visualizada dentre as tecnologias sociais, como uma ferramenta disciplinar que pode funcionar na produção e reprodução do ser. E, tomando a questão do gênero e das construções discursivas de masculino e feminino e, efeitos, na vigência patriarcal heteronormativa e neoliberal, vale cogitar que:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante *performances* sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são constituídas, como parte da estratégia que oculta o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2016, p. 244).

Assim, ginoides funcionam na manutenção do código social, perdurando esse contrato de binarismo compulsório pela hegemonia masculina e lógica falocêntrica. A história, a ciência e a tecnologia avançam; no entanto, a política de poder social na discursividade é iterada e (re)estrutura e (re)modela a sociedade na sua trama, ou seja, o “avanço” é sob um construto engendrado. Mas, há o “fora”, cabe visualizar este.

### **Ginoides, uma via de performatividade de gênero**

A projeção de robôs-ginoides intenta, cada vez mais, atingir certa “semelhança” com a aparência, a feição e o comportamento

humano, o que para uns pode gerar “estranheza”, mas para outros pode ser uma forma de identificação. E, na “corrida” por aceitar e inserir esses artefatos na sociedade, os mesmos parecem ganhar mais “movimentos” e possibilidades de expressão, de transmitir sons – como na fala humana -, conferindo códigos de linguagem que agregam sua performance na performance e atos de desenvolvedores e indústrias, atravessados por performances e atos socio-histórico-econômicos.

Dessarte, trata-se de estilizar a tecnologia, pela e na estilização técnica e social, construindo e repetindo representações, performando a realidade social e subjetivando, objetivando e objetificando com a operação da performatividade atrelada à figuração. Isto, pois, por mais que seja um corpo artificial, sintético, que não seja um corpo histórico como o corpo de um sujeito, que não tenha um passado, e que pareça não suportar inscrição em sua superfície como se fosse um corpo de linguagem neutro, o mesmo recebe abstrações concretas pelos sujeitos agentes históricos, pelos programadores, pelos que interagem (e atribuem seus olhares), pela sociedade contextual que envolve. Conseqüentemente, esse corpo artificial é um ato concreto mediado por sujeitos históricos, estando, de qualquer forma, em meio ao poder e na mira dele. Logo, não há neutralidade.

Nessa vertente, não é neutra a escolha e projeção de robôs com gênero, reconhecidamente, feminino. E aqui, para além de ficção, como um ato asseverado pela tecnociência e seus efeitos discursivos, o gênero pode ser pensado como Butler (2018) esclarece a respeito desta construção social, como uma forma de ato para reprodução e reiteração dessa polarização masculino-feminino, pois:

[...] os vários atos de gênero criam a ideia de gênero; sem esses atos, não haveria gênero. O gênero, portanto, é uma construção que oculta regularmente a sua própria gênese. O consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade

concedida a sua própria produção. Os autores do gênero ficam encantados com suas próprias ficções; desse modo, a própria construção faz com que se acredite que ela é necessária e natural (BUTLER, 2018, p. 6).

Com efeito, em paralelo, a geração de humanoides feminizadas pode ser perfilada dentre as continuadas performances sociais que constroem o gênero.

Além disso, somos forçados a viver em um mundo no qual os gêneros constituem significantes unívocos, no qual o gênero é estabilizado, polarizado, diferenciado e intratável. Assim, o gênero é feito em conformidade com um modelo de verdade e falsidade que não só contradiz a sua própria fluidez performativa, mas serve a uma política social de regulação e controle do gênero (BUTLER, 2018, p. 13).

As ginoides são máquinas de grande performance e potência de performatividade em efeito. O grau de performance dessas robôs pode ser engenhoso, revolucionário ou, ainda, uma armadilha para a continuidade, naturalizada, de estereótipos de gêneros.

É preciso analisar para não se “pegar” uma cultura, automatizá-la e replicá-la. E não utilizar a tecnologia como transcrição de padrões e poderes dominantes e de dominação.

### **Considerações finais**

Se a robô-ginoide é uma criatura com fim de trazer companhia a alguém ou satisfazer um desejo, ou é a expressão latente do saber, a dotação de um conhecimento científico, é interessante não anular sua criação, mas exceder e analisar as consequências e processos subjetivos que pode implicar, especialmente, sob a ideologia e formações discursivas (PÊCHEUX; GADET, 1998) de sistemas como o patriarcado e o neoliberalismo. Importa, sim, pensar como as mulheres, jovens e adultas estão se subjetivando ao ver a respeito dessas ginoides. Qual olhar imprimem e como são afetadas por essas construções. Se as consideram uma ameaça ao seu lugar, à sua

posição, ou se se identificam pela aparência e/ou comportamento esculpido, ou se as veem como uma projeção objetificada que os homens fazem das mulheres e as repelem, o que poderia soar, para uns, como uma reprodução do que se diz sobre a dominação heterossexual patriarcal. Ademais, valeria questionar outras visões, e não somente a feminina, a esse respeito, afinal esse estudo segue o viés da perspectiva de decolonialidade de gênero. Esses são pontos como ação-política a indagar e refletir, e pesar sobre que sociedade se vivencia e se deseja. São questões que dão luz a um traçado histórico e social.

Portanto, as imagens das robôs-ginoides, como expressão de “tecnologias de gênero” (DE LAURETIS, 1987, tradução nossa), de “ponto de discursividade” (HASHIGUTI, 2016) e de performatividade de gênero (BUTLER, 2016, 2018), bem como de corpo e língua, coadunam em tecnologias, pontos e performatividades de subjetivação e objetivação, e, ainda, objetificação, pois subjetivam, principalmente, na esteira desse estrato histórico em que operam a colonialidade de poder, o patriarcado e o neoliberalismo. Podendo, assim, deslizar para tecnologia, ponto e performatividade de servilidade. Afinal, com estes sistemas de agenciamentos, a ciência robótica ou a tecnociência parece se colar a tais formações ideológicas e configurar-se como veículo político-ideológico, enquanto produto reproduzidor desses discursos e agenciamentos, capturas, dominação. E tais humanoides, desse modo, são objetos que reiteram pela performance e performatividade de gênero a objetificação do corpo feminino em historicidade.

Enfim, é importante refletir e intervir nessa realidade social segregada, nos agentes discursivos que constroem, reiteram e naturalizam as opressões a favor da dominação estrutural reinante. E, atentar para a projeção inteligente de humanoides, mediante um pensamento na perspectiva da decolonialidade do poder e do ser, isto é, para a criação e inovação não a serviço do capital neoliberal ou de outros sistemas de opressão, mas o criar e o fazer em virtude de uma ontologia pela ética, para a liberdade e para a equidade.

## Referências

- ASIMOV, Isaac. *Eu, robô*. Tradução de Aline Storto Pereira. São Paulo: Aleph, 2014.
- BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de Leituras n.78*. Edições Chão da Feira, 2018. Disponível em: <[https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno\\_de\\_leituras\\_n.78-final.pdf](https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf)>. Acesso em 04 jun. 2021.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE LAURETIS, T. *Technologies of gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1987.
- HASHIGUTI, S. T. Selfies e processos de produção de sentidos na formação discursiva digital. In: HASHIGUTI, S. T.; TAGATA, W. M. (Orgs.). *Corpos, Imagens e Discursos Híbridos*. Campinas: Pontes Editores, 2016, p. 189-211.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- LEWIS, T. Rise of the Fembots: Why Artificial Intelligence Is Often Female. *Live Science*. February, 20, 2015. Disponível em: <<https://www.livescience.com/49882-why-robots-female.html>>. Acesso em 05 jul. 2021.
- LIRA, A. O deus dos robôs. *Época Negócios*. 04 jan. 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/01/o-deus-dos-robos.html>>. Acesso em 04 jul. 2021.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *RBCS*. v. 32, n. 94, 2017. p. 1-18.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo? Tradução de Eni Orlandi. In: *Escritos*, n.3, Laberubr/Nudecri, 1998. Disponível em: <<https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos3.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2021.

PENNY, L. Why do we give robots female names? Because we don't want to consider their feelings. *NewStatesman*. 22 April 2016. Disponível em: <<https://www.newstatesman.com/politics/feminism/2016/04/why-do-we-give-robots-female-names-because-we-dont-want-consider-their>>. Acesso em 05 jul. 2021.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual. Práticas subversivas de identidade sexual*. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgar (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf). Acesso em 23 jul. 2021

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009, p. 73- 117.

SEIFFERT, A. S. Os robôs de Asimov e o futuro da humanidade. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 24, jan./jun., 2018, p. 374-393.

ZUIN, L. Para Hiroshi Ishiguro, criar robôs nos ajuda a entender melhor a nós mesmos. UP Future Sight. 18 mar. 2018. Disponível em: <<https://medium.com/up-future-sight/para-hiroshi-ishiguro-criar-rob%C3%B4s-nos-ajuda-a-entender-melhor-a-n%C3%B3s-mesmos-af1f9b526350>>. Acesso em 04 jul. 2021.



## O MACHISMO NO DISCURSO POLÍTICO: A REPRESENTAÇÃO COLONIAL DO CORPO FEMININO

Lucélia Cristina Brant Mariz Sá (UFU)

João Vítor Sampaio de Moura (UFU)

Anna Luiza Reis Leal (UFU)

**Resumo:** Este artigo visa analisar as sequências discursivas presentes no vídeo de 1:28min. postado no Youtube em 09 de março de 2020, que traz como enunciado “Bolsonaro é machista!”. A análise reflete sobre o corpo e imagem e os processos de produção de sentidos envolvendo materialidades diversas. Traz um condensado de sete sequências discursivas ocorridas num período que compreende 2003 a 2020, que abordam questões relacionadas a generificação do corpo feminino. O discurso apresentado nas cenas do vídeo remete ao corpo desvalorizado e categorizado, dando ênfase ao exercício de poder sobre os corpos e mantendo a ferida colonial patriarcal, numa deslegitimação do corpo feminino. Traz a fala representativa, numa narrativa com uma potência de possibilidades de interpretação, inclusive de remeter a uma continuidade das relações coloniais, imbricado na dominação e superioridade. Como arcabouço teórico nos ancoramos em Borba (2014), Federic (2017), Kilomba (2019), Pêcheux & Gadet. (1998), Mignolo (2008), Paiva (1997), Rajagopalan (2003, 2007) e Wittig (1980). Os autores nos auxiliarão na apresentação de um breve processo interpretativo dentro dos conceitos escolhidos para argumentação, sem que haja qualquer pretensão que vincule o trabalho a uma única verdade dos fatos.

**Palavras-Chave:** Machista. Corpo feminino. Relações Coloniais.

### Introdução

Em decorrência do avanço tecnológico nos últimos anos, o comportamento humano tem sido registrado com grande constância

e amplitude, em diferentes locais. Seja por meio de fotografias ou vídeos, com ampla divulgação nas mídias diversas, especialmente em redes sociais e canais de comunicação. A quantidade de material disponível, sua complexidade e a possibilidade de ser revisto quantas vezes forem necessárias, faz com que eles se tornem uma opção sugestiva para as metodologias investigativas.

Para tanto, esta pesquisa se apresenta numa abordagem qualitativa interpretativa, por meio da análise do vídeo postado em um canal do Youtube<sup>1</sup>, em 9 de março de 2020, que trouxe como enunciado “Bolsonaro é Machista!”. Na perspectiva da análise de vídeo em pesquisa qualitativa Sousa et al. discutem:

O recurso à utilização de vídeos em pesquisa qualitativa tem apresentado nos últimos anos uma adesão exponencial pela comunidade científica, fruto da possibilidade de análise multidimensional do fenômeno. (...) O vídeo eleva a fasquia na investigação qualitativa, desafiando a análise verbal, não-verbal e ao próprio meio ambiental, possibilitando a visão de ângulos distintos relativamente a um fenômeno (SOUSA *et al.*, 2019, p. 972)

O uso do recurso de vídeos tem possibilitado a ampliação de investigações nas diversas áreas, com fontes inesgotáveis de registros para análise. A inserção de vídeos em análises discursivas mostra que os *corpora* de análise não são apenas verbais, já que existem diferentes práticas languageiras e gêneros textuais, o que tem ampliado as pesquisas na área. A abordagem da pesquisa se pauta em uma vertente dos trabalhos de análise do discurso francesa que compreende a língua em relação com a ideologia (COURTINE, 2016).

A análise aqui exposta busca refletir sob o arcabouço teórico de Borba (2014), Federici (2017), Kilomba (2019), M. Pêcheux & F. Gadet. (1998), Mignolo (2008), Paiva (1997), Rajagopalan (2003, 2007) e Wittig (1980), pensando os processos responsáveis pela

---

<sup>1</sup>Vídeo postado no canal de Edegar Pretto em 09 de março de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lbNmviymwDI&t=17s>. Acesso em: 30 Jun. 2021.

generificação dos corpos femininos, sob a perspectiva do patriarcado construído e mantido ao longo dos anos. Na análise, retomamos as condições de circulação do vídeo e informações circunstanciadas sobre os contextos em que ocorreram os enunciados e refletimos sobre os processos de produção de sentidos para o corpo enfatizando os dizeres que se dirigem a ele.

Teoricamente, refletimos sobre a sexualidade feminina investida em diferentes significados, estudamos as relações de classe, exploração e dominação, bem como, o reconhecimento e valorização do trabalho feminino. Ressaltamos a ascensão do capitalismo pela exploração do corpo da mulher, a desobediência epistêmica que potencializa as vozes femininas, e ainda, a sororidade que une as mulheres e fenda os padrões pré estabelecidos pela matriz colonial de poder.

### **O corpus da pesquisa: a expressão do machismo**

Neste estudo, para nossa análise, nos baseamos nas teorizações de Pêcheux e Gadet (1998) e Courtine (2016) sobre linguagem e materialidade discursiva. Para Courtine, “a materialidade discursiva consiste em uma relação determinada entre a língua e a ideologia” (2016, p. 14). Esses autores estabelecem que a língua funciona ideologicamente e suas formas estão investidas nesse funcionamento, isto é, as manifestações da língua se articulam com os processos ideológicos.

Segundo Pêcheux e Gadet (1998), a linguagem na vertente do discurso deve ser estudada a partir de uma visão materialista, que implica sair do dualismo que orienta as demais teorias linguísticas, quais sejam, o logicismo/formalismo e o sociologismo. Estas duas orientações surgem, segundo os autores, das controvérsias entre a posição naturalista da linguagem, vista como uma atividade natural que refletia a harmonia entre homem e natureza e os adeptos do convencionalismo, que acreditavam que a língua formava um sistema de códigos e era o produto de uma regularidade proporcional. O logicismo estaria assim ligado ao formalismo e o

sociologismo ao historicismo, sendo que o primeiro enuncia leis e constrói uma teoria gramatical e o segundo efetua uma descrição, fazendo um estudo empirista dos dados (PÊCHEUX; GADET, 1998). Tendo isso em vista, as análises advindas de tais vertentes seriam insuficientes para explicar a relação linguagem e realidade. No lugar disso, os autores propõem que:

Não se trata, no entanto, de ressuscitar uma “linguística proletária” que identificaria pura e simplesmente o plano da língua e o da ideologia. As noções de discurso e de formação discursiva desempenham para nós esse papel de desobjetivação da teoria da linguagem, ainda que de forma embrionária. Essas noções nos ajudam, no estado atual das coisas, a pensar a relação de intrincação entre língua e formações ideológicas, através da qual práticas linguísticas tendencialmente antagonistas vem se desenvolver sobre uma mesma base linguística. (PÊCHEUX; GADET, 1998, p.9)

A análise do discurso direciona a linguagem para outros caminhos de reflexão, como por exemplo, ao momento histórico em que os discursos se formaram, ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de considerar e analisar o sujeito e a relação entre língua e ideologia.

Nesse sentido, o discurso apresentado pelo Sr. Jair Bolsonaro, no *corpus* dessa pesquisa é visto em sua descontinuidade, contextualizando cada momento ocorrido, traçando uma breve linha histórica, a fim de observar o lugar do acontecimento, a regularidade dos fatos e a materialidade da ideologia sustentada na narrativa. Passemos então, ao material de análise.

O vídeo intitulado “Bolsonaro é Machista”, de duração de 1:28 min, foi postado na plataforma do YouTube em 9 de março de 2020, no canal de Edegar Pretto, e traz como enunciado “Bolsonaro é Machista!”<sup>2</sup>. O referido canal apresentava, até o dia 21 de agosto de 2021, 1,37 mil inscritos. Nesse mesmo período, o vídeo apresentava

---

<sup>2</sup>Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lbNmviymwDI&t=17s>. Acesso em 30 Jun. 2021.

9,6 mil visualizações, 308 marcações como “gostei”, 106 marcações como “não gostei” e 553 comentários com opiniões diversas sobre o assunto abordado. Acerca das condições de circulação de seu meio de divulgação original, cabe mencionar que o canal do YouTube contabiliza as visualizações dos vídeos assim que ele é aberto por um visitante, independente do tempo de acesso. No que se refere às marcações “gostei” e “não gostei”:

Marcar um vídeo com "Gostei" é uma maneira rápida de dizer ao criador de conteúdo que você curte o trabalho dele. Se você estiver conectado quando fizer isso, o vídeo será adicionado à *playlist* de vídeos marcados com "Gostei". Marque o vídeo com "Não gostei" para mostrar que não curtiu o conteúdo. (MARCAR, 2020).

As reações das pessoas que visualizam o vídeo e marcam “gostei” e “não gostei” confirmam a teoria que a língua não é um sistema abstrato, considerando a produção de sentidos que ela provoca entre os sujeitos na materialização das ideologias (COURTINE, 2016).

Quanto à dimensão estética, o vídeo pesquisado traz um condensado de sete sequências enunciativas ocorridas entre 2003 a 2020 e em que o Presidente da República do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, enuncia dizeres que, discursivamente, têm relação com questões relacionadas à generificação e objetificação do corpo da mulher.

O Presidente eleito nas eleições presidenciais de 2018 vem de uma longa carreira política. Formado na Academia Militar das Agulhas Negras em 1977, e atualmente capitão reformado, foi eleito, em 1988, vereador do Rio de Janeiro. Depois, tornou-se deputado federal, tendo exercido sete mandatos, no período de 1991 a 2018. Durante sua atuação política, ficou conhecido pela personalidade polêmica, pelo incitamento ao ódio e ideais políticos de extrema-direita.

Os dizeres enfocados no vídeo são ora retomados e referidos, para fins de análise, como sequências discursivas (SDs). Segundo Courtine (2016), SDs são procedimentos sintáticos que, por meio da

linguagem de descrição e da técnica de manipulação, possibilitam a análise linguística e análise histórica ideológica do discurso. As SDs extraídas se referem às falas emitidas somente por Jair Messias Bolsonaro e legendadas pelo responsável pela edição do vídeo e pelo canal de divulgação. Elas são expressas nas seguintes formulações linguísticas e ordem de aparição no vídeo:

**Quadro 1:** Lista de seqüências discursivas extraídas do vídeo “Bolsonaro é machista.”

<b>Ordem</b>	<b>Minuto</b>	<b>Seqüência discursiva</b>
1.	0:03	“Jamais eu ia estuprar você, porque você não merece. Vagabunda. Chora, agora. Chora, agora. Chora.”
2.	0:08	“Mas você é uma idiota! Você é uma analfabeta! Você tá censurada! Você é bonita, você é bonita, por sinal... Mas você é uma idiota! Você é uma ignorante! Eu fui até elegante contigo. Eu tô cagando pra você! Cagando e andando pra você! Tô me lixando pra você! Ah, vai embora daqui, vai, vai... Você quer aparecer! Aprenda a fazer jornalismo! Tu é uma analfabeta!”
3.	0:36	“Muito simpática, se eu fosse cadete, na Academia Militar dos Agulhas Negras, e te encontrasse na rua, ia te assobiar pra você, tá ok? Muito bonita.”
4.	0:45	“O quinto eu dei uma fraquejada, né! Foram 4 homens, a quinta eu dei uma fraquejada e veio uma mulher.”
5.	0:53	“Como eu tava solteiro naquela época, esse dinheiro do auxílio-moradia eu usava pra comer gente! Tá satisfeita agora, ou não?! Você tá satisfeita agora? Você tá satisfeita? Não! Porque essa é a resposta que você merece! É a resposta que você merece!”
6.	1:10	“Eu não empregaria com o mesmo salário. Ah, mas tem muita mulher que é competente!”
7.	1:19	“Ela queria um furo! Ela queria dar um furo! Tá?!”

Fonte: Elaborado pelos autores

Realizando um estudo sobre as condições de enunciação das SDs, foi possível reaccessar as situações em que ocorreram. A SD1 ocorreu em 11 de novembro de 2003, no contexto de uma discussão entre o Sr. Jair Bolsonaro, que no período do ocorrido era deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, e a Sra. Maria do Rosário Nunes, também deputada federal pelo estado do Rio Grande do Sul à época. A discussão ocorreu nos corredores da Câmara de Deputados e foi filmada por repórteres que estavam no local. Cabe destacar que o mesmo tom de insulto a essa deputada foi registrado por câmeras ao se repetir em 2014, dessa vez, em plenário, em um momento de debate ideológico entre parlamentares.

Nessa SD, destaca-se a objetificação do corpo da mulher ao relacioná-lo como objeto de estupro, este, discursivamente objetivado, por sua vez, como prática que seria natural ao então deputado, o que se enuncia em “**Jamais** eu ia estuprar você”, em que o termo grifado aponta para o fato de que outros corpos poderiam ser (ter sido) estuprados. Além disso, o estupro é elevado à condição de um elogio, como se validando o corpo da mulher como corpo de e para o desejo masculino, já que o deputado enuncia que “Jamais eu ia estuprar você, **porque você não merece.**”

Já a SD2 ocorreu em 01 de abril de 2014 e envolveu a jornalista Manuela Borges, da Rede TV e como reação à pergunta da referida jornalista sobre o golpe militar de 1964. A discussão ocorreu na saída do Congresso Nacional, no final da plenária que discutia justamente os 50 anos do golpe militar no Brasil. Na ocasião, a repórter demonstrou firmeza e rebateu o discurso em questão. Apesar de a abertura de um processo judicial por agressão ser uma possibilidade, a jornalista não o fez, à época, por não ter tido apoio da Rede TV, seu empregador.

Nessa SD, além do tom de voz alta do então deputado, de cortar a fala da jornalista e das expressões de baixo calão (“Eu tô cagando pra você! Cagando e andando pra você!”), a jornalista é atacada com xingamentos que visam a desqualificá-la intelectualmente, a partir de sua objetivação com os adjetivos “idiota”, “analfabeta”, “ignorante” em “Você é uma **idiota**. Você é uma **analfabeta!** [...] Tu

é uma **analfabeta!** [...] Mas você é uma **idiota!** Você é uma **ignorante!**", e em sua profissão: "Aprenda a fazer jornalismo" [...] Você quer aparecer!". Além disso, a SD busca calar a jornalista ("Você tá censurada!) e, ao mesmo tempo, enfatiza novamente a objetificação do corpo da mulher apenas por aspectos estéticos: "Você é **bonita**, você é **bonita**, por sinal." O excesso de adjetivos dessa SD faz visível uma estratégia discursiva de objetificação.

Na SD3, o vídeo analisado traz um evento ocorrido em 11 de outubro de 2016, nessa data, em entrevista à então atriz de Hollywood Ellen Page (hoje, Elliot Page), ativista LGBTI<sup>3</sup>. O Sr. Jair Bolsonaro foi convidado para esclarecer algumas declarações homofóbicas presentes em discursos anteriores. Na ocasião, escutou do candidato à presidência: "Muito simpática, se eu fosse cadete, na Academia Militar dos Agulhas Negras, e te encontrasse na rua, **ia te assobiar pra você, tá ok?** Muito bonita".

A partir da fala do candidato interpretamos a expressão facial de Ellen Page como uma indignação e possível repulsa às palavras ouvidas no decorrer da entrevista, haja vista seu semblante sério com olhar fixo, enquanto o político se expressava com fala, sorrisos, gesticulação das mãos e rosto. A resposta dada pelo político não apenas sustenta a homofobia, como objetifica o corpo da mulher como produto para o desejo masculino, ao sugerir que, por ser bonita, ele poderia assobiar pra ela.

A SD4 aconteceu em 03 de abril de 2017, na cidade do Rio de Janeiro, em uma palestra proferida na sede do Clube Hebraica, onde o político enuncia sobre sua família: "O quinto eu dei uma fraquejada, né! Foram 4 homens, a quinta eu dei uma **fraquejada** e veio uma mulher". Nela, o discurso colonial envolveu sua filha, a mais nova dos cinco filhos que o presidente tem e a única do sexo feminino, referindo-se a ela como "uma fraquejada", ou seja, algo que perdeu o vigor, a força, por ser mulher. O discurso que

---

<sup>3</sup>Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Intersexuais, Assexuais, dentre outras identificações.

desqualifica a mulher (sua filha) foi proferido sob risos de grande parte das pessoas que assistiam.

Em continuidade, a SD5 traz um momento ocorrido em 11 de janeiro de 2018, em entrevista a repórter do Jornal Folha de São Paulo, na porta da casa do, na época, deputado federal, em Angra dos Reis/RJ. Naquela época o deputado já havia sido apresentado como pré-candidato à presidência da República e defendia o uso do auxílio-moradia. Ao ser questionado sobre o que fazia com o valor referente ao auxílio moradia pago aos parlamentares, uma vez que era proprietário de imóvel em Brasília/DF, o político respondeu: “Como eu tava solteiro naquela época, esse dinheiro do auxílio moradia eu usava pra **comer gente!**”. A expressão “comer gente” verbalizada pelo deputado sugere o ato sexual entre ele e mulheres, haja vista se tratar de um homem que se autodeclara heterossexual. Assim, seu discurso objetiva o corpo feminino, remetendo a superioridade de quem usa o alimento (no caso, a mulher) para saciar suas necessidades individuais.

Não obstante, a profissional é desqualificada e intimidada nas enunciações “Você tá satisfeita? Não! Porque essa é **a resposta que você merece!**”. Assim, busca cortar a fala da repórter e calá-la, sugerindo que ela foi quem motivou a resposta desrespeitosa dada anteriormente pelo político.

A SD6 aconteceu em 15 de fevereiro de 2016, num momento de entrevista à apresentadora Luciana Gimenez, no Programa SuperPop, da Rede TV. Ao ser questionado sobre uma possível entrevista que deu ao Jornal Zero Hora de Porto Alegre, em 2014, em que supostamente havia dito que as mulheres deveriam ser remuneradas com menores salários que os homens porque engravidam, o político respondeu ao público que “[...] **não empregaria com o mesmo salário!**”. Nessa SD o político enuncia um discurso patriarcal de inferioridade da mulher em relação aos homens e, por isso, segundo ele, devem ser tratadas em desvantagem, como por exemplo, recebendo menores salários.

Na sequência proferiu que “[...] **tem muita mulher que é competente!**”. Após suas colocações a apresentadora pressionou os

olhos, os direcionou para a plateia e repetiu a fala do político “tem muita mulher que é competente?” com uma entonação diferente, remetendo a uma pergunta, que no nosso entendimento, demonstrou discordância e indignação. Uma convidada do programa complementou com a expressão “nossa!”, que a nosso ver, sugere estar contrária à fala do político. A expressão sugere uma superioridade masculina nas relações de trabalho e desqualifica a competência profissional da mulher. As manifestações que remetem ao preconceito e ao machismo não se evidenciam apenas no discurso do político, mas em suas atitudes, como podemos observar nas SDs 1, 2, 3 e 5, em que ele dialoga com mulheres no exercício de suas atividades laborais.

As falas sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres proferidas em 2016, na entrevista ao Programa SuperPop, voltaram à tona no dia 28 de agosto de 2018, em entrevista do, então, candidato à presidência da República, no Jornal Nacional, da Rede Globo. Nessa ocasião, ele travou um embate com a apresentadora Renata Vasconcelos, alegando que o seu salário seria menor que o do seu colega de trabalho, William Bonner. O candidato comparou o salário de ambos os jornalistas para reafirmar o seu ponto de vista e, supostamente, justificá-lo, sugerindo-o como uma prática comum na sociedade.

A última SD apresentada ocorreu em 18 de fevereiro de 2020, período em que já ocupava o cargo de Presidente da República. O vídeo foi gravado durante uma coletiva de imprensa que tecia comentários sobre a jornalista da Folha de São Paulo, Patrícia Campos Mello. A jornalista havia sofrido uma acusação na CPI das *Fake News*<sup>4</sup>, no Congresso Nacional, a qual não se comprovou. Em 2018, a jornalista havia publicado uma reportagem sobre o esquema irregular de notícias falsas em redes sociais, que possivelmente teria beneficiado o então candidato à presidência, durante a CPI foi acusada de ter se insinuado sexualmente para obter informações.

---

<sup>4</sup>Notícias falsas. São informações noticiadas que não representam a realidade.

Nessa SD o presidente enuncia que a jornalista “[...] **queria um furo!**”, ironicamente, realizando um trocadilho entre uma expressão utilizada no jornalismo<sup>5</sup> e o ato sexual. A fala do presidente foi seguida de risos entre as pessoas que compunham a cena. A sexualização do corpo feminino está constantemente presente nas narrativas do presidente, independente do contexto em que esteja, seja para elogiar, criticar, humilhar ou calar. Seus dizeres enunciam a generificação e objetificação do corpo da mulher, fundamentadas na reprodução da matriz heterossexual.

É importante ressaltar que essa análise busca refletir sobre o corpo e imagem, processos de produção de sentidos envolvendo materialidades diversas, como elas se imbricam com a língua e como nos permitem refletir questões relacionadas ao corpo e a própria materialidade. Não temos pretensão de trabalhar com análise de conteúdos como verdades absolutas, mas como circulação de sentidos e com questões discursivas.

### **Discussão: O corpo feminino e a ferida colonial patriarcal**

Ampliando a análise para a dimensão político-social, observamos que algumas falas do presidente, constante no *corpus* analisado, remetem à sexualidade feminina, investida em diferentes significados. Sobre isso, Federici entende se tratar de “meios pelos quais uma casta patriarcal tentou quebrar o poder das mulheres e de sua atração erótica” (2017, p. 80), fazendo da sexualidade um objeto de vergonha e vulgarização, a fim de intimidar o corpo feminino. É a língua usada para deslegitimar o poder da mulher.

No intuito de estudar as relações de classe, exploração e dominação, o trabalho da autora sustenta o reconhecimento e valorização do trabalho feminino, refletindo sobre o poder social

---

<sup>5</sup>No jornalismo, a palavra “furo” é um jargão para identificar uma informação repassada com exclusividade.

das atividades exercidas pelos homens e os mecanismos de exclusão inseridos nos processos, a saber:

Para além das diferenças ideológicas, chegaram à conclusão de que a categorização hierárquica das faculdades humanas e a identificação das mulheres com uma concepção degradada da realidade corporal foi historicamente instrumental para a consolidação do poder patriarcal e para a exploração masculina do trabalho feminino. Desse modo, a análise da sexualidade, da procriação e da maternidade foi colocada no centro da teoria feminista e da história das mulheres. (FEDERICI, 2017, p. 29-30)

Ressaltamos as ponderações de Federici ao identificar no marco da colonialidade do gênero, um processo de exploração do trabalho feminino, embutido de estereótipos que se escondem à luz da divindade da maternidade, criando contínuas hierarquizações.

Mignolo (2008) corrobora ao dizer que o capitalismo colonial consiste na exploração maciça do trabalho para acúmulo de riquezas. Federici (2017) fala do corpo feminino funcionando no mercado capitalista. Para ela, as mulheres que resistem e tentam tomar controle dos seus corpos, são mulheres que são subjugadas. Para a autora, o fortalecimento do capitalismo favoreceu a manutenção da exploração feminina em todas suas fases, o que demonstra que “a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época” (FEDERICI, 2017, p. 25).

As cenas apresentadas no *corpus* investigado são passíveis dessa interpretação, os perfis das mulheres que aparecem no vídeo são mulheres jornalistas, apresentadoras de TV, repórteres, mulheres inseridas na política, enfim, mulheres saindo da invisibilidade. Mignolo (2008) denomina tal situação de desobediência epistêmica, como sendo mulheres que rejeitam serem ditas por outros e caminham na luta histórica do direito delas, contra o patriarcado. Assim, Mignolo discorre:

Sem tomar essa medida e iniciar esse movimento, não será possível o desencadeamento epistêmico e, portanto, permaneceremos no domínio da oposição interna aos conceitos modernos e eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. (MIGNOLO, 2008, p. 288)

A desobediência epistêmica potencializa a disseminação das vozes femininas e abre caminhos para um futuro além do acúmulo de capital, o que pode contribuir para a saída da invisibilidade, e a problematização da divisão sexual do trabalho, fazendo com que a iniquidade e desrespeito com o corpo feminino não passem despercebidos no cotidiano das mulheres.

Outro ponto explorado nas cenas do vídeo, especialmente na primeira, terceira, quinta e sétima SD, é a sexualização do corpo feminino. Nas SDs o político naturaliza o estupro e o assédio e os eleva à condição de elogio à mulher, bem como trata o ato sexual com expressões e trocadilhos grosseiros que ferem o pudor e incitam a pornografia com o corpo feminino. Sobre isso, Wittig (1980) diz que a pornografia é uma forma de opressão material do indivíduo, “constituem um discurso, e este discurso cobre o nosso mundo com os seus signos, tem um significado: as mulheres são dominadas” (p. 3), é um discurso voltado para a opressão que ocupa lugar próximo da realidade social. Wittig ainda estabelece:

Ordena-nos que nos mantenhamos na linha e mantém na linha aquelas que teriam tendência a esquecer quem são; esse discurso chama o medo. Estes peritos em semiótica a que nos referimos previamente censuram-nos por confundirmos os discursos com a realidade, quando nos manifestamos contra a pornografia. Não vêem que este discurso é a realidade para nós, uma das facetas da realidade da nossa opressão. Acreditam que estamos enganadas no nosso nível de análise. Escolhi a pornografia como exemplo porque o seu discurso é o mais sintomático e o mais demonstrativo da violência que nos é feita através de discursos, assim como na sociedade em geral. (WITTIG, 1980, p. 3)

Para a autora, a pornografia é a maior demonstração da violência que é feita à mulher pelo discurso, e o pensamento baseado na primazia da diferença é o pensamento da dominação.

As respostas do presidente e a reação das mulheres, especialmente na sexta SD apresentada no vídeo, que no nosso entendimento, demonstram discordância e indignação à fala do político, nos recorda a sororidade exposta por Kilomba, “o termo fala de uma universalidade entre mulheres. Elas conceituam mulheres como um grupo coletivo, genderizado e oprimido em uma sociedade patriarcal” (KILOMBA, 2019, p. 67). Sororidade “supõe a crença em uma conexão familiar entre todas as mulheres do mundo – as irmãs” (p. 67), diz respeito a um comportamento de mulheres não julgarem outras mulheres, um desejo por uma cumplicidade feminina dentro de um mundo dominado por homens. A sororidade é um movimento importante, pois é preciso desconstruir a rivalidade que foi colocada para as mulheres e, no lugar disso, pautar um sentimento de união, a fim de quebrar estereótipos que a matriz colonial de poder trazer.

Kilomba (2019) esclarece que os discursos colonial e patriarcal permanecem ancorados na língua portuguesa, o que ela entende como extremamente problemático. Sobre isso, Paiva (1997) fala sobre o processo de exclusão, ao qual as mulheres foram submetidas ao longo da história, acrescenta ainda, que a dominação masculina é peculiar ao patriarcado, tendo papel preponderante nas relações desiguais entre homens e mulheres.

As argumentações acerca do patriarcado, que dissemina o discurso colonial, consideram o entrosamento dos paradoxos sociais de sexualidade, gênero, raça, classe e os impactos dessas indagações na vida das pessoas. Sendo assim, para se posicionar de maneira contrária à representação do corpo feminino num discurso colonial, é necessário entender a estruturação de teorias fundamentadas em identidades que foram afetadas por discursos soberanos naturalizados.

## Considerações finais

Acompanhando as mídias, em geral, é possível verificar que as falas do político Jair Bolsonaro sobre o gênero feminino não findam no condensado de SDs apresentadas no vídeo analisado, no entanto, as abordagens aqui mencionadas nos permitem compreender uma construção discursiva do corpo feminino frente a ferida patriarcal.

Na tentativa de teorizar o material de estudo, vemos que a interrogação crítica proposta por Rajagopalan (2003) de que as certezas não são universais, se torna indispensável nesse contexto. Desse modo, o autor nos sugere compreender a abordagem crítica nos estudos de linguagem como:

[...] uma postura reflexiva e indagadora em relação aos fenômenos da vida. Quando me refiro a uma linguística crítica, quero, antes de mais nada, me referir a uma linguística voltada para questões práticas. Não é a simples aplicação da teoria para fins práticos, mas pensar a própria teoria de forma diferente, nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem que ter alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para a sociedade de modo geral. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 12)

Com o estudo da linguística crítica como ciência, Rajagopalan traz à tona a relevância da linguagem como prática social. Complementando, Rodrigo Borba dispõe que é pela linguagem que nos dizemos, nos colocamos, nos constituímos e dizemos, colocamos e constituímos o outro, e que a linguagem “constitui um dos elementos-chave para o reconhecimento social e cultural” (BORBA, 2014, p. 467). Então, é neste sentido que é necessário aprofundar nas dimensões como condições de produção do discurso e aspectos formais de análise, refinando os conceitos sobre imagem, discurso e linguagem.

Sobre isso, Rajagopalan estabelece que o trabalho com a linguagem possibilita a intervenção na realidade social. Segundo ele, “é na própria linguagem que devemos buscar as respostas para

uma boa parte dos enigmas em torno da conduta humana” (2007, p. 18). Tendo em vista que é por meio da linguagem que comunicamos nossos pensamentos, ideias e sentimentos, apresentando ao outro a nossa visão de mundo. Contudo, a linguagem reflete o contexto em que vivemos e as ideologias construídas ao longo das gerações.

Por meio de uma análise discursiva que faz visível o discurso machista em funcionamento, essa pesquisa ampliou os indicativos da invisibilidade da violência do corpo feminino imbricado no discurso do presidente da república. A análise traz uma contribuição importante para a temática, tornando dizível e visível as várias formas de violência de gênero.

Vozes de pessoas públicas, divulgadas em redes nacionais de comunicação, tomam grandes repercussões e são muito representativas, trazem uma narrativa com uma potência de possibilidades de interpretação. Podem, inclusive, remeter a uma continuidade das relações coloniais, trazendo uma visão colonial de corpo pautada em discursos hegemônicos, imbricados na dominação e superioridade.

As cenas apresentadas no vídeo podem proporcionar aos espectadores sentimentos diversos, tendo em vista o teor das palavras ditas pelo presidente. Foram contínuas e intensas, algumas delas, caracterizadas como agressões verbais. Atitudes que visam reproduzir costumes coloniais, podem manter a violência encoberta, como também levar a uma perpetuação deste fenômeno, remetendo a um discurso do corpo feminino desvalorizado e categorizado, numa deslegitimação do potencial da mulher.

Enfim, essa é uma análise ampla e flexível, com possibilidades de aprofundamento de outros conceitos. É importante ressaltar que não existe uma verdade única, nem um único método de análise, esse trabalho apenas apresenta um breve processo interpretativo dentro dos conceitos analisados na disciplina “Tópicos em Linguística Aplicada: Corpo e Imagem”, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da Universidade Estadual de Uberlândia (UFU).

Se almejamos uma sociedade livre de violência, é fulcral o reconhecimento da responsabilidade diante de atos de impetuosidade que incitam a violência e descaracterizam a força das mulheres.

## Referências

- BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 43, dez, 2014, p. 441-474. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645172>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- BRASIL, Presidência da República do. *Biografia do Presidente da República*. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>. Acesso em: 9 set. 2021.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em análise do discurso. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/118380>. Acesso em: 20 ago. 2022.
- FEDERICI, Sílvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.
- MARCAR um vídeo com “Gostei” ou “Não gostei” - Computador - *Ajuda do YouTube*, 2020. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/6083270?hl=pt-BR&co=GENIE.Platform%3DDesktop>. Acesso em: 21 ago. 2021.
- MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, no 34, p. 287-324, 2008.

PAIVA, Mirian Santos. Teoria Feminista: O desafio de tornar-se um paradigma. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 50, n. 4, p. 517-524, out./dez., 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/6vxnfv6LJhjrHT5fM5LpWvN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 ago. 2021.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *Há uma via para a linguística fora do logicismo e do sociologismo?* Tradução Eni P. Orlandi et al. 3. ed. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1998.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003. ISBN 85- 88456-13-3.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Por uma linguística crítica. Dossiê: Refletindo sobre pesquisas em linguística. *Línguas & Letras*, Paraná, v. 8, n.º14. P 13-20. 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/issue/view/143>. Acesso em: 21 ago. 2021.

SOUSA, Armando; PRESADO, Maria Helena; CARDOSO, Mário. Metodologia adotada na análise de vídeos em investigação: revisão sistemática. *Investigação Qualitativa em Saúde*, Vol. 2, p. 965-974, 2019. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/CIAIQ2019/article/view/2170/2329>. Acesso em: 21 ago. 2021.

WITTIG, Monique. *The Straight Mind*. In: *Feminism Issues: Summer*, 1980.

## PRIMEIRO DIA DE AULA DE DOROTHY COUNTS: RETRATOS DA INTERSECCIONALIDADE

Anna Luiza Reis Leal (UFU)

Lucélia Cristina Brant Mariz Sá (UFU)

João Vítor Sampaio de Moura (UFU)

**Resumo:** Neste artigo, destacam-se as relações advindas do período colonial, no que tange ao corpo da mulher, com base no modo como a desvalorização desse corpo, especialmente ao da mulher negra, se dá em prol da supervalorização de outro com características eurocentrais e sexistas. De acordo com Grosfoguel (2016), as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo. Sendo a primeira aluna negra, da Universidade de Harry Harding, Carolina do Norte (EUA), Dorothy Counts desafiou, com a sua presença, durante 4 dias, um sistema absurdamente opressor. Os registros fotográficos desse momento vivenciado por Dorothy, configuram-se como a matéria-prima que ancora o tecer dos apontamentos dos autores. Para isso, considerou-se que as multiplicidades que envolvem o corpo estão imbricadas em questões de identidade, construções e reproduções de discursos. Ainda, que os corpos são a materialidade do discurso, e, por isso reverberam sentidos, dizeres e ideologias que poderão ser reparados com o auxílio, também, de uma Educação libertadora.

**Palavras-Chave:** Interseccionalidade. Colonialidade. Dorothy Counts.

### Introdução

Evidente que, ao longo dos anos, a sociedade passa por inúmeras transformações histórico-culturais, que condicionam ou induzem determinadas organizações sociais. De acordo com Quijano (2005), a Colonialidade do Poder compreende um

movimento fundamental ao poder mundial capitalista/colonial, no qual a concepção de raça perpassa um discurso que subalterniza os corpos daqueles que foram escravizados no período em que ocorreu a expansão europeia nas Américas.

Da colonização um caminho se estabeleceu até o que chamamos de Coloniadade. Em distintas palavras, os reflexos oriundos de uma postura onde o corpo branco representa o colonizador dominador e o corpo negro representa o escravizado dominado reverberam até a atualidade. Isso justifica a relevância de artigos que possam discutir questões relacionados aos corpos, os locais que eles ocupam e o modo como as relações interpessoais se desenvolvem, considerando as ideias que resistem ao tempo e seguem valorizando alguns, enquanto desvalorizam outros, baseados na Colonialidade do Poder.

Para além da questão entrelaçada nas ideias de raça, há que se considerar como resultado do colonialismo, a manutenção da figura subalterna da mulher, que carrega em si os traços (in)visíveis de opressão e dominação frente ao homem, principalmente, ao homem branco. Não obstante, a mulher, sobretudo, a mulher negra, carrega o fardo de ter seus locais de ocupação constantemente questionados e invalidados. Neste artigo, destacamos as relações advindas do período colonial, no que tange ao corpo da mulher, com base no modo como a desvalorização desse corpo, especialmente ao da mulher negra, se dá em prol da supervalorização de outro com características eurocentrais e sexistas.

Não podemos, portanto, deixar de (re)pensar o acesso das mulheres, principalmente das mulheres negras, às entidades de ensino. Nessa retomada histórica, objetivamos analisar as fotografias do primeiro dia de aula de Dorothy Counts, a primeira mulher negra admitida em uma instituição de ensino para brancos, na Carolina do Norte, sob o viés das contribuições de Quijano (2005), Kilomba (2008) e Freire (1967). *Corpus* bastante representativo de uma realidade que exclui em sua própria essência. Como resistência a essa lógica excludente, pensamos na educação libertadora. Sobre ela, nos diz Freire:

Mas, por uma educação que, por ser educação, haveria de ser corajosa, propondo ao povo a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, sobre suas responsabilidades, sobre seu papel no novo clima cultural da época de transição. Uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção. Educação que levasse em consideração os vários graus de poder de captação do homem brasileiro da mais alta importância no sentido de sua humanização. Daí a preocupação que sempre tivemos de analisar estes vários graus de compreensão da realidade em seu condicionamento histórico-cultural (FREIRE, 1967, p. 57-58).

Lembra-nos, pois, da possibilidade de transformação imbricada na educação, nos estudos, que estejam colocados em perspectivas democráticas e justas, para todos. Inspirados nessa proposta educativa que favoreça a reflexão, um deslocamento e sobretudo, um projeto de sociedade que garanta a consciência e a resistência à opressão, organizamos esse artigo em seções que pretendem aprofundar os caminhos em que se cruzam eixos discriminatórios, de acordo com o que Dorothy Counts vivenciou em 4 de setembro de 1957.

A próxima seção, intitulada “O silêncio da mulher negra”, elucida o movimento de silenciamento, ocasionado pelas doutrinas que se dispersaram no colonialismo. Em seguida, analisaremos as fotografias de Dorothy e a sua experiência escolar na seção “Retratos da opressão”. Dando sequência, “O caminho da resistência” discorre sobre o sistema opressor, com base nas pesquisas bibliográficas que referenciam esse estudo. Finalmente, apresentamos as “Considerações Finais”, almejando a promoção da criticidade e do despertar social que favorece a não manutenção de linhas abissais machistas, racistas e patriarcais, herdadas da era colonial.

## O silêncio da mulher negra

De acordo com Kilomba (2008), a boca é um órgão muito especial que simboliza a fala e a enunciação. Para a autora, sob o viés do racismo, a boca se torna o órgão da opressão por excelência, que tem sido severamente censurado. As(os) escravizadas(os), no projeto colonial europeu, eram forçadas(os) a utilizar uma máscara que os impedia de comer os alimentos das plantações e, mais importante, implantava um senso de medo e mudez que vigora até os dias mais atuais, quando a máscara já é “invisível” e está numa instância muito mais psíquica do que física.

Ao analisar situações distintas do cotidiano, notamos que esse silenciamento diz respeito a um processo sutil, ao mesmo tempo que constante, no qual se define a ideia de ocupação do corpo colonizado em lugares determinados pela hierarquia da colonialidade do poder, bem como a supervalorização dos corpos que representam o eurocentrismo<sup>1</sup>. Em outras palavras, falamos de uma espécie de condicionamento da mente para delimitar lugares de acesso, alicerçada no processo de colonização, do qual o subalterno tem pouco ou nenhum poder de fala. De tal maneira, Quijano discorre:

Como as supostas diferenças foram criadas em situações de dominação, os traços raciais foram associados a posições e hierarquias sociais. Com o passar do tempo, essa associação foi naturalizada e tornou-se parte das relações coloniais, transformando-se em um critério de distribuição de lugar e de poder na sociedade. Dessa forma, a ideia de raça, aliada à identidade social que a representa, estabeleceu-se como um instrumento de classificação social (QUIJANO, 2005, p. 117).

Assim sendo, notamos o racismo estruturado numa perspectiva histórico-cultural. Conforme elucida Mignolo (2007), o

---

<sup>1</sup> Eurocentrismo é o termo que corresponde à ideia que supervaloriza a Europa e tudo que é europeu.

racismo enquanto sistema é utilizado pelos europeus para anular todas as outras histórias em prol da sua.

De acordo com Grosfoguel (2016), as estruturas fundacionais do conhecimento das universidades ocidentalizadas são epistemicamente racistas e sexistas ao mesmo tempo. Há uma invalidação do conhecimento dos que não são brancos e esses precisam, constantemente, provar suas capacidades para serem considerados. Ainda, segundo o autor:

A divisão de “sujeito-objeto”, a “objetividade” – entendida como “neutralidade” –, o mito de um “Ego” que produz conhecimento “imparcial”, não condicionado por seu corpo ou localização no espaço, a ideia de conhecimento como produto de um monólogo interior, sem laços sociais com outros seres humanos e a universalidade entendida como algo além de qualquer particularidade continuam sendo os critérios utilizados para a validação do conhecimento das disciplinas nas universidades ocidentalizadas. Qualquer conhecimento que pretenda partir do corpo político do conhecimento (Anzaldúa, 1987; Fanon, 2010) e chegar à geopolítica do conhecimento (Dussel, 1977), em oposição ao mito do conhecimento da egopolítica cartesiana, é visto como tendencioso, inválido, irrelevante, sem seriedade, parcial, isto é, como conhecimento inferior (GROSFOGUEL, 2016, p. 30).

Segundo o autor, a validação do conhecimento pelas universidades ocidentalizadas, desconsidera a multiplicidade das vivências, os conhecimentos externos à lógica eurocêntrica. O corpo do homem europeu ocupa, nesse cenário, a posição de dominação e detenção do conhecimento, com base na colonialidade. Portanto, no caso da mulher negra, para além das questões de racismo, havemos de considerar as vinculadas ao machismo. Beauvoir (2009) salienta que a humanidade é masculina e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele. Logo, percebemos as nuances patriarcais que sistematizam o corpo feminino, controlando, discursivizando e explorando.

Segundo Lerner (2019), podemos compreender que as mulheres foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis. Elas não apenas vêm sendo privadas de educação ao longo da história, em toda sociedade, mas também excluídas da formação de teorias. Na mesma perspectiva, o autor ainda aponta que o patriarcado teve origem na organização familiar, nas relações econômicas, na instituição de burocracias religiosas e governamentais e na mudança das cosmogonias<sup>2</sup>, expressando a supremacia de divindades masculinas.

Em outras palavras, nesse modelo patriarcal, o homem assume um papel social de superioridade em relação à mulher, excluindo-a de locais específicos como as academias de estudo, o mercado de trabalho, o local de tomada de decisões, enfim, reduzindo-a a mera reprodução de padrões delimitados. Essa postura silencia a mulher e ecoa, por ela, discursos estabelecidos há anos.

Portanto, prevalece a relevância de considerar tais questões apresentadas, para que haja um deslocamento desse pensamento coletivo tão arraigado culturalmente nas vivências comuns, cujo corpo feminino, sem características coloniais, é menosprezado, excluído e desrespeitado, por diferentes doutrinas que se imbricam no que definimos como lógica interseccional<sup>3</sup>.

## **Retratos da opressão**

Nesta seção, utilizaremos para discussão, os registros do fotógrafo Douglas Martin, correspondentes ao dia 04 de setembro de 1957. Trata-se da matéria-prima que ancora o tecer dos apontamentos destacados a seguir. Em tais registros percebemos o tumulto envolvido na chegada da estudante Dorothy Counts, na época com 15 anos de idade, à escola.

---

<sup>2</sup> Teorias que explicam o surgimento do Universo.

<sup>3</sup> Entende-se por Interseccionalidade a sobreposição de eixos discriminatórios, combinados e mais potentes, quando associados.

Sendo a primeira aluna negra, da Universidade de Harry Harding, Carolina do Norte (EUA), Dorothy Counts desafiou, com a sua presença, durante 4 dias, um sistema absurdamente opressor. As expectativas com o seu ingresso na escola pública para brancas(os) fez com que uma grande revolta tomasse conta da comunidade escolar que contrariada com a chegada de Dorothy, hostilizou e ridicularizou seus dias letivos, promovendo um momento histórico, registrado por fotografias, que motivaram a escrita deste artigo.

**Figura 1** - Chacotas à Dorothy



Fonte: Douglas Martin

Para Hashiguti (2009), a materialidade do corpo não está apenas relacionada aos aspectos biológicos. Além do funcionamento corpóreo constituído por múltiplos sistemas que funcionam em sintonia, o corpo é, também, dimensão política/ideológica. No/pelo corpo, performam ideias e concepções historicamente construídas. Na foto acima, pensemos sobre o que diz o corpo de Dorothy aos homens, brancos, atrás dela. Pensemos ainda no que nos dizem os corpos deles. Nessa concepção, o corpo se configura matéria para discurso entre os corpos/pelos corpos. Dialogando um pouco mais, o incômodo, evidente nos olhares e feições observados na fotografia, retoma o que foi dito na

introdução: os aspectos coloniais sobreviveram ao tempo e, a partir disso, fortaleceu-se o poder dado àqueles que correspondem às características dos colonizadores: homens e brancos.

Segundo Orlandi (2004) a organização espacial se dá por um viés político. Considerando a discursividade corporal, no contexto da Colonialidade, não é, pois, a faculdade, um lugar que o corpo negro deveria ocupar. Essa colocação auxilia na compreensão da ira dos corpos brancos, basicamente condicionados a rirem/a reprimirem a presença dela.

De acordo com o site Mashable (2021), nem mesmo a força tarefa da equipe policial, destinada a apaziguar/conter os ânimos, foi capaz de amenizar o movimento racista e machista, que oprimiu, de modo muito evidente, a presença da aluna negra. A maior parte dos corpos, hostilizadores, correspondia aos corpos de homens, de distintas idades.

Em outra perspectiva, na mesma foto, o olhar para o horizonte e a boca cerrada da jovem, simbolizam a resistência. Seu corpo, injustiçado, ainda insiste em resistir e permanecer ali, naquele local, historicamente inapropriado para ela.

Notamos ainda o imbricamento de eixos discriminatórios, em alguns momentos, quando observamos outras fotos facilmente encontradas ao pesquisar o nome de Dorothy em *sites* de busca. Dentre eles, escolhemos destacar sobre a ausência de sororidade<sup>4</sup> das mulheres brancas que ali estudavam. Assim como Dorothy, as demais alunas eram alvos da lógica machista, fato que poderia configurar necessidade de união e empatia, a fim de reduzir os danos opressores. Judith Butler aponta que,

se alguém 'é' uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de 'gênero' das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20)

---

<sup>4</sup> Empatia e união entre mulheres.

Assim, concluímos que as características físicas das alunas brancas se aproximavam daquelas dos colonizadores europeus, e, por isso, excluía Dorothy do mesmo modo que faziam os homens que ali estudavam. Ela não resistia apenas à opressão alinhavada no machismo e no patriarcado, ela respondia, também, pelas questões de preconceito racial.

“No entanto, as leis e as políticas nem sempre preveem que somos, ao mesmo tempo, mulheres e negras. [...] Uma das razões pelas quais a interseccionalidade constitui um desafio é que, francamente, ela aborda diferenças dentro da diferença” (CRENSHAW, 2002, p. 9). A interseccionalidade, a partir dessa perspectiva, diz sobre como os corpos são lidos por múltiplas óticas na sociedade.

Há que considerar que a mulher negra, para além do sexismo, enfrenta também a leitura de seu corpo pelo viés racista. Com essas ideias postas, é de fácil reflexão pensar no árduo caminho necessário de ser percorrido por mulheres que se encontram nesse ponto em comum dos eixos. A mesma máscara, que silenciava as escravizadas nas plantações, segue reverberando um silenciamento do corpo negro feminino.

Pensar em meritocracia é, então, compactuar com a manutenção dessas linhas históricas e abissais que privilegiam determinados corpos em detrimento de outros. Isso, pois, é inevitável considerar a diferença entre os caminhos percorridos por homens e mulheres, brancas e negras, heterossexuais e homossexuais e assim por diante. Reconhecer essas diferenças é reconhecer a necessidade de reparação histórica e da abertura para o deslocamento de sentidos sociais. Sobre isso, Lorde aponta:

Entre nós existem diferenças muito reais quanto à raça, idade e sexo. Mas não são essas diferenças que nos separam. O que nos separa é, ao contrário, nossa negativa para reconhecer a diferença e a analisar as distorções que derivam de dar nomes falsos tanto a ela quanto a seus efeitos na conduta e nas expectativas humanas. Racismo, crença na superioridade inerente de uma raça em relação às demais e,

portanto, em seu direito de domínio. Heterossexismo, Elitismo, Classismo, Discriminação pela idade (LORDE, 1984, p. 17).

Sobre isso, Lorde (1984) salienta a necessidade de abandonar a visão simplista, que desconsidera a interseccionalidade. Da mesma forma, *bell hooks* (2019) comenta a importância relacionada ao combate unificado a todas as formas de opressão. De acordo com a autora:

Mulheres brancas e homens negros dispõem de dois caminhos. Podem agir como opressores e podem ser oprimidos. Homens negros podem ser vitimizados pelo racismo, mas o sexismo os autoriza a agir como exploradores e opressores de mulheres. Mulheres brancas podem ser vitimadas pelo sexismo, mas o racismo lhes faculta agir como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm instituído movimentos de libertação que favorecem seus interesses e dão suporte à opressão continuada de outros grupos (*hooks*, 2019).

Desse modo, unificar as opressões parece ser uma forma de superação de visões mais simplistas, que vislumbram apenas um eixo discriminatório além de reforçarem outros que se relacionam com distintas questões. Pensar, por exemplo, em sexismo e machismo associados, é uma via de análise de realidade interessante para romper com o padrão que reproduz doutrinas excludentes, que se encontram arraigadas em um contexto social. Ainda nessa perspectiva, vamos ao encontro com o pensamento de Silva (2000):

Portanto, ao analisar a realidade das mulheres não se pode partir de um só ângulo. No caso das mulheres negras, suas experiências de vida são pautadas por relações de poder que assumem diversificadas configurações que, conscientemente ou não, as mantêm sob o jugo machista e branco. Enfrentam diferentes formas de opressão que não se resumem a de gênero ou a forma desigual com que são estabelecidos os papéis sociais e distribuído o poder que cada qual assume na relação com o outro. As formas de opressão confundem-se em relações mais complexas, históricas variadas que se inter-

cruzam e refletem, principalmente, as relações de poder de um grupo sobre o outro (SILVA, 2000).

A chegada de Dorothy, na escola, é uma memorável demonstração de enfrentamento ao óbvio. Apesar de bastante esforço, lamentavelmente, teve que abandonar a escola em decisão tomada juntamente com seus pais, que, ainda de acordo com o texto retirado do site Mashable (2021), concordaram em suspender a sua frequência por conta de toda demonstração de ódio observada em seus 4 dias de aula. Ainda assim, os retratos desse momento ganharam repercussão e foram imprescindíveis para o Movimento dos Direitos Civis e fim da segregação racial nos Estados Unidos.

Assim como Dorothy, outras mulheres negras são lembradas pela manutenção na história, com proporções bastante consideráveis. Exemplificando, trouxemos o movimento anti-escravidão, nos Estados Unidos. Essa força feminina foi relembrada por Brah, evidenciando:

Nos EUA as tensões políticas no feminismo envolvendo as inter-relações entre 'raça' e outros fatores como classe e gênero datam das campanhas anti-escravidão. Durante a década de 1830, por exemplo, as mulheres estadunidenses se tornaram cada vez mais ativas no movimento abolicionista, contexto no qual aprenderam a defender seus próprios direitos de se envolver no trabalho político e onde suas experiências de relativa marginalização as compeliram a formar sociedades de mulheres anti-escravagistas separadas [das sociedades anti-escravagistas de homens]. A primeira sociedade feminina anti-escravagista foi em 1832 por mulheres negras de Salem, Massachusetts, seguidas por sociedades similares estabelecidas por mulheres brancas de outros locais (BRAH, 2007, p. 249).

Esses marcos, histórico-sociais, demonstram o posicionamento de enfrentamento às condutas opressoras, por parte das mulheres. Embora vítimas interseccionais, inspiram as novas gerações com essas tomadas de atitude que rompem com a lógica almejada pelo

sistema, incentivando o questionamento a partir do reconhecimento das problemáticas.

### **O caminho da resistência**

No sentido estrutural, em que certas dominâncias ganham maior relevância do que outras, não podemos desconsiderar a possibilidade de localizar brechas e/ou escapes que permitam um deslocamento das doutrinas dominantes, em prol de uma ruptura com práticas excludentes e limitadoras, resistindo ao óbvio e percebendo maneiras de promover a resistência.

Sobre essa afirmação, nos embasamos no comentário de Orlandi (2014), que elucida como a formação pode resultar na educação social em seu sentido mais forte e definidor de uma estrutura política não estática, de uma formação social suscetível ao dinamismo e à mudança. Ao passo que Freire (1967), alerta sobre a necessidade de:

Uma educação que possibilitasse ao homem a discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o advertisse dos perigos de seu tempo, para que, consciente deles, ganhasse a força e a coragem de lutar, ao invés de ser levado e arrastado à perdição do seu próprio “eu”, submetido às prescrições alheias. Educação que o colocasse em diálogo constante com o outro. Que o predispuesse a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia, no sentido mais humano da expressão. Que o identificasse com métodos e processos científicos (FREIRE, 1967, p. 90).

Fica evidente, a partir de tal excerto, o modo como importa, para o sistema, que o sujeito se enxergue no processo de ensino e aprendizagem. Trata-se da garantia de uma educação democrática e crítica, que possibilite um despertar social. Então, a educação libertadora, proposta pelo autor, permite um vislumbre do “eu” em relação ao “outro”, dos locais de ocupação, de fala, de

posicionamento, em todas as circunstâncias vivenciadas. Conforme aponta Santos:

Somos um arquipélago de subjetividades que se combinam diferentemente sob múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas. Somos de manhã cedo privilegiadamente membros de família, durante o dia de trabalho somos classe, lemos o jornal como indivíduos e assistimos ao jogo de futebol da equipe nacional como nação. (SANTOS, 2001, p. 107)

Em outras palavras, o reconhecimento de si, do seu local na sociedade em todas as circunstâncias, da abertura à polissemia, são fatores que nos lembram de um possível escape, por meio da educação. Isso posto, torna-se compreensível pensar na resistência dos corpos privilegiados em facilitar acesso àqueles que lidam, constantemente, com os eixos discriminatórios, já comentados. É como se houvesse um temor em abrir mão do que a história os assegura.

Para Newton (1999), um corpo tende a permanecer em repouso ou em movimento retilíneo uniforme, caso a resultante das forças que agem sobre ele seja nula. Com a liberdade de usufruir desse conceito físico, ousamos dizer que a força da educação nunca é nula. Ela é política. A política transforma, movimenta, tira da inércia. Para quem é oprimido, estar inerte é doloroso, desconfortável. É viver o primeiro dia de aula de Dorothy Counts em entrevistas de emprego, idas ao supermercado, relacionamentos abusivos etc.. A fim de resistir, esperamos que a educação seja, de fato, a força que retira da inércia até mesmo os corpos que estão confortáveis e contentes onde foram fixados pela história.

### **Considerações finais**

O corpo da mulher negra vem sendo marginalizado ao longo dos anos, e pensar na interseccionalidade e suas problemáticas implica em pensar em meios e caminhos a serem percorridos, com

a intenção de superar esses pontos em que distintos eixos discriminatórios se cruzam.

Dessarte, as multiplicidades que envolvem o corpo estão imbricadas em questões de identidade, construções e reproduções de discursos. Portanto, o sujeito que enuncia, ecoa vozes que reverberam concepções passíveis de serem prejudiciais para ele mesmo, sem que haja ciência disso. O conhecimento, então, é ferramenta de libertação e de abertura para a possibilidade de movimentação dos sentidos e dos significados.

Em sintonia com a literatura utilizada para referenciar este trabalho, compreendemos que há uma jornada complexa de desconstrução. A educação libertadora de Freire dialoga bem com a que propõe Kilomba, ao colocar no centro de suas aulas aqueles alunos que geralmente se encontram em estado de subalternidade, devido às heranças que resultam do que Quijano apresenta como colonialidade do poder.

É necessário, portanto, que a educação seja uma garantia assegurada a todo corpo, com nuances de representatividade, acolhimento e libertação. Que a história seja repassada e ensinada sem idolatria europeia, para que os corpos possam ressignificar as suas vivências com base na reparação histórica necessária (aqui falamos de movimentos de luta, políticas públicas, valorização cultural).

## Referências

- BRAH, Avtar. Travels in negotiations: difference, identity, politics. *Journal of Creative Communications* 2 (1&2), 2007, p. 245-256.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].
- Dorothy Counts.jpg. In: WIKIMEDIA COMMONS, a miiliateca livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2022. Disponível em: [https://commons.m.wikimedia.org/wiki/File:Dorothy\\_Counts.jpg](https://commons.m.wikimedia.org/wiki/File:Dorothy_Counts.jpg). Acesso em: 31 ago. 2022.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1),171-188. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. *Revista Estudos Feministas*. Brasília, v. 10, n. 1. 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 1º semestre. 2002.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. In *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, abr. 2016.

HASHIGUTI, Simone. *O corpo como materialidade do/no discurso*. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (org.). *O Discurso na Contemporaneidade: Materialidades e Fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 161-168.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Trad. Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história de opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. São Paulo. Editora Cultrix. 2019.

LORDE, Audre. *Age, race, class and sex: women rede ning di erence*. Paper del delivered the Copeland Colloquium, Amerst College, Reproduced in: *Sister Outsider* Crossing Press, California 1984.

MASHABLE. *The teenager who stood tall against segregation*. Disponível em: <<https://mashable.com/feature/dorothy-counts>>. Acesso em 03 de setembro de 2021.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Editorial Gedisa Blackwell Publishing, 2007.

NEWTON, Isaac. *The Principia (Mathematical Principles of Natural Philosophy – A New Translation)*. In: I. Bernard Cohen and Anne Whitman (ed.). Los Angeles: University of California Press, 1999.

NORTON, Bonny. *Identity and language learning: gender, ethnicity and educational change*. Pearson: 2000.

NEXO Jornal. *O que é interseccionalidade e qual sua importância para a questão racial?*. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PVO4CQVIPPE&t=2s>. Acesso em: 2 set. 2021.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Ser diferente é ser diferente: a quem interessam as Minorias?* (Org.). Linguagem, sociedade, políticas. [(Coleção Linguagem & Sociedade)] Pouso Alegre: RG Editores, 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Textualização do corpo: a escritura de si. In: *Cidade dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2004. 159 p.

PINTO, Joana Plaza. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. In: *Revista Gênero*, v.3 n.1, p. 101-110, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*. (8. ed.). São Paulo, SP: Cortez, 2001.

TEDWomen. *A urgência da “interseccionalidade”*. 2016. Disponível em: [https://www.ted.com/talks/kimberle\\_crenshaw\\_the\\_urgency\\_of\\_intersectionality?language=pt](https://www.ted.com/talks/kimberle_crenshaw_the_urgency_of_intersectionality?language=pt). Acesso em: 3 jun. 2021.

## CORPOS QUE INCOMODAM: O ANTICOTISMO COMO PROPAGANDA DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO

João Vítor Sampaio de Moura (UFU)  
Anna Luiza Reis Leal (UFU)  
Lucélia Cristina Brant Mariz Sá (UFU)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre as relações entre língua e corpo por meio da análise linguística e semiótica de um conteúdo veiculado em uma propaganda de uma instituição de ensino básico privada em um *outdoor*. A análise parte da compreensão de que parcela da população se apropria de um discurso anticotas que se ampara em argumentos sobre meritocracia para invalidar a política. Para fundamentar a discussão, parte-se de uma contextualização histórica da política de cotas, discutida no país desde 2003 e ampliada com a implementação da Lei 12711/2012. Também é realizada uma construção teórica que entrelaça as teorias da linguagem, racial e da comunicação. Por fim, entende-se que as ações afirmativas ampliadas por meio de políticas de cotas são importantes para a ampliação do acesso ao ensino superior de grupos historicamente excluídos desses espaços, como pessoas pretas, pardas, indígenas e estudantes de escolas públicas, de modo que se trata de uma política de reparação da dívida histórica que o país possui com essas populações por conta do longo período de escravidão e das marcas deixadas pela colonização. Contudo, os discursos anticotas contribuem para reforçar o racismo existente na sociedade, acirrando as disputas discursivas entre as pessoas e contribuindo para os problemas de permanência que as políticas de cotas não conseguiram sanar.

**Palavras-chave:** Racismo estrutural. Lei de Cotas. Discurso.

### Introdução

Neste artigo, refletimos sobre o o corpo na relação com a linguagem a partir da análise de uma imagem de *outdoor* de

propaganda de uma instituição de ensino privada e o que compreendemos ser o funcionamento de um discurso anticotismo que se embasa no sentido da meritocracia. Para isso, além de retomarmos o histórico do sistema de cotas no Brasil, refletimos sobre a discursividade neoliberal e a constituição da posição-sujeito competitivo. Na análise, são levadas em conta as materialidades linguística e imagética e os corpos que são feitos visíveis em detrimento de outros que, ao serem invisibilizados, denunciam o incômodo que se quer invisibilizar.

O sistema de cotas no Brasil consiste em uma política pública que busca garantir a alguns grupos de pessoas o acesso a oportunidades que, de outra maneira, não se lhes apresentam. O sistema foi implementado em universidades, centros e institutos federais somente a partir da Lei nº 12.711/2012 e contempla cotas de tipo social e racial. O primeiro tipo tem como recipientes pessoas de baixa renda familiar e que tenham frequentado escolas públicas de ensino médio. O segunda se volta a estudantes autodeclarados pretos, pardos ou indígenas de escolas públicas, isto é, indivíduos racializados e vítimas do racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) iniciado na escravização de corpos nos anos coloniais no Brasil (MENDONÇA, 2020) e à colonialidade (QUIJANO 1992) como lógica dela decorrente. Proposto, portanto, para minimizar as desigualdades na sociedade e democratizar o acesso à educação superior, o que, conseqüentemente contribui também para o acesso mais igualitário ao mercado de trabalho, o sistema funciona pela reserva de uma porcentagem das vagas nos exames de entrada das universidades e nos concursos públicos para esses grupos de pessoas.

Neste ano, 2022, a Lei nº 12711/2012, que ficou conhecida como Lei de Cotas, completa 10 anos e passa por um momento de avaliação – conforme previsto na própria lei – de modo que o tema voltou a se destacar no cenário nacional. O que pode ser notado é que, embora ainda exista um longo caminho a se percorrer em busca da igualdade de direitos educacionais e acesso ao ensino superior para todas as pessoas, é que os resultados da implementação da lei são visivelmente positivos.

Muitos estudos têm apontado esses efeitos positivos das políticas de ações afirmativas. No caso da UnB, que implementou uma política de cotas raciais antes da sanção da lei, no ano de 2003, já se observa que o espaço se tornou mais diverso e democrático, pois quando a política foi implementada somente 4,3% dos universitários se autodeclaravam pretos, pardos ou indígenas, enquanto os dados de 2019 apontaram um percentual de autodeclaração de 48% (POL, 2022).

Segundo Melero *et al.* (2017), os dados do IBGE e do INEP disponibilizados pelo MEC dão conta de que essa política de ação afirmativa tem conseguido oferecer mais condições de igualdade no acesso ao ensino superior no Brasil. Os autores mostram que o percentual de pretos e pardos subiu de 16,7% para 45,5% no período do ano de 2004 até o ano de 2014. Contudo, a porcentagem de estudantes brancos também aumentou de 47,2% para 71,4% no mesmo período.

Mesmo assim, a política tem tido um papel importante na garantia de acesso a pretos, pardos e indígenas nas universidades. Entre 2013 e 2015 essa política possibilitou que mais de 150 mil estudantes negros tivessem acesso ao ensino superior no Brasil, de modo que se considera que ela promove um importante avanço social, diminuindo as desigualdades no acesso e as exclusões de pessoas negras da universidade (MELERO, *et al.*, 2017).

No entanto, desde o seu início, o sistema de cotas tem provocado discussões e conflitos acerca de sua aplicação. Por exemplo, os grupos sociais que não se encaixam nos critérios de nenhum dos dois tipos de cotas costumam protestar contra a proposta argumentando que ela criaria uma desigualdade entre os concorrentes às vagas para universidades e concursos públicos. Além disso, pessoas e instituições desfavoráveis ao sistema começaram a objetivar o “não ser cotista” como um suposto mérito e passaram a reforçar seu preconceito racial e social em discursivizações de preconceito a cotistas de modo geral.

A relação entre cota e falta de mérito é uma discursivização constante desde as primeiras manifestações desfavoráveis ao

sistema, como é visível na Figura 1, abaixo, fotografada em um protesto em 2004.

Figura 1: Estudantes fazem manifestação contra o sistema de cotas para o acesso a vagas em universidades



Fonte: Foto de Rose Brasil/ABr de 24 de setembro de 2004. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Protesto\\_contra\\_o\\_sistema\\_de\\_cotas.jpg](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Protesto_contra_o_sistema_de_cotas.jpg).

Nessa fotografia, os dizeres no cartaz e o acessório no nariz da manifestante expõem um primeiro movimento combativo ao sistema por parte de uma parcela da sociedade que se posiciona no/pelo discurso meritocrático que, como veremos, ainda segue sendo praticado até hoje.

Para isso, nas seções a seguir, primeiramente, retomamos o histórico da criação e implantação do sistema de cotas. Em segundo lugar, discutimos aspectos sobre a propaganda e a característica de ser um texto que, como outros, pode materializar discursos.

Posteriormente, apresentamos e analisamos um *outdoor* de uma escola particular do Estado de Sergipe, que gerou diversas discussões e que é a imagem que deu vazão à presente reflexão, e finalizamos com nossas considerações finais.

## **Entendendo melhor o sistema de cotas**

Confirmando os dados apresentados anteriormente, é visível no ambiente universitário que o sistema de cotas aumentou a presença de pessoas negras, indígenas e oriundas de escolas públicas no ensino superior. Contudo, este ainda é um tema pouco debatido, pois discutir essas políticas implica em assumir a estrutura social racista do país, tema que, em geral, causa desconforto nas pessoas, pois, como apontam Gonzalez (1984), Osório (2003) e Sales Junior (2006), as ideologias de miscigenação disseminadas desde a formação da nação pregam uma ideia de cordialidade e democracia racial, que busca encobrir o racismo existente na sociedade.

Desse modo, mesmo que se supere essa barreira do reconhecimento da estrutura racista do país (AMEIDA, 2016), ainda é difícil que as pessoas se reconheçam como parte dessa estrutura, pois considera-se como algo moralmente inaceitável, de maneira que o Brasil torna-se um país racista onde as pessoas não querem assumir sua responsabilidade nessa estrutura. Mas de acordo com Kilomba (2008), esta não é uma questão moral, mas sim de responsabilidade. Para a autora, a culpa e o sentimento moral é uma das fases de reconhecimento do racismo, mas não é capaz de promover ações, que só podem ser realizadas na medida em que a etapa da culpa e vergonha moral seja alcançada.

Essa ausência de um debate sério e efetivo sobre o tema por parte dos responsáveis pela implementação dessas políticas na universidade é uma das questões que Batista (2022) aponta como responsáveis pelo problema da permanência de estudantes cotistas na universidade. Para a autora, embora o acesso tenha aumentado consideravelmente com as políticas de cotas, a permanência ainda

precisa de muito avanço, algo que deve ser construído em constante debate sobre o tema, que deve ser protagonizado por pessoas que são atendidas por essas políticas e que possuem o conhecimento necessário para liderar esses debates.

Mas embora o debate sobre cotas não seja tão presente quanto deveria, a discussão referente à política de cotas nas universidades foi reacendida recentemente devido à necessidade de reavaliação por conta dos 10 anos de sua implementação. Com isso, voltam a circular também os discursos que divergem sobre o tema, e é possível observar o retorno dos discursos que acaloraram os debates há 10 anos, na época da implementação da Lei de Cotas.

Por um lado, há uma parcela da população que defende essa medida inclusiva por compreender que, ao longo da história, o racismo e a desigualdade social impediram a muitas pessoas o acesso a seus direitos, de modo que o país possui uma dívida histórica com o povo negro pelos 300 anos de escravidão e a posterior marginalização das pessoas escravizadas após a abolição. Isso levou a um grau acentuado de discriminação social que considera a cor ou a raça das pessoas.

Por outro lado, há uma parcela da população que se manifesta contrariamente à política de cotas, sob o argumento de que essas políticas contribuem para acentuar as desigualdades sociais, pois colocariam em desvantagem as pessoas que não são atendidas por ela. Desse modo, justifica-se que o acesso à universidade ou a concursos públicos por meio de vagas reservadas tornaria o acesso desigual. Como já apontado na introdução, esse tipo de discurso se pauta na ideologia que circula no país que se ampara em um ideal de meritocracia, que individualiza a questão do acesso aos direitos sociais associando-o ao esforço pessoal de cada um. Desse modo, essa forma de pensar defende que cada pessoa deve ter acesso a esses espaços por meio de esforço e merecimento pessoal, sem considerar cor ou classe social.

Mas o que esse discurso desconsidera é que as condições de vida das pessoas no país não são iguais, de modo que elas não disputam a essas vagas em pé de igualdade. O discurso da

meritocracia se fortalece por se amparar em um ideal de que todas as pessoas são iguais, independente da cor da pele ou da origem social. Contudo, o que os estudos mostram é que o Brasil é um país que foi construído em cima de uma estrutura racista e com trabalho escravo, de modo que as pessoas nunca foram tratadas como iguais, por isso é importante pensar em condições de reparação a essas desigualdades históricas (GONZALEZ,1984; OSÓRIO, 2003; SALES JUNIOR, 2006; ALMEIDA, 2016; KILOMBA, 2008; BATISTA, 2022).

Dessa forma, a implementação de cotas raciais é um passo fundamental para garantir direitos básicos que estão estabelecidos na nossa constituição. O inciso III, do artigo 3º, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), estabelece que um de seus objetivos fundamentais é a erradicação da pobreza e da marginalização, além da redução das desigualdades sociais. Por isso, em 2010, antes mesmo da Lei de Cotas, foi criado o Estatuto da Igualdade Social por meio da Lei nº 12.288/2010, que no inciso VII do artigo 4º, prescreve o seguinte:

[...] a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de [...] VII – implementação de programas de ação afirmativa destinados ao enfrentamento das desigualdades étnicas no tocante à educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à Justiça, e outros (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, podemos entender a importância da implementação de cotas, que auxiliam na abolição desses processos de desigualdade social. No entanto, de acordo com Carneiro (2005), as pessoas negras passam por um processo de exclusão no meio educacional desde a educação básica, em especial os mais jovens. A referida autora relata que a escola não deve ter como papel excluir, mas sim incluir, fazendo com que isso seja cada vez mais normalizado.

Mas as cotas não surgiram com a implementação da lei em 2012. Desde 2002, o movimento de cotas acontece nas universidades de todo o Brasil e já era adotado como política institucional em algumas universidades. Primeiramente, as cotas foram implementadas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darci Ribeiro (UENF), depois na Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a começar a trabalhar na implantação de políticas de cotas de ingresso no Ensino Superior. No mesmo ano, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) também deu início a esse processo (PIOVESAN, 2005). Em 2008, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) passou a trabalhar com a política de cotas para alunos da rede pública, tendo ingressado no Reuni<sup>1</sup>, em 2007.

E em 2005, o governo federal criou as políticas de Educação Inclusiva destinadas aos alunos de baixa renda que são, até hoje, os principais meios de ingresso ao Ensino Superior no Brasil, quais sejam: Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), em que o estudante pode pagar os seus estudos quando finalizar a faculdade e conseguir um emprego; e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), no qual o governo oferece uma bolsa para o aluno estudar em uma instituição privada (GUARNIERI; SILVA, 2017).

Com isso, percebe-se que as cotas não se referem apenas a questões raciais e muito menos a vagas destinadas à população negra. Há também o sistema de cotas sociais, as quais possibilitam que pessoas de baixa renda possam ingressar no Ensino Superior em rede particular, por meio das bolsas e financiamentos, ou fiquem isentas de taxas para a realização de vestibulares e concursos públicos.

Com base em um estudo realizado por Daflon, Feres Júnior e Campos (2013), foi revelado que os alunos de escolas públicas eram

---

<sup>1</sup> Reuni é o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

os principais alvos das chamadas políticas afirmativas, tendo, assim, como critério, a situação socioeconômica da família do estudante, ou seja, não possuir condições de pagar por um ensino particular e ter cursado a Educação Básica em escolas públicas. Contudo, esta exposição apresenta um enfoque um pouco mais acentuado na questão racial, pois essa compreensão será essencial para a análise realizada na próxima seção.

Além das cotas, uma das metas era a ampliação e internalização do ensino público federal. A UTFPR, Campus Francisco Beltrão, é fruto disso. Além disso, Daflon, Feres Júnior e Campos (2013) relatam que o privilégio branco tem colaborado ao longo da história para a criação e manutenção do racismo, por meio da invisibilização do sujeito branco como racializado – sendo este visto como hegemônico e desprovido de cor ou raça, o que leva à necessidade de que políticas de ações afirmativas sejam viabilizadas em nossa sociedade. Feres Júnior cita que:

É somente por meio da invisibilização do sistema de privilégios e desvantagens, que constitui o racismo, que se pode propor que a posição social e o acesso a oportunidades – consistentemente inferiores dos negros se comparados com os brancos – deriva estritamente do somatório das capacidades e escolhas dos indivíduos de cada grupo. Voltemos à hipótese de que as duas vertentes da branquidade, como supremacia e como invisibilidade, não são totalmente estanques. Não é coincidência que a longa tradição de estudos de relações raciais norte-americana pertence, em grande medida, a essa vertente, ou seja, à denúncia dos mecanismos explícitos que promovem os brancos. Na verdade, fenomenologicamente, estamos falando do mesmo objeto sendo mirado de diferentes perspectivas: o olhar negro sobre o racismo torna a branquidade visível; já o olhar branco a invisibiliza (FERES JÚNIOR, 2015, p. 14).

O autor argumenta ainda que há fortes evidências que são ignoradas ao longo da história. Por conta disso, pessoas que constataram tamanha injustiça em sua interpretação, introduziram-

se em movimentos para garantir os seus direitos. Assim, percebemos que é relativamente recente a discussão que problematiza a função do branco nas questões raciais na sociedade, mesmo que o tema já tivesse sido abordado no começo do século XX, como afirma Jesus (2014). Ademais, a mencionada autora afirma que:

os estudos sobre a branquitude só ganham verdadeiro destaque a partir dos anos 90, tendo os Estados Unidos como centro da abordagem. No Brasil, apesar do termo branquitude já ter sido utilizado pela primeira vez na obra de Gilberto Freyre, é somente a partir do ano 2000 que o tema passa a ganhar força no cenário acadêmico. Apesar da visibilidade que as pesquisas sobre a identidade racial branca têm ganhado nos últimos anos, o número ainda restrito de estudos relacionados ao tema aponta para a necessidade de construir bases sólidas para a discussão e ampliação de uma questão repleta de lacunas históricas (JESUS, 2014, p. 1).

Assim, o racismo, por consequência, opera no nível macro da sociedade e representa uma evolução histórica. Constitui uma mudança gradual de uma convicção consciente, quase personalizada, da inferioridade de uma raça alienada. Tal convicção se expressa em atitudes de preconceito e se manifesta em comportamentos discriminatórios. Em seu lugar, seguem práticas sociais essencialmente despersonalizadas por meio da institucionalização (KILOMBA, 2008).

Como resultado, os preconceitos raciais podem declinar com o tempo, mas padrões mais sutis persistem na construção social da branquidade<sup>2</sup> da discriminação, sustentada pela inércia do costume, dos procedimentos burocráticos, da rotina impessoal e até da lei (KILOMBA, 2008). O resultado do racismo intencional, com o tempo, influenciou culturas e práticas institucionais que se

---

<sup>2</sup> Segundo Moreira (2014, p. 80): “Embora o conceito, de modo geral, refira-se a uma situação de superioridade e privilégio do branco, a branquitude deve ser analisada levando em consideração que os seus conceitos variam de acordo com o meio em que o indivíduo esteja inserido.”

baseiam em suposições de superioridade branca sobre grupos étnicos não-brancos. No contexto dos Estados Unidos, por exemplo, no nível institucional, o racismo, por consequência, normalmente não é reconhecido pelos americanos brancos e pode não ser necessariamente desencadeado intencionalmente. O racismo, por consequência, se reflete em oportunidades educacionais diferenciadas, diferenças econômicas entre brancos e não-brancos, segregação residencial, acesso a cuidados de saúde e diferenças nas taxas de mortalidade entre brancos e não-brancos (KILOMBA, 2008). O contexto brasileiro se assemelha em alguma medida à estrutura racista dos Estados Unidos analisada pela autora, pois embora cada país possua suas particularidades, ambos compartilham o histórico de países que se constituíram na colonização e escravidão de pessoas.

Com as suposições anteriores em mente, os tipos de questões formuladas por teóricos críticos a respeito das relações raciais incluem: o que é raça; o que é branquitude; o que é não-branquitude; como essas atribuições estão ligadas ao significado social e político de “raça” e branquitude? Desde 1888, mais de cem anos depois da abolição da escravidão, a sociedade permanece estratificada pelas fronteiras da branquitude e da não-branquitude? Nesse sentido, Kilomba (2008, p. 25) salienta que:

Em termos psicanalíticos, isso permite que os sentimentos positivos em relação a si mesma/o permaneçam intactos – branquitude como a parte “boa” do ego – enquanto as manifestações da parte “má” são projetadas para o exterior e vistas como objetos externos e “ruins”. No mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como o objeto “ruim”, incorporando os aspectos que a sociedade branca tem reprimido e transformando em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa.

Então, conforme a citação acima, em nossa sociedade, há uma certa valorização e crescimento de ego no que concerne aos colonizadores, enquanto os colonizados são mal vistos socialmente, o que acarreta perdas de oportunidades, continuando a história de desigualdades. Assim, conforme as análises dos autores estudados, desvalorizar qualquer avanço de inclusão dos negros, corrobora as desigualdades raciais que vêm sendo questionadas no decorrer da história.

Como resultado das políticas públicas de ações afirmativas, tanto a implementação da Lei de Cotas quanto a implantação de programas institucionais de algumas universidades e os programas de governo para acesso ao ensino superior já citados anteriormente – como PROUNI e FIES –, é possível observar que o número de pessoas que ingressam no Ensino Superior cresce cada vez mais, assim como demonstra a Tabela 1 a seguir:

**Tabela 1:** Censo INEP - Ensino Superior 2003, 2014 e 2019

ANO	2003	2014	2019
Quantidade	3,8 milhões	7 milhões	8,6 milhões

Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base nos dados do Censo INEP.

Portanto, podemos observar que, desde o ano de 2003, o acesso ao Ensino Superior ainda era estigmatizado e consideravelmente difícil. O número de ingressantes aumentou mais que o dobro no ano de 2014, ou seja, a partir da aplicação das políticas públicas ligadas ao sistema de cotas, iniciadas no período de tempo de 10 anos, de modo que ficou claro que o que faltava para que mais brasileiros ingressassem e concluíssem o Ensino Superior era o incentivo e a oportunidade por parte do Estado.

Com isso, chega-se, em 2019, à marca de mais de 8 milhões de ingressos em graduações, o que, conseqüentemente, contribuiu para um mercado de trabalho mais competitivo, qualificado e, principalmente, diversificado. Por isso, considerando a relevância do tema, sobretudo no momento em que a Lei de Cotas completa

10 anos de sua implementação e passa por reavaliação sobre a necessidade de sua continuidade, cabe agora discutir como a publicidade, como um espaço de materialidade discursiva, pode materializar os discursos sobre o racismo estrutural no contexto das cotas raciais.

### **A publicidade como espaço de materialidade discursiva**

Considerando o histórico das políticas de cotas para ampliação do acesso ao ensino superior no Brasil e a discussão teórica sobre o racismo estrutural trabalhada para focar as discussões sobre cotas raciais no país, pontos que foram abordados nas seções anteriores para contextualizar e subsidiar a proposta de análise aqui apresentada, cabe agora discutir sobre possíveis reflexões acerca das interpretações relacionadas ao racismo estrutural, visto que se observa as variadas divergências que há entre as chamadas branquitudes<sup>3</sup> e negritudes sobre as políticas afirmativas. Para tanto, utilizaremos conceitos descritivos de imagens de anúncios e a natureza particular desses significados.

Inferir emoção a partir de uma imagem não é uma tarefa trivial, pois há esforços para compreender a emoção dela, que é uma tentativa notável. É um modelo treinado nas coletâneas da *web* e nas ruas, que são marcados com vários sentimentos. O desempenho em imagens de viés competitivo e vencedor são consideráveis, ou seja, retomando a ideia de que uma imagem poderia valer mais do que mil palavras.

Inúmeras empresas em todo o mundo lucram com a venda das ideias, partindo do pressuposto apresentado anteriormente, na forma de anúncio gráfico. Em uma publicação, Fonseca (2019)

---

<sup>3</sup> Segundo Moreira (2014, p. 78): “Até então o termo branquitude é utilizado para dar nome às práticas realizadas por portadores da brancura com o objetivo de manter o privilégio que o branco possui nas sociedades estruturadas pela hierarquia racial. Através de práticas que justificam e consolidam a vantagem estrutural, o branco assume a postura de ser humano ideal e cria condições para que o status seja mantido.”

relatou que 70,9% da receita do Google é gerada a partir de venda de anúncios. Mais de 1.700 anúncios de banner são veiculados para um consumidor médio por mês, mas não mais de 50% deles demonstram interesse por parte do observador. Essa enorme lacuna entre a quantidade de publicidade do conteúdo disponível e a eficiência de sua veiculação pode ser devido à falta de uma maneira de entender automaticamente a retórica visual do anúncio nesta escala. Nesse sentido, Pollak (1992) estabelece que a capacidade de persuasão de um anúncio pode ser tornada eficiente pela compreensão do tópico do anúncio, mas pode não ser eficaz a menos que a emoção transmitida pelo anúncio também seja compreendida. Às vezes, não entender a emoção pode acabar distanciando o consumidor.

Além disso, a figura tem linguagem que visa atingir um público que compre o seu produto e depois confirme sua eficácia. É recebido pelo destinatário com uma compreensão mais ampla, embora devam ser levados em conta os constrangimentos do relativismo cultural<sup>4</sup> como o sentido da leitura ou a atribuição emocional de raças (CARVALHO, 1996). A mensagem visual, aos poucos, se tornou um verdadeiro ramo do negócio, a qual cresce exponencialmente o uso de cartazes, ou seja, uma síntese perfeita entre palavras e imagens que dão suporte à narrativa da missão da empresa.

A combinação necessária está na capacidade de atrair a atenção e criar bons sentimentos no observador em relação à marca anunciada. A comunicação visual pode ser desenvolvida com vários estilos e técnicas, mas parece haver um híbrido de tecnologias que, especialmente no mundo da publicidade, aumenta ainda mais a eficácia comunicativa (CARRASCOZA, 2004). As campanhas publicitárias de maior sucesso são aquelas que conseguem criar um choque emocional por meio de visão e originalidade. E para atingir esse objetivo, mais pessoas estão se voltando para a fusão de gráficos e fotografia, assim, uma foto, que

---

<sup>4</sup> Relativismo cultural se refere a categorias de culturas que ditam o que seria considerado superior ou inferior.

é uma representação da realidade, é transformada em relação ao seu significado original pela intervenção de um designer gráfico. Este marco digital dá uma nova luz à realidade cotidiana, proporcionando uma interpretação inédita ao assunto representado.

A intensidade da imagem depende precisamente da relação entre forma e conteúdo. A alteração do que existe, se implementada com uma intenção comunicativa, tem um impacto muito forte na atenção e na memória do observador. Essas discussões reverberam em nossa sociedade, na qual pessoas e instituições tomam partidos de inclusão e exclusão, como a fotografia do *outdoor*, feito em 2021 pela instituição de ensino Colégio Amadeus, recuperada na Figura 2.

Figura 2: Outdoor do Colégio Amadeus



Fonte: Redes sociais. Disponível em:

<https://twitter.com/linpjs/status/1390535512188985349/photo/1>.

No *outdoor*<sup>5</sup>, podemos ver 3 alunos em destaque, sendo uma mulher e dois homens, que passaram em Medicina, os dizeres “Medicina – UFS 2021.1” e, logo abaixo, “+12 aprovados não cotistas”.

A composição do material, tanto as imagens quanto a escrita, remete a diversos discursos anticotas que circularam no contexto

---

<sup>5</sup> MENEZES, Lucilla. Venho aqui, como mãe de aluna desta instituição de ensino particular, @amadeusaracaju, e como cidadã de um país extremamente desigual, esboçar o meu repúdio pela propaganda veiculada neste outdoor em que eu mesma tirei a foto. 06 mai. 2021. Instagram: @lucillamenezes.adv. Disponível em: <[https://www.instagram.com/p/COis28UhkUd/?utm\\_medium=copy\\_link](https://www.instagram.com/p/COis28UhkUd/?utm_medium=copy_link)>. Acesso em 10 set. 2021.

nacional na época em que ainda se discutia a implementação da Lei de Cotas. Como afirma Pinto (2015), desde 2002 o pacto de silêncio do racismo no Brasil começou a ser quebrado em decorrência das divergências causadas na opinião pública por conta das políticas de cotas raciais adotadas em algumas universidades públicas, tais divergências atingiram seu ápice em 2012, quando ocorreu a votação no Supremo Tribunal Federal (STF) referente à constitucionalidade das cotas.

De lá pra cá, os discursos da meritocracia, que desvalorizam a capacidade de alunos cotistas para ocuparem vagas nas instituições de ensino superior, principalmente nas universidades públicas, se multiplicaram e assumiram diferentes configurações e intensidades ao longo da história da implementação da política no país.

No que se refere aos posicionamentos contrários às cotas, é possível observar que uma parcela da população que se diz contrária essa política aciona argumentos que costumam desvalorizar a competência de quem ingressa na universidade por meio de cotas, como se a política fosse uma facilidade para que estudantes menos competentes ingressem nas instituições. É um discurso que atende a uma elite da sociedade que vê seus privilégios de acesso em risco com a entrada de outras camadas da população em um espaço que foi historicamente ocupado pelas elites econômicas e sociais.

Mas a presença de pessoas negras, indígenas e oriundas de escolas públicas não ameaçam somente a elite nacional que mantém a hegemonia na detenção do conhecimento científico e cultural mais valorizado no país, ela também coloca em xeque um mercado muito consistente no país que é o da educação básica privada, pois escolas particulares e cursinhos comercializam um modelo de educação voltado para a ocupação desses espaços de prestígio e poder social, tratando como mercadoria aquilo que é conhecido como uma educação de qualidade.

Assim, é possível observar que os textos apresentados na imagem se colocam em diálogo com toda uma rede de discursos anticotas, sendo, na concepção discursiva de Bakhtin (1971),

dialógicos e, também, poliglóssicos na medida em que resgatam elementos discursivos que circularam amplamente em um período histórico anterior – entre 2003 e 2012 – e que se reconfiguram no contexto atual, no qual a Lei de Cotas se encontra em um momento decisivo decorrente de sua fase de avaliação que definirá a continuidade ou não dessa política.

Além disso, também é importante observar os elementos imagéticos que compõem esse discurso e o completa. Primeiro, o fato de ser um material de divulgação de uma escola particular indica a classe social desses estudantes aprovados que estão sendo qualificados por não “precisarem” das cotas, o que reforça tanto a desvalorização de estudantes das escolas públicas quanto a despreocupação com a desigualdade social que pode afetar o acesso das pessoas ao ensino superior. Aqui, a aprovação é vista como um mérito pessoal, e as questões sociais são desconsideradas, de modo que inferioriza aquelas pessoas que precisam das cotas para entrar na universidade.

Outro ponto que o discurso da meritocracia encobre, mas que a composição da imagem transparece, é o fato de que esses estudantes celebrados pela aprovação no curso de medicina sem usar a política de cotas têm classe social e têm cor. Trata-se de dois jovens do gênero masculino e uma do gênero feminino, todos brancos. A ausência de pessoas negras nesses contextos, principalmente no curso de medicina – um dos mais elitizados do país, demonstra de maneira silenciosa e implícita a estrutura social racista e quais os corpos não são desejados em espaços como o acadêmico.

Com base em diversas pesquisadoras e pesquisadores, Pinto (2018) afirma que a ideia de competência é usada para a classificação de corpos, de maneira que alguns são classificados como mais competentes e outros como menos competentes. Embora essa classificação esteja rarefeita em categorias como cultura e educação, elas sempre classificam como menos competentes os mesmos corpos, sendo intimamente relacionadas às classificações hierárquicas de raça e classe social.

ao focarem na construção das relações raciais no Brasil, afirmam que as avaliações sobre o desempenho escolar em particular (Artes e Carvalho, 2010; Carvalho, 2004, 2005, 2009; Schefer e Knijnik, 2016), mas também sobre a “performance linguística” em geral (Anderson, 2008; Baugh, 2003; Guimaraes e Lopes, 2016; Melo e Lopes, 2013, 2014) têm outros indicadores que não são objetivos ou cognitivos, mas ideológicos e subjetivantes (PINTO, 2018).

O discurso em evidência no *outdoor* destaca que os aprovados não são cotistas, em referência ao discurso que dissemina discordância e discriminação ao sistema de cotas, subalternizando os estudantes que acessam a universidade por meio desse sistema de seleção. A veiculação desse tipo de discurso por uma escola só contribui para acirrar cada vez mais o racismo no Brasil, pois reforça as grandes divergências em relação à política de cotas.

Além dos elementos linguísticos e semióticos analisados, as pesquisas da área da comunicação, sobre consumidores, também contribuem para a análise aqui apresentada, pois exploraram questões relacionadas a como as características dos elementos visuais podem afetar as percepções do produto. Sendo assim, a escolha de uma mensagem exibida em um anúncio de concursos e vestibulares, por exemplo, ativa processos cognitivos específicos, que são estimulados pela escolha de certos elementos estilísticos (MESSARIS, 2005).

A partir dessas afirmações teóricas, entendemos que a imagem em questão, tenta trazer uma informação que alcance um público específico que deseja ingressar na universidade, uma vez que responde à aprovação de doze alunos não cotistas, no curso de Medicina, um dos mais concorridos e elitizados do Brasil. Tem-se a intenção de demonstrar que os resultados são positivos e que as cotas representam um nível negativo do conhecimento. Sendo assim, percebe-se as problemáticas que uma imagem de propaganda pode gerar nas reflexões atinentes às políticas de afirmação.

Além de todas as exclusões que apresenta e o potencial de contribuição para a manutenção do racismo no Brasil, a mensagem

passada no *outdoor* pode causar mal-estar naquelas pessoas que defendem ou usufruem do movimento de inclusão das cotas nas universidades, pois esse tipo de discurso anticotas desvaloriza alunos cotistas e incentiva o preconceito e a discriminação. Por isso, é importante trazer reflexões como esta aqui apresentada, para possibilitar as discussões sobre as interpretações discursivas das comunicações de imagens de propaganda que materializam as estruturas sociais vigentes

Por fim, em relação ao conceito geral interpretativo e publicitário que uma imagem pode gerar, sabemos que os pesquisadores afirmam que as imagens visuais podem comunicar interpretações além daquelas que são descritas de forma mais explícita e também podem transmitir conceitos descritivos e semanticamente significativos (GOOSENS, 2003). Essas interpretações são assumidas para comunicar um significado descritivo através de um sistema aprendido de pictóricas convenções ou analogias que são compartilhadas entre os visualizadores e pode ser baseado em observações comuns (MESSARIS, 2005). Ou seja, há uma variedade de fatores que afetam a maneira em que o material visual é exibido, como a orientação vertical e diagonal de objetos exibidos em uma cena, além de vários elementos de produção, como o ângulo da câmera e a profundidade de foco.

Além disso, a teoria linguística em intersecção com a teoria racial (PINTO, 2015; 2018) é relevante para observar como as hierarquias linguísticas e raciais se interseccionam e são rarefeitas em outras hierarquias associadas a competência, qualidade de ensino e cultura para encobrir o racismo estrutural (ALMEIDA, 2019), que no contexto brasileiro é constantemente encoberto por trás de uma ideologia de mestiçagem e cordialidade (SALES JUNIOR, 2006).

## Considerações finais

Ao fim desta discussão, mas sem esgotar a temática, cabe destacar que percebemos que o sistema de cotas é uma tentativa do Estado exercer o princípio da isonomia, reconhecendo as diferenças sociais e criando mecanismos que possam contribuir para que todos possuam oportunidades semelhantes considerando suas especificidades, ou seja, para promover a equidade. Em outras palavras, seria uma maneira de ampliar o acesso dos grupos sociais que foram excluídos historicamente de espaços sociais prestigiados, como a universidade.

Assim, as chamadas políticas de ações afirmativas são mais que a facilitação do acesso daqueles que utilizam as cotas, pois significam o reconhecimento de uma sociedade na qual o branco de classe média/alta ainda detém poder dos melhores cargos, das melhores condições de vida e das melhores oportunidades, configurando a necessidade de reparações históricas.

Contudo, notamos que, com o passar do tempo, o sistema de cotas tem se tornado algo que uma parcela da população quer evitar, visto que está imbricado ao preconceito com base em condições de mérito. Com isso, muitos jovens e adultos optam pela ampla concorrência ao tentarem acessar uma universidade, pois acreditam nos discursos que defendem que o sistema de cotas invalida seus conhecimentos prévios, dando acesso para pessoas menos preparadas, de forma que isso possa refletir em sua trajetória universitária.

Dessa forma, os discursos anticotas acabam por gerar uma espécie de concorrência entre as duas modalidades de acesso, marcando uma cultura de superioridade que existe dentro da sociedade, na qual os grupos marginalizados não podem contar com oportunidades de crescimento em diversos ramos, como o profissional e o acadêmico. Assim, as elites anticotas passam a produzir meios para determinar o demérito das cotas. Dentro de um mundo globalizado, onde as tecnologias são as principais aliadas da comunicação, utilizar-se de imagens e textos com esse

tipo de conteúdo a fim de gerar grande impacto na atenção dos observadores, provocando a disseminação e a deterioração das políticas públicas de cotas no Brasil.

Por fim, concluímos que utilizar propagandas e imagens que veiculam a informação pejorativa relacionada às cotas contribui para enraizar, cada vez mais, o preconceito disseminado, no que tange à segregação racial e de classes, reforçando doutrinas excludentes e pensamentos colonizadores, contribuindo para a manutenção de empecilhos para a educação efetiva e democrática. Esses discursos buscam a manutenção do *status quo* da universidade e mostram que a presença dos corpos que historicamente foram excluídos desses espaços incomoda a elite que vê parte de seus privilégios sob ameaça. Além disso, contribuem para a segregação de estudantes cotistas no contexto universitário, o que pode prejudicar a permanência e levar à evasão (BATISTA, 2022).

## Referências

ALMEIDA, S. L. de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BATISTA, T. E. P. *As muitas linguagens em guerra com o português: a língua-afeto entre mulheres negras quilombolas em luta com as ideologias linguísticas no contexto universitário*. 2022. 238 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística – Faculdade de Letras - UFG) – Universidade Federal de Goiás, 2022.

BAKHTIN, M. (V. N. Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1981.

BRASIL. Governo Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm). Acesso em: 20 ago. 2021.

BRASIL. Governo Federal. *Lei n.12.288, de 20 de julho de 2010*. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis n<sup>os</sup> 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm). Acesso em 20 ago. 2021

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar*, 2003. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar*, 2014. Brasília: MEC, 2014. JANUZZI, Paulo.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar*, 2019. Brasília: MEC, 2019.

CAMPOS, L. C. *et al.* Cotas sociais, ações afirmativas e evasão na área de Negócios: análise empírica em uma universidade federal brasileira. *Trabalho apresentado no XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*. USP, São Paulo, v. 28, n. 73, p. 27-42, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/MPm xsCCL8Rm4Qg6v4SHVCtN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2021.

CARNEIRO, A. S. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. 339 f. Tese (Doutorado de Doutorado). Feusp, São Paulo, 2005.

CARRASCOZA, J. A. *Razão e sensibilidade no texto publicitário*. São Paulo: Futura, 2004.

CARVALHO, N. de. *Publicidade a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. (2013). Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, 43(1), 302-327.

FERES JÚNIOR, J. A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos: branquidade e nação. *Caderno CRH*, vol. 28, núm. 73, enero-abril, 2015, pp. 111- 125.

FONSECA, J. P. M. *Google Ads (AdWords): o que é, como funciona e como você pode utilizá-lo a seu favor*. Rock Content, 2019. Disponível em: < <https://rockcontent.com/br/blog/google-adwords/>>. Acesso em 12 set. 2021.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências sociais hoje*. Brasília, ANPOCS, n 2, p. 223-244, 1984.

GOOSSENS, L. *Persuasão Visual: processamento de imagens mentais e experiências emocionais*. Brasília: Trevo, 2003.

GUARNIERI, F. V.; SILVA, L. L. M. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *SciELO. Psicol. Esc. Educ.* 21 (2) Ago 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>. Acesso em: 20 ago. 2021.

JESUS, C. M. *Branquitude x branquidade: uma análise conceitual do ser branco*. Bahia: Centro de Artes Humanidades e Letras, 2014.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EdUFBA, 2008.

MELERO, C.; MARTINS, C. B.; JUNKES, D.; ROSSI, E. A LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012, COMO POLÍTICA PÚBLICA QUE FAVORECE A BUSCA DA IGUALDADE MATERIAL. I Congresso Internacional de Desempenho do Setor Público, *Anais*. Florianópolis – SC, 2017.

MENDONÇA, A. *Cotas: o que são e por que precisamos delas*. COLABlog. 2020. Disponível em: <https://www.colab.re/conteudo/cotas>. Acesso em: 21 ago. 2021.

MESSARIS, P. *Persuasão visual: o papel das imagens na Publicidade*. Sage, 2005.

MOREIRA, C. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S.l.], v. 6, n. 13, p. 73-

87, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/151>>. Acesso em 09 set. 2021.

OSÓRIO, R. G. *O sistema classificatório de "cor ou raça" do IBGE*. Brasília, 2003.

PINTO, J. P. De diferenças e hierarquias no quadro Adelaide às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 31, p. 199-221, 2015.

PINTO, J. P. Ideologias Linguísticas e a Instituição de Hierarquias Raciais. *Revista da ABPN*. v. 10, Ed. Especial - Caderno Temático: Letramentos de Reexistência. Janeiro de Janeiro, p.704-720, 2018.

PIOVESAN, F. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. *Cadernos de Pesquisa*, v.33, nº124, jan./abr., 2005, p.43-55.

POL, A. M. Com quase 20 anos, política de cotas revela resultados positivos na UnB. *Correio Brasiliense*. 02 maio 2022. Disponível em: [correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2022/05/5004171-com-quase-20-anos-politica-de-cotas-revela-resultados-positivos-na-unb.html#:~:text=Entre%202012%20e%202022%2C%20houve,déca da%2C%20para%20manutenção%20da%20medida](http://correiobrasiliense.com.br/cidades-df/2022/05/5004171-com-quase-20-anos-politica-de-cotas-revela-resultados-positivos-na-unb.html#:~:text=Entre%202012%20e%202022%2C%20houve,déca da%2C%20para%20manutenção%20da%20medida). Acesso em: 11 jun. 2022.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Trad. Monique Augras.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUIJANO, A. "Colonialidad y Modernidad-racionalidad". In: BONILLO, Heraclio (comp.). *Losconquistados*. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

SALES JUNIOR, J. Democracia racial: o não-dito racista. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. v. 18, n 2. São Paulo, p. 229-258, 2006.

## O CORPO SURDO NA ARTE DE'VIA: SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA

Letícia de Sousa Leite (UFU)

Juliano Marques (UFU)

Maísa Conceição Silva (UFU)

**Resumo:** O objetivo geral proposto neste trabalho é apresentar uma breve discussão sobre a importância do corpo surdo na arte De'VIA como construção identitária e cultural do povo surdo. Em linhas gerais, o movimento De'VIA contribui para um processo de luta decolonial para os surdos ao promover o resgate de sua história, de sua cultura e de sua identidade enquanto sujeitos que se reconhecem por meio do seu corpo surdo. No decorrer do nosso estudo buscamos enfatizar o corpo surdo como constituinte do ser surdo. E para tanto, concordamos com Jesus (2019) ao afirmar que o corpo surdo representa o suporte da cultura surda, já que carrega e transmite uma mensagem que sinaliza para o público a sua subjetividade e compreensão de mundo. Durante a presente pesquisa procuramos apresentar uma análise sucinta de duas obras de Susan Dupor, artista surda de grande renome na arte De'VIA. Essa análise se pautou nas características apontadas por suas obras como parte do movimento De'VIA que confere ao artista surdo estratégias de resistência ao silenciamento que lhe foi historicamente imposto sob a ótica da normalidade. O quadro teórico que orienta a pesquisa sustenta-se em estudos sobre a importância do corpo surdo na arte De'VIA como constituição identitária e cultural do povo surdo. A fim de buscar suporte às reflexões propostas, nos ancoramos nos estudos de Neves (2021), Sonnenstrahl (2002), Vianna (2014), dentre outros autores, que fundamentaram as nossas discussões. Como resultado das análises apresentadas, entendemos que a arte De'VIA contribui com possibilidades de enfrentamento ao colonialismo cristalizado pela perspectiva da estereotipagem. É nesse bojo de luta pelo reconhecimento de sua língua e de sua cultura que a arte De'VIA pode contribuir no

favorecimento de práticas decoloniais no âmbito educacional, linguístico e cultural para os surdos.

**Palavras-chave:** Corpo Surdo. Arte De'VIA. Susan Dupor. Decolonialismo.

## **Aspectos introdutórios**

A presente pesquisa é fruto da tessitura de conhecimentos teóricos somados às experiências adquiridas pelos autores durante suas vivências pessoais, acadêmicas e profissionais. Historicamente, as pessoas surdas sempre estiveram à margem do mundo em suas esferas social, cultural, econômica, política e educacional; elas eram consideradas como incapazes, como pessoas que não aprendiam. Em vista disso, não possuíam direitos civis, religiosos, políticos, dentre outros.

A partir do século XVIII ocorreram transformações significativas por meio da utilização das línguas de sinais como língua de instrução para os surdos, que causaram impacto na qualidade de vida e educação desses sujeitos. No entanto, durante anos, a surdez foi alvo de incompreensão, o que legitimou a estigmatização dos surdos de diversas formas.

A esse respeito, Sá (2003, p. 89) elucida que “[...] a situação a que estão submetidos os surdos, suas comunidades e suas organizações, no Brasil e no mundo, têm muita história de opressão para contar”. O reconhecimento que os surdos têm hoje é resultado de muitas lutas pela afirmação da sua identidade, da sua língua, da sua cultura, dentre outros aspectos pautados em sua diferença linguística.

Skliar (2005, p. 29) destaca que o processo de luta dos surdos foi marcado pelos “[...] movimentos sociais surdos pelo direito à língua de sinais, pelo direito à educação que abandone os seus mecanismos perversos de exclusão e por um exercício pleno da cidadania.” No caminho de reconhecimento do direito à língua de

sinais, a cultura surda<sup>1</sup> desempenha um papel de relevância na construção identitária do sujeito surdo, uma vez que a língua de sinais é um aspecto fundamental dessa cultura.

A língua de sinais é constituída por cinco parâmetros, dentre os quais, lançamos luz à expressão facial e/ou corporal. Isso nos faz refletir sobre a importância do corpo surdo como parte da enunciação nas línguas de sinais, um corpo surdo que se posiciona frente à marginalização sofrida em diferentes vieses. Marques (2007) salienta que o corpo da pessoa surda apresenta características que as distinguem das pessoas não surdas, uma vez que “[...] expõe propriedades inerentes a ela, como, por exemplo, a interpretação visual, o desejo de estar com outro semelhante surdo, o tato mais aguçado, a Língua de Sinais” (MARQUES, 2007, p. 81).

Ao encontro disso, Viana (2014) discorre sobre a completude do corpo surdo enquanto sujeito histórico que apresenta particularidades que o distingue de um corpo ouvinte, tal como a ação corporal no uso de sua língua sinalizada. De acordo com Neves (2021), os corpos surdos foram castigados, modificados e mutilados em função de uma violência colonizadora que marcou fortemente a construção da memória coletiva dos povos surdos.

Ainda com Neves (2021, p. 30), a autora ressalta que “Trata-se de uma história atravessada pela tentativa constante de apagamento da diferença em nome de um padrão que normatiza o que é o ser humano e como deve ser seu corpo e sua língua”. Ao longo da trajetória permeada por lutas, o povo surdo buscou resistir por meio da sua cultura e das artes visuais como “[...] condição de possibilidade para a sobrevivência e para a exposição da história surda de forma não vitimizada e não estereotipada”. (NEVES, 2021, p. 30).

---

<sup>1</sup> Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-se com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. (STROBEL, 2008, p. 30)

Nesse contexto de resistência, Neves (2021, p. 7) explica que em 1989 é publicado um manifesto de artistas visuais surdos sobre a arte De'VIA<sup>2</sup> que se utiliza de “[...] elementos formais da arte com a intenção de expressar experiências surdas de cunho físico e cultural”. Enquanto arte de resistência, a arte De'VIA aborda temas que se relacionam à resistência dos surdos em relação ao poder normalizador dos ouvintes.

Apresentadas as nossas considerações iniciais, assumimos como objetivo de pesquisa discutir brevemente a importância do corpo surdo na arte De'VIA como constituição identitária e cultural do povo surdo. Para tanto, nos propomos a analisar algumas obras de Susan Dupor, uma artista surda da arte De'VIA que busca nessa arte a sua melhor forma de expressão e de resistência.

A fim de buscar suporte às reflexões propostas, nos ancoramos nos estudos de Neves (2021), Sonnenstrahl (2002), Vianna (2014), dentre outros autores, que fundamentaram nossas discussões no que diz respeito aos estudos da arte De'VIA e à análise da obra de Susan Dupor.

O texto está organizado em três seções, além desta introdução: na próxima, apresentamos uma breve reflexão sobre o corpo surdo como constituinte do ser surdo. Na sequência, tecemos nossas discussões em relação à arte De'VIA, além de apresentar uma sucinta análise de duas obras da artista surda Susan Dupor. Por fim, na última seção, concluímos nosso trabalho, apresentando as considerações finais.

## **O corpo surdo como constituinte do ser surdo**

É importante enfatizar que defendemos o conceito de surdez enquanto diferença étnico linguística, termo cunhado por Silva (2012). Isso se faz necessário, uma vez que desconsidera as questões que se pautam na surdez como o estigma do não-ouvir. Nessa

---

<sup>2</sup> De'VIA é uma abreviação dos termos em inglês “*Deaf View Image Art*” – Imagem e Arte na Perspectiva Surda.

perspectiva, essas questões são (re)significadas pela ótica da diferença linguística em um corpo surdo como parte da enunciação que permeia a luta por uma política linguística, como uma das pautas do povo surdo.

Ao refletir sobre as relações sociais significadas pela linguagem, Wittig (1980) esclarece que

A linguagem é, ao mesmo tempo, intimamente ligada ao campo político, onde tudo o que concerne a linguagem, a ciência e o pensamento se referem à pessoa enquanto subjetividade e à sua relação com a sociedade. *Não podemos deixar estas coisas no poder do pensamento hétero ou do pensamento de dominação* (WITTIG, 1980, p. 5, grifos da autora).

O que nos chama atenção neste excerto é refletir sobre a subjetividade da pessoa surda e sua relação (ou sua não relação) com a sociedade. O pensamento de dominação, no caso das pessoas surdas, ganha mais força e poder quando relacionado a uma perspectiva ouvintista. Perlin (1998) utiliza o termo ouvintismo para afirmar que, “Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber” (PERLIN, 1998, p. 58).

A surdez localizada no campo da deficiência passa a ser discutida/apresentada pela perspectiva ouvinte, na concepção clínico-terapêutica, em que a pessoa surda é traduzida como sujeito incapaz, sem língua e sem cultura. A imposição de normalizar os corpos surdos incide sobre a negação de sua diferença, de sua língua, de sua cultura e de sua identidade.

Sobre esse assunto, Rezende (2010) explica que

Foi nesse campo da medicina que se inventou a surdez como deficiência, que se produziram discursos e saberes sobre os surdos como deficientes e necessitados e que se inventaram técnicas de correção. Técnicas de correção inventadas. Discursos científicos

inventados. Saberes e práticas discursivas inventadas. Discursos fabricados sobre a normalização surda (REZENDE, 2010, p. 44).

Essa normalização surda não concebe os surdos em condição de igualdade com os não-surdos, uma vez que se pauta sob a ótica clínica que desconsidera a surdez como diferença linguística. Ao contrário, a identidade cultural dos surdos é constituída por meio de atributos que encontram significados por meio da apropriação de sua língua, a língua de sinais.

Com base no contexto histórico, é possível identificar a luta constante e resistência dos surdos à imposição de práticas ouvintistas<sup>3</sup>. Como parte dessa luta, o povo surdo busca resistir por meio de sua cultura surda, em que as narrativas são construídas em Línguas de Sinais, seja a contação de histórias, as poesias, as piadas; e são produzidas pelos sujeitos surdos no cerne da sua comunidade, e são tradições que acompanham a história dos seus corpos.

Sob essa ótica, o corpo surdo carrega consigo o *status* de linguístico, político e ideológico das sociedades surdas. Nas palavras de Jesus (2019),

O corpo surdo, ao longo da história, tem se apresentado com uma proposta de transformação, com produções e ações que aparecem como manifesto, com um claro objetivo de comunicar a presença de sujeitos autônomos que possuem subjetividades (JESUS, 2019, p. 59).

Esse autor aponta que o corpo surdo é o suporte da cultura surda, já que carrega e transmite uma mensagem que sinaliza para o público a sua subjetividade e compreensão de mundo. Ao encontro dessa afirmação, Marques (2007, p.77) explica que “Atrelado à ideia da constituição do ser, comparece como um desafio apreciar o corpo da pessoa surda como um constituinte de sua essência de ser surdo”.

---

<sup>3</sup> “[...] trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte” (SLKIAR, 1998, p.15).

Na próxima parte, volvemos o nosso olhar na análise sobre o corpo surdo presente nas obras da arte De'VIA.

### **Arte Surda é Arte De'VIA ?**

As características que diferem a Arte Surda da Arte De'VIA são pontuadas por Neves (2021). Em seu estudo, a autora afirma que, enquanto a primeira “subjaz a ideia de que todos os surdos teriam um “jeito surdo” de pintar”, a segunda “permite um distanciamento dessa busca por significados ocultos na arte, ao mesmo tempo em que opera a desnaturalização da produção artística dos surdos” (NEVES, 2021, p.7).

Em suas palavras,

Enquanto De'VIA intenciona expressar as experiências surdas através das artes visuais, o termo arte surda remete a uma arte produzida por surdos que utilizam os mesmos padrões e temas de artistas visuais ouvintes. Ou seja, segundo esta perspectiva, a arte surda é feita por surdos, mas não tematiza necessariamente a experiência surda, enquanto De'VIA pode ser produzida por pessoas ensurdecidas e até mesmo pessoas ouvintes, desde que haja a intencionalidade de expressar a experiência surda (NEVES, 2021, p.7).

Dentre as características apresentadas nesse tipo de arte, damos destaque às cores fortes e determinadas partes do corpo exageradas, dando ênfase às mãos, aos olhos, às bocas e às orelhas. Essas partes do corpo em destaque estão relacionadas à modalidade das línguas de sinais, à imposição da fala e da leitura labial, e à tentativa de normalização da audição (NEVES, 2021).

No intuito de apresentar uma análise sucinta sobre a arte De'VIA com o enfoque no corpo surdo, selecionamos duas obras da artista surda Susan Dupor.

Figura 1: Susan Dupor



Fonte: Dupor art<sup>4</sup>

A artista surda pontua que suas obras refletem e reafirmam a sua identidade de mulher surda. No site *Deaf Art*<sup>5</sup>, Dupor afirma que sua perspectiva mudou ao longo dos anos, pois “houve momentos em que express[ou] [...] [suas] emoções, e outros, quando [...] queria celebrar a singularidade da cultura surda e buscar as ironias de ser surdo em um mundo que ouve<sup>6</sup>” (DUPOR, [s.d], tradução nossa).

A partir dessas considerações, discutiremos sucintamente sobre a obra intitulada *Family Dog*, de Susan Dupor.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <http://duporart.com/cv/> Acesso em: 29 out. 2021

<sup>5</sup> Disponível em: <https://deaf-art.org/> Acesso em: 29 out. 2021

<sup>6</sup> [...] *my perspective has changed throughout the years. There were moments when I vented my emotions, and others when I wanted to celebrate the uniqueness of Deaf culture and seek the ironies of being Deaf in a hearing world.*

Figura2: Family Dog



Family Dog, 1991, acrílico sobre tela, 1,4m X 1,5m.

Fonte: DUPOR, 2007<sup>7</sup>.

Nessa imagem, o corpo da criança surda está em destaque, posicionado na cena como um cachorro da família, com a língua para fora da boca, e as mãos estão em postura de pata. A disposição do corpo surdo no espaço, de costas para a família e alheio ao que acontece por detrás da mesa de centro amarela, demonstra que a criança surda não é concebida como um ser humano completo, mas ao contrário, como um animal de estimação da família.

Observamos que a mesa de centro amarela divide a cena e representa uma barreira física entre os adultos ouvintes e a criança surda. Na parte superior, seis adultos parecem estar se comunicando oralmente. As suas faces disformes estão

---

<sup>7</sup> Disponível em: <http://duporart.com/> Acesso em: 29 out. 2021

representadas em mancha-azuladas, o que nos parece indicar confusão. Os dentes estão visíveis, mas sem o contorno labial. Essa representação bucal dos adultos parece enfatizar a impossibilidade de leitura labial.

Em relação à disposição dos braços cruzados em que não visualizamos as mãos, parece indicar a ausência de comunicação por meio de sinais. Em síntese, os adultos ouvintes não se comunicam na língua da criança surda, o que contribui para a sua alienação frente a tudo que acontece ao seu redor. O distanciamento entre a criança surda e sua família é representado pelo abismo da ausência da linguagem.

A disposição dos corpos na imagem aponta para a desumanização da criança surda, apresentada de maneira animalizada, de língua para fora, pernas abertas, pés descalços e mãos posicionadas como patas. Por outro lado, em plano superior, a família ouvinte é retratada de maneira disciplinada e civilizada, os corpos educadamente posicionados, braços cruzados e pernas fechadas.

Sobre essa obra, Neves (2021) destaca que,

A imagem de Susan Dupor tem a força política de provocar empatia e desconforto ao mostrar a alienação social de uma jovem surda, excluída da própria família. O lugar que a menina ocupa é de inferioridade, colocada debaixo da mesa como um cachorro que obedece a todos docilmente. As seis pessoas da família estão fora do campo visual da criança surda, materializando os sentimentos comumente relatados por surdos que nascem em famílias ouvintes: a solidão, o isolamento, o não pertencimento por completo ao grupo familiar (NEVES, 2021, p. 74).

Observamos com a autora que as características presentes na obra de Susan Dupor, artista do movimento De'VIA, representa um gesto político de resistência que reivindica o lugar do ser surdo na sociedade ouvintista. Em linhas gerais, Dupor apresenta sua obra *Family Dog* como um protesto contra o tipo de tratamento dispensado aos filhos por alguns pais ouvintes de crianças surdas.

Para dar continuidade a essa breve análise, selecionamos a obra *Deaf American*, também da artista surda Susan Dupor.

Figura 3: Deaf American.



Deaf American. 1989, óleo sobre tela, 30cm X 42 cm.

Fonte: DUPOR, 2018<sup>8</sup>.

Esse quadro retrata a primeira experiência de Dupor ao estudar em uma escola de artes para ouvintes. Durr (1999) explica que, em comunicação pessoal com Dupor, ela contou que os colegas olhavam de maneira insistente para os seus aparelhos auditivos. Tal fato gerava uma situação desconfortável a tal ponto

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://duporart.com/> Acesso em: 29 out. 2021

que Dupor gostaria de perguntar aos colegas se eles estavam olhando para ela como uma pessoa ou como um surdo.

Em outro momento, Dupor relata à Deborah Sonnenstrahl (2002), historiadora surda, algumas características de sua pintura autobiográfica,

A intenção original era ter as minhas mãos segurando aparelhos auditivos bem perto do meu rosto. Remetendo à minha experiência nos trens Chicago El, que eram meu principal meio de transporte na cidade. Centenas de vezes eu surpreendi pessoas ouvintes olhando para os meus aparelhos auditivos. Parecia horrível, como se os seus olhos estivessem perfurando minha cabeça. Nesta pintura, pego os aparelhos e coloco no rosto dos espectadores: 'AQUI, VOCÊ ESTÁ SATISFEITO'. (SONNENSTRAHL, 2002, p. 371, grifos da autora, tradução nossa) <sup>9</sup>

Nessa imagem, é retratado o olhar fixo de uma adolescente para o espectador, enquanto ela segura o aparelho auditivo em uma de suas mãos. Ao fundo, a bandeira dos Estados Unidos simboliza a “terra da liberdade”. Dupor explica para Sonnenstrahl (2002) que existe uma liberdade cerceada pela pressão social de normalização do corpo surdo por meio de operações para implante coclear e outras promessas oferecidas pela medicina.

Ainda segundo a historiadora surda, Dupor esclarece que a menina retratada em sua obra *Deaf American* está vivendo o dilema se deve ceder à pressão social de se tornar uma pessoa “ouvinte”, ou se deve continuar surda. De acordo com Sonnenstrahl (2002, p. 371), “a questão colocada nesta pintura envolve as compensações entre identidade cultural, orgulho e assimilação”.

Em linhas gerais, o movimento De'VIA contribui para um processo de luta decolonial para os surdos ao promover o resgate

---

<sup>9</sup> *The original intent of having my hands holding hearing aids right next to my face was my experience in the Chicago El trains which was my primary means of transportation in the city. Hundreds of times I have caught hearing people staring at my hearing aids. It felt horrible as if their eyes were drilling holes in my head. In this painting, I take the aids and put it in the viewers' face, 'HERE, ARE YOU SATISFIED'!*”

de sua história, de sua cultura e de sua identidade enquanto sujeitos que se reconhecem por meio do seu corpo surdo. Essa pauta se faz presente na agenda da resistência surda que tem se mobilizado historicamente para o reconhecimento identitário, cultural, social e linguístico do seu povo.

A partir do exposto até aqui, buscamos refletir brevemente sobre as características do corpo surdo e sua relevância nas obras de Susan Dupor como um gesto político de resistência frente à normalização da audição.

A seguir, apresentaremos as nossas considerações finais sobre as discussões desenvolvidas neste trabalho.

### **Considerações finais**

Não é demais enfatizar que as reflexões apresentadas constituem nossos primeiros ensaios de escrita à luz dos estudos sobre corpo e linguagem. Nesse caminho, concordamos com Wanderley (2016, p. 137) que os corpos observados não se constituem como algo isolado, desprendido do espaço ou descontextualizado, ao contrário “... esse corpo não está nu e solto no espaço. Está ancorado na história, na linguagem, na cultura, no sujeito”.

Ao retomar o objetivo geral proposto neste trabalho, apresentamos uma breve discussão sobre a importância do corpo surdo na arte De’VIA como construção identitária e cultural do povo surdo. No decorrer do nosso estudo, enfatizamos o corpo surdo como constituinte do ser surdo. E para tanto, concordamos com Jesus (2019) ao afirmar que o corpo surdo representa o suporte da cultura surda.

Durante a presente pesquisa procuramos apresentar uma análise sucinta de duas obras de Susan Dupor, artista surda de grande renome na arte De’VIA. Essa análise se pautou nas características apontadas por suas obras como parte do movimento De’VIA que confere ao artista surdo estratégias de resistência ao silenciamento que lhe foi historicamente imposto sob a ótica da normalidade.

Como resultado das análises apresentadas, entendemos que a arte De'VIA contribui com possibilidades de enfrentamento ao colonialismo cristalizado pela perspectiva da estereotipagem. É nesse bojo de luta pelo reconhecimento de sua língua e de sua cultura que a arte De'VIA pode contribuir no favorecimento de práticas decoloniais no âmbito educacional, linguístico e cultural para os surdos.

A discussão sobre temáticas em torno da subalternização dos corpos dissidentes, da homogeneização das experiências dos diferentes corpos que sofrem as opressões da normalização, pode ser ampliada a partir de uma perspectiva que leve em conta a valorização do corpo surdo com parte da identidade e da cultura do povo surdo. Nesse processo de conferir identidade ao surdo por meio da valorização e reconhecimento do seu corpo, da sua cultura e da sua identidade, a arte De'VIA pode se constituir um passo importante para descortinar um mundo de possibilidades de luta e resistência ao colonialismo imposto historicamente.

Esperamos que as discussões suscitadas neste breve estudo contribuam para fortalecer as questões identitárias, sociais e culturais do povo surdo. A relevância desta pesquisa aponta caminhos para um posterior estudo considerando a referida temática. Colocamos em relevo a importância da disseminação da arte De'VIA como significativa contribuição para a arte na perspectiva surda como processo de luta decolonial para o povo surdo.

## Referências

DUPOR, S. *Dupor art*. Disponível em: <http://duporart.com/> Acesso em: 29 out. 2021

DURR, P. Deconstructing the Forced Assimilation of Deaf People via De'Via Resistance and Affirmation Art. *Visual Anthropology Review* 15.2. (Fall 1999/2000): 47-68. DURR, P. *People of the hand eye: ...first, last and all the time.. ...first, last and all the time*. 2019.

Disponível em: <https://handeyes.wordpress.com/2014/02/28/toss-the-maniacal-monkeycreepy-clowns/>. Acesso em: 30 out. 2021.

HALL, S. *Cultura e representação*. Trad. de Daniel Miranda e William Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JESUS, J. *Literatura em Língua de Sinais: A performance do escritor Surdo* Maurício Barreto. 121 p. il. 2019. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

MARQUES, R. R. A percepção do corpo próprio e o “ser surdo”. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 9, p. 75-85, 2007

NEVES, G. V. Manifesto De’VIA de 1989: declaração política e desnaturalização da arte surda. *Revista Latino americana de Estudios en Cultura y Sociedad | Latin American Journal of Studies in Culture and Society*. V. 07, ed. especial, mar., 2021, artigo nº 2053 | [claec.org/relacult](http://claec.org/relacult) | e-ISSN: 2525-7870

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Medição, 1998, p. 51 - 73.

REZENDE, P. L. F. *Implante coclear: normatização e resistência surda*. Curitiba: Editora CRV, 2010.

SÁ, N. L. de. Convite a uma revisão da pedagogia para minorias: questionando as práticas discursivas na educação de surdos. *Revista Espaço*, Rio de Janeiro, n. 18/19, p. 87-92, 2003.

SILVA, L. C. A educação superior e o discurso da inclusão: conceitos, utopias, lutas sociais, realidade. In: SILVA, L. C (org). *Inclusão educacional, do discurso a realidade: construções e potencialidades nos diferentes contextos educacionais*. Uberlândia: Edufu, 2012.

SKLIAR, C. Os Estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (org.). *A Surdez: Um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Medição, 3. ed, 2005.

SONNENSTRAHL, D. *Deaf Artists in America: colonial to contemporary*. San Diego, California: Dawn Sign Press, 2002.

SOUZA, I. de A. L. e S. *Corporalidade surda e língua em agência no processo de construção dos sinais como nomes próprios*. Monografia

(Bacharelado) - Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2014.

STROBEL, K. L. *As Imagens do outro sobre a Cultura Surda*. Florianópolis, Ed. Da UFSC, 2008.

VIANNA, G. dos S. *Corpo Surdo: na língua, na corporeidade e na história, os Sentidos*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

WANDERLEY, C. Dos corpos que interpretam. In: HASHIGUTI, S. T.; TAGATA, W. M. (Orgs.). *Corpos, Imagens e Discursos Híbridos*. Campinas: Pontes, 2016, p. 133-150.

WITTIG, M. The Straight Mind. *Feminist Issues*. 1, p. 103–111 Summer, 1980. <https://doi.org/10.1007/BF02685561>.

## SOBRE AS(OS) AUTORAS(ES)



### **Simone Tiemi Hashiguti**

Professora da Universidade Estadual de Campinas. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia. Possui doutorado (2008) e mestrado (2003) em Linguística Aplicada, ambos pela Universidade Estadual de

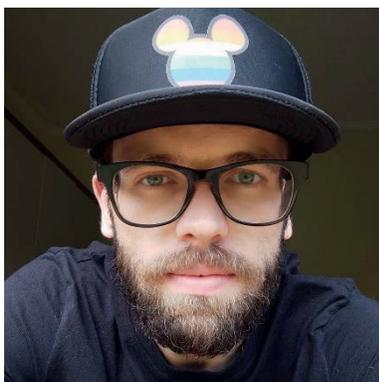
Campinas. É bacharel em Linguística também pela Universidade Estadual de Campinas. Concluiu pesquisa de Pós-Doutorado na área de Letras Modernas na Universidade de São Paulo (2017). Tem atuando principalmente com os seguintes temas e quadros interpretativos: corpo e(m) língua(gem), educação linguística e formação docente, avaliação e produção de materiais didáticos, tecnologias digitais de informação e comunicação na educação presencial e a distância, inteligência artificial e linguagem humana, decolonialidade. É líder dos Grupos de Pesquisa: O Corpo e a Imagem no Discurso (CID) e Linguagem Humana e Inteligência Artificial (LIA). Atualmente, é coordenadora do GT da Anpoll: Transculturalidade, Linguagem e Educação. Gosta de viajar por lugares e leituras e dos encontros com pessoas, bichos e textos que a transformam. Na pandemia de COVID-19, redescobriu a gateira que habita o seu ser. E-mail: [simonehashiguti@gmail.com](mailto:simonehashiguti@gmail.com).



### **Fabiane Lemes**

Possui licenciatura em Letras, Língua Portuguesa e suas Literaturas pela UFU - Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em Estudos Linguísticos também pela UFU, instituição à qual atualmente está vinculada como aluna do curso de Doutorado Acadêmico em Estudos

Linguísticos. É integrante e pesquisadora do Grupo de Pesquisa O Corpo e a Imagem no Discurso - CID - desde 2015. Sua área de concentração está nos estudos de Linguística e Linguística Aplicada, e sua linha de pesquisa é Linguagem, língua e Discurso. E-mail: lemesfabiane.ufu@gmail.com



### **San Thiago de Araújo e Silva**

Sou doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia e membro pesquisador dos grupos de pesquisa "O Corpo e a Imagem no Discurso" e "Linguagem Humana e Inteligência Artificial". Pesquiso os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, investigando o

funcionamento e a emergência de identidades, calcando-me em estudos queer, feministas e decoloniais. Corpo falante; sagitariano curioso; vegetariano convicto; amante da vida, de café e de boas his/estórias, sigo a doutrina espiritual(izante) de questionar estruturas que produzem e naturalizam as opressões, exercício que me mantém vivo em momentos obscuros como os pandêmicos. E-mail: santhiago.araujo@gmail.com



### **Giselly Tiago Ribeiro Amado**

Doutoranda e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos e graduada no curso de Letras - Licenciatura Plena em Língua Inglesa e Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal de Uberlândia, pesquisadora e

membro dos Grupos de Pesquisa: Linguagem Humana e Inteligência Artificial, assim como do grupo O Corpo e a Imagem no Discurso, sob a orientação da Profa. Dra. Simone Tiemi Hashiguti. É especialista em Ciências da Religião com graduação em Teologia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil. Atualmente é assistente em administração da Universidade Federal de Uberlândia e desenvolve pesquisas com uma perspectiva decolonial ligadas ao ensino-aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, em especial com o uso de inteligência artificial. E-mail: [gisellyamadoufu@gmail.com](mailto:gisellyamadoufu@gmail.com)



### **Rogério de Castro Ângelo**

Doutorando em Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL–UFU). Possui Licenciatura em Letras Português/Inglês e Literaturas pela Universidade Federal de Uberlândia (2011) e mestrado em Estudos Linguísticos pelo PPGEL-UFU

(2020). Atualmente é professor de português/inglês do IFTM campus Ituiutaba. É membro dos grupos de pesquisa CID (O Corpo e a Imagem no Discurso), LIA (Linguagem Humana e Inteligência Artificial), LEP (Laboratório de Estudos Polifônicos),

CEPF (Círculo de Estudos e Pesquisas Freireanos), GEDIS (Grupo de Estudos sobre Discurso, Interseccionalidade e Subjetividade) e AGORA (Grupo de Pesquisa em Pensamento, Filosofia, Arte e Cultura do IFTM). Atualmente é o responsável pelas atividades do Centro de idiomas (CENID) do IFTM campus Ituiutaba. Se interessa pelos seguintes temas de pesquisa: ensino-aprendizagem de língua inglesa, tecnologia e educação, educação profissional e tecnológica, discurso e ensino. E-mail: rogerioangelo@iftm.edu.br



### **Mariana Ruiz Nascimento**

Doutoranda e Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Especialista em Português Língua Estrangeira e Cultura Brasileira, e possui licenciatura em Letras – Habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa pela mesma universidade. Tem experiência e

interesse na área de Linguística Aplicada, Ensino de Línguas Estrangeiras, Formação de Professores, e Desenvolvimento e Análise de Material Didático. E-mail: mariruiznasci@yahoo.com.br



### **Isabella Zaiden Zara Fagundes**

Mestra e Doutoranda em Estudos Linguísticos da UFU e graduada em Letras e Ciência da Computação. Pesquisadora e membra dos Grupos de Pesquisa: Linguagem Humana e Inteligência Artificial, O Corpo e a Imagem no Discurso e da equipe de pesquisa do Laboratório Virtual para

Aprendizagem de Língua Inglesa. Desenvolvo pesquisas com uma perspectiva decolonial ligadas ao ensino-aprendizagem de língua inglesa como língua estrangeira por meio das novas tecnologias de

informação e comunicação, em especial com o uso de inteligência artificial. E-mail: ibebellz@gmail.com



### **Thais Nunes Xavier dos Santos**

Possui graduação em Letras Português/Inglês pela Universidade Federal de Uberlândia (2010), Mestrado em Letras pelo ProfLetras na mesma universidade (2017). Possui especialização em Tecnologias, Linguagens e Mídias em Educação no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (2021); e em Língua Portuguesa, Redação e Oratória na Faculdade Telos (2019). Cursa especialização em Gestão, Supervisão e Orientação Escolar no IFTM; é aluna regular do curso de Doutorado em Estudos Linguísticos (UFU), com pesquisa em Linguística Aplicada, na linha Linguagem, Ensino e Sociedade. É amorosa com os filhos, o esposo, os livros, o trabalho, os estudos, a vida. E-mail: tatanx18@hotmail.com



### **Stella Ferreira Menezes**

Doutoranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL/UFU). Possui mestrado e graduação em Letras - Inglês pela mesma instituição. Atualmente é professora de línguas e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com interesses de pesquisa sobre possibilidades de (res)significação da velhice para pessoas 60+, sob o viés da Análise de Discurso de linha francesa afetada pela teoria psicanalítica de Freud e Lacan. É apaixonada por plantas, poesia e

tem se encantado cada vez mais pelo universo da psicanálise. E-mail: stella.menezes76@gmail.com



### **Wilker Ramos-Soares**

Mestrando em Linguagem e Práticas Sociais pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologia (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás (UEG),

graduado em Letras Português/Inglês pela mesma instituição, bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), professor de Língua(gen)s e com interesses de pesquisa em corpo(ralidades) dissidentes na Educação Linguística Crítica e Decolonialidade. Homossexual, filho da Dona Mara (empregada doméstica) e do Senhor Udson (pedreiro/motorista de caminhão), oriundo de escola pública, beneficiário das ações afirmativas de expansão das universidades brasileiras através do programa de cotas. Pai das cadelinhas Capitu e Gaia. E-mail: w.rsp@outlook.com



### **Thaís dos Santos Souza**

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Mestre em Criminologia na Universidade do Porto, Portugal, Graduada em Licenciatura Plena em Letras pela UFU e Graduada em Direito pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Pesquisa na área de Linguística Aplicada, Análise do Discurso, Linguística Forense e

Criminologia. É membro dos Grupos de Pesquisas e Estudos ADC&LSF/UFU e do LEP/UFU, e é bolsista Capes. É uma paulista apaixonada pela família, que ama viajar, conhecer pessoas, lugares,

culturas e comida diferentes, além de assistir filmes e ler um bom livro. E-mail: [thata.souza014@gmail.com](mailto:thata.souza014@gmail.com)



**Fabiene de Oliveira Santos**

Doutoranda e mestra pelo Programa de pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisadora e, atualmente, membro dos grupos de pesquisa: “Linguagem Humana e Inteligência Artificial” e “O Corpo e a Imagem no Discurso”. Tem interesse na área de Educação, Língua Portuguesa, Linguística Aplicada, Pragmática, Filosofia da Linguagem e Análise do Discurso Francesa. E pesquisa os temas: corpo, gênero e linguagem, ensino-aprendizagem de línguas, decolonialidade, linguagem e tecnologias digitais. Como observadora sensível, tem grande admiração pelas artes (plásticas, sonoras, visuais), que são fonte de afetos, inspiração e expressão *de e para* vida criativa. E-mail: [fabiene.fabiene@gmail.com](mailto:fabiene.fabiene@gmail.com)



**Lucélia Cristina Brant Mariz Sá**

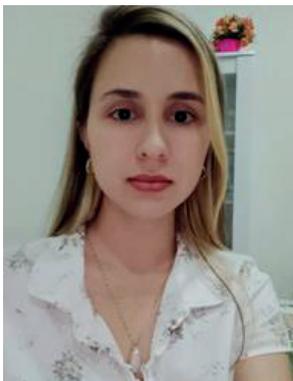
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob orientação do Professor Doutor William Mineo Tagata, na linha de pesquisa “Linguagem, Ensino e Sociedade” com os temas: letramento digital; formação de professores e decolonialidade. Mestra em Gestão e Avaliação de Educação Pública pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Inspetora Escolar na Superintendência Regional de Ensino de Janaúba. Sou mãe, esposa,

profissional, estudante, pesquisadora e apaixonada pela leitura e pelo conhecimento que ela proporciona. Estar em companhia da família é uma das minhas atividades favoritas. E-mail: [lucelia.sa@ufu.br](mailto:lucelia.sa@ufu.br)



**João Vítor Sampaio de Moura –** Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) sob orientação da Professora Doutora Simone Tiemi Hashiguti, na linha de pesquisa “Linguagem, Ensino e Sociedade” com os seguintes temas: políticas linguísticas; corpo; imagem e

estudos de gênero. Graduado em Letras – Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Atualmente sou professor designado de língua portuguesa e língua inglesa na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Sou apaixonado por música, gatos e séries e faço alguns desenhos nas horas vagas. E-mail: [mourajvs@ufu.br](mailto:mourajvs@ufu.br)



**Anna Luiza Reis Leal**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob orientação do Professor Doutor William Mineo Tagata, na linha de pesquisa “Linguagem, Ensino e Sociedade”, com os seguintes temas: educação democrática, afetividade, letramento emocional e política. É graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde também recebeu o título de especialista em Educação Infantil. Atualmente profissional de apoio escolar efetiva da

Prefeitura Municipal de Uberlândia. Amante das Artes, da educação, dos animais, de viagens e de pessoas. E-mail: nalu.reis2@ufu.br



**Alessandra Ribeiro Queiroz –**

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), sob orientação da Professora Fernanda Costa Ribas, na linha de pesquisa “Linguagem, Ensino e Sociedade”, com os seguintes temas: tecnologias e letramento digital, ensino de inglês nas escolas públicas e formação de professores. É graduada em Letras-Inglês pela Universidade Estadual de Montes Claros, onde também recebeu o título de especialista em Didática e Metodologia do Ensino Superior. Atualmente servidora no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e gestora nas mídias sociais da instituição. Sou apaixonada por leituras, séries, tecnologia, família e viagens. E-mail: alessandra.queiroz@ufu.br



**Juliana Afonso de Paula Souza**

Possui mestrado em Letras pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM, especializações em Supervisão Pedagógica, Gestão Educacional e Inspeção Escolar pela Universidade de Uberaba – UNIUBE (2020) e Língua Portuguesa pela Faculdade de Educação São Luís, de Jaboticabal (2003) Graduada em Pedagogia pela Universidade de Franca -UNIFRAN (2021) e Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava (2001). Experiência como docente de educação básica e como tutora virtual

do curso de Letras no IFTM -EAD (2014 - 2016). No momento, atua como gestora escolar, é discente de doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. E-mail: julianaafonso@ufu.br



### **Juliana Prudente Santana do Valle**

Mestranda em Estudos Linguísticos - PPGEL/UFU. Especialista em Libras pela Unintese/UTP e Orientação Educacional/Ensino Especial pelo IESA. Graduada em Letras-Português - UFG – Regional Catalão e Pedagogia pelo IESA. Possui Capacitação em Deficiência Intelectual/ Deficiências Múltiplas e Surdocegueira. Professora de Libras no Instituto Educacional HBF. Professora de apoio na UEG - Unidade Edéia. Relaciona-se com a linha de pesquisa “Teoria, descrição e análise linguística”. Desenvolve pesquisa na área da Educação Bilíngue, com foco em Práticas de Ensino de LP para Surdos. Mãe, esposa, apaixonada pela família e os animais que tem. Luta pelos seus objetivos. Cristã, tem Deus como seu alicerce. E-mail: psvjuliana1@gmail.com



### **Bruno Alexandre Scapolan**

Mestrando em Estudos Linguísticos - PPGEL/UFU. Especialista em Libras pela Unintese/UTP, Metodologia do Ensino de Língua Espanhola e Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos multifuncionais pelo IBRA. Bacharel em Teologia pela FAJOPA, Licenciado em Pedagogia pela FABRAS e Filosofia pela ETEC. Professor de Libras na Prefeitura de Uberlândia-MG.

Relaciona-se com a linha de pesquisa “Teoria, descrição e análise linguística”. Desenvolve pesquisa na área das Expressões Idiomáticas: conexões e inconexões entre a Libras e a Língua Portuguesa. Uma pessoa que busca humanizar e humanizar-se constantemente através do trabalho e das suas convicções com inspiração nos valores cristãos/franciscanos. E-mail: scapolan@gmail.com



### **Leticia de Sousa Leite**

Doutoranda em Estudos Linguísticos | PPGEL – UFU. Intérprete de Libras da Universidade Federal de Uberlândia vinculada à Divisão de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial - DEPAE. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Estudos da

Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias - GPELET. Sou filha, sou mãe, sou intérprete, sou pesquisadora, sou eu. Dentre as tantas Leticias que habitam em mim eu me (re)invento a cada dia frente às tantas dificuldades que me fazem mais forte. Lúrian e Lukiã, minhas crias, alumiam meu ser desde o ventre. São estrelas por natureza, excelência em nobreza. E-mail: leticiadesousaleite@gmail.com



### **Juliano Marques**

Mestrando em Estudos Linguísticos | PPGEL – UFU. Psicólogo educacional responsável pelo Núcleo de Acessibilidade e Atendimento Psicopedagógico – NAAP no Centro Universitário IMEPAC Araguari. Membro da Comissão de Promoção da Acessibilidade do Centro Universitário

IMEPAC. Experiência em atendimento clínico, psicologia educacional, tradução/interpretação de Libras. Interesse de pesquisa em linguística, aquisição da linguagem, inclusão, acessibilidade, escolarização e psicologia cognitivo e comportamental. Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias - GPELET. Gosto muito de ler, viajar, estudar budismo, praticar meditação, de animais e do contato com a natureza. E-mail: julianomarques.psicologo@gmail.com



### **Máisa Conceição da Silva**

Doutoranda em Estudos Linguísticos | PPGEL – UFU. Docente no curso Pós- Graduação em Tradução e Intérprete de Libras na UNÍNTESE. Professora de Libras no Curso Programa de Ensino e Aprendizagem em Rede - PEAR - UEG/Campus Anápolis/GO. Tutora do Instituto Nacional de Educação

de Surdos – INES/IFG: Campus de Aparecida de Goiânia/GO. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Estudos da Linguagem, Libras, Educação Especial e a Distância e Tecnologias - GPELET. Primeira representante de Slam do Corpo e Poesias Surdas no Estado de Goiás. Atuação em *Lives* Artísticas e Musicais Acessíveis para Surdos com equipe de intérpretes de Libras. E-mail: cmaisa52@gmail.com



### **Tiago Éric de Abreu**

Graduado em Letras – Língua Portuguesa e suas literaturas – pela Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL/UFU); Mestre em Música pela mesma Universidade (IARTE/UFU); doutorando em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFU). É ainda pós-graduado em Educação Especial. Estudou também terapia

dos gongos e sinos do Himalaia/Tibete. Como pesquisador, atua nas intersecções e convergências de campos, nas encruzilhadas em que conversam saberes, falas marginais, corpos oprimidos e gentes não ocidentais, sobretudo povos originários. Considera a pesquisa uma atividade manual, como a de um tecelão, em que experiências espaciotemporais locais são entretecidas na linguagem comum do conhecimento compartilhado. E-mail: tiagoeabreu@gmail.com



### **Aline Paula Ribeiro Vasconcelos**

Professora da Educação Básica. Doutoranda (2021) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL-PPGEL-UFU). Possui Mestrado (2019-2021) em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (ILEEL-PPGEL-UFU). Pós-Graduação (Latu Sensu) em Psicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva pela UNIPAC (2014).

Graduação em Pedagogia pela UNIPAC (2009). Experiência como professora do Ensino Fundamental I: orientação de aluno, elaboração de projetos educacionais, preparação de aulas, explanação de conteúdo, elaboração de provas e materiais para estudo. E-mail: aline.vasconcelos@ufu.br



### **Eliane Mendonça Buiate**

Mestranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia. Especialista em Gestão Escolar pelo Centro Universitário Ingá. Graduada em Letras Espanhol pela Universidade Federal de Uberlândia e em Pedagogia pela Universidade Presidente Antônio Carlos. Trabalhou como professora e supervisora dos anos iniciais do Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação de Uberlândia e na Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Atualmente é supervisora educacional no Colégio Tiradentes. E-mail: elianembuiate@ufu.br



### **Eliana de Sousa Andrade Ladeira**

Mestranda em Estudos Linguísticos - UFU. Especialista em Ensino de Língua Inglesa, Letramentos e Tecnologias na Educação Básica pela Universidade Federal de Uberlândia (2017). Graduada em Letras, habilitação em Inglês e Literaturas de Língua Inglesa (2015). É pesquisadora e membro do Grupo de Pesquisa O Corpo e a Imagem no Discurso, liderado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone Tiemi Hashiguti. Sua área de concentração está nos estudos de Linguística e Linguística Aplicada, e sua linha de pesquisa é Linguagem, Ensino e Sociedade. Atualmente é professora na E.E. Américo René Giannetti, Uberlândia - MG. Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Franca (2017). Especialista em Administração Escolar e Inspeção Escolar pela Faculdade Futura (2018). Especialista em Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Cruzeiro do Sul (2018). Formação em Magistério anos iniciais do Ensino Fundamental (1991). Tem experiência na área de Educação, como professora efetiva de

Língua Inglesa, e professora de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. E-mail: elianaladeira91@gmail.com



**Lavine Rocha Cardoso Ferreira**

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (2002). Especialista em Inspeção Escolar (2006). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (2010). Doutoranda no Programa de Pós - Graduação em Estudos Linguísticos (UFU). É docente da Área da Educação Especial e Atendimento Educacional Especializado no CAp ESEBA da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) .Tem experiência na área de Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado, atuando principalmente nos seguintes temas: Formação de professores numa perspectiva inclusiva; Apoio Pedagógico (Adaptação de recursos de/para acessibilidade, Tecnologia assistiva, dentre outros) e Estimulação visual e apoio pedagógico para pessoas com deficiência visual. E-mail: lavine.ferreira@ufu.br



**Priscila Gabriela Oliveira Sousa**

Possui graduação em Letras - Português e Inglês pela Universidade Estadual de Goiás (2014) e Pós Graduação em Lato Senso pela Universidade Norte do Paraná. Atua como professor desde 2015. Atualmente é professora de Língua Portuguesa na rede estadual de Goiás. E-mail: priscilagabi1610@gmail.com



### **Valdilene Elisa da Silva**

Professora efetiva do curso de Letras, atua nas disciplinas de Língua Inglesa e Estágio Supervisionado em Língua Inglesa na Universidade Estadual de Goiás, Campus Metropolitano, Unu de Inhumas. Trabalha em regime de dedicação exclusiva, concluiu mestrado em Estudos Linguísticos pela

Universidade Federal de Goiás e, atualmente é doutoranda na mesma área pela Universidade Federal de Uberlândia. Desenvolveu alguns projetos de extensão e pesquisa na área de Inglês e teatro. Ministrou cursos de formação complementar na UEG, Unidade de Porangatu e ainda atua no projeto de especialização em Linguagem, Cultura e Ensino e no PIBID de Inglês na Unu de Inhumas. E-mail: valdilene.silva@ufu.br



### **Viviane Rodrigues**

Doutoranda em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Possui pós-graduação stricto sensu - mestrado em Letras / Estudos Literários pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e pós-Graduação lato sensu em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua

Portuguesa; Supervisão Escolar; Coordenação Pedagógica; Psicopedagogia e Educação Especial e Inclusiva. Possui graduação em Letras / Português; Pedagogia e Educação Especial. Atualmente é professora de ensino superior na Universidade Estadual de Montes Claros e professora da educação básica na Escola Estadual Joaquim de Freitas. Tem experiência na área de letras e práticas de ensino, atuando principalmente na investigação nos seguintes temas: práticas de ensino, formação de professores, discursos e

letramentos. Além disso, Viviane é ciclista. E-mail: viviane.rodrigues@ufu.br



### **Welton Pereira de Mendonça**

Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU; Especialista em Advocacia Trabalhista pela Universidade FUMEC (2019); Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário do Triângulo - UNITRI (2006) e em Língua Portuguesa pela Universidade Salgado de Oliveira - Universo (2001). Possui Extensão Universitária em Teologia pela Universidade Católica de Goiás (2001). Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás (2000); Bacharel em Direito pelo Centro Universitário do Triângulo - UNITRI (2013) e Licenciado em Letras - Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas da Língua Portuguesa na Universidade Federal de Uberlândia - UFU (2018). Possui experiência na área de Educação, tendo trabalhado como Professor e Subgerente de Educação a Distância no Centro Universitário do Triângulo - UNITRI de 2007 a 2012. Atualmente, é advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e atua como Assessor Acadêmico no Centro Universitário do Triângulo - Unitri. E-mail: wpm31@hotmail.com.

O corpo como tema e objeto de pesquisa nos estudos sobre linguagem nunca foi um consenso. Apesar de sempre estar lá, como visualidade, como sujeito, como elemento significante e em seu efeito geralmente determinante na produção de sentidos, ele tende a ser preterido e esquecido quando da consideração sobre as condições de produção e dos processos de significação, mesmo quando a língua é a de sinais. Nesta coletânea, contudo, o corpo é o tema de estudos e reflexões linguísticas aplicadas. Sobre ele se observa, por exemplo, como é olhado, nomeado, submetido a relações de poder/saber, como é oprimido e apagado e como resiste. Problematizações de gênero, raça e sexualidade, categorias fundamentais na sociedade ocidental de tradição eurocentrada e hegemônica como a nossa, são abordadas predominantemente a partir de lentes discursivas e decoloniais e em análises de materialidades diversas, tais como poemas, objetos tecnológicos, campanhas publicitárias, dentre outras. Por esses estudos, vamos compreendendo mais profundamente as complexas relações entre linguagem e sociedade e os nossos desafios como pesquisadoras(es) da área, educadoras(es) linguísticas(os) e intérpretes implicadas(os) e engajadas(os) com as questões sociais, políticas e epistêmicas urgentes.

